

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA NUNES

“A Amazônia já era...”: Operação Amazônia, da Exposição Amazônia brasileira aos
PDAs: natureza e sociedade (1969-1980)

Belém, PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

N972a Nunes, Alexandre Rodrigues da Silva.
"Amazônia já era...": Operação Amazônica, da
Exposição Amazônia Brasileira ao PDAs - Natureza e
Sociedade (1969-1980) / Alexandre Rodrigues da Silva
Nunes. — 2021.
282 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Edilza Joana de Oliveira
Fontes

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado
Interinstitucional em Relações Internacionais, Belém, 2021.

1. Regime Militar. 2. Sociedade. 3. Intelectuais. 4.
Estado. 5. Natureza. I. Título.

CDD 981

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA NUNES

“A Amazônia já era...”: Operação Amazônia, da Exposição Amazônia brasileira aos PDAs: natureza e sociedade (1969-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes

Belém, PA
2021

ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA NUNES

“A Amazônia já era...”: Operação Amazônia, da Exposição Amazônia brasileira aos PDAs: natureza e sociedade (1969-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes

Data de aprovação: __/__/__.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes (Orientadora, PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira (Examinador externo, UEPA)

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha (Examinador Interno, PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle (Examinador Interno, UFPA)

Profa. Dra. Iane Maria da Silva Batista (Examinadora externa, UFPA)

A minha mãe Oxum Opara e ao meu
pai Ogun. A Oxalá, Exu, todos os
orixás e o povo das religiões de
matriz africana e indígena, fé e força
sempre.

A Adriane, Rogério e Rafael Teixeira
dos Santos, família amiga.

Ao meu avô José (*in memoriam*) e
minha avó Maria.

Às vítimas da pandemia do
coronavírus.

A todos que lutam contra o fascismo
e todas as formas de opressão,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A todos os voduns (orixás na nação candomblé Jeje), ao grande Oxalá - Epa Bábà e Iemanjá - Odoya, minha mãe Opará – Ora yêyê ô, meu pai Ogum – Patakory Ogun ye e todas as portas que Exú abriu – Laroyê.

A minha orientadora Profa Dra Edilza Fontes pelos conhecimentos partilhados, pelas reuniões nos cafés, pelo respeito, dedicação e sabedoria, pela torcida de todos os dias para que seus orientandos tenham conquistas maiores.

A Adriane, Rogério e seu filho Rafael família que me incentivou e apoio para eu fazer a inscrição no doutorado.

A meus familiares pelo apoio e compreensão Maria Lobato minha avó e meu avô José Lobato *in memoriam*, Sueli Lobato minha mãe, João Azevedo meu pai, Aleandra Silva irmã e ao meu sobrinho Heitor, e todos os familiares que estiveram comigo.

Aos meus irmãos Cristiane, Alberto, Mindu, Eduardo, Aline, Danilo pela paciência e parceria.

A minha família de Àse Vòdún xwè sáválú èzín òsún òrò Èjámí e meu Húngbònò Oro Ejami de Opará

A “equipeção” Marley Silva, Thiafo Broni, Regina Batista, Rogério Malheiros, Adelson Ataíde, amo vocês.

A prefeitura de São João de Pirabas e aos amigos que lá fiz Tassia Serra, Anne Argolo, Janaina Braga, Paulo Emílio, Jacimara Borges *in memoriam*, Monique Delaroly e Mailson Guimarães.

As amigas que o Amapá me trouxe Suzy Kenpachi, Amanda Caroline e Jack Carvalho amo vocês, agradeço toda companhia em meio a solidão.

Aos amigos que a vida me trouxe e sempre me apoiaram para a finalização dessa tese Paulo Jordano, e as amigas de Salinópolis Isabel Preto, Laureana Dias e Joselene Silva, todo carinho.

A toda população brasileira que pagando seus impostos contribuiu para minha formação, que continuemos na luta por direitos, pela superação do capitalismo, pelo fim das opressões, que todos possam viver suas liberdades sejam mulheres, LGBTQIA+, pessoas negras, povos nações indígenas, etc.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a finalização deste trabalho de conclusão de curso.

Aos que não romantizam as dificuldades oriundas das desigualdades criadas ao longo da história humana, que podemos comemorar as vitórias de um mundo justo, livre e igualitário para todas e todos e todes. Que as dificuldades da infância e juventude não sejam materiais, que se generalize a possibilidade de acesso à educação pública, laica, gratuita, socialmente referenciada e libertária.

Oní sé a àwúre
a nlá jé
Oní sé a àwúre
ó bèrì omon
Oní sé a àwúre
a nlá jé Bàbá
Oní sé a àwúre
ó bèrì omon...

Oxalá, Oní sé a àwúre a nlá jé – reza iorubá.

“O que a gente tira da natureza, vai fazer falta depois”
José da Silva Lobato (*in memorian*), meu avô, pescador do litoral amazônico
se referindo à pesca predatória *apud* Sueli Lobato, minha mãe.

RESUMO

1º de abril de 1964 no Brasil, a partir daí, as Forças Armadas, a burguesia e os demais grupos civis de apoiadores se viram a vontade para materializar seus objetivos acerca do desenvolvimento da economia do país, sob forte influência liberal os planos de desenvolvimento nacional (PDAs) se voltaram para a Amazônia com discursos sobre a necessidade de “integração” frente as ameaças de perda da soberania, para isso lançaram a “Operação Amazônia” e investiram em mídias e divulgações. Esta tese de doutorado trata de analisar definições e conceitos acerca das ideias hegemônicas de civilização, natureza e sociedades da Amazônia que emergem no período entre 1969 a 1980, para isso, ancoramos na perspectiva teórico-metodológica da história social e ambiental. Esses elementos vão ser analisados a partir das produções intelectuais e técnicas que influenciaram a construção dos planos de desenvolvimento da Amazônia. Para as análises foram selecionadas as produções que fizeram parte do catálogo da Exposição Amazônia brasileira que aberta em dezembro de 1969 ocorreu na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, anunciada nos jornais da cidade. Utilizamos também relatórios e produções bibliográficas da “Operação Amazônia”, as propagandas nas mídias, e, ainda, os Planos de Desenvolvimento da Amazônia. Foi compreendido que, a partir dos documentos levantados e as análises desenvolvidas, as ideias de civilização, natureza e sociedade permanecerem consolidadas em suas estruturas. Civilização continuou sendo utilizada para distinguir sociedades modernas e atrasadas, a manutenção do extrativismo, era por exemplo, um símbolo do atraso e decadência econômica e social. Sociedades da Amazônia foram por vezes consideradas como grupos que precisavam passar por processo de mudanças radicais, sendo que essas mudanças vinham em oposição às práticas humanas desenvolvidas no cotidiano da região, posto que, os modelos eram os grandes centros urbanos das cidades. A natureza deveria cumprir seu papel de fornecedora de matéria-prima e seu uso foi posto como elemento que trouxe desenvolvimento para a região, por isso, a partir do III PDA emergiu um discurso que aqui vai ser melhor entendido como “anistia ambiental”.

Palavras chave: Amazônia; Civilização; Intelectuais; Regime Militar; Sociedade; Natureza.

ABSTRACT

April 1, 1964 in Brazil, from then on, the Armed Forces, the bourgeoisie and other civil groups of supporters felt free to materialize their objectives regarding the development of the country's economy, under strong liberal influence, national development plans (PDAs) turned to the Amazon with speeches about the need for "integration" in the face of threats of loss of sovereignty, to this end they launched "Operation Amazon" and invested in media and publicity. This doctoral thesis aims to analyze definitions and concepts about the hegemonic ideas of civilization, nature and societies in the Amazon that emerged in the period between 1969 and 1980. To achieve this, we anchor it in the theoretical-methodological perspective of social and environmental history. These elements will be analyzed based on the intellectual and technical productions that influenced the construction of Amazon development plans. For the analysis, productions were selected that were part of the catalog of the Brazilian Amazon Exhibition that opened in December 1969 and took place at the National Library of Rio de Janeiro, announced in the city's newspapers. We also use reports and bibliographical productions from "Operation Amazônia", advertisements in the media, and also the Amazon Development Plans. It was understood that, based on the documents collected and the analyzes developed, the ideas of civilization, nature and society remain consolidated in their structures. Civilization continued to be used to distinguish modern and backward societies; the maintenance of extractivism was, for example, a symbol of backwardness and economic and social decadence. Societies in the Amazon were sometimes considered as groups that needed to go through a process of radical changes, and these changes came in opposition to the human practices developed in daily life in the region, since the models were the large urban centers of the cities. Nature should fulfill its role as a supplier of raw materials and its use was seen as an element that brought development to the region, which is why, from the III PDA onwards, a discourse emerged that will be better understood here as "environmental amnesty".

Keywords: Amazon; Civilization; Intellectuals; Military regime; Society; Nature.

LISTA DE SIGLAS

ARENA Aliança Renovadora Nacional

BASA Banco da Amazônia Sociedade Anônima

BCA Banco de Crédito da Amazônia

BRUMASA Bruynzeel Madeiras S.A.

CPI Comissão Parlamentar de Inquérito

CPRM Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais

CVRD Companhia Vale do Rio Doce

DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral

FUNAI Fundação Nacional do Índio

I PDA Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia

I PND Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento

IAN Instituto Agrônomo do Norte

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMI Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês

II PDA 2º Plano de Desenvolvimento da Amazônia

II PND 2º Plano Nacional de Desenvolvimento

III PDA Terceiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia

III PND Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MDB Movimento Democrático Brasileiro (MDB),

MECOR Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais

NAEA Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PIN Programa de Integração Nacional

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POLAMAZÔNIA Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PQDAM Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia

SEMA Secretaria Especial do Meio Ambiente

SPVEA Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste

SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNE União Nacional dos Estudantes

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução	13
CAPÍTULO 01 – Amazônia, civilização, natureza e sociedade no início do século XX: primeiras intervenções	36
1.1. – <i>Amazônia: influências estrangeiras</i>	37
1.2. – <i>Amazônia pós 1930: do Discurso do Rio Amazonas à SPVEA</i>	43
1.3. – <i>Amazônia “planejada”: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA): natureza e sociedade</i>	53
CAPÍTULO 02 – “Operação Amazônia”: civilização, natureza e sociedade.....	71
2.1. – <i>Regime Militar na Amazônia: considerações iniciais</i>	72
2.2. – <i>Operação Amazônia: natureza e sociedade frente ao modelo autoritário de desenvolvimento.....</i>	85
2.2.1 – <i>Relatório Ministerial da Operação Amazônia</i>	87
2.2.2 – <i>“Álbum: Operação Amazônia”</i>	97
2.2.3 – <i>“Operação Amazônia: discursos”</i>	107
CAPÍTULO 03 – Exposição Amazônia brasileira, notas preliminares e a apresentação do catálogo: civilização, natureza e sociedade	113
3.1. – <i>Exposição: função social</i>	114
3.2. – <i>O Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: notas preliminares</i>	124
3.3. – <i>Apresentação do Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: Ferreira Reis intelectual/político</i>	127
3.3.1. – <i>Apresentação do Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: natureza</i>	132
3.3.2. – <i>Apresentação do Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: sociedade</i>	152
CAPÍTULO 04 – Exposição Amazônia brasileira: intelectuais, civilização, natureza e sociedade	156
4.1. - <i>Natureza na Exposição Amazônia brasileira</i>	156
4.2. - <i>Sociedade na Exposição Amazônia brasileira</i>	179
CAPÍTULO 05 – “A Amazônia já era...”: civilização, natureza e sociedade nas propagandas e nos PDAs	202
5.1. – <i>A Amazônia desejada: O Cruzeiro” e outras mídias</i>	204
5.2. – <i>I PDA: influências diversas</i>	227
5.2.1 – <i>Natureza no I PDA</i>	229
5.3. – <i>II E III PDA: novas influências internas e externas</i>	232

5.3.1. <i>Natureza no II E III PDA</i>	238
5.3.2. <i>Civilização e sociedades no II E III PDA</i>	246
5.4 <i>Regime militar na Amazônia e a “anistia ambiental”</i>	251
Considerações finais	255
Fontes e referências bibliográficas	264

Introdução

Você fala para mim em poluição ambiental. É só você fazer cocô dia sim, dia não, que melhora bastante a nossa vida também¹

Eu queria até mandar recado para a senhora querida [chanceler federal] Angela Merkel. Pegue essa grana e refloreste a Alemanha, tá ok? Lá tá precisando muito mais do que aqui.²

Só aos veganos que comem só vegetais [é importante a questão ambiental] (...) Outros países com baía não tão exuberante como a de Angra conservam o meio ambiente. Se quiséssemos fazer uma maldade, cometer um crime, nós iríamos à noite ou em um fim de semana qualquer na baía de Angra e cometeríamos um crime ambiental, que não tem como fiscalizar³

Figura 01 - Fogo atinge aldeia Kuikuro, na terra indígena do Xingu, nordeste do Mato Grosso, em setembro, 2020.



Fonte: Foto: Takumã Kuikuro/ Fotos Públicas. <http://www.jornaldocampus.usp.br>

¹ Presidente Jair Bolsonaro quando indagado sobre crescimento econômico e sustentabilidade, em 09 agosto de 2019. Ver: Bolsonaro sempre contra o meio ambiente. *Esquerda.net*. 2020. Disponível em: < <https://www.esquerda.net/dossier/bolsonaro-sempre-contra-o-meio-ambiente/63196>>. Acesso em: 13 jan 2021.

² Alemanha e Noruega suspendem doações ao Fundo Amazônia que combate o desmatamento e contribui para a preservação da biodiversidade, após mudanças tomadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, em 15 agosto 2019. Ver: Bolsonaro sempre contra o meio ambiente. *Esquerda.net*. 2020. Disponível em: < <https://www.esquerda.net/dossier/bolsonaro-sempre-contra-o-meio-ambiente/63196>>. Acesso em: 13 jan 2021.

³ Sobre os impactos ambientais que seriam promovidos pelas mudanças na baía de Angra dos Reis no Rio de Janeiro, em 27 agosto de 2019. Ver: Bolsonaro sempre contra o meio ambiente. *Esquerda.net*. 2020. Disponível em: < <https://www.esquerda.net/dossier/bolsonaro-sempre-contra-o-meio-ambiente/63196>>. Acesso em: 13 jan 2021.

As frases acima faladas pelo presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) revelam a utilização de argumentos superficiais, arbitrários e criminosos acerca da questão ambiental.

É bastante comum analistas ambientais e pesquisadores de formações diversas apontarem as políticas ambientais do governo do presidente Jair Bolsonaro como desastrosas. Em pesquisa básica nos jornais e revistas disponíveis na internet, é possível ter acesso a uma série de reportagens que apontam os descompassos do atual governo em relação a questão ambiental.

Silva (2020), no site da revista Carta Capital, elenca na reportagem: “As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro: A área ambiental é uma das mais castigadas no primeiro ano da gestão do ex-capitão”⁴, que vão da tentativa de extinção do Ministério do Meio Ambiente, flexibilização de multas ambientais a ameaças a demarcação de terras indígenas, remanescentes de quilombos e Unidades de Conservação (UC).

Por conseguinte, é possível ver a forte influência que o Regime Militar brasileiro (1964-1985), período de elevada exploração ambiental, tem sobre o presidente, que já expressou ser simpatizante do regime, como segue:

Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim. (2016)⁵

O erro da ditadura foi torturar e não matar. (2016)⁶

Desaparecidos do Araguaia? Quem procura osso é cachorro. (2009).⁷

Não houve golpe militar em 1964 (2018)⁸

Essas frases ditas pelo presidente Jair Bolsonaro provocaram debates acerca do golpe militar que as forças armadas deram em abril de 1964 no Brasil. A negação do golpe fora repetida diversas vezes por outras pessoas, porém sendo reconhecida

⁴ SILVA. Ronnie Aldrin. As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro: A área ambiental é uma das mais castigadas no primeiro ano da gestão do ex-capitão. *Revista Carta Capital Online*, São Paulo, fevereiro de 2020. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-ao-meio-ambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/>> Acesso em 13 jan 2021.

⁵ Ver: NSCTotal. As 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar: Presidente da República afirmou nesta terça-feira (26) que não houve ditadura no país. Disponível em <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/as-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar>> Acesso em 09 dez 2019.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

por historiadores e demais especialistas que o rompimento da democracia liberal se deu pelos militares com a deposição do presidente João Goulart em 1964, este, por sua vez, eleito democraticamente em 1960.

Junto da negação ao golpe, se intensificaram os pedidos em protestos por “intervenção militar” desde 2013, alegando que as forças armadas são capazes de combater a corrupção e trazer “ordem” e “progresso” ao país. Milhares de pessoas, muitas das quais vestindo camisa da seleção brasileira de futebol, passaram a ir às ruas levantando cartazes com os dizeres: “intervenção militar, já!”.

Figura 02 – Manifestantes pedem “intervenção militar”.



Fonte: diariodocentrodomundo.com.br/2015.

A ditadura militar iniciada em março de 1964 não se constituiu em um período de ausência de corrupção. Na Amazônia, por exemplo, o caso da empresa agropecuária Capemi⁹ com desvios milionários e outros revelam isso. A falta de informação e desconhecimentos, bem como a negação das ciências em diversos âmbitos, contribuem para a construção de um cenário de forte ignorância acerca da história e da política brasileira.

A história da ditadura civil militar brasileira (1964-1985) é objeto de análise do historiador. O presente estudo se direciona para compreensão da história da região amazônica sob a perspectiva da história ambiental.

A região amazônica foi de maneira equivocada homogeneizada pelo Regime Militar como região com as mesmas características em sua composição. Porém, estudos nos campos das ciências biológicas, geológicas, humanas, sociais e

⁹ Ver: BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção* – um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume-Dumará e Anpocs, 1995.

ambientais, demonstram que a região apresenta forte heterogeneidade biofísica e social, caracterizada pela diversidade de saberes, costumes, hábitos, experiências e formas de viver que vão caracterizar suas populações e a relação destas com a natureza.

Os impactos do golpe militar foram os mais diversos, basicamente, levaram a mudanças nos índices de desigualdade social, no qual “o topo, já enriquecido, enriqueceu-se ainda mais. E setores miseráveis da base mais miseráveis se tornaram”¹⁰. Esse cenário se fez pela precarização dos trabalhadores, com diminuição de direitos e salários e, ainda, forte repressão aos sindicatos e demais organizações, ao mesmo tempo que possibilitou investimentos e melhorias aos empresários. Esses elementos definem o que se entende por modernização conservadora, ou seja, investimentos para os empreendimentos das elites urbanas e rurais e precarização do trabalho e do trabalhador no campo e das cidades.

A história da ditadura civil militar brasileira (1964-1985) pode ser escrita de diversas formas ao considerarmos os diversos campos que as pesquisas em história possibilitam. Apesar do grande volume de produções nos campos da história política e econômica, os historiadores ainda se empenham para estudar o período com novas abordagens.

Esta tese considera importante desenvolver análises sobre a atuação do Regime Militar na Amazônia sob a perspectiva teórico metodológica da história ambiental. Os governos militares, a partir de 1966 com a Operação Amazônia, passaram a desenvolver planos de desenvolvimento da economia regional sob a perspectiva do aprofundamento das relações do sistema mercantil capitalista para a superação da economia extrativista, considerada rudimentar e atrasada.

Com isso, natureza e sociedades são analisadas por militares, políticos e intelectuais conservadores, no intuito de direcionar caminhos para que a região atinja níveis maiores de desenvolvimento econômico e social aos moldes das sociedades capitalistas consideradas modernas. Essas análises vão contribuir para a elaboração dos planos de desenvolvimento e culminar em ações de forte impacto ambiental e social, com o aumento da depredação ambiental, das desigualdades sociais e dos conflitos no campo. Portanto, legaram dificuldades em esfera ambiental com a perda da biodiversidade e em âmbito social com a precarização da

¹⁰ REIS, FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014., p. 92.

vida das populações locais, afetando diretamente povos de nações indígenas, remanescentes de quilombo, populações ribeirinhas, extrativistas, pequenos agricultores, etc.

O aumento da extração madeireira, abertura de rodovias, formação de barragens para a implantação de usinas hidrelétricas, ampliação das áreas de mineração industrial, incentivo a migração e a agropecuária, entre outros, foram apontados como soluções para os “problemas” da Amazônia. Por sua vez, essas soluções foram objeto de análises dos militares, políticos e intelectuais conservadores e foram reunidas na Exposição Amazônia brasileira que ocorreu em dezembro de 1969 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A exposição gerou um catálogo que permitiu o levantamento das obras elencadas pelo Regime Militar. Nestas obras, é possível compreender pensamentos e hegemonias elaborados para orientar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia brasileira, são considerados, principalmente, dois aspectos: natureza e sociedade.

Existe, porém, a predominância do olhar determinista sobre a natureza quando relacionada ao aspecto social. O destaque dado a natureza e seus “recursos”, nos possibilita a elaboração de uma história ambiental do Regime Militar na Amazônia.

A história ambiental surge quando se busca “usar as idéias e a pesquisa do emergente campo da ecologia para ajudar a explicar ‘porque?’ os fatos que constituem o passado desenvolveram-se da maneira como os conhecemos”¹¹, assim,

Esta nova história rejeita a suposição comum de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, que as pessoas são uma espécie separada e singularmente especial, que as consequências ecológicas de nossos feitos passados podem ser ignorados.¹²

A pouca informação sobre o bioma Amazônia, decorrente dos escassos investimentos na ciência e em instituições de pesquisa, possibilitaram uma série de dificuldades para a execução dos planos de desenvolvimento da Amazônia. A história ambiental nos permite análises que nos levam a refletir acerca dos

¹¹ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história. *Ambiente & Sociedade* - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003, p. 23. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>> Acesso em 02 dez 2016.

¹² *Ibid.*, p. 24.

considerados “constrangimentos” da natureza da Amazônia às políticas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, nos ajuda a pensar as relações entre o pensamento de militares, políticos e intelectuais conservadores que apontam a natureza como subserviente ao ser humano, portanto, deve ser “dominada”, e ainda, os custos ambientais e humanos decorrentes de políticas que privilegiavam o desmatamento, a industrialização e a agropecuária e desconsideram as relações entre as populações locais e o ambiente natural que as cercam.

Por natureza temos:

É relativamente fácil distinguir três campos de significado: (i) a qualidade e o caráter essencial de algo; (ii) a força inerente que dirige o mundo ou os seres humanos ou ambos; (iii) o próprio mundo material, incluídos ou excluídos os seres humanos.¹³

A natureza material entendida em sua composição biofísica e suas mais variadas interações se constitui em um dos objetos de análises. A perspectiva mercantil foi incorporada nos argumentos desenvolvidos pelos intelectuais conservadores e culminou em uma série de definições que por mais que atribuíssem uma conotação romantizada da ideia de natureza, tinham por objetivo, em maioria, atribuir a esta a função de provedora de riqueza material, por meio de sua extração e transformação industrial. Os intelectuais conservadores, por mais, que lancem interpretações que iam da deificação ao desprezo o direcionamento dado ia na intenção de transformar a natureza em produto comercializável.

Técnica também se constitui em um termo que amiúde é tratado, pois a sua utilização era o meio escolhido pelo Regime Militar para a transformação da natureza em produto comercializável gerador de lucros. Para Williams (2007) a ciência em seu sentido especializado “abriu caminho para uma conhecida distinção moderna entre conhecimento (ciência) e sua aplicação prática (tecnologia)”¹⁴. A técnica pode ser entendida ainda como “uma construção prática ou método específico”. No mais, “tecnocracia, desde c. 1920, fosse uma doutrina específica de governo exercido por pessoas tecnicamente competentes”¹⁵, o Regime Militar se alinhou a profissionais com formações variadas que acreditavam poder apontar soluções para o desenvolvimento da região Amazônia, por conta disso, esta fora

¹³ WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: SP; Boitempo, 2007., p. 293.

¹⁴ Ibid, p. 392.

¹⁵ Ibid, p. 392.

analisada de muitas formas, havendo, porém, certa afinidade com relação aos rumos que deveriam ser adotados para a “modernização” da região.

A partir da Operação Amazônia, lançada em 1966, “o grau de intervenção da Administração Federal na região [...] não tem paralelo com nenhum outro momento anterior”¹⁶, como dito, os custos ambientais e humanos foram densos. A história ambiental tem por objetivo “aprofundar nossa compreensão de como os humanos têm sido afetados pelo seu ambiente natural através do tempo e [...] como a ação humana afetou o ambiente e quais foram as consequências”¹⁷.

Durante o Regime Militar, os investimentos contribuíram para maior enriquecimento das elites conservadoras do campo e da cidade, nesse grupo estão banqueiros, empresários, políticos e outros. Estes, por sua vez estariam incumbidos de explorar os “recursos naturais”, para isso foram elaborados os planos de desenvolvimentos, com projetos e programas voltados para a iniciativa privada, no entanto, as populações locais foram atingidas diretamente pelos impactos ambientais decorrentes desses planos.

O Regime Militar se valeu de grupos de intelectuais que “pensaram a projetaram a sociedade (brasileira e latino-americana) como incompatível com a democracia liberal”¹⁸. Para eles as sociedades da Amazônia eram incapazes de reagir as imposições do ambiente natural. Estas precisavam da “ajuda” dos intelectuais comprometidos em direcionar o país para a “modernidade”.

Intelectual, por sua vez, pode ser entendido como “relativo a um tipo específico de pessoa ou uma pessoa que se dedica a um tipo específico de trabalho”¹⁹ relacionado à inteligência, que por sua vez, assumiu uma perspectiva conservadora a partir do século XIX considerado que “inteligentes deveriam governar”²⁰.

Ademais, o Regime Militar se depara com uma série de movimentos sociais, ocorridos no ano de 1968, que vão questionar padrões sociais impostos pelas elites capitalistas conservadora. Dentre eles, o movimento de contracultura, o ambientalista, pelos direitos humanos, feministas, negro e outros que vão se

¹⁶ PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 65.

¹⁷ WORSTER, Donald. *Op. Cit.*, p. 25.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá e ABREU, Luciano Aronne. Apresentação – Autoritarismo e cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá e ABREU, Luciano Aronne. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

¹⁹ WILLIAMS, Raymond. *Op. Cit.*, p. 235.

²⁰ *Ibid.*, 236.

espalhar pelo mundo, principalmente, nos meios universitários. Por conta disso, estudantes passam a encorpar protestos reivindicando dos líderes de seus países o tratamento de questões sociais que afetam o planeta, uma dessas questões era a ambiental, assim, escrevia Odum em seu livro *Ecologia* de 1983:

Um fenômeno que se pode descrever como um movimento mundial de consciência ambiental apareceu subitamente durante dois anos, 1968 a 1970. Parecia que, de repente, todo mundo estava preocupado com a poluição, áreas naturais, crescimento populacional e consumo de alimentos e energia, conforme a ampla cobertura de assuntos ambientais na imprensa popular.²¹

Os movimentos ambientalistas ganham espaço a partir do momento em que cientistas e intelectuais chamam atenção para as consequências ecológicas dos elevados índices de produção e consumo dos países capitalistas e do socialistas real. Mario Ferri, professor do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, no Prefácio para a edição Brasileira do livro de Jean Dorst *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*, nos permite entender as noções do que se tinha no período quando afirma que

é um livro excepcional [...] pelo 'brado de alerta', que só não sensibilizará aos mortos, aos ignorantes e aos inconscientes [...] este livro será de muita utilidade, no despertar de consciências para a precária situação em que se encontra a Terra [...]²²

A possibilidade do esgotamento dos biomas e ecossistema influenciaram os diversos campos de produção de conhecimento. Aziz Ab'Sáber, no prefácio do livro de Warren Dean *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, desenvolve análises interessantes acerca das tentativas de domesticação da seringueira no Brasil, que acabam por revelar que nem sempre a tecnologia é capaz de extrair da natureza o que pretende. Ab'Sáber afirma ser esta "a dramática história da revanche da natureza tropical"²³, pois, as tentativas de plantação de seringueiras no Brasil, pela bilionária companhia Ford, resultaram em "fracassos ecológicos e econômicos.

²¹ ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1983, p. 2.

²² FERRI, Mário Guimarães. PREFÁCIO PARA A EDIÇÃO BRASILEIRA. In: DORST, Jean. *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*. São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973, p. 19.

²³ AB'SÁBER, Aziz. Warren Dean e a memória de uma grande luta. In: DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 6.

Na introdução de seu livro, publicado em 1989, Dean destaca a relevância da exportação da borracha para a economia brasileira que, em seu auge, “tornou-se um sustentáculo da economia”²⁴, sendo responsável por quase 40% da exportação, competindo com o café oriundo do Centro Sul. Todo esse potencial de comercialização levou tanto o Estado brasileiro quanto empresas internacionais a buscar maneiras de domesticação das seringueiras. Dean entende que a tentativa de domesticação das seringueiras trata-se de uma questão “essencialmente ecológica”, e destaca

os relatos históricos da agricultura tropical são escritos como se o objeto de estudo fosse um processo industrial, em vez de biológico, e como se as condições ecológicas de produção não tivessem importância para os resultados históricos [...] este relato pretende ser uma contribuição ao domínio da história ecológica, que o autor considera como um gênero da história cultural que analisa a capacidade de nossa espécie de compreender e conduzir, em diferentes circunstâncias, suas relações com o ambiente natural.²⁵

Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) foram executados no maior bioma de floresta tropical do mundo, com vegetação e clima único e uma série de espécies de flora e fauna endêmicas que se perpetuam nas condições físicas, climáticas e biológicas próprias da região. Não à toa, a natureza vai ser o principal objeto de análise pelos colaboradores do Regime Militar que contribuíram para a elaboração dos planos executados entre 1967 a 1985.

A região amazônica vem amiúde passando por diversas “investidas no sentido da homogeneização civilizadora”²⁶. Sob a justificativa de que “apenas as grandes empresas teriam condições de subordinar a natureza indócil”²⁷. Os países “desenvolvidos”, bem como o Centro Sul industrializado, eram exemplos a seguir, pois, para o Regime Militar, políticos e intelectuais conservadores, os povos brancos teriam atingido patamares “superiores” de “civilização” e “progresso” técnico e industrial que possibilitou o crescimento econômico e melhorias na vida de suas populações.

²⁴ DEAN, Warren, Op. Cit., p. 26.

²⁵ Ibid., p. 27.

²⁶ COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. 2. Ed. Belém, NAEA, 2013, p. 25.

²⁷ Ibid., p, 25.

Como dito, a partir de 1968, ocorreu “uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política²⁸”, assim, “os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento”²⁹. Estudos de ecologia passaram a ser analisados por historiadores e o passado fora revisitado e narrado considerando os aspectos ambientais que influenciavam eventos humanos em seu cotidiano, portanto, “o aparecimento da história ambiental consciente de si mesma está ligado a uma ausência da dimensão biofísica em boa parte da historiografia contemporânea”³⁰.

Pádua considera o “enfoque flutuante” recorrente na historiografia. Este enfoque, segundo Pádua, pode ser compreendido “no sentido de que a humanidade flutua acima do planeta, como se os seres humanos não fossem animais mamíferos e primatas, seres que respiram e que precisam cotidianamente se alimentar”³¹, logo, a condição biológica humana e sua interação com a natureza pouco era tratada enquanto objeto de análise do historiador.

Fazer história ambiental se constitui em um desafio e um exercício teórico de se pensar o ser humano “na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológicas e sociológicas”³², este desafio entra em choque com a “dominância do enfoque flutuante na historiografia³³”. A história ambiental chama atenção para a importância de analisar as relações entre o ser humano e o ambiente biofísico que sustenta sua existência. A natureza, por sua vez, “se apresenta de forma direta, positiva e imediata à percepção humana”.

Pádua, a partir dos estudos de Arthur McEvoy e Donald Worster, chama atenção para três dimensões básicas que precisam ser consideradas em conjunto num estudo em história ambiental: um primeiro relacionado, basicamente, a natureza em sua constituição biofísica; um segundo voltado para os elementos que constituem social e economicamente as sociedades; e um terceiro acerca das dimensões cognitivas, mentais e culturais do ser humano, ou seja, “o comportamento social dos seres humanos em relação ao mundo natural”³⁴.

²⁸ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: *Estudos Avançados*, vol.24, n^o. 68. São Paulo: USP, 2010., p. 82.

²⁹ *Ibid.*, p. 82.

³⁰ *Ibid.*, p. 91.

³¹ *Ibid.*, p. 91.

³² *Ibid.*, p. 91.

³³ *Ibid.*, p. 92.

³⁴ *Ibid.*, p. 95.

Pesquisas em história ambiental precisam reconhecer “a historicidade dos sistemas naturais”³⁵; posto que em “certas situações os fatores biofísicos são decisivos”, em outros, os fatores tecnológicos se sobrepõem e atingem suas finalidades. A história ambiental considera que “o biofísico, o social e o cultural estão sempre presentes”³⁶.

Cabe à história ambiental “a postulação de que os fatos ecológicos são indissociáveis dos fatos sociais, e são, em última análise, históricos”³⁷. A interdisciplinaridade é elemento essencial à história ambiental, de tal modo, que ecologia, geografia, meteorologia, geologia, por exemplo, ajudam o historiador a desenvolver narrativas consistente. Este, por sua vez, “precisa operar instrumentos que proporcionem uma visão holística das sociedades e da natureza”³⁸. Cabe ainda a história ambiental considerar os biomas, ecossistemas, paisagens dentre outros como “ambientes abertos”, flexíveis, em constante mudança.

Garfield³⁹ aponta como recente os discursos de “esverdeados”⁴⁰ dos movimentos sociais, a partir de então, foram explicitadas “percepções míticas ou espirituais da natureza em novas identidades públicas”⁴¹,

Os movimentos sociais na Amazônia viram a possibilidade, a partir do advento dos movimentos ambientalistas, de que a adoção de nova postura devia se dar no intuito de “transformar políticas públicas e conflitos locais nas florestas amazônicas em novos campos transnacionais”⁴², com intuito de chamar atenção da comunidade internacional para as necessidades de suas demandas. Com isso, a região amazônica e suas populações passaram a ser temas de debates entre líderes políticos, instituições e intelectuais difundidos pela mídia, ganhando repercussão.

Cabe a história ambiental, também, o estudo das mudanças das paisagens, ecossistemas e biomas, contudo Worster destaca que o historiador ambiental

³⁵ Ibid., p. 97.

³⁶ Ibid., p. 97.

³⁷ MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007, p. 34.

³⁸ Ibid., p. 36.

³⁹ GARFIELD, Seth. A natureza de uma região: a Amazônia da Era Vargas à Era Verde. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁴⁰ Ibid., p. 235.

⁴¹ Ibid., p. 235.

⁴² Ibid., p. 236.

quando afirma que a natureza muda precisa problematizar essa mudança de modo a “discriminar entre os muitos tipos e ritmos de mudanças que acontecem”⁴³.

Worster destaca que “os historiadores tem exercido uma ampla influencia [...] por causa da sua insistência em explorar o passado, ensinando o mundo a pensar historicamente”⁴⁴. A história ambiental vem contribuir com a análise da relação ser humano/natureza.

As descobertas científicas do século XIX contribuíram para novas análises do que se considera natureza em sua composição biofísica, “a geologia foi a primeira ciência a descobrir o tempo [...] Charles Darwin transformou a biologia em história”⁴⁵.

Para Worster “dessa nova biologia historicizada surgiu o campo da ecologia, embora ela não tenha alcançado, até os anos 1890, o *status*, mesmo que rudimentar, de uma disciplina acadêmica”⁴⁶. A ecologia nasce, portanto, no processo de entendimento de que a natureza é dinâmica e está em constante mudança, por vezes, alheia as interferências humanas, mas que não deixa de alterar trajetórias na história, pois, “os distúrbios são história. E uma natureza perturbada é uma natureza que tem uma história muito semelhante à história que os seres humanos fazem”⁴⁷.

Com isso, “o sentido da totalidade ecológica, que antes parecia tão inabalável, tem tendência, juntamente com todas as outras ideias, a desmanchar no ar”⁴⁸.

A superprodução esbarrou nos limites do esgotamento da natureza e os estudos na ecologia permitiram o despertar da noção de que dependemos do equilíbrio ecológico para sobrevivência da espécie, como segue:

o que chamamos de movimento ambiental no período após a Segunda Guerra Mundial foi essencialmente um despertar para a verdade, baseado na experiência de que temos que depender de outras formas de vida para sobreviver [...] não temos opção⁴⁹

Nesse contexto, o Regime Militar dava continuidade as políticas desenvolvimentistas que contavam com investimentos massivos no desenvolvimento

⁴³ WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, SILVA, Sandro Dutra, DRUMMOND, José Augusto e TAVARES, Giovana Galvão (orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 367.

⁴⁴ Ibid., p. 369.

⁴⁵ Ibid., p. 370.

⁴⁶ Ibid., p. 371.

⁴⁷ Ibid., p. 376.

⁴⁸ Ibid., p. 378.

⁴⁹ Ibid., p. 381.

das indústrias e da agropecuária, atendendo os anseios das elites conservadoras. Essas políticas se voltam para a Amazônia com a justificativa de que se tratava de uma região ameaçada pelos países imperialistas. Os planos de desenvolvimento foram elaborados considerando a natureza da Amazônia como “problema” a ser resolvido, sendo um dos maiores problemas a diversificada cobertura vegetal. O desenvolvimento econômico e social dependia, dentre outros fatores, da derrubada da floresta e do povoamento do “vazio”.

Worster (1999) segue:

A ideia de história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural⁵⁰.

Tendo como evento de grande impacto mundial a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorreu na Suécia em 1972.

A Amazônia brasileira era caracterizada pelo Regime Militar e outros grupos de intelectuais conservadores como “atrasada”, pois em muitos aspectos, principalmente econômicos e sociais, se distinguiam dos centros econômicos. Posto que,

seria preciso chegar ao século XX para que a implantação das linhas telegráficas, a aviação e o ciclo rodoviário incorporassem grande parte da Amazônia ao mundo conhecido pela sociedade nacional⁵¹

Cabia à região desenvolvida (Centro sul) ajudar no desenvolvimento das regiões “atrasadas” (Nordeste e Amazônia).

Novas análises estão sendo desenvolvidas e são demasiadamente colaborativas no intuito de compreender o Regime Militar na Amazônia, Soares (2020) busca “captar o sentido da representação amazônica realizada pelos militares”⁵² e, ainda, “a maneira como foi construída essa interpretação amazônica

⁵⁰ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1999., p. 198.

⁵¹ PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaio de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

⁵² SOARES, Filipe Menezes. *A Amazônia da ditadura: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020., p. 21.

dos militares”⁵³, para isso, vai mobilizar uma série de conceitos que foram utilizados pelo Regime Militar como: integração, espaço vazio, fronteira, segurança, etc., dentro de uma pesquisa a luz da análise do discurso Foucaultiana vai discorrer, também, acerca dos discursos que vão influenciar o regime oriundos do processo de colonização até o momento em que são executados os planos de desenvolvimento. Batista (2016) busca “explicitar como os componentes da natureza amazônica foram concebidos, qualificados e apresentados para a utilização nos planos de desenvolvimento da Amazônia entre 1955 e 1985”⁵⁴, bem como, “as implicações desse processo sobre os ecossistemas e as populações regionais.”⁵⁵

Este trabalho, porém, parte da compreensão de que existem importante influencia do que vai denominar por “cultura política”. Que no Brasil que vai persuadir, a certo ponto, tomadas de decisões as mais diversas.

Patto (2013) nos leva a reflexão sobre o Regime Militar compreendendo-o como imbricado a “fatores conjunturais e estruturais”⁵⁶, somado a isso, nos leva as análises do conceito de “cultura política” enquanto relevante para a sapiência das “influências de comportamentos arraigados nas tradições políticas do país”⁵⁷.

Para Patto (2013) a cultura política no Brasil possibilitou distinções do Regime Militar brasileiro:

O projeto econômico nacional-desenvolvimentista, a manutenção em vigor (embora de modo precário) de instituições liberais, o menor número de mortes e desaparecimentos provocados pela repressão política e uma maior tolerância com intelectuais e valores culturais de esquerda.⁵⁸

A Operação Amazônia e as propagandas governamentais vão revelar o forte apelo do Regime Militar para que seus planos de desenvolvimento da Amazônia estejam em concordância com as expectativas esperadas pela “nação” para o desenvolvimento do país, por conta disso, as propagandas, por mais que tivessem a intensão de atrair investidores, buscavam também apoio político e popular, em meio

⁵³ Ibid., 21.

⁵⁴ BATISTA, Iane Maria da Silva. *A natureza nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. Belém: Tese, Programa de Pós-Graduação Doutorado em História Social da Amazônia, 2016, p. 16-17.

⁵⁵ Ibid., p. 17.

⁵⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá e ABREU, Luciano Aronne. Apresentação – Autoritarismo e cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá e ABREU, Luciano Aronne. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013., p. 09.

⁵⁷ Ibid., 09.

⁵⁸ Ibid., 11.

a um regime autoritário, mesmo após a radicalização do AI-5. Ocorre, portanto, certa insistência do Regime Militar em adquirir apoio e demonstrar que as medidas estavam sendo tomadas com base no debate “democrático”, assim, os que teciam críticas a atuação do regime na Amazônia, por vezes, eram tratados como não patriotas, não nacionalistas, portanto, inimigos da nação.

Porém, a história ambiental nos permite compreender a ditadura brasileira como absolutamente agressiva à natureza. A região Amazônica contém a maior parte do território nacional, os prejuízos ao bioma e ecossistemas foram os maiores até então, é importante, portanto, considerar esse aspecto, compreendendo que os custos da repressão não se limitam as cidades e a atuação do regime no Centro Sul, na Amazônia, o Regime Militar cuidou de degradar sociedades, seus hábitos, costumes, cotidianos, a luta contra o extrativismo foi demasiada, o caboclo junto dos demais grupos que compõem essas sociedades, considerados incapazes, selvagens, primitivos, não tinham espaço para a reação em âmbito nacional, porém, não deixaram de resistir e lutar, daí decorre a proliferação dos movimentos sociais do campo na Amazônia, junto da proliferação de organizações de trabalhadores no campo, em diversas sub-regiões. É importante elencar que Patto (2013), de modo algum, ameniza os custos da repressão, ressalta sua distinção, notada, principalmente, quando se analisa regimes militares ocorridos em outros países, nesse contexto.

A cultura política parte de alguns pressupostos, um deles é que “a cultura – em sentido antropológico – influencia as decisões e as ações políticas”, portanto, “a atuação política dos homens”, ocorrem, “por determinação também de fatores culturais”⁵⁹, o que não significa que está se “estabelecer uma espécie de determinismo culturalista, desprezando a importância do interesse e da escolha individual”⁶⁰. Assim,

[...] No momento da decisão, os agentes têm à disposição um leque de opções, e os fatores culturais (sentimentos, identidades e valores) podem exercer maior ou menor influência, a depender do contexto e dos setores em cena⁶¹.

As “lutas” do Regime Militar contra o “Inferno Verde”, vão se dá a partir do momento em que a natureza da Amazônia é eleita inimiga do desenvolvimento, da

⁵⁹ Ibid., 11.

⁶⁰ Ibid., 11.

⁶¹ Ibid., 11.

integração, do povoamento e impositiva de hábitos e costumes regionais que descrevem as sociedades locais como “primitivas”, “atrasadas”.

A análise das obras dos intelectuais que, a partir da Operação Amazônia, vão ser incluídos na Exposição Amazônia brasileira de modo a contribuir para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, bem como, a análise desses planos, que nos permitir compreender mudanças conceituais sobre natureza e sociedade, também, vão ser entendida partindo dessa perspectiva.

Por cultura política Patto (2013) define:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro. Vale ressaltar que se trata de “representações” em sentido amplo, configurando conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos, símbolos, discursos, vocabulários e diversidade cultural visual (cartazes, emblemas, caricaturas, filmes, fotografias, bandeiras etc.) Reiterando, tratar-se de conceito de cultura próxima à perspectiva antropológica, mas que comporta também, e as integra, expressões artísticas e manifestações estéticas.⁶²

Esta definição nos possibilita muitas reflexões acerca da construção narrativa de uma história ambiental da Amazônia que parte da elaboração de um conjunto de noções formuladas por grupos diversos acordados com o Regime Militar em maior ou menor grau, mas que tiveram espaço para pensar o desenvolvimento da Amazônia se valendo de definições de natureza e sociedades.

Outrossim, segue Patto (2013)

[...] para caracterizar uma cultura política enquanto tal, é necessária a existência de um imaginário, no caso em tela, um imaginário nacional, um conjunto de representações capaz de instituir o grupo como comunidade política. Desse conjunto fazem parte heróis, vilões, eventos marcantes, guerras, etc., uma gama de representações construídas por meio de imagens mentais ou visuais que é preservada, reproduzida e reapropriada ao longo do tempo, processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além da literatura, a cultura visual e as diferentes mídias.⁶³

A Exposição Amazônia brasileira vai reunir obras de naturalistas do século XIX e soma-las a produções do início do século XX até as vésperas da exposição,

⁶² Ibid., 11-12.

⁶³ Ibid., 15.

como algumas cunhadas pela Operação Amazônia e as de 1968 como a coletânea “Amazônia brasileira em foco”. Algumas dessas vão rememorar os “grandes feitos” do colonizador português e dos “desbravadores” bandeirantes. O Regime vai assumir esses dois papéis, tanto de desbravador, quanto de colonizador, e outros.

Somado ao imaginário, Patto (2013) elenca outra questão importante para uma análise que se propõe considerar a cultura política, trata-se da “presença de comportamentos e valores políticos típicos de grupos”⁶⁴, pesando o patrimonialismo “a tendência a confundir os bens públicos e os privados, supostamente uma herança ibérica [...]”⁶⁵. E ainda a questão proposta por Oliveira Vianna, o “personalismo (ou o privatismo) seria elemento central da cultura política, marcada, portanto, pela primazia dos laços pessoais”⁶⁶.

Patto (2013) apontam pesquisas cujos resultados afirmam: “[...] o grupo dos ambivalentes (que combinam valores democráticos e autoritários) no Brasil é o mais alto da região”⁶⁷.

Por conseguinte, outros elementos da cultura política brasileira devem ser considerados como “o clientelismo, o elitismo (e seu paz inseparável, a exclusão popular dos espaços de decisão), a frágil identificação dos cidadãos com os partidos, o pouco apreço e a escassa participação nos espaços públicos”⁶⁸.

As sociedades da Amazônia não são convidadas a participar da elaboração dos planos de desenvolvimento, por vezes, os autores e os planos as tratam como “incapazes” de contribuir pela possível dificuldade que teriam de compreender tais planos. Contudo, a fim de atrair investidores, ocasionalmente, essas populações vão ser definidas como possuindo certas aptidões que lhes permitiriam exercer certas atividades profissionais qualificadas.

A configuração da cultura política brasileira, protegida pelas elites, possui, entre suas funções “reduzir tensões sociais e, com isso, manter o poder político e privilégios sociais, facilitando a manutenção do *status quo*.”⁶⁹, esses resultados, dependem da “presença de disposição cultural favorável”⁷⁰.

⁶⁴ Ibid., 15.

⁶⁵ Ibid., 15.

⁶⁶ Ibid., 15.

⁶⁷ Ibid., 16.

⁶⁸ Ibid., 17.

⁶⁹ Ibid., 19.

⁷⁰ Ibid., 19.

Durante o Regime Militar “a influência da cultura política se fez presente, e jogos de acomodação e estratégias conciliatórias ocorreram simultaneamente à violência.”⁷¹

Patto (2013) nos ajuda a refletir os caminhos para a elaboração e execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), posto que considera enquanto primeiro aspecto de análise

o caráter simultaneamente modernizador e conservador do Regime Militar, que conciliou tendências por vezes contraditórias e obrigou agentes com ideias discrepantes, desde liberais a fascistas, passando por conservadores e nacionalistas autoritários. Por isso, o regime de 1964 hesitou entre uma ditadura clássica e o liberalismo autoritário.

Nas universidades é possível também visualizar as tendências conciliatórias, como segue:

A reforma universitária da Ditadura produziu rápida expansão do setor universitário (tanto público como o privado) ao longo dos anos 1970, com o aumento das vagas para a graduação, criação do sistema de pós-graduação, construção de *campi* universitários e fortalecimento da infraestrutura de pesquisa. Tudo isso ocorreu simultaneamente à implantação de sistema de informações e vigilância para reprimir os adversários e suspeitos, muitos dos quais foram expelidos do sistema universitário.⁷²

Foi reservado papel aos intelectuais para o projeto de modernização conservadora, com isso:

[...] Diferentemente de outros países, no Brasil a Ditadura preocupou-se em atrair os intelectuais acadêmicos [...] inclusive professores com convicções socialistas, foram mantidos nos quadros, ou contratados durante a Ditadura [...]⁷³

Na Amazônia os descompassos dos planos de desenvolvimento, frente as realidades decorrentes de sua implantação vão criar situações onde o regime vai “tolerar” a permanência de aspectos da cultura econômica regional, como o extrativismo. Patto (2013), vai denominar por “‘acomodação’ esse tipo de prática,

⁷¹ Ibid., 20.

⁷² Ibid., 21.

⁷³ Ibid., 23.

que representa estratégias de lidar com o Estado autoritário nos interstícios entre resistência e a colaboração/adesão”⁷⁴.

A Acomodação característica da cultura política brasileira possibilitar “outra das singularidades do caso brasileiro. Refiro-me aos acordos para a saída da Ditadura”, que geraram uma transição particularmente lenta e segura para os agentes autoritários”⁷⁵, nesse contexto,

Apesar das vozes dissonantes, em 1979 foi aprovada uma anistia recíproca, ainda em vigor e intocada pelos governos do período pós-autoritário, cujo pilar principal, na ótica da Ditadura, era garantir a impunidade dos agentes da máquina repressiva. Essa grande conciliação, que no serviço público civil permitiu a volta dos expurgados sem provocar choques notáveis com os antigos apoiadores do Regime Militar, foi influenciada pelas tradições da cultura política, de que a Ditadura também foi tributária. Considerando os países do Cone Sul, o Brasil é o único em que os agentes repressivos da Ditadura continuam impunes, apesar das pressões em contrário.⁷⁶

A história ambiental nos permite pensar a anistia relacionada à degradação ambiental ocasionada pelos projetos e programas oriundos dos PDAs. Os custos ambientais são por vezes dissimulados diante das narrativas que tratam dos “Grandes Projetos”, por exemplo.

As análises desenvolvidas nos possibilitam levantar questões diversas e compreender a amplitude de conceitos atribuídos pelos intelectuais conservadores à Amazônia, sua natureza e sociedades.

As populações da Amazônia se agrupavam em sociedades as mais diversas, seus hábitos, costumes, experiências foram associados à “primitivismo”. Para Thompson (1981) experiência pode ser compreendida da seguinte forma:

O que queremos dizer e que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico d’a demonstração. E mesmo alguns intelectuais

⁷⁴ Ibid., 25.

⁷⁵ Ibid., 31.

⁷⁶ Ibid., 31.

atuantes sofreram, eles próprios, experiências⁷⁷ (THOMPSON, 1981, p. 15).

As experiências vivenciadas a séculos pelas populações da Amazônia confrontavam com o modelo de desenvolvimento que vinha para alterar a relação ser humano/natureza.

A fim de entender essas questões, as perspectivas teóricas da História social nos ajudam a desenvolver análises das fontes levantadas, dos relatórios institucionais, das produções que compuseram a Exposição Amazônia brasileira, dos planos de desenvolvimento para a Amazônia implantados a partir da Operação Amazônia.

A coleta das fontes se deu de modo variados, as obras presentes na exposição, apesar de muitas se encontrarem na Biblioteca da Sudam, foram levantadas para Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no mês de julho de 2017. Os planos de desenvolvimento, legislações, etc., estão disponíveis digitalizados nos sites da Biblioteca da SUDAM e outros. As revistas “O Cruzeiro” e “Manchetes” vieram a mim por meio de minha orientadora, Profa. Edilza Fontes, bem como o Catálogo da Exposição Amazônia brasileira.

O período em análise (1969-1980) se justifica pelo lançamento da Exposição Amazônia brasileira na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em dezembro de 1969. Esse momento é considerado de relevância por se tratar de uma das iniciativas da Operação Amazônia que tinha entre seus propósitos fazer o levantamento de um número expressivo de publicações que davam respaldo as ações que deveriam ser tomadas para o desenvolvimento da região, a exposição também, tem intenções propagandísticas, pois, o Regime Militar via, principalmente, nesse momento em que estava se consolidando, a possibilidade de obter apoios das elites conservadoras, mas também, da sociedade brasileira, de maneira mais geral, para os projetos que viria a executar.

O ano de 1980 é quando fora escrito o III PDA, neste documento, é feito um balanço das ações passadas dos PDAs anteriores. É possível compreender rupturas e continuidades nos aspectos que se refere ao trato das ideias de natureza e das sociedades da Amazônia, as mudanças nas análises se dão conforme os resultados obtidos pelos planos, porém, tanto natureza, quando as sociedades.

⁷⁷ THOMPSON, Edward P. *Miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981, p. 15.

Considerando os elementos da cultura política brasileira temos por objetivo compreender os conceitos de natureza e sociedade desenvolvidos pelo Regime Militar, elites conservadoras, políticos e intelectuais que colaboraram, direta e/ou indiretamente, para a implantação dos planos de modernização conservadora a partir da Operação Amazônia (1966), da Exposição Amazônia brasileira (1969), e das propagandas e, ainda, as conceituais sobre natureza e sociedade oriundas dos PDAs redefinidas e/ou reafirmadas conforme sua execução.

Para a compreensão das análises desenvolvidas pelos intelectuais conservadores, o primeiro capítulo se propõe a sopesar as influências estrangeiras nos discursos de desenvolvimento econômico da Amazônia do início do século XX; os impactos das intervenções pouco exitosas, como a Fordlândia e os acordos de Washington; e por fim, as implicações decorrentes das políticas de desenvolvimento elaboradas a partir do “Discurso do Rio Amazonas” e da implantação de políticas de planejamento e valorização da Amazônia sob a intervenção da SPVEA.

O segundo capítulo discorre sobre o início do Regime Militar seus significados e decorrências imediatas ao golpe de Estado, que tirou um presidente eleito para empossar generais das Forças Armadas. Assim, também, analisa as reações dos opositores, a implantação do AI-5, a necessidade do regime em aglutinar apoiadores nas elites conservadoras e nas camadas populares, os usos das mídias, dentre outros. Esse contexto descreve o cenário político e social, no qual vai ser lançada a Operação Amazônia, esta por sua vez vai ser minada de elementos simbólicos que buscam representar os interesses do Regime Militar em implantar os planos de desenvolvimento da Amazônia. Portanto, a Operação Amazônia, os discursos da 1ª RIDA, as legislações e os relatórios elaborados vão reunir definições e conceitos formulados pelos militares, políticos e intelectuais conservadores, e por sua vez, vão culminar na elaboração dos planos de desenvolvimento.

O terceiro capítulo vai tratar mais especificamente do Catálogo da Exposição Amazônia brasileira. Este possui as *Notas Preliminares* elaborada por Wilson Lousada, a *Apresentação* escrita por Artur César Ferreira Reis e a catalogação de 563 objetos, principalmente, produções bibliográficas, mas também, objetos típicos da região e fotografias que nos ajudam a compreender o que se entendia pela natureza e a sociedade da Amazônia.

O quarto capítulo trata dos autores e suas publicações que estiveram na exposição. Nelas dois aspectos são analisados: as definições direcionadas ao

ambiente natural e seu trato; e ainda, as análises elaboradas acerca das sociedades da Amazônia. Tanto natureza, quanto sociedades são pensados a partir da necessidade cunhada pelo Regime Militar em aprofundar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e consumo na região.

O quinto capítulo vai tratar da execução dos planos de desenvolvimento da Amazônia como elementos de propaganda, bem como, as implicações apontadas nos PDAs acerca das medidas que vinham sendo implantadas. Primeiramente, foram analisadas as publicações de duas revistas de circulação nacional “O Cruzeiro” e a revista “Manchete”. Estas publicações reforçam os anseios do Regime Militar em angariar apoios para suas políticas de desenvolvimento. A revista “O Cruzeiro”, publicada no ano de 1968, destaca as transformações que vinham ocorrendo no estado do Pará, aspectos considerados modernos são elencados como o desenvolvimento das indústrias, bem como os símbolos de modernidade que alteravam o cotidiano das populações em Belém, capital do estado do Pará. A “Manchete” analisa, principalmente, as transformações no campo, propagandeando a abertura de rodovias como conquistas que veem para subjugar a floresta e interligar lugares, ampliando a oferta de terras a preço baixo.

Em seguida, o I, II e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia são analisados, considerando, novamente, natureza e sociedade como dois objetos de análises, posto que a Operação Amazônia em sua concepção busca transformar esses dois aspectos em elementos de modernidade por meio do uso da técnica. Os PDAs são elaborados apontando avanços e dificuldades para sua execução. Assim, por exemplo, o II PDA analisa questões do I PDA e aponta “dificuldades” de sua execução que são atribuídas à natureza e as sociedades da Amazônia, da mesma forma o III PDA, tece essas análises sobre o II PDA, a leitura dos planos nos permite extrair uma série de concepções sobre a natureza e a sociedade da Amazônia frente as políticas de intervenções implantadas pelo Regime Militar.

CAPÍTULO 01 – Amazônia, civilização, natureza e sociedade no início do século XX: primeiras intervenções

As perspectivas de pensamentos hegemônicos acerca de conceitos relacionados à “avanço”⁷⁸ econômico, social, cultural e religioso adotadas pelas oligarquias da região Amazônica, fora herdeira do processo de colonização judaico-cristã português, que permaneceu ao século XIX, mesmo após a independência em 1822⁷⁹, porém, passou a reproduzir, os conceitos europeus liberais da ideia de ordem, progresso e civilização e vão está atrelados a o processo de expansão da produção mecanizada, junto da crescente demanda componentes da natureza que precisavam ser transformados em produtos úteis à produção e consumo.

A venda da borracha intensificada em finais do século XIX, com o aumento das exportações, atraiu a atenção dos investidores, ao mesmo tempo em que criou demandas para o Estado, que passou a direcionar medidas de controle e fiscalização. As fronteiras e suas definições foram algumas dessas demandas que couberam às Forças Armadas coordenar, tanto nas resoluções pacíficas, quanto nas que houve conflitos. Junto disso, as vendas do látex permitiram também aos centros urbanos transformações que buscavam reproduzir hábitos e costumes sob influência europeia. Teatros, cinemas, bondes elétricos e outros elementos considerados símbolos do mundo moderno e avançado chegaram a Belém e Manaus⁸⁰.

O comércio da borracha vai ser incorporado de maneira diversa nos argumentos formulados que tratam da inserção da economia da Amazônia à economia capitalista, de modo hegemônico, pelo menos até a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia, em agosto de 1950.

Compreender a história da Amazônia relacionada aos processos de intervenção estatal para o desenvolvimento da economia capitalista perpassa por analisar as ações envoltas do comércio de exportação da borracha. Apreciações

⁷⁸ O termo “avanço” é melhor compreendido a partir das concepções de progresso, evolução e civilização do século XIX. Porém, no Brasil as perspectivas hegemônicas em âmbito político-econômico-social têm forte influência judaico-cristã colonial.

⁷⁹ a implantação de um modelo político com bases absolutista no Brasil, que finda com a proclamação da república de 1889, tendo formada uma elite política e econômica, de base colonial.

⁸⁰ SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado e CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010

diversas vão ser feitas para justificar o declínio da economia da borracha, e outras, para apontar caminhos de retomada do crescimento das exportações, que serão demandadas, inclusive pelo mercado interno, com a proliferação das indústrias.

Até pelo menos a criação da SPVEA, em janeiro de 1953, as políticas de desenvolvimento deram-se de maneira pontual, a partir de iniciativas particulares, como no caso da Fordlândia ou por ocasião adversa, como a que levou à assinatura dos Acordos de Washington e as campanhas dos soldados da borracha. Contudo, esses momentos e outros possibilitaram a formulação de análises que tratavam do que fazer para levar à Amazônia o desenvolvimento econômico aos moldes do que vinha ocorrendo nos centros econômicos e de produção de mercadorias no Brasil e no mundo.

As políticas de desenvolvimento e as reflexões traçadas de maneira recorrente esbarravam na questão de como utilizar a volumosa quantidade de “matéria-prima” encontrada na região, que abrange mais da metade do território nacional. Essas reflexões vão ser incorporadas ao longo do século XX e, em certa medida, influenciam a construção dos planos de desenvolvimento da Amazônia implantados durante o Regime Militar (1964-1985); compreendê-las é fundamental.

1.1– Amazônia: influências estrangeiras

A região amazônica, por vezes, chamou a atenção de empresários e políticos interessados na exploração dos elementos dispostos no bioma. O desenvolvimento de máquinas, bem como as fábricas e as indústrias, permitiu o aumento exponencial da produção de mercadorias na Europa. Esse modelo passou a ser seguido no Brasil, a partir do final do século XIX foi iniciado um processo de modernização da economia. Hobsbawm aponta que as influências das políticas liberais europeias serão incorporadas de maneiras diversas por outros países, posto que, “os ‘modelos’ dos países desenvolvidos eram copiados pelos países mais atrasados em um punhado de versões dominantes [...]”⁸¹, sendo predominantes as influências dos “franceses na América Latina [...]”⁸².

O processo de homogeneização da produção, consumo e comércio intensificou-se com a internacionalização da economia capitalista. Os liberais, em “meados do século XIX, pensavam num mundo futuro único e mais ou menos

⁸¹ HOBBSAWM, Eric J. A Era do capital 1848-1875. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 101.

⁸² Ibid., p. 101.

padronizado, onde todos os governos reconheceriam as verdades da economia política e do liberalismo”⁸³; assim sendo, aos poucos, o direcionamento para o desenvolvimento da economia liberal foi se dando no Brasil e ditando regras para os usos da natureza, modificando paisagens.

Teorias como darwinismo social e o evolucionismo⁸⁴ se constituíram em paradigmas que apontam para a “superioridade” racial das populações brancas. Em âmbito regional, as elites da América Latina buscaram seguir com “grande zelo, e ocasionalmente com maior crueldade, o caminho da ‘ocidentalização’ na sua forma burguês-liberal”⁸⁵, a exemplo do desenvolvimento da agricultura em que as “terras virgens da América foram limpas a machado e fogo”⁸⁶. Os lucros se avolumavam, junto das desigualdades, com os resultados diretos da exploração intensiva da natureza somada aos poucos gastos com mão-de-obra e outros.

O positivismo⁸⁷, por exemplo, elaborava conceitos relacionados a progresso, modernidade, civilização, que definiam regiões como a Amazônia enquanto lugar de “atraso” e “selvageria”, que demandava por esforços para ser integrada à civilização para superar as “imposições” da natureza. Essa perspectiva vai justificar iniciativas governamentais como as que levaram às implantações das linhas telegráficas, das estradas de ferro, como a Belém-Bragança, e as construções do teatro Amazonas, em Manaus e o Teatro da Paz, em Belém, e outros, considerados símbolos de modernidade. Como dito, esses, considerados elementos de civilização, foram implantados a partir do momento em que a vulcanização de Goodyear (1853), “transformou a borracha de uma mera novidade em uma valiosa mercadoria no mercado mundial”⁸⁸.

⁸³ Ibid., p. 102.

⁸⁴ Aqui o termo vem empregado na perspectiva de ser “o desenvolvimento de algo de acordo com suas tendências intrínsecas (como uma constituição ou um sistema econômico existente)”, assim sendo, o desenvolvimento da economia liberal se dava como uma etapa superior à anterior e que já havia se consolidado na Europa, portanto, modelo a ser seguido no Brasil. Ver: WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: SP; Boitempo, 2007., p. 168.

⁸⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Op. Cit.*, 2004, p. 177.

⁸⁶ Ibid., p. 252.

⁸⁷ Aqui empregado no sentido popular e ainda enquanto “programa de reforma social”, imbuído de “objetividade ingênua” que vai influenciar definições de palavras como ordem e progresso estampadas na bandeira do Brasil. Ver: WILLIAMS, Raymond. *Op. Cit.*, p. 321.

⁸⁸ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém, Ed. UFPA, 2012, p. 83.

A ideia de civilização do século XVIII ganha força no século XIX; o termo denota “um estado de ordem social e refinamento”⁸⁹ e vai permear os discursos do século XX no Brasil, enquanto que “progresso” vinha com a carga significativa na perspectiva de caracterizar “movimento adiante”⁹⁰ ou “algo que ia do pior para o melhor”⁹¹, não por acaso, fora estampado junto do termo “ordem” na bandeira nacional republicana.

O governador do Pará, Lauro Sodré, aponta no livro *Amazônia – 1900*, publicado na Espanha, que

O estrangeiro que queira viver conosco encontrará uma terra hospitaleira e um clima benigno que lhe garantirá saúde e robustez, (...) conjeturando que aqui, mais cedo ou mais tarde se há de se concentrar a civilização do globo⁹²

Junto da ideia de que iria se deparar com uma população receptiva, fora difundido também que o clima era favorável ao desenvolvimento pleno das populações que emigrassem. Essa expectativa derivava das transformações sociais e econômicas decorrentes do aumento da venda da borracha. O convite ao europeu se constituía em convite às nações “civilizadas”. Sarges (2010, p. 203) destaca que “os brancos europeus eram considerados os sujeitos representantes de ‘raças mais evoluídas’ que levariam ao progresso e a inserção da região na civilização”. Essa perspectiva ecoou pelo século XX.

Apesar de aspectos da natureza como o clima serem exaltados, as associações entre selva (floresta) e atraso eram recorrentes. Políticos e intelectuais da região detiveram-se em apontar elementos que possibilitariam o progresso humano e econômico aos moldes das sociedades liberais europeias. Por exemplo, José Coelho da Gama Abreu, o Barão do Marajó, afirma ser o clima uma bonificação para o “progresso”, posto que, na Amazônia vigora “um clima benigno que evita os gastos com a dureza do inverno”⁹³. A ideia de atraso das regiões tropicais precisava ser superada e, no caso da Amazônia, fora tratada com diferenciação das demais,

⁸⁹ WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: SP; Boitempo, 2007, p. 82.

⁹⁰ Ibid., p. 327.

⁹¹ Ibidem.

⁹² SODRÉ, Lauro. *Amazônia – 1900, 1899*. In: SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado e CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *Op. Cit.*, 2010, p. 201.

⁹³ ABREU, José Coelho da Gama. *Pará – 1900, 1900*. In: Ibid., 202.

uma vez que um grupo de intelectuais havia se formado na região, outros aspetos da civilização eram propícios.

A região amazônica fora difundida como uma região misteriosa, onde a floresta seria responsável por “ocultar” elementos desconhecidos e as populações possuírem hábitos rudimentares associados às suas práticas cotidianas diversas. Mesmo durante o cenário que caracteriza o antes e o depois da Proclamação da República, a região só passaria a ser integrada às políticas de segurança nacional no início do século XX, com a implantação do Comando Militar da Amazônia, em Manaus, e ainda por meio da implantação de linhas telegráficas sob a gerência do Major Cândido Mariano da Silva Rondon, entre 1900-1906, a comando do Exército brasileiro.⁹⁴

O aumento das exportações da borracha também impactou nas preocupações do Estado brasileiro relacionadas à consolidação das fronteiras. Estas se constituíram em espaços históricos de conflitos até início do século XX. Era necessária a delimitação das fronteiras, a fim de consolidar o processo de intervenção e superar as possibilidades de novos conflitos, como os ocorridos durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Esse processo deu-se, em certa medida, por meio da implantação de políticas econômicas que vão caracterizar os espaços diversos.

As fronteiras do Acre tornaram-se palco de conflitos, o que, segundo Bandeira (2000), levou à proclamação do Estado Independente do Acre, em 1899, e, posteriormente, a sua anexação pelo Brasil em 1903, através do Tratado de Petrópolis⁹⁵. Os conflitos, por sua vez, foram motivados pelo interesse nos lucros obtidos com o extrativismo da borracha.

O aumento da demanda do mercado internacional pela borracha causou dois impactos considerados importantes quando se pensa nas transformações sociais e econômicas: um desses é a diversificação da população pela inserção do migrante, principalmente, nordestino. As populações caboclas que poderiam ser absorvidas enquanto trabalhadores dos seringais – por conhecer a região e praticar, em sua

⁹⁴ Ver MACIEL, Laura Antunes. *A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telegrafo e civilização*. Proj. História, São Paulo, 18 maio 1999. Disponível em <file:///C:/Users/ALEXANDRE%20NUNES/Downloads/10994-26992-1-SM.PDF> Acesso em 26 jun. 2017.

⁹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre*. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 150-169, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a07.pdf>> Acesso em 15 fev. 2020.

maioria o extrativismo que lhes permitia subsistência, e diante, do rigoroso trabalho exigido na extração do látex –, não despertou forte interesse para essa ocupação. Coincidindo com um grande período de seca na região nordestina, o governo brasileiro empenhou-se em incentivar as populações nordestinas a migrarem para a Amazônia. Outro impacto decorreu da diversificação das trocas e ampliação dos serviços. Com o crescimento das elites, as transformações em Belém e Manaus possibilitaram maior complexidade às trocas econômicas, com o aumento do fluxo de produtos importados, impactando também nas exportações de produtos regionais diversos. Desse modo, as regiões de seringais foram sendo ocupadas por populações migrantes de regiões diversas.

Nas fronteiras de Roraima a situação se assemelhava às demais. Desde o período colonial, a construção de fortes e a escolha de se implantar a pecuária são elementos que nos ajudam a compreender a preocupação diante da possibilidade da perda desse território para outros países. Com isso, de acordo com Vieira (2014), optou-se pela “instalação de um projeto pecuário – que passou a introduzir os primeiros rebanhos nos campos gerais, com a fundação das Fazendas do Rei em 1787”, que teve como consequência impacto nas populações indígenas, por mais que houvesse a tentativa de inseri-las enquanto mão de obra para a pecuária. Os indígenas perderam suas terras e tiveram suas populações diminuídas pelos constantes conflitos agrários que se avolumaram a partir de então.

O projeto da pecuária barraria definitivamente a penetração de estrangeiros e a cobiça de outras nações europeias, além de aproximar economicamente o mercado interno e o externo, tendo como matéria-prima o resultado da produção de carne e couro proveniente da instalação das fazendas do Rei⁹⁶

O consequente aumento da concentração de terras em Roraima foi outro resultado da implantação do projeto pecuarista que ocasionou a proliferação de latifúndios, a diminuição das florestas e de espaços para a caça e a coleta. Essa medida, porém, veio consolidar “finalmente uma base de sustentação econômica para o rio Branco entre o final do século XIX e o início do XX”⁹⁷.

⁹⁶ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra (1777 a 1980)*. 2ª ed. Boa Vista: RR; Editora da UFRR, 2014., p. 43.

⁹⁷ VIEIRA, Jaci Guilherme GOMES FILHO, Gregorio F. *Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do vale do rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX*. TEXTOS E DEBATES, Boa Vista, n.28, p. 117-136, jul./dez. 2015, p. 132. Disponível em <<https://revista.ufr.br/textosedebates/article/download/3390/1897>>acesso em 11 fev 2020.

No Amapá, semelhante ao que ocorreu no Acre, foi proclamada a independência de uma região (situada entre os rios Oiapoque e Araguari), contestada entre Brasil e França, a República de Cunani, considerada a primeira experiência de soberania na região das Guianas. Esse território contestado fora em definitivo anexado ao Brasil em 1900, sua economia era eminentemente local. No Amapá, contudo, teve forte papel o extrativismo da castanha que, após o declínio da economia gomífera, contribuiu para a manutenção de um mercado local relacionado ao mercado externo⁹⁸.

Os processos de definições das fronteiras na Amazônia se constituíram em momentos onde a intervenção do Estado se fez através de incentivos diversos à ocupação; para isso, foram apontadas as vocações econômicas. Ocorreu, um momento inicial de incentivos ao comércio da borracha que vai causar impactos diversos em âmbito social e econômico.

A partir de 1912, na região amazônica, ocorreu a queda súbita da exportação da borracha, o que causou forte impacto na economia regional. O café continuou a ser o principal produto de exportação nacional, recebendo incentivos diversos que possibilitou a consolidação da produção e influenciou aspectos sociais na região Sudeste. Estes incentivos possibilitaram o processo de industrialização brasileiro que ocorreu de maneira tardia, pontual e direcionado a setores bem específicos, como no caso do café, que começou a passar por processo de industrialização e gerou lucros significativos às oligarquias latifundiárias⁹⁹.

Nossa primeira industrialização, 1880-1930, *grosso modo*, originou-se da importação de máquinas modernas custeadas pelo mundo agrário tradicional. Quanto a isso, o caso paulista, região que se tornaria principal pólo industrial do país, é exemplar.¹⁰⁰

São Paulo passou a ser exemplo de desenvolvimento da economia, com o processo de industrialização, intensificado pelos lucros da exportação do café, enquanto que na Amazônia, o mercado consumidor local, embora tivesse ampliado, sua base continuou sendo os produtos que a floresta e os rios ofereciam,

⁹⁸ Ver: GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. Revista Cantareira - Edição 17 / JUL-DEZ, 2012.

⁹⁹ DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, p. 231.

¹⁰⁰ PEREIRA, José Carlos Matos. *Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012., p. 236.

praticamente, *in natura*. Não se consolidou uma política de industrialização da região, ocupada eminentemente por caboclos e nordestinos, considerados, por muitos, inaptos para o trabalho fabril. Assim sendo, “a moeda estrangeira trazida pelo comércio da borracha ajudou a subsidiar os custos da industrialização no sul do Brasil, mas o mesmo não aconteceu na Amazônia”¹⁰¹,

Os regatões permitiram a chegada de produtos de outras regiões aos seringueiros, que acabavam por se endividar pelos mecanismos do aviamento. Com o declínio da produção da borracha, a população, eminentemente cabocla e nordestina, além da subsistência, passou a desempenhar outras atividades de modo a suprir as demandas da exportação. A partir da década de 1920, conforme Schmink e Wood (2012), “o mercado de exportação de pele de animais silvestres expandiu-se, incluindo capivara, onça, iguana, jiboia, sucuri e jacaré”¹⁰². Dessa forma, por mais que timidamente e bastante atrelada ao que o bioma fornecia, praticamente, *in natura*, a economia foi ficando mais complexa e diversificada. As peles dos animais passaram a ser vendidos como artigos de luxo; em decorrência, a caça intensificou-se, ameaçando o tempo de vida e reprodução dos animais.

1.2– Amazônia pós 1930: do “Discurso do Rio Amazonas” à SPVEA.

A partir de 1930, com o declínio da política do café com leite¹⁰³, devido a divergências de interesses entre as elites paulistas e mineiras, Getúlio Vargas vai se destacar em âmbito nacional com a “Aliança Liberal”, desejosos de chegar à liderança do Executivo, possuíam a “pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil intimamente associado a emergência de um programa de modernização do país”¹⁰⁴. Candidato à presidência, Getúlio Vargas adota medidas incomuns durante a campanha, que davam pista do viés populista que vai caracterizar seu governo, promove rupturas ao discursar em espaço público,

¹⁰¹ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém, Ed. UFPA, 2012., p. 86.

¹⁰² *Ibid.*, p. 88.

¹⁰³ Ver.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Hora da República café com leite. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 354.

no Brasil onde “mobilizar o povo a ir para a praça pública era uma novidade e um pequeno escândalo”¹⁰⁵.

Vargas perde as eleições, porém uma série de eventos, como o assassinato de seu vice de chapa, João Pessoa, colocado como símbolo da resistência à velha oligarquia, permitiu que as elites políticas e econômicas, junto das Forças Armadas, se unissem adotando medidas para retirar Washington Luís da Presidência. Em 3 de novembro de 1930, Vargas chega ao poder entregue a ele por uma Junta Governativa Provisória, “formada por dois generais – Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto – e um contra-almirante – José Isaías de Noronha”¹⁰⁶.

A “Revolução de 1930” findou com o Poder Executivo dado pelos militares rebelados ao civil Getúlio Vargas; as bases de investimentos financeiros se direcionaram para políticas de industrialização, junto do avanço da urbanização, transformando as cidades em grandes centros símbolos da modernidade. A industrialização foi posta como necessária para o desenvolvimento do país, que favorecia, principalmente, as elites urbanas. A formação de uma burguesia industrial nacional e a entrada de empresas e investimentos estrangeiros crescem. São Paulo passou a ser o paradigma de região industrializada a ser seguido pelas demais.

As indústrias e fábricas, em meio a abundância de matéria-prima, crescem nos mais diversos setores. A natureza vai ser apropriada de modo gradativo e passa a abastecer o mercado interno com materiais vindos das florestas, rios, solos, etc. A Amazônia vai passar a contar com políticas de investimentos onde o viés estava na implantação de planos de desenvolvimento que viessem culminar em transformações semelhantes às ocorridas no Sudeste.

O primeiro grande projeto de intervenção empresarial na Amazônia com apoio estatal foi a Fordlândia (1934-1945), de Henry Ford; posteriormente, teremos os “soldados da borracha”, a partir dos “Acordos de Washington” (1942-1947). Ambas ações voltadas para a produção da borracha com perspectivas de aumentar a produção por meio do uso de técnicas avançadas com auxílio de investimentos financeiros significativos.

O projeto Fordlândia financiado por Henry Ford (1863-1947), inventor e empresário estadunidense, deu-se na perspectiva de garantir autonomia às suas

¹⁰⁵ Ibid., p. 355.

¹⁰⁶ Ibid., p. 361.

empresas com relação ao acesso a matéria-prima da borracha através da plantação de seringueiras no Baixo-Amazonas¹⁰⁷. Porém,

As chuvas naquela parte do vale eram tão sazonais que inibiram o crescimento da planta. O trato era montanhoso, o que dificultava o cultivo por máquina e encarecia o cuidado por parte dos seringueiros. Boa parte do solo era arenoso ou lixiviado demais para uma nutrição adequada das plantas. Além disso, a área não só estava a quatro dias de barco de Belém, como não podia ser servida pelo transporte oceânico vários meses por ano.¹⁰⁸

As dificuldades se deram também no campo político: discursos nacionalistas pressionaram o governo estadual. A superação dos obstáculos políticos ocorreu a partir de 1930,

[...] guiado por uma necessidade de desenvolver novos recursos de renda para o governo central, o novo regime era bastante receptivo a empreendimentos inovadores, sobretudo os que prometiam vínculos com a indústria. Assim, o novo presidente, Getúlio Vargas, confirmou a concessão e interpretou as cláusulas duvidosas do contrato favoravelmente ao empreendimento de Ford.¹⁰⁹

A relevância do projeto levou Vargas à Belterra em 1940, em viagem que incluiu no roteiro a ida a Belém e Manaus; teve, ainda, uma parada não planejada em Porto Velho. O desafio assumido por Ford de civilizar o espaço “selvagem” contava com apoio governamental brasileiro, tanto que, após a visita “[...] elogiou em rede nacional de rádio, as condições de trabalho proporcionadas por Ford.”¹¹⁰

¹⁰⁷ Ibid., p. 89.

¹⁰⁸ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989., p. 113

¹⁰⁹ Ibid., p.114.

¹¹⁰ Ibid., p.126.

Figura 03 – Vargas em Belterra.

Fonte: <https://www.fordlandia.com.br/fotosdefordlandia?lightbox=dataitem-ja41h2kb2>

A visita a Belterra, município do interior do Pará, constituiu-se em esforço do Estado brasileiro em modernizar a região. Um desafio propagandeado e considerado de vanguarda. Na imagem acima, Getúlio Vargas é figura central observado pelos demais; em sua volta folhas de palmeiras e outras plantas que indicam a presença da floresta. A bandeira nacional também recebe destaque como que sinalizando para um Brasil em vias de integração.

Os investimentos no setor industrial geraram resultados considerados positivos, com o crescimento da economia e aumento das exportações. Foi nesse contexto que a produção em fábricas ultrapassou a produção agrícola¹¹¹. O discurso de que a região amazônica se constituía em nova fronteira de expansão da economia e, conseqüentemente, de fluxo migratório para resolver problemas de conflitos agrários, foi aos poucos se consolidando, de modo a compor as políticas de integração das regiões brasileiras. Em 1938, na cidade de São Paulo, empresários e políticos se reuniram e foram convidados a contribuir nesse processo de integração. Os paulistas foram apontados como desbravadores bandeirantes capazes de levar aos lugares distantes a “civilização”,

Olhar o Brasil do alto, como uma grande unidade de ação em torno de objetivos comuns [...] São Paulo [...] readquirindo o sentido tradicional de expansão, toma, outra vez, a sua feição bandeirante e abre as trilhas para a ocupação produtiva do Oeste. [...] Pioneiro das conquistas da terra, o vosso Estado há-de ser, também o

¹¹¹ Ibid., p. 254.

bandeirante dos novos rumos de unificação e engrandecimento da pátria¹¹²

A analogia ao bandeirante que “enfrenta” os sertões agora era feita em nome do “progresso”; este “desbravador” levaria a “civilização” às fronteiras mais distantes encarando as adversidades da floresta amazônica e do clima da região. Os “novos bandeirantes” tinham o propósito de emanar os caminhos da industrialização, a fim de superar os atrasos das economias regionais. As bases das políticas de integração eram lançadas dessa forma, e, da maneira pretendida, se constituía como um novo modelo de colonização de uma região por outra, pertencentes a mesma nacionalidade, ou seja, era como que se o Brasil precisasse colonizar a Amazônia.

Na ocasião da visita à Amazônia, em outubro de 1940, o “Discurso do Rio Amazonas” proferido em Manaus e amplamente divulgado na imprensa nacional nos ajuda a entender seu esforço em relação a expansão das fronteiras¹¹³. No discurso, Vargas reproduz reflexões diversas acerca da região, ao mesmo tempo em que pede apoio dos outros estados para a materialização de seus objetivos. Por isso, o apelo emotivo se faz presente no discurso; a Amazônia e seu desenvolvimento seria o “desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros”¹¹⁴. Os interesses no desenvolvimento de políticas econômicas, ocupação, integração e outros, vinham das Forças Armadas, somados aos interesses das elites regionais.

O discurso nos possibilita compreender as contradições que vão permear as diversas colocações acerca da Amazônia e da natureza que a compõe, sob uma perspectiva dicotômica, o “bem” e o “mal”, a selva rica e abundante é a mesma selva feroz que atrasa o progresso do “homem”.

A natureza, enquanto “bem”, caracteriza a Amazônia como “vale maravilhoso”, símbolo da “grandeza territorial”, de uma natureza “forte”, que seduz as imaginações. Essa região cheia de “encantamentos”, com um “rio-mar” que reflete a grandeza do país, e ainda, seu “clima caluniado” seria então capaz de receber a “civilização”. Essa “dívida magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do

¹¹² VARGAS, Getúlio Dornelles. *A nova feição bandeirante do espírito paulista*. Rio de Janeiro, 1938. [Discurso pronunciado em resposta à saudação do interventor paulista, no banquete do Teatro Municipal, a 23 de julho de 1938].

¹¹³ Souza, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011.

¹¹⁴ VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso do Rio Amazonas. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1942. [Discurso pronunciado em Manaus, a 10 de outubro de 1940]., p. 01.

homem”¹¹⁵, possuidora de uma “força cega” e “fertilidade extraordinárias” que precisavam ser “disciplinadas”¹¹⁶, lugar de “riqueza potencial imensa”¹¹⁷.

Para aplicar políticas de desenvolvimento da economia era preciso adquirir apoio do restante do país. A natureza abundante, repleta de elementos que, se transformados pelo “homem”, gerariam riquezas, foi descrita deste modo, como que para convencer investidores e as populações das regiões centrais do país; a exaltação dos componentes ambientais se avolumaram nesse discurso.

Por conseguinte, a natureza, enquanto “mal”, permitiu individualizar a região amazônica como espaço de “feracidade inigualável”¹¹⁸ frente ao “homem”. Esta precisava ser subjugada às “necessidades” da nação. Por isso, “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”¹¹⁹ para implantar, de vez, uma “civilização” se constituía no caminho a ser seguido. Manaus, apontada como exemplo das “vitórias” do “homem civilizado”, se constituía em comprovação de que era possível subjugar a natureza ruim, “retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense: o espaço imenso e despovoado”¹²⁰.

Como os bandeirantes de outrora, considerados heróis de “viril audácia”, cabia aos homens “corajosos”, esforçados e persistentes, a sujeição desta natureza. Esse papel deveria ser atribuído também às populações locais que estavam a fazer as coisas de maneira errada, uma vez que “tudo quanto se tem feito (seja agricultura ou indústria extrativa) constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional”¹²¹. A noção de racionalidade, considerando as influências do pensamento tecnocrata e a associação depreciativa direcionada às economias locais de base extrativista, nos leva a compreender que Vargas busca a implantação de um modelo exógeno de produção baseado na introdução de indústrias. Dessa maneira, esse “homem” deve ser “civilizado”, como segue:

Permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir por si sós êsses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de PLÁCIDO

¹¹⁵ Ibid., p. 02.

¹¹⁶ Ibid., p.02.

¹¹⁷ Ibid., p.02.

¹¹⁸ Ibid., p.02.

¹¹⁹ Ibid., p.02.

¹²⁰ Ibid., p.02.

¹²¹ Ibid., p.02.

DE CASTRO e a proteção diplomática de RIO BRANCO, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente.¹²²

A formas de subsistência deveriam ser superadas, estas associadas ao forte contato com a natureza; devido as habitações encontrarem-se, comumente, às margens dos rios, não cabia mais como estilo de vida e algo deveria ser feito para que ocorresse mudanças, pois estes homens, “corajosos” por conviverem com a natureza “selvagem” e dela tirarem sua subsistência, tinham que seguir outros rumos. Essas mudanças vinham no intuito de garantir a soberania nacional sob a região; não à toa Plácido de Castro (1873-1908) e o Barão do Rio Branco (1845-1912) são citados, ambos símbolos das lutas pela definição das fronteiras do país. Adiante, Vargas segue afirmando que o esforço humano útil está no uso das técnicas, não as técnicas desenvolvidas pelas populações ribeirinhas, uma vez que, é vista como rudimentar e que não permite avanços à civilização, e sim a técnica como as que possibilitaram o desenvolvimento industrial e urbano de estados como São Paulo.

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto¹²³.

Trabalhadores do campo, sejam os seringueiros, sejam os ribeirinhos, deveriam seguir a tendência das sociedades modernas, vivendo em aglomerações (núcleos), seu trabalho voltado para a produção agrícola, comercializável e geradora de lucros; para isso, a floresta deveria dar lugar à terra “saneada”. Essas medidas, se implantadas, possibilitariam a essas populações melhorias na saúde e a possibilidade de consumo de produtos considerados expoentes de conforto e modernidade. Três necessidades prioritárias são apontadas: “adensar o povoamento, crescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes”¹²⁴, isto é, povoar a região, aplicar a técnica à produção e organizar os sistemas de escoamento dos produtos¹²⁵.

¹²² Ibid., 02.

¹²³ Ibid., 02.

¹²⁴ Ibid., 02.

¹²⁵ Ibid., 02.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) vai possibilitar novos investimentos, mais especificamente, relacionados à demanda pela borracha: “A deflagração da guerra na Europa proporcionou à economia industrial dos Estados Unidos tremendos problemas de fornecimento, sendo o de borracha o mais crítico”¹²⁶, com isso, o país, iniciou pesquisa em diversas áreas onde a seringueira era cultivada. No Brasil, “[...] a Ford possuía dois vastos seringais e onde trezentos milhões de seringueiras nativas estavam em condições de ser exploradas”¹²⁷, a partir de então, novos investimentos adentraram, de modo a alavancar a produção; para isso, “uma segunda vaga de assistência técnica, equipamento e capital americano abateu-se sobre a Amazônia, dessa vez num dilúvio”¹²⁸. Com o domínio japonês sobre as seringueiras da Malásia, a partir de 1942, os “acordos de Washington” elencaram a utilização de novas técnicas para a exploração da borracha na Amazônia, a fim de abastecer as indústrias estadunidenses e brasileiras.

Uma série de medidas foram adotadas para possibilitar o andamento da produção: por exemplo, as doenças endêmicas foram combatidas com a implantação de medidas de combate e prevenção, para isso foi criado o “Programa da Amazônia”¹²⁹. Os “soldados da borracha” eram um dos públicos-alvo do Programa da Amazônia. Estes, muitas das vezes, vinham com a ilusão de que teriam uma vida de conforto, tranquilidade e emprego garantido ao mesmo tempo em que estariam no *front* de batalha por estarem possibilitando o abastecimento de um produto necessário aos países Aliados (ver Imagem 04).

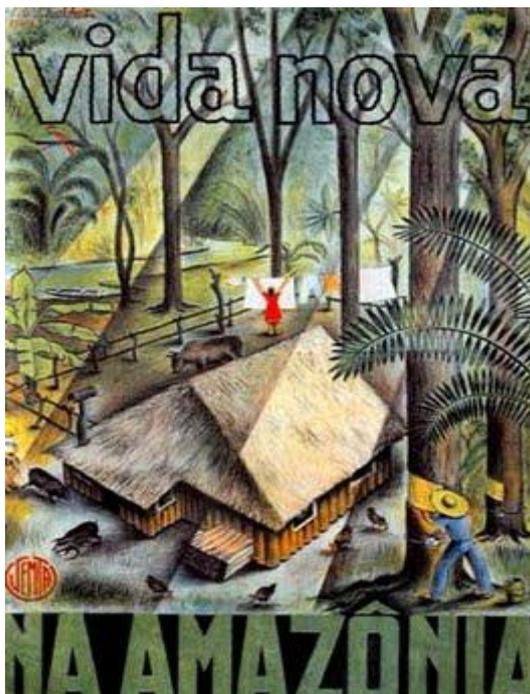
¹²⁶ DEAN, Warren. *Op. Cit.*, p. 131.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 131.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 131.

¹²⁹ Figueiredo, Regina Érika Domingos de P. *A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo da saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e a política sanitária no governo Vargas*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1429-1434, out.-dez. 2007, p. 1430.

Figura 04 – Uma vida nova na Amazônia – “soldados da borracha”.



Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/tag/ricardo-lavecchia/>

Contudo, somados às doenças, outros fatores dificultaram a execução dos projetos. As seringueiras das regiões mais próximas às localidades ocupadas já tinham seu látex extraído a exaustão. O transporte para regiões mais distantes, onde estavam as seringueiras ainda não exploradas, era precário. No mais, os seringueiros e mesmo os quase falidos “barões da borracha” se opuseram à adoção de novas técnicas para a extração e comercialização¹³⁰; somado a isso, o “mal-das-folhas abateu-se de novo em 1944 e 1945”¹³¹.

Em 1945, “a diretoria da Ford decidiu transferir as plantações para o governo brasileiro”¹³². Fatores diversos contribuíram para isso: a empresa havia vendido sua fábrica de pneus, passava por “consideráveis dificuldades financeiras e estava vendendo outras propriedades não lucrativas”¹³³, no mais, “estavam preocupados com o fato de que, num futuro próximo, a borracha natural enfrentaria a dura concorrência da borracha sintética”¹³⁴. No mais,

¹³⁰ Silva, Francisco Eleud Gomes da. “*Batalha da Borracha*”: O contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

¹³¹ DEAN, Warren. *Op. Cit.*, p. 145.

¹³² *Ibid.*, p. 145.

¹³³ *Ibid.*, p. 145.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 152.

Havia um novo obstáculo ao prosseguimento da pesquisa no Brasil. A elite do secular, ineficaz e desumano sistema extrativo fora ressuscitada pelos governos americano e brasileiro, a um enorme custo em recursos e sofrimento humano. Ela então se posicionaria contra a racionalização da produção de borracha, pouco importando o desperdício adicional de recursos ou o sofrimento continuado que isso poderia acarretar [...].

A transferência de Belterra e Fordlândia no ano de 1945 ocorreu pouco antes da finalização dos acordos de Washington em 1947, como consequência ocorreu o abandono imediato dos projetos de extração do látex pelo governo dos Estados Unidos¹³⁵. Os resultados da produção da borracha foram negativos a ponto de o Brasil precisar importar borracha para suas indústrias logo após a finalização dos acordos com os Estados Unidos e, ainda, os seringais que não faliram estavam hipotecados ao Banco de Crédito da Borracha¹³⁶.

As políticas desenvolvimentistas que direcionavam recursos para a industrialização, consolidadas na Era Vargas (1930-1945) foram constituindo-se enquanto paradigma aos seus sucessores. Os impactos dessa política, somados aos investimentos na Amazônia, contribuíram para a diversificação da exportação, o que permitiu a ampliação do comércio em diversos âmbitos.¹³⁷

A criação do Instituto Agrônomo do Norte (Decreto-Lei n^o 1.245 de 4 de maio de 1939) e do Banco de Crédito da Borracha - BCB (Decreto-Lei n^o 4.451, de 9 de julho de 1942), dos Territórios Federais desmembrados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, respectivamente, o Amapá, o Rio Branco e o Guaporé (Decreto-Lei n^o 5.812, de 13 de setembro 1943) são algumas das heranças deixadas que foram passando por reformas a partir de então.

As bases de sua política desenvolvimentista foram fundamentadas a partir dos acordos predefinidos entre as elites empresariais da cidade e do campo e contaram com o apoio das Forças Armadas. Assim, na “gestão de Vargas, para quem o caminho do progresso assentava-se na expansão da produção industrial [...]”¹³⁸, seus projetos desenvolvimentistas contavam com o aval dos militares.

Eurico Gaspar Dutra, então Ministro de Guerra em 1938, sob a égide do Estado Novo, discursou a Vargas:

¹³⁵ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*, p. 132.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 132.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 132.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 89.

O Exército crê na ação destemerosa e decisiva de V. Ex^a e está convicto de que só com um ambiente de ordem e de tranquilidade poderão os brasileiros entrar na posse de múltiplas e variadas riquezas que jazem inexploradas, trabalhando com alegria e fé no mais seguro êxito (DUTRA *apud* BERNARDES, LOPES e SANTOS, 2005)¹³⁹

De Gaspar Dutra à João Goulart, o período denominado “Redemocratização” (1945-1964) seguiu sob a forte influência das políticas de incentivo à industrialização e expansão das fronteiras agrícolas.

O retorno à democracia, a partir de 1945, possibilitou um cenário de disputas mais acirradas e explícitas no campo político. As elites, que se viram prejudicadas após o golpe de 1930, buscavam ocupar os espaços políticos que haviam perdido; o Brasil após o fim do Estado Novo “era profundamente diferente daquele que havia existido na Primeira República”¹⁴⁰. Porém, As mudanças na região Amazônica, até então, não eram significativas, a região demandava investimentos para setores específicos relacionados aos “produtos” que tinham aceitação no mercado nacional e internacional, mesmo que exportados, basicamente, como matéria-prima.

1.3 – Amazônia “planejada”: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA): natureza e sociedade

As mudanças na legislação eleitoral e o processo de industrialização, somados às reformas educacionais e ao voto feminino, a partir de 1932, fizeram com que os políticos fossem em busca de votos, por meio de promessas que afetariam diretamente a vida do trabalhador; o populismo cresceu e discursos nacionalistas que exaltavam as riquezas do país e apontavam para a atenção necessária na manutenção da soberania territorial se avolumaram.

Políticas de desenvolvimento regional como forma de integrar as regiões foram demandadas. Na Amazônia novos setores de exploração se desenvolveram, como a mineração e a pecuária. O presidente Gaspar Dutra (1946-1951) reformou o

¹³⁹ BERNARDES, Margarida Maria ROCHA, Gertrudes Lopes, Teixeira e SANTOS, Tânia Cristina Franco. *Base de sustentação militar de Vargas durante a 2ª Guerra e a soberania bélica alemã: percepções de enfermeiras e militares*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Out-Dez; 14(4):544-50, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a11v14n4.pdf>> acesso em 11 março 2020.

¹⁴⁰ DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Op. Cit*, p. 262.

Banco de Crédito da Borracha, criando o Banco de Crédito da Amazônia (BCA), ampliando a esfera de atuação de incentivos ao desenvolvimento econômico.¹⁴¹

A mineração passa a ter um papel importante a partir das descobertas das minas de manganês no território federal do Amapá¹⁴². Com isso, foi promulgado pelo presidente Gaspar Dutra o Decreto-Lei nº 9.858 de 13 de setembro de 1946, que

Dispõe sobre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição; e

Considerando a importância das jazidas de minério de manganês descobertas recentemente no Território Federal do Amapá;

Considerando a relativa escassez dos minérios desse metal no mundo e sua capital importância na indústria siderúrgica;

Considerando que as jazidas em apreço estão em terras devolutas,
DECRETA:

Art. 1º Constituem reserva nacional as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá.

Art. 2º O Governo Federal fará proceder imediatamente ao estudo do aproveitamento dessas jazidas por intermédio do Governo do Território Federal do Amapá, com a colaboração direta do Departamento Nacional da Produção Mineral, quanto ao estudo das jazidas, e dos órgãos competentes do Ministério da Viação e Obras Públicas, quanto aos serviços de transporte, saneamento e porto exigidos para o aproveitamento das mesmas.¹⁴³

Em 1951, após entrega do relatório de pesquisa geológica à Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minério de Ferro e Manganês (ICOMI), associada à estadunidense *Bethlehem Steel Company*, (por sua vez, sob parceria com a estatal também estadunidense *Defense Material Procurement Agency*, que se comprometeu em adquirir “no mínimo, 5,5 milhões de toneladas de minério de manganês”)¹⁴⁴, é que foram então concedidos 2.500 hectares para exploração.

As demandas pelo desenvolvimento de pesquisa sobre a região fomentaram a implantação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), criado pelo

¹⁴¹ Ver: SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*

¹⁴² PORTO, Jadson Luis Rabelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas: SP, 2002. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285491/1/Porto_JadsonLuisRebelo_D.pdf> acesso em 11 mar 2020.

¹⁴³ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.858 de 13 de setembro de 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19858.htm> acesso em 11 mar 2020.

¹⁴⁴ MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral*. Novos Cadernos NAEA. Belém: v. 6 , n . 2 , p . 113 -168, dez. 2003, p. 120.

Decreto nº 31.672, de 29 de outubro de 1952. Este se constituiu enquanto esforço na política de integração da Amazônia materializada no governo de Getúlio Vargas:

Art. 1º Fica criado, nos termos do artigo 13, da Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas, o qual terá como finalidade, o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional.¹⁴⁵

Os discursos acerca das necessidades de políticas de integração estão relacionados, demasiadamente, à manutenção da segurança nacional. A partir da criação do INPA, outras instituições de pesquisa vão surgir sob os discursos que apontam para a necessidade de melhor conhecer a região, sua natureza e as populações que a habitam, de modo a trazer garantias de investimentos para implantação dos projetos de desenvolvimento regional, integração, povoamento e segurança nacional, bem como garantir a ocupação de regiões de fronteiras, do litoral e do interior da floresta, sempre embalados pela perspectiva de que essas regiões eram consideradas “vazios demográficos”.

O INPA serviu como resposta institucional para o fomento à pesquisa a partir da proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), no contexto de realização da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada no Peru em 1948.

[...] a Unesco, ao ser criada, em 1946, deu prioridade a proposta de criação de um instituto científico internacional na Amazônia – O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) –, que tinha como base teórica idéias evolucionistas darwinianas e como objetivo desenvolver pesquisa em ecologia.¹⁴⁶

Essa proposta foi criticada por nacionalistas sob a justificativa de que o Brasil correria o risco de perder sua autonomia sobre a região. Com isso, viu-se, então, a necessidade de um “órgão inteiramente nacional”¹⁴⁷ que

¹⁴⁵ BRASIL. Decreto nº 31.672, de 29 de outubro de 1952.

¹⁴⁶ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol e PETITJEAN, Patrick. Ecologia e evolução: a Unesco na Amazônia (1946-1950). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (Org.) *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005., p. 272.

¹⁴⁷ RODRIGUES, William A., SILVA, Marlene Freitas da, SILVA, Algenir Ferraz Suano da e RIBEIRO, Maria de Nazaré Góes. *Criação e evolução histórica do INPA (1954-1981)*. SUPL. ACTA AMAZÔNICA 11(1) : 7.23. 1981, p. 07.

deveria tomar a si a responsabilidade do estudo da geologia, da flora, da fauna, da antropologia e dos demais aspectos característicos da natureza amazônica e das condições de vida das populações da região¹⁴⁸

O INPA teria, então, entre seus objetivos, o conhecimento da natureza da Amazônia, suas potencialidades, bem como as populações que ocupavam esses espaços. Com vias a ultrapassar as fronteiras da Amazônia brasileira, possuía um caráter internacional, permitindo a cooperação a pesquisa com outros países.

Conforme Panzu (2015), o INPA trouxe um impacto na produção intelectual de Manaus, ao mesmo tempo, revelou dificuldades para a inserção da intelectualidade local, visto que a cidade “ainda não possuía uma instituição de ensino voltada à formação de pesquisadores para o Instituto”¹⁴⁹. Desse modo, foram destinados investimentos para a formação de equipe técnica de pesquisa, vindos principalmente de Belém e Manaus, uma vez que “aqueles trazidos de fora da região fossem do Brasil, fossem do estrangeiro, não se radicavam em Manaus”¹⁵⁰.

O INPA foi constituindo-se enquanto instituição de referência em produção de conhecimento científico na então denominada “Amazônia Central”. Os investimentos financeiros e a sua inclusão nos diversos planos de intervenção na região reforçam a relevância que foi dada à instituição.

Logo após a criação do INPA, outra instituição representativa das intervenções do Estado foi materializada: esta seria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); voltada para o desenvolvimento da economia regional, direcionou parte dos seus recursos à pesquisa.

Eleito pelo voto direto em 1951, Vargas retorna à presidência dando continuidade à sua política de estímulos à industrialização. Por conseguinte, possibilita a implantação de novos mecanismos de incentivos ao desenvolvimento da Amazônia, cria a SPVEA, por meio da lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953. A SPVEA viria a ser “o primeiro organismo de desenvolvimento (‘valorização’, assim se dizia) regional instalado no país”¹⁵¹.

¹⁴⁸ Ibid., p. 07.

¹⁴⁹ PANZU, Ângela Nascimento dos Santos. *O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA: trajetória institucional por meio de suas práticas científicas, 1954-1975*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2015, p. 34. Disponível em <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4600>> acesso em 01 abr 2020.

¹⁵⁰ Ibid., p. 35.

¹⁵¹ MENDES, Armando Dias. *Amazônia: terra & civilização: variações entorno de uma trajetória de 60 anos – 1942-2002*. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 19.

Depois da implantação da SPVEA, em 1953, faltavam os planos de ação para efetivar a intervenção governamental na Amazônia. Diante da complexidade de se elaborar projetos para uma região ainda pouco conhecida e em um curto espaço de tempo, o Presidente Vargas, em mensagem ao Congresso Nacional no início de 1954, comenta da necessidade e relevância de um programa emergencial para a valorização da Amazônia.¹⁵²

O fomento à produção extrativista, agrícola, pecuária, mineral, industrial e de comércio constituía os campos de atuação da SPVEA; a borracha tornou-se um produto em meio a outros, perdendo sua quase exclusividade em investimentos como ocorria anteriormente. O programa emergencial alheio as realidades regionais foram sendo executados: mecanização da lavoura, energia elétrica, ensino médio especializado, foram áreas de intervenção que receberam investimentos, contudo, “o grande destaque era o campo de investigações científicas, vegetal, mineral e de pesca”¹⁵³, recursos para a pesquisa que possibilitaram a surgimento de novas instituições e ampliaram as já existentes.

A SPVEA vinha no intuito de “melhorar padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País”¹⁵⁴, os padrões tinham que seguir as tendências das regiões mais “desenvolvidas” e se davam pelo acesso das populações ao trabalho formal e as possibilidades de ampliação do consumo de produtos industrializados, estes considerados elementos de modernidade e bem-estar. Junto disso, a produção na região tenderia a gerar riquezas ao país. Esses padrões inferiorizavam as culturas locais por considerar as relações de comércio e consumo primitivas, resultado do “íntimo” envolvimento natureza/ser humano na Amazônia, que teriam como implicação um estilo de vida ultrapassado, selvagem, primitivo, portanto, alheio à “modernidade”.

Os recursos da SPVEA eram aplicados a fins “estritamente econômicos ou relação direta com a recuperação econômica da região”¹⁵⁵. A venda dos produtos

¹⁵² TRINDADE, José Raimundo Barreto e OLIVEIRA, Wesley Pereira. Conversão geopolítica da fronteira e estratégia de desenvolvimento regional: a intervenção estatal na Amazônia brasileira a partir dos anos 1940. In: TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento*. Belém: Paka-Tatu, 2014., p.51.

¹⁵³ Ibid., p. 52.

¹⁵⁴ BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência de sua execução e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1953, p. 01.

¹⁵⁵ Ibid., p. 02.

advindos da Amazônia para o mercado interno e externo tornou-se uma meta prioritária, na perspectiva de que a economia regional considerada decadente passasse por um processo de crescimento, diversificação, através da industrialização da matéria-prima e atingisse o mercado externo.

Os investimentos prioritários do programa emergencial estavam voltados para o desenvolvimento agrícola, transporte, comunicação e energia, o que “reflete bem algumas metas principais do plano em incentivar a atividade agrícola diminuindo a alocação de mão de obra na atividade extrativista”¹⁵⁶. O extrativismo era considerado o modelo econômico arcaico, que deveria ser superado, dando lugar à economia mecanizada, industrializada, urbana e para a exportação, seja para o interior do país, seja para o exterior.

Assim, a SPVEA direciona a execução de seus planos “à seleção dos problemas regionais e à prioridade que devam ter pela importância que apresentam no sistema econômico em que se incluem”¹⁵⁷. O processo de implantação dos planos de desenvolvimento, para que se superassem as “adversidades” da região, foram permeados pela aplicação de medidas de “caráter especialmente técnico e econômico, no sentido de maior rendimento e da recuperação dos investimentos empenhados diretamente”¹⁵⁸. Regiões com maior potencial de oferta de matéria-prima com aceitação no mercado foram alvo das ações, ficando as demais no segundo plano; as desigualdades na região cresceram, conseqüentemente, e a exploração madeireira, mineral, e outros, cresceu.

Na agricultura ocorreu a aplicação de novas técnicas, com objetivos de produzir em larga escala. Para ampliar a produção passam a ser considerados aspectos como “as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilização dos solos, o zoneamento e a seleção das áreas de ocupação, no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido”¹⁵⁹.

O esforço em conhecer aspectos da natureza, para aplicar técnicas com vistas à maior produtividade constituiu-se em perspectiva das bases que compõem a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953; assim sendo, foram realizadas pesquisas nos mais diversos campos de análises, a fim de abranger as potencialidades de produção, conhecendo os elementos que compõem a natureza da Amazônia. Era

¹⁵⁶ TRINDADE, José Raimundo Barreto e OLIVEIRA, Wesley Pereira. *Op. Cit.*, p. 53

¹⁵⁷ BRASIL. 1953. *Op. Cit.*, p. 02.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 02.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 03.

necessário superar os fracassos passados; para isso, os estudos dos solos e a seleção de áreas ocupadas passaram a se constituir como elementos importantes para implantação de projetos de desenvolvimento econômicos, não só relacionados à facilidade de transporte, mas também aos aspectos naturais.

A pecuária, outro setor da economia em ascensão, precisava também de políticas de incentivos para sua ampliação, cuja razão de ser se dava “tendo em vista principalmente a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas”¹⁶⁰. Como consequência, a derrubada da floresta para abertura de áreas de pasto intensificou-se, uma vez que as elites locais, tendo acesso a esses investimentos, passaram a adquirir mais terras e “investir em novas atividades agropecuárias que, em alguns lugares, começaram a competir com atividades extrativistas”¹⁶¹.

A pecuária crescia há certo tempo na região de fronteira, em Roraima, desde o período colonial, como dito, e nas regiões limites ao serrado em Mato Grosso, Goiás e, posteriormente, no Pará. A relação entre pecuária e nutrição das populações locais foi muito mais uma justificativa para a implantação de projetos de criação bovina. Para o melhor entendimento dessa questão, é importante considerar, ainda, a expansão das fronteiras e os conflitos em outras regiões onde a pecuária já se dava historicamente: no Nordeste, afetado pelas secas, essa produção encontrava fortes dificuldades, no Sul e Sudeste, as monoculturas, os conflitos por terras, dentre outros, apresentaram-se mais tarde como empecilhos ao avanço desse segmento. Portanto, Nordeste, Sul e Sudeste eram vistos como espaços de saturação e de dificuldades da expansão pecuária. A ideia de vazio demográfico, o clima, a disponibilidade de longas extensões de terras, foram considerados atributos significativos para o incentivo e investimento na pecuária.

O escoamento da produção era outra dificuldade apontada, porém, as hidrovias ganharam destaque nesse momento inicial, segundo a SPVEA, já que o projeto de ligação por meio de rodovias ainda não aparece. Desse modo, a viação voltada para organizar o transporte hidroviário, considerando sua “extensão e importância na economia regional”¹⁶², ocorre por meio da valorização do complexo hidrográfico e o fomento ao seu uso.

¹⁶⁰ Ibid., p. 03.

¹⁶¹ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*, p. 93

¹⁶² BRASIL. 1953. *Op. Cit.*, p. 04.

O aumento da densidade demográfica foi considerado importante, assim, houve investimentos em assistência social; portanto, alavancar a economia não era a única meta: ocupar a região, aumentando a densidade populacional constituiu-se em uma das finalidades dos programas emergenciais e dos planos de desenvolvimento. Para o aumento demográfico e a permanência dessas populações, foi vista como necessária a implantação de um plano de “regeneração física e social das populações da região”¹⁶³ voltadas à alimentação, saúde, saneamento e educação, e, ainda, políticas de migração de povos “que mais convenham aos interesses da região e do país”¹⁶⁴, sendo essas medidas voltadas para “constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica”¹⁶⁵.

Os estudos da natureza da região ampliaram-se: o bioma e seus ecossistemas, sua composição mineral, hídrica, estudos do solo e outros passaram a ter investimentos voltados à pesquisa, ampliando conseqüentemente as contratações de pessoas especializadas, que passaram a desenvolver estudos os mais diversos; para isso, a SPVEA propunha

um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais e de preparação, recrutamento e fixação de quadro técnicos e científicos na região tendo em vista orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano e fornecer os elementos técnicos para sua execução¹⁶⁶

As pesquisas deram-se muito mais nos campos das ciências naturais, ciências da terra e engenharias, áreas consideradas de relevância para o desenvolvimento da agropecuária, mineração, transportes e escoamento de produção, por exemplo. Uma das questões mais interessantes de ser problematizada seria até que ponto esses conhecimentos produzidos foram utilizados na elaboração dos programas e projetos de desenvolvimento, visto que, a partir daí, surgem novas instituições de pesquisas e as já existentes começam a receber maiores investimentos financeiros e estruturais.

A proposta de implantação dos Planos da SPVEA passou a dedicar orçamento para os estudos da região: sua geografia, natureza, solos, ecossistemas,

¹⁶³ Ibid., p. 04.

¹⁶⁴ Ibid., p. 04.

¹⁶⁵ Ibid., p. 04.

¹⁶⁶ Ibid., p. 04.

bem como estudos para migração e fixação de populações. Essas, enquanto mão de obra para a materialização dos planos de desenvolvimento econômico.

Destarte, no plano de desenvolvimento da SPVEA, mais uma vez, a questão ecológica emerge: “manter um serviço de divulgação econômica e comercial, com órgãos e meios próprios para conhecimento, a todo tempo da produção efetiva da região, das possibilidades potenciais e condições ecológicas [...]”¹⁶⁷. Esse processo de divulgação prevê estudos da natureza para posterior elaboração de projetos a serem executados; por conseguinte, os estudos das condições ecológicas da região permitiriam uma intervenção a partir do conhecimento do meio biofísico, ampliando o leque das pesquisas voltadas ao desenvolvimento econômico, usos da natureza e manutenção dos migrantes, bem como o atendimento básico às populações locais.

Em meio a tumultos e instabilidade políticas e sociais (em decorrência do contexto que levou Getúlio Vargas a cometer suicídio em agosto de 1954), foi publicado o volume 01 do Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA. De caráter introdutório, o texto expõe conceituações e trata de dois aspectos: produção agrícola e recursos naturais. A comissão de planejamento, tendo como presidente da SPVEA, Arthur César Ferreira Reis, contou ainda com a colaboração de técnicos e representantes de todos os estados e territórios que compõem a Amazônia brasileira.

Em seu capítulo 1, o plano destaca as experiências passadas acerca do “desejo de recuperar a Amazônia”¹⁶⁸ e aponta “O discurso do Rio Amazonas” como momento divisório no que tange à adoção de medidas para “desenvolver” a região.

O plano de valorização pretendia “ocupar e desenvolver economicamente os espaços inaproveitados do território nacional”¹⁶⁹; novamente coloca-se a necessidade de ocupar o espaço, “construir [...] uma sociedade economicamente estável e progressista”¹⁷⁰ e desenvolver a economia para que desta forma a região acompanhe o “crescimento” de outras regiões do país.

No que tange à ocupação territorial da Amazônia, o plano aponta estudos acerca das localizações dessas populações, predominantemente, às margens dos rios, principalmente, o rio Amazonas, à exceção da região por onde passa a estrada de ferro Belém-Bragança e a parte central do estado do Maranhão. As áreas de

¹⁶⁷ Ibid., p. 05.

¹⁶⁸ SPVEA. Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959). SPVEA: Belém, 1955., p. 19.

¹⁶⁹ Ibid., p. 24.

¹⁷⁰ Ibid., p. 25.

terra-firme são consideradas pouco ocupadas. A região amazônica possuía dinâmica própria de ocupação, apesar de os estudos destacarem que essas áreas (onde as populações se distribuem de maneira “irregular”) estão localizadas às proximidades de lugares de grande quantidade de produtos extrativistas e margens dos rios; essa forma de ocupação dava-se entre os sujeitos e as áreas de atuação de cada uma das famílias para coleta extrativista, caça e pesca. Desse modo, os estudos desenvolvidos pelos técnicos que levaram à construção do Primeiro Plano Quinquenal não se atentaram para as relações sociais que os sujeitos desenvolviam entre si e com a natureza; sobre a ocupação da terra firme é dito:

A grande floresta Amazônica, mercê de dificuldades naturais, permaneceu praticamente despovoada até meados do século 19. Habitavam-na populações indígenas aldeadas e civilizadas por trabalhos de catequese e misturadas a imigrantes vindos do ultramar.¹⁷¹

O texto do Primeiro Plano Quinquenal aponta que as sociedades da Amazônia estão mergulhadas no “atraso”, por estarem estagnadas em “uma condição de desenvolvimento impossível pelas seguintes razões:”¹⁷² como, por exemplo, a falta de alimentação adequada, relacionada à coincidência entre o período de extração da seringa e a colheita dos produtos agrícolas, o que levava os seringueiros a comprar alimentos de outras regiões.

Outros fatores de atraso foram: o foco central na exportação e a interdependência dos produtos importados; a necessidade de ir a longas distâncias para a retirada do látex; a falta de uma vida em sociedade, conseqüentemente, falta de acesso à educação e saneamento; produção dispersa, o que dificulta o transporte; o baixo desenvolvimento das cidades do interior, uma vez que os pontos de comércio e exportação da borracha se localizavam em Manaus e Belém; a formação dos latifúndios, visto que as seringueiras se dispersam por vastas regiões, o que impossibilitou a criação de comunidades agrícolas.

Segundo o plano, ainda nesse tópico, a natureza é posta como recurso, dentro de uma perspectiva utilitarista onde cada um dos componentes da natureza que demonstrasse potencial para adquirir valor no mercado tinha que ter sua

¹⁷¹ Ibid., p. 30.

¹⁷² Ibid., p. 31.

atuação redimensionada. Assim, para o solo, “utilização agrícola”¹⁷³; às florestas, “desenvolvimento industrial”¹⁷⁴; ao subsolo, “recursos minerais”¹⁷⁵; às águas, “complemento da vida agrícola, produtora de alimentos animais e via de transporte”¹⁷⁶. Assim, a lógica de produção capitalista deveria absorver as potencialidades regionais.

A exploração mineral no Território Federal do Amapá avançava. Em 1955, a Industria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) lança a proposta da construção de dois núcleos habitacionais “[...] as *company towns* de Serra do Navio e Vila Amazônas”; assim sendo,

Se, por um lado, tal infraestrutura era manifestadamente utilizada pela empresa como forma de atrair profissionais graduados e qualificados para uma região tida como selvagem, por outro, esse mesmo aparato pretendia cumprir a função de “ajustar” e normatizar a imensa maioria de trabalhadores locais não-especializados dentro dos padrões de produtividade e ritmos de trabalho da moderna economia capitalista industrial, buscando incutir-lhe ideais “adequados” de comportamento, alimentação, lazer, direitos e obrigações baseados em um modelo de família estável e legalmente constituída, aliado ao sentimento de civismo e pertencimento à comunidade.¹⁷⁷

Construída a estrada de ferro Serra do Navio-Santana, com 193 km de extensão, além de obras no Porto Santana e construção de duas vilas operárias: a Vila Serra do Navio (às proximidades das jazidas) e a Vila Amazonas (no município de Santana), os investimentos de todas as partes atingiram o valor estimado em “US\$ 58,32 milhões, equivalentes a US\$ 398,92 milhões, em valores de 2003”¹⁷⁸. Foi, então, realizado o primeiro carregamento de minério de Serra do Navio ao porto de Santana, em outubro de 1956.

Em janeiro de 1957, o presidente Juscelino Kubistchek vai à Santana para os festejos de instalação da Vila Amazonas, seguindo viagem, na mesma ocasião, ao município de Serra do Navio¹⁷⁹. A visita vinha para reforçar o apoio do Poder Executivo às mudanças decorrentes da exploração industrial do manganês. Os

¹⁷³ Ibid., p. 38.

¹⁷⁴ Ibid., p. 38.

¹⁷⁵ Ibid., p. 38.

¹⁷⁶ Ibid., p. 38.

¹⁷⁷ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014., p. 167

¹⁷⁸ Ibid., p. 124.

¹⁷⁹ Ibid., p. 124.

acordos entre o Estado e a iniciativa privada foram reafirmados e os trabalhadores receberam o título de “bandeirantes da selva” pelo presidente (ver imagem abaixo). A figura do bandeirante como referência àqueles que se lançam ao “desconhecido” pelo trabalho é retomada, agora atrelada à selva desconhecida.

Figura 05 – Juscelino Kubistchek cumprimenta Augusto Antunes (ICOMI) em Serra do Navio, em 05 de janeiro de 1957, “Sois os bandeirantes da selva”¹⁸⁰ exclamou aos trabalhadores da ICOME.



Fonte: <http://santanadoamapa.blogspot.com/2017/01/naquele-dia-de-1957-jk-entregava-um.html>

A visita do presidente Juscelino Kubistchek constituía-se no apoio governamental para tais incursões. A partir de então, investimentos em pesquisa de exploração mineral avolumaram-se; os garimpos, a maioria, ilegal, também cresciam atraindo migrantes, principalmente nordestinos, para o interior da floresta.

A Universidade do Pará, atual Universidade Federal do Pará (UFPA), criada pela Lei nº 3.191 de 2 de julho de 1957, sancionada pelo presidente Juscelino Kubistchek, constituiu-se em mais um esforço no processo de integração da região, por meio dos investimentos em pesquisas científicas e produção de conhecimento.

Assim sendo, “a criação da Universidade do Pará veio ao encontro dos objetivos governamentais da época. Objetivos de integração, de marcha para oeste e de pressuposição de desenvolvimento”¹⁸¹. As críticas dos Planos Quinquenais, relacionadas ao pouco investimento no campo da educação, contribuíram para a

¹⁸⁰ FOLHA DO NORTE. – Ossian Brito. *JK no Amapá*, jan 1957.

¹⁸¹ FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (Org.). *UFPA 50 anos: História e memória*. Belém: EDUFPA, 2007, p. 17.

implantação definitiva da instituição, já que “não havia um plano de metas para o ensino superior e para o desenvolvimento científico na Amazônia”¹⁸².

Mergulhada na perspectiva urbana e desenvolvimentista, a Universidade do Pará, em seu processo de implantação, apresentou projetos em disputas. O projeto vitorioso tinha por necessidade não vincular a universidade ao meio rural, assumindo, portanto, um caráter mais modernizador e urbano. Por conta disso, a pressão para que a Universidade do Pará não fosse vinculada a Escola de Agronomia foi exitosa.

Com a presença de JK, a Universidade do Pará foi instalada em 1959, consolidando seu objetivo em “se constituir como a sede do saber na região, como força canalizadora de progresso, formadora de líderes que deveriam transformar o ‘inferno verde em oceano de bonança’”¹⁸³. A justificativa da criação da universidade soma-se às justificativas para a criação das instituições passadas e, posteriormente, das que viriam, isto é: pesquisar para desenvolver a economia e aprimorar a aplicabilidade dos investimentos, de modo a gerar resultados positivos de produção de mercadorias para o consumo nacional e estrangeiro.

Tanto a criação do INPA quanto a criação da Universidade do Pará são dois momentos que revelam os investimentos em pesquisa para compreender a região e melhor aplicar os investimentos. Os conhecimentos produzidos, por vezes, são utilizados nos projetos e programas de desenvolvimento, porém, quando convém às perspectivas e interesses dos investidores, a SPVEA promove a vinculação entre a produção de conhecimento científico das instituições aos projetos e programas de desenvolvimento.

Os desafios para implantação de projetos e programas industriais na Amazônia foram temas recorrentes nos planos de desenvolvimento traçados até então. Esses desafios são enfrentados diversas vezes, principalmente, a partir da criação da SPVEA, por meio de planos de desenvolvimento.

Em junho de 1957, Juscelino Kubistchek sanciona a lei que cria a Zona Franca de Manaus (ZFM), coordenada pela SPVEA. Com políticas de incentivos fiscais voltadas à materialização de uma experiência industrial em meio à floresta, incluindo ainda atividades agrícolas e comerciais, o Polo Industrial de Manaus (PIM)

¹⁸² Ibid., p. 18.

¹⁸³ Ibid., p. 22.

começou então a se tornar o espaço com “o maior volume de incentivos fiscais concedidos, tanto em quantidade, quanto em diversidade.”¹⁸⁴.

Os governos desenvolvimentistas lançaram-se na continuação desse processo de integração iniciado junto às políticas de industrialização. A construção da Belém-Brasília (BR010) foi símbolo dessas políticas de integração, que elegeram a construção de rodovias como meio para ligar regiões.

O desenvolvimentismo juscelinista mobilizou os espíritos e empolgou a nação. A ‘terra enigmática’ estava ‘à espera da energia humana que a subjogue, discipline e dela faça um fator de enriquecimento do país e da consolidação de uma independência econômica’¹⁸⁵

Os desafios para o desenvolvimento da nação estavam postos e, como aponta o historiador Reis, a partir dos discursos do presidente Juscelino Kubitschek (afinados aos discursos anteriores desde Getúlio Vargas), a natureza viraria riqueza quando “‘subjugada’, ‘disciplinada’ e explorada”¹⁸⁶, uma vez que “nenhuma influência maléfica será capaz de impedir o surto do nosso desenvolvimento”¹⁸⁷. Portanto, essa natureza “maléfica” seria “derrotada” pelo “progresso”; as bases estavam consolidando-se para a implantação de planos que viriam transformar as matérias-primas dispersas pelo país em produtos comercializáveis, que viriam para gerar lucros aos empresários e empregos aos trabalhadores.

A partir década de 1950, setores relacionados à produção e transportes receberam mais investimentos; assim,

o crescimento econômico acelerado tornou-se ponto de consenso das elites brasileiras desde que o presidente Juscelino Kubitschek o erigiu em ideologia dominante através da palavra de ordem ‘avançar 50 anos em 5’¹⁸⁸.

¹⁸⁴ COSTA, Juarez Baldoino da. *O Polo Industrial da Zona Franca de Manaus e a preservação da floresta amazônica: caminhos independentes*. Manaus: AM, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – ICHL/UFAM, 2016, p. 31. Disponível em < [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5602/5/Disserta%
%20-%20Juarez%20B.%20Costa.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5602/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Juarez%20B.%20Costa.pdf) > acesso em 04 abr 2020.

¹⁸⁵ REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 19-20.

¹⁸⁶ Ibid., p. 20.

¹⁸⁷ Ibid., p. 20.

¹⁸⁸ VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987, p. 83.

O presidente Juscelino Kubistchek buscou a continuidade das políticas desenvolvimentistas de Getúlio Vargas, com o apoio das Forças Armadas. O Plano de Metas, lançado em 1958, constituiu-se em um novo momento de intervenções estatais em nível nacional.

Para melhor integrar o país, a capital federal fora deslocada ao Planalto Central, ao mesmo tempo em que iniciam as obras da Belém-Brasília, considerada a maior obra na região Amazônica, no período aqui denominado redemocratização (1945-1964).

Com a inserção de capital estrangeiro e a formação de um mercado consumidor interno de produtos industrializados, o presidente Juscelino Kubistchek consolida o projeto rodoviário, em detrimento do ferroviário. O projeto da rodovia Transbrasiliana, que ligaria o Rio Grande do Sul à Belém, cortando o país, é reflexo dessas políticas¹⁸⁹.

No ano de 1958, as obras da rodovia Belém-Brasília são iniciadas. Com as obras da rodovia em execução, os incentivos à venda de terras foram intensificando-se, posto que na Amazônia “o preço da terra era irrisório, simbólico. A legislação existente tinha como objetivo principal estimular a ocupação territorial”¹⁹⁰; o baixo valor não era o único fator utilizado pelo Estado como propaganda para atrair compradores; temos ainda, por exemplo, as indicações de que essas terras não possuíam qualquer tipo de disputas e conflitos, os incentivos à exploração madeireira e a pecuária bovina, o escoamento da produção seria facilitado pela implantação da rodovia¹⁹¹.

Contudo, a morte de Bernardo Sayão, em 15 de janeiro de 1959, “faltando 15 dias para que as duas frentes, vindas do Norte e do Sul se encontrassem, nas proximidades de Açailândia/MA”¹⁹², reforçou os discursos acerca dos perigos da “selva” e de que esses empreendimentos eram consolidados por “homens

¹⁸⁹ ANDRADE, Rômulo de Paula. *Vencidas a distância e floresta!:* A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. Niterói: RJ, Tempo, Vol. 25 n. 2. Mai./Jul. 2019. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v25n2/1980-542X-tem-25-02-363.pdf>> Acesso em 13 mar 2020.

¹⁹⁰ FONTES, Edilza Joana Oliveira. Paisagens amazônicas: o espaço vazio e a floresta. In: COELHO, Anna Carolina de Abreu, ALVES, Davison Hugo Rocha e NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Perspectivas de pesquisa em História na Amazônia:* natureza, diversidade, ensino e direitos humanos. Belém: Açáí, 2017, p. 158 Disponível em <<https://itemnpo.unifesspa.edu.br/images/Textos/Perspectivas-de-pesquisa-em-Histria-na-Amaznia---natureza-diversidade-ensino.pdf>> acesso em 11 mar 2020.

¹⁹¹ *Idem*.

¹⁹² SOUSA, Michelle Louise e PACHECO, Rafael Araujo. A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do Centro-norte de Goiás. Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 3, n.2, p 246 - 262. agosto/dezembro. 2013., p. 248.

corajosos” e ainda, que os sacrifícios eram tamanhos, mas a “guerra” contra a selva deveria ser contínua.

A partir de 1960 uma série de eventos políticos e sociais dificultaram o desenvolvimento econômico em âmbito nacional. Ainda na presidência Juscelino Kubistchek, em 31 de janeiro de 1960, inaugura a Belém-Brasília “a primeira conexão por terra entre a capital do Pará e o sul do Brasil”¹⁹³ e em 21 de abril de 1960, foi inaugurada a nova capital federal, Brasília. Porém as eleições em 1960 geraram inseguranças e instabilidade política, num contexto em que o país havia herdado dívidas significativas para implantação do projeto desenvolvimentista.

A conservadora União Democrática Nacional (UDN) presidida por Carlos Lacerca, se juntou com alguns partidos em 1959 para apoiar a candidatura à presidência de Jânio Quadros “um personagem politicamente incontrolável para os propósitos de Juscelino”¹⁹⁴, por sua vez, Jânio Quadros “recebeu a maior votação até então registrada no país”¹⁹⁵, contudo, “Sem planejamento de longo prazo, com uma visão estreita do país e moralista na vida pública, um perfil autoritário e alma de burocrata, governava a República como quem chefiava uma repartição”¹⁹⁶.

SCHMINK e WOOD (2012) denominam o período entre 1950-1964 como auge do garimpo, na região do Tapajós os “garimpos fechados”, assim denominado por serem controlados pelos donos se expandiram, com isso, “dúzias de pistas de pouso foram construídas no início dos anos 1960, margeadas a cada lado pela corrutela, linhas de choupanas que serviam como loja de suprimentos e residência”¹⁹⁷. Nas capitais, o comércio se expandiu “Populações crescentes em Belém e Manaus, também aumentaram a demanda por alimentos básicos”¹⁹⁸

A SPVEA passava por um momento de estagnação, “[...] os anos 1960-1966, caracterizados como de tentativa de reforma e decadência do modelo aplicado”¹⁹⁹. Em 1960 o superintendente da SPVEA, Waldir Bouhid, elabora a introdução do relatório SPVEA “Política de Desenvolvimento da Amazônia” (1954/1960). Nela Bouhid “relata alguns fatos ocorridos durante os sete anos de funcionamento da

¹⁹³ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*, p. 92.

¹⁹⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Op. Cit.*, p. 429.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 431.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 431.

¹⁹⁷ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*, p. 95-96

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 96.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, Wesley Pereira, TRINDADE, José Raimundo B. e FERNANDES, Danilo Araújo. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimento no Brasil. In: TRINDADE, José Raimundo B. (Org.). *Op. Cit.*, p. 109.

SPVEA. Ficam evidentes a pressão e os boatos que se criaram durante os anos da década de 1950 sobre a instituição”²⁰⁰.

[...] não bastasse os problemas orçamentários e a dificuldade de ação em terras pouco conhecidas, havia ainda opositores, por assim dizer, ao trabalho da instituição. Em sua avaliação, Bouhid se mostra ciente de que a SPVEA não agiu de acordo com a ‘orientação metodológica mais racional’; uma vez que os resultados conseguidos no período ficaram aquém do que se desejava. Argumenta, ainda, que as ações da instituição deveriam ter sido orientadas por uma perspectiva mais técnica, porém o quadro de pessoal em vários níveis da superintendência não era adequado o suficiente para atender a tal exigência. Bouhid criticava ainda a interferência do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) que, segundo ele, acabava por tirar a autonomia do órgão para a elaboração do desenho da política de desenvolvimento regional.²⁰¹

As dificuldades frustravam a execução do plano de valorização. A economia se assentava na exportação de alguns produtos. O Manganês do Amapá, a partir de 1956, “converteu-se pelo seu valor, no principal produto exportado pela Região Norte até o final dos anos 70”²⁰², no Acre o produto mais importante ainda era a borracha, no Pará a castanha se constituía no principal produto de exportação.

Com a abertura da rodovia Belém-Brasília as elites locais e de outros estados despertaram forte interesse pela aquisição das terras devolutas. Os governadores eram os responsáveis pela “concessão do uso (arrendamento) ou venda de títulos de terras devolutas a particulares”²⁰³, assim o comércio das terras “converteu-se numa de suas principais ferramentas de *troca de favores* entre os chefes do executivo estadual e os setores da elite econômica e/ou política local, e também entre os próprios integrantes do governo paraense”²⁰⁴.

A renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1960 e a tumultuada posse de seu vice João Goulart, em setembro de 1961, contribuiu para o aumento das desconfianças “Goulart assumiu o cargo em regime de emergência: ele até dispunha de esboço para um plano de governo – as reformas de base –, mas não teve tempo de construir uma estratégia de planejamento”²⁰⁵.

²⁰⁰ Ibid., p. 117.

²⁰¹ Ibid., p. 118.

²⁰² PETIT, Pere. (2003) *Op. Cit.*, p. 63.

²⁰³ Ibid., p. 74.

²⁰⁴ Ibid., p. 74.

²⁰⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Op. Cit.*, p. 437.

Junto disso, os movimentos sociais de luta dos trabalhadores ganham força, no campo conflitos vinham crescendo desde a década de 1940, como o levante de Porecatu no Paraná, em 1946; a revolta de Trombas e Formoso em Goiás, em 1954 a 1961 e o “renascimento” das Ligas Camponesas, em 1955, no Nordeste. A partir de 1961 as Ligas Camponesas radicalizam:

‘Na lei ou na marra, com flores ou com sangue’, como anunciado pelos cerca de seiscentos delegados presentes ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte – e iniciaram invasões e ocupações de terras.²⁰⁶

Nas cidades com o galope da inflação “o país se encheu de greve”²⁰⁷, os sindicatos operários criaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1961, com isso, “Além de alarmar os empresários, a escalada grevista jogou um peso decisivo no fortalecimento das forças de esquerda”²⁰⁸, para este segmento o espaço de atuação política se ampliou de modo que “no final de 1961, as esquerdas formaram uma coalizão sem precedentes, voltadas para a aprovação do projeto das reformas de base – e quiseram começar pela reforma agrária”²⁰⁹.

Entre 1961 e 1963 a situação na região amazônica seguiu a tendência do resto do país de estagnação econômica frente as incertezas, “em 1960 residiam na Amazônia Legal cerca de 4 milhões de pessoas”²¹⁰, a maioria vivendo no campo se ocupando no extrativismo.

Os eventos seguintes levaram à deposição do presidente João Goulart por meio de um golpe de Estado liderado pelas Forças Armadas com apoio das elites conservadoras e contribuições dos Estados Unidos. A denominada ditadura civil militar, iniciada a partir da posse do marechal presidente Humberto Castello Branco em abril de 1964 vai dar início a proposta de desenvolvimento nacional baseado na modernização conservadora.

²⁰⁶ Ibid., p. 425.

²⁰⁷ Ibid., p. 439.

²⁰⁸ Ibid., p. 439.

²⁰⁹ Ibid., p. 439.

²¹⁰ PETIT, Pere. (2010) *Op. Cit.*, p. 276.

CAPÍTULO 02 – “Operação Amazônia”: civilização, natureza e sociedade

A ânsia de se chegar ao patamar das sociedades industrializadas, onde suas bases se assentam, na busca por “segurança social e o acesso aos bens de conforto moderno como valores democráticos universais”²¹¹, impossibilitava aos setores da tecnocracia ver a Amazônia e as formas de viver de suas populações como viável; para estes, a “selva” legara ao povo o “atraso”.

As contradições que permeiam os discursos sobre a natureza da Amazônia repetem a perspectiva europeia quando associam natureza e sociedade: se por um lado as populações são vistas como felizes e inocentes, por outro, as mesmas não deixam de expor seus “costumes bárbaros”²¹². Essa dicotomia fora impregnada nos discursos que tratam da natureza e das sociedades da Amazônia.

A natureza, aqui relacionada à composição biofísica do território nacional, são incorporadas outras dimensões de entendimentos, de modo a se constituir em legado que atribui ao Brasil, da colonização à modernidade, o papel de “reserva das liberdades naturais em um mundo congestionado”²¹³; essa perspectiva é assumida pelo país e permeia os discursos de identidade nacional; assim, “[...] A exuberância da natureza inalcançada pela cultura povoa as cartilhas escolares, os hinos nacionais e os sambas de carnaval”²¹⁴, elementos do nacionalismo exaltados pelas Forças Armadas e outras instituições conservadoras.

A história brasileira, a partir da colonização, precisou enaltecer essas características de um território composto por grandes biomas preservados, dada ainda a dimensão continental do país, então, uma vez que, “faltavam catedrais góticas, mas sobravam espaços, florestas, índios [...] a natureza – a geografia – forneceu à identidade nacional consciência de singularidade”²¹⁵, havia a predominância de um discurso de “cuidado” com a natureza e as populações indígenas, que não eliminava a depreciação desses dois elementos, em que o primeiro deveria ser “civilizado” e explorado enquanto mão de obra e o segundo era a representação do primitivismo, da ausência de técnica, do passado pré-colonial.

²¹¹ ARNT, Ricardo Azambuja e SCHWARTZMAN, Stephan. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo (1985-1990)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 29.

²¹² Ibid., p. 36.

²¹³ Ibid., p. 36.

²¹⁴ Ibid., p. 38.

²¹⁵ Ibid., p. 38.

O projeto implantado pelo Regime Militar a partir de 1964, de modernização conservadora, se fez possível por meio do autoritarismo, com vias “a estratégia do crescimento pela concentração, defendida por setores politicamente conservadores da sociedade”²¹⁶ e contribuiu para o aumento das desigualdades sociais.

A Operação Amazônia se constituiu na composição de uma série de medidas a fim de se cumprir os anseios acerca do desenvolvimento da região, tendo como requisitos a integração à economia nacional e estrangeira e se constituiu em

[...] um novo capítulo dessa saga. Com fúria sem precedentes reedita, agora como estratégia e poder central, o modelo tentado por FORD da agropecuária de larga escala como base de desenvolvimento do agrário regional²¹⁷

Por vezes, as experiências passadas eram lembradas, contudo as possibilidades de atuação dos militares que haviam tomado o poder se constituíam em momento ideal para a intervenção, pois, “[...] Com a ditadura militar instaurada em 1964, todo um aparato institucional será estruturado para a condução de nova estratégia de desenvolvimento industrial, agrário e minero-metalúrgico”²¹⁸. Esse cenário possibilitou alterações diversas em regiões com potencial para a inserção do modo de produção capitalista, qualquer “empecilho” deveria ser superado, seja a natureza e sua composição biofísica, sejam as populações locais de agricultores, extrativistas, pescadores, povos, nações indígenas, comunidades remanescentes de quilombo e demais, que, por desventura, estivessem a viver em áreas consideradas fontes de riquezas atingidas pelos programas e projetos que vieram a compor os planos de desenvolvimento para a Amazônia.

2.1. – Regime Militar na Amazônia: considerações iniciais

A presença da natureza predominante nas paisagens da Amazônia e a busca pela transformação da região, com vias à implantação de uma economia moderna, que possibilitasse o avanço do capitalismo, viu na agropecuária, extração madeireira, industrialização, mineração e outros, caminho importante para o desenvolvimento.

²¹⁶ COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. 2. Ed. Belém, NAEA, 2013., p. 21.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 22.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 23.

O sudeste desenvolvido era o exemplo; os investimentos em agropecuária levaram à devastação de grandes áreas antes ocupadas pela Mata Atlântica, a mineração e o surgimento de indústrias e fábricas, mesmo com todos os impactos aos biomas e ecossistemas, haviam possibilitado a essa região o progresso, pois havia seguido os modelos dos países desenvolvidos e tornara-se o centro financeiro do país.

A derrota súbita e decisiva da floresta fora inevitável, por que a agricultura, na maioria dos lugares, era praticada como antes, com queimada de floresta primária, seguida, mais cedo ou mais tarde, por pastagem de gado. À medida que os últimos arvoredos da floresta primária acessível eram derrubados, alguns fazendeiros de fato, assumiam por fim o arado, mas esses experimentos de cultivo intensivo não eram suficientes para compensar perdas com a fertilidade natural, quando o húmus da floresta se lixiviava e se perdia com a erosão. Os rendimentos de muitas culturas começavam, assim, a declinar e intensificava-se demanda tanto por matas secundárias quanto por matas primárias.²¹⁹

As políticas de industrialização, intensificadas a partir de 1930, foram consideradas exitosas; por conta disso, as Forças Armadas, “[...] teriam acompanhado facilmente o nacionalismo econômico e o industrialismo de Vargas não fosse sua face populista”²²⁰. As medidas populistas que levaram à ampliação de leis trabalhistas e tocavam em questões como reforma agrária foram postas enquanto ações de cunho comunista, portanto, vistas com bastante desconfiança pelos setores conservadores, a ponto de articulações e tentativas de golpe de Estado nas décadas de 1950 e 1960, quando, finalmente, essa medida foi exitosa, com a deposição do presidente João Goulart e a tomada de poder pelas Forças Armadas em abril de 1964.

O aumento da esquerda, junto das pressões dos trabalhadores nas cidades e no campo, fora considerado a ameaça concreta que poderia culminar com a implantação do socialismo; estas eram algumas das justificativas utilizadas para a implantação de um Regime Militar. Frente a essa ameaça as características do golpe de Estado de 1964 seguiram rumos diferentes “[...] Nenhum dos lados previa um

²¹⁹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996., p. 254.

²²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005, p. 120.

golpe liderado e controlado por militares, seguido de um governo militar [...]”²²¹. Esse novo cenário político possibilitou a atuação dos militares onde lhes interessava, as políticas voltaram-se para a Amazônia, que seria integrada e se somaria ao novo Brasil, construído sob a gestão do Regime Militar.

As Forças Armadas possuem segmentos diversos, por vezes, opostos. De modo geral, não havia um apoio ao golpe antidemocrático, pelo contrário a predominância era de “um legalismo inercial” não à toa “a decisão golpista da cúpula militar foi contestada pelo III Exército e gerou resistência em várias outras unidades militares”²²², assim, algumas das primeiras ações dos militares foram internas, prendendo grupos opositores e que resistiam na deposição do presidente João Goulart.

O Regime Militar atendia aos anseios das elites conservadoras e não buscava diálogo com as camadas populares, contudo investiu em propagandas a fim de obter apoio popular e passar uma imagem de normalidade democrática, enquanto seguiu implantando uma série de medidas autoritárias, sem dialogar com as populações afetadas direta ou indiretamente. As justificativas estavam postas no sentido de que o país corria um “risco” de descontrole e desordem, diante de uma possível tomada de poder por políticos e atores sociais que assumiam postura “comunista”.

Fatal era que o quadro político brasileiro inspirasse, no fundo esse estudo. O Exército preparava-se nitidamente para qualquer eventualidade, no caso de o Brasil vir a ser palco do que ocorria já não apenas na África, mas também no Caribe. A Guerra Revolucionária era estudada em cinco fases progressivas, admitindo-se que já estavam consumadas entre nós: a propaganda, a agitação, especialmente com escalada das greves ilegais, a sabotagem com a queima de canaviais, a ação das Ligas Camponesas, a intimidação, a desenvoltura dos militantes do PCB infiltrados no Governo Federal, a pregação da “reforma agrária na lei ou na marra”, os conflitos cruentos no Nordeste e em Minas Gerais, no campo, e a organização paramilitar dos “grupos dos onze” do Sr. Brizola.²²³

Jarbas Passarinho, político conservador, apontava alguns dos diversos elementos considerados de ordem “subversiva” e que tendiam para uma possível implantação do comunismo no Brasil, como vinha ocorrendo em outros países.

²²¹ Ibid., p. 119.

²²² Ibid., p. 121.

²²³ PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 165.

A tomada de posse do general Castelo Branco em 15 de abril de 1964 iniciou a implantação e consolidação de um modelo de governo autoritário²²⁴ e repressor. Em um contexto em que os movimentos sociais e populares no país ganhavam espaço, às vésperas do golpe civil militar de 1964, havia forte reivindicação pelo “alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro”²²⁵ e, conseqüentemente, houve um aumento de 350%²²⁶ no número de greves gerais entre 1961 a 1963.

Os golpistas e seus apoiadores se empenhavam na divulgação de que a deposição do presidente eleito era uma ação “contra a corrupção, contra a subversão”²²⁷ atribuída estas à práticas adotadas pela esquerda política, desse modo, apoiavam o que se convencionou denominar de “modernização conservadora”, que agradava as elites e setores privilegiados da classe média de uma só vez, no mais, “o movimento liderado pelas Forças Armadas não era a favor da construção de algo novo no país”²²⁸. Eram consideradas problemas a serem resolvidos as manifestações de massa de trabalhadores das cidades e do campo que buscavam melhorias nas condições de trabalho e vida, essas manifestações eram imediatamente associadas esquerda socialista/comunista e anarquista.

Debates, conflitos, interesses de classes e grupos disputavam espaços e se difundiam, organizações sindicais adquiriam apoio e anunciavam greve. Grupos de conservadores e nacionalistas, se opunham ao dos comunistas, cada um desses se organizava para defender seus projetos e pretensões, líderes políticos eram apontados como apoiadores de ideias e países comunistas, contudo,

O golpe estancou um rico e amplo debate político e ideológico que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais, etc.²²⁹.

²²⁴ Lemos destaca que em âmbito dos cidadãos a situação autoritária no Brasil é amena se comparada com a de outros países, posto que, a burocratização do movimento o tornou mais previsível se comparado a outras experiências latino americanas. Ver: LEMO, Renato. Poder judiciário e poder militar (1964-9). In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

²²⁵ TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel. *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. EDUSC, São Paulo. 2004, p. 68.

²²⁶ DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, p. 267.

²²⁷ TOLEDO, *Op. Cit.*, p. 68.

²²⁸ *Ibid.*, p. 68.

²²⁹ *Ibid.*, p. 70.

Os argumentos favoráveis aos militares eram produzidos e reproduzidos por membros das elites intelectuais conservadoras, comprometidas em atender seus anseios, ficando as demais classes na condição de desprovidos de certas oportunidades, assim, patrão e trabalhadores, cada um demandando políticas governamentais que se opunham, ganhavam espaços na mídia, primeiro nas rádios e jornais impressos, depois nas televisões. Os apoiadores do Regime Militar emergiram de grupos diversos e passaram a propor modelos de modernização para o país; faziam parte destes “empresários, Igreja, latifundiários, grande imprensa e parte da classe média. Era uma sociedade majoritariamente conservadora e que, verdadeiramente, tinha medo do ‘perigo comunista’”²³⁰. Somadas a estes, as escolas militares formavam um número considerável de seus membros nas mais diversas áreas técnicas e superior; com graduações, produziam conhecimentos sobre o país, as oportunidades em ocupar cargos administrativos e técnicos pipocaram.

Esses segmentos que compunham as elites e a classe média, onde estavam inseridos os “donos” dos pensamentos sobre o Brasil moderno, projetos conservadores baseados nos investimentos em industrialização e agropecuária, eram apontados como importantes para desenvolver a Amazônia brasileira, agora, porém, contavam com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, portanto aptos a executar seus planos de desenvolvimento sob apoio das Forças Armadas.

Em 1967, Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda. Pouco depois passou a ser o Czar de toda política econômica do regime. Passava a encarnar, portanto, outro papel, o de dirigente político, sem deixar de ser o analista. E, agora, podia fazê-lo em ambiente ditatorial (...) Nesse quadro, em que controvérsias e dissidências eram caladas sem contemplação, Delfim Netto pôde então transformar suas ideias em política, de forma a modelar um novo “mundo agro” e a gerar, quase que demiurgicamente, os sujeitos sociopolíticos que povoaram esse mundo.²³¹

O economista formado pela USP e professor universitário Delfin Netto²³², reflete o poder atribuído aos intelectuais conservadores que conduziram os planos de desenvolvimento e assumiram cargos diversos vinha das Forças Armadas que,

²³⁰ CASTRO, Celso. Comemorando a “Revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FONTES, EDILZA Joana de Oliveira e BEZERRA NETO, José Maia (org.). *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007, p. 436.

²³¹ MORAES, Reginaldo C., ÁRABE, Carlos Henrique Goulart e PAULA E SILVA, Maitá de. *As cidades cercam os campos: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada*. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008, p. 24.

²³² Um dos que assinaram o AI-5. Ver: memoriasdaditadura.org.br.

por vezes, tratou de investir em propagandas para passar a ideia de instituição séria, comprometida com o desenvolvimento do país e onde a corrupção não tinha espaço.

O Regime Militar investiu em propagandas governamentais a fim de adquirir apoio das elites conservadoras, classe média e do trabalhador; então uma das funções da imprensa veio nessa perspectiva,

O enorme esforço em termos de comunicação pública e privada em apoio ao governo foi essencial para que parte da opinião pública deixasse de lado seus receios com a postura militar, que, apesar de excessivamente severa e radical, mesclou-se à realidade do povo se valendo de elementos de seu cotidiano e de interesses como o futebol, a modernização de produtos, a valorização da moeda, a ideia de um avanço econômico inédito e a suposta compreensão de que os interesses do governo e das “pessoas bem intencionadas” e trabalhadores era apenas um: o desenvolvimento do país e a viabilidade de um futuro melhor.²³³

Um futuro melhor, onde o Brasil poderia se tornar desenvolvido, como ocorrera com os Estados Unidos, por exemplo, símbolo de país capitalista, onde o consumo e seu aspectos eram tidos como padrões para as demais populações, país da técnica e da modernidade.

No Brasil, as capitais da região Sudeste e algumas cidades do interior com forte economia iam se tornando grandes cidades, houve também o aumento da classe média, e outros fatores que indicavam possibilidades de avanços futuros. Os militares se empenhavam em afirmar que, a partir da “revolução” de 1964, as conquistas seriam maiores rumo ao desenvolvimento econômico.

O uso de diversas mídias para propagandear suas ações foi recorrente, somado a questões relacionadas com aspectos do nacionalismo, porém a resistência por parte de grupos de trabalhadores e movimento estudantil, por exemplo, revelaram fortes opositores do regime.

Sob a justificativa de “subversão”, “terrorismo” e uma possível ação dos opositores para um “golpe socialista”, os militares criaram as condições, por meio da legislação, para aplicar a repressão por meios diversos como prisões, torturas, etc.; possuíam um discurso de oposição à esquerda que, difundido pela mídia, sob forte censura, acabou por angariar apoio de uma parcela importante da população,

²³³ MUNTASER, Lara Denise. *O poder da comunicação durante o regime militar brasileiro: uma análise crítica* 25-26. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26534/3/PoderComunica%C3%A7%C3%A3oRegime.pdf>> acesso em 05 jun 2020.

principalmente a classe média. Os militares “pregavam a eliminação do comunismo, da ‘subversão’ e da corrupção [...] vistos como empecilhos para a caminhada do Brasil em direção ao seu destino de ‘país do futuro’”²³⁴.

A partir da década de 1960 começa a se consolidar o “papel dos estudantes universitários como porta-vozes radicais das expectativas das camadas médias brasileira”²³⁵, a formação universitária possibilitou à classe média maior remuneração, considerada mão de obra qualificada, adentrou o mercado de trabalho em cargos de chefia em diversos setores. A maior demanda por essa mão de obra culminou na “‘abertura’ das Universidade aos setores sociais médios [...] os 27.253 estudantes de 1945 chegaram aos 107.299 alunos de 1962”²³⁶. As demandas por reformas universitárias permitiram o desenvolvimento de debates entre os estudantes, que se uniram em grupos, e maiores pressões ao Regime Militar.

A Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) – “[...] deram origem a uma esquerda católica que, já em 1961, assumiria, o comando da União Nacional dos Estudantes (UNE), em aliança com os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)”²³⁷. A proposta dessas organizações estava em ampliar a participação dos estudantes nas alterações propostas pelo Estado referentes às políticas educacionais.

No início da década de 1960, as manifestações para ampliações de direitos levaram os trabalhadores no campo e nas cidades a protestos. No campo, as Ligas Camponesas já desde 1946 cresciam, nas cidades, o aumento expressivo de greves e reivindicações para a ampliação dos direitos dos trabalhadores somaram-se aos protestos dos universitários.

Em maio de 1962 ocorre a primeira greve universitária com forte apoio em todos os centros estudantis, com objetivo, principal, voltado ao aumento da representatividade estudantil. Porém, a destituição de João Goulart não gerou imediatamente protestos significativos, “o grosso do estudantado parece ter sido sensível à maciça campanha anticomunista que precedeu o golpe”²³⁸, o que não durou muito tempo, posto que:

²³⁴ Ibid., p. 10.

²³⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart à Collor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p. 14.

²³⁶ Ibid., p. 14.

²³⁷ Ibid., p. 14.

²³⁸ Ibid., p. 16.

Em setembro de 1966, a tensão gradualmente acumulada explodiu em conflito. A partir da repressão a uma pequena passeata estudantil em Belo Horizonte, cresceu como bola de neve um ciclo de protestos contra a violência policial [...] A imprensa deu grande destaque a esses eventos. Pela primeira vez, o governo militar, que não hesitara em usar a força contra operários e camponeses desde o golpe de 1964, mostrava disposição para recorrer à força para reprimir manifestações da elite estudantil de classe média. (Nessa altura, essa elite já era composta por 180 mil jovens, que seriam 278 mil, em 1968). [...] A imagem da violência policial contra moços e moças ficou marcada na memória estudantil²³⁹

No ano de 1968, quando os movimentos sociais ocorrem em diversos lugares do mundo, os protestos no Brasil também crescem, se intensificando, conforme situações como as que levaram a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, em 28 de março; a reação governamental aos protestos culminaram na promulgação do Decreto-Lei nº 314, que definia os 38 tipos de crimes contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social, a repressão vai aumentando gradativamente tendo como estopim a publicação do AI-5 em 13 de dezembro, do mesmo ano.²⁴⁰

Os protestos após a morte de Edson Luís somaram-se a outros, como o de 21 de junho, conhecido como “Sexta-Feira Sangrenta”, em que ocorreram conflitos violentos entre policiais e estudantes, e ainda, em 26 de junho a “Passeata dos 100 mil”, ocorridos no Rio de Janeiro; esses acontecimentos foram vistos com receio pelos militares. No dia 11 de outubro ocorreu o XXX Congresso da UNE, cidade de Ibiúna, em São Paulo; após denúncia, os estudantes foram presos e o congresso debelado.

O movimento estudantil radicaliza, mesmo o grupo Ação Popular, da esquerda católica, que se dizia não marxista, aderiu à corrente leninista. A partir de então, “a esquerda estudantil [...] lidera efetivamente grandes passeatas”²⁴¹ que desembocaram na ruptura definitiva e violenta em prol da radicalização contra o golpe e as Reformas Universitárias fortemente influenciadas pelo modelo estadunidense.

A adoção de medidas repressivas pelo Regime Militar contribuiu para a impopularidade do governo, o Ato Institucional nº5 (AI-5) vai provocar uma parada

²³⁹ Ibid., p. 17.

²⁴⁰ Ver: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). “*Tempo negro, temperatura sufocante*”: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

²⁴¹MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. Cit.*, p. 16.

forte em todos os protestos que vinham se seguindo, as imagens dos filhos da classe média em protestos e lutas contra os militares ganhavam a mídia, produções artísticas e intelectuais passaram por censura e os professores, a partir de então, eram vigiados nas universidades.

A violência e o terro de Estado, principalmente depois do AI-5 e da ascensão à presidência do general Médice, acabaram por se institucionalizar através do aparato repressivo montado pelo regime, levando à paralização quase que absoluta do movimento popular de resistência, que passou a ter como único caminho a clandestinidade²⁴²

Desde 13 de junho de 1964 havia sido implantando o Serviço Nacional de Informação (SNI), “um dos mais poderosos instrumentos do terror do Estado militar brasileiro”²⁴³; com o aumento expressivo das manifestações e conflitos, os militares promulgam o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que se constituiu em forte contradição aos discursos de “normalidade” democrática, contudo, “a motivação principal não foi econômica e sim política”²⁴⁴. Outros fatores se somaram em volta da questão política, subversão e eminente guerra revolucionária também foram utilizadas como justificativas, de “acordo com os autores do AI-5, os ideais do regime político instaurado em 1964 estariam comprometidos”²⁴⁵. Para os militares, mesmo os planos de desenvolvimento nacional, estariam, conseqüentemente, ameaçados, pelo aumento da “subversão e os riscos para a ordem”²⁴⁶; combate à corrupção, foi outra justificativa.

Os militares entendiam o “desafio estudantil e das ações armadas da esquerda como problemas graves, destacando que alguns religiosos e artistas apoiavam tais ações radicais”²⁴⁷; o crescimento da oposição era fator de preocupação, o “risco não estava apenas nas ações armadas em si, mas, no

²⁴² FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane. “Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/O mal que a força sempre faz (...)”: o Brasil do AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). *“Tempo negro, temperatura sufocante”*: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008, p. 31.

²⁴³ FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane. “Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/O mal que a força sempre faz (...)”: o Brasil do AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). *“Tempo negro, temperatura sufocante”*: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008, p. 17.

²⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>> Acesso em 24 jul 2020.

²⁴⁵ Ibid., p. 205.

²⁴⁶ Ibid., p. 205.

²⁴⁷ Ibid., p. 205.

desprestígio que traziam para o governo, que sabia da sua impopularidade”²⁴⁸. Somado a isso, a justiça libertava presos políticos. Essas questões consideradas de ordem subversivas levaram os militares a acreditar que a repressão deveria ser maior, uma vez que diziam estar no caminho certo para o progresso e ordem do país, assim, “é fundamental que se compreenda o AI-5 como coroamento de um projeto político autoritário e conservador”²⁴⁹. Exitosas para os militares, essas medidas eliminaram os protestos em massa, desarticulando a resistência que passou a ser perseguida por órgãos de investigação de crimes considerados “subversivos”. Com o AI-5, por exemplo, a repressão aos estudantes cresceu: “a última diretoria da UNE teve vários de seus membros assassinados”²⁵⁰, junto do aumento da repressão, crescente impopularidade do Regime Militar.

A censura vai se intensificar, assumindo um papel importante para os militares, retirar de circulação críticas ao governo, “o ‘zelo’ dos censores e das autoridades governamentais foi tão intenso que até mesmo a tradicional Rádio MEC – especializada em música clássica – foi proibida de tocar em sua programação compositores russos”²⁵¹.

O Regime Militar utilizou a censura a fim de eliminar oposições e dar aparência de normalidade democrática, mas não somente isso: “1964 marcou um golpe de Estado político, com a mobilização de um aparato institucional ou ‘semilegal’ para justificá-lo e legitimá-lo”²⁵². A permissão de um partido de oposição, com eleições mantendo certa regularidade, por um período, revelam esse esforço:

Querendo manter a aparência da normalidade democrática, o Estado incentivou a formação de um partido de ‘oposição responsável’, ao qual caberia oferecer ‘crítica construtiva’ ao governo. Os vários partidos de oposição associaram-se e formaram o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, enquanto o partido de apoio ao governo foi denominado Aliança Renovadora Nacional – Arena.”²⁵³

Em outubro de 1969 a Presidência é assumida por Garrastazu Médice; fazendo valer o AI-5, que se caracterizou como “um dos períodos mais sombrios da

²⁴⁸ Ibid., p. 205.

²⁴⁹ FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane. *Op. Cit.*, pp. 09-10

²⁵⁰ Ibid., p. 17.

²⁵¹ Ibid., pp. 10-11.

²⁵² NAPOLITANO, Marcos. *Golpe de Estado: entre o nome e a coisa*. ESTUDOS AVANÇADOS 33 (96), 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-395.pdf>> acesso em 28 jul 2020, p. 403.

²⁵³ FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane. *Op. Cit.*, p. 21.

ditadura militar”²⁵⁴; em meio ao aumento da repressão, a política nacional de desenvolvimento dos militares foi sendo implantada.

Nos discursos dos militares, as metas iam no intuito de promover o desenvolvimento econômico rumo à industrialização aos moldes dos países desenvolvidos. Aqueles que eram contra os militares eram considerados por eles contra a nação e, conseqüentemente, contra o desenvolvimento do país:

O binômio desenvolvimento/segurança (tanto externa, quanto interna) surgia como a solução para os graves problemas nacionais. E vai ser sob esse lema que o governo do general-presidente Garrastazu Médice, iniciado em 30 de outubro de 1969, implantará um período de violência, repressão e supressão de liberdades civis como ainda não visto na história republicana brasileira²⁵⁵

O processo de implantação das políticas de desenvolvimento vai ser construído sob uma série de argumentos pronunciados pelos militares apoiadores do regime e por intelectuais conservadores; estes, por sua vez, não pouparam argumentos em tratar os planos de desenvolvimento como uma necessidade nacional para o crescimento da economia, e, ainda, integração e a manutenção da soberania do país.

A Amazônia brasileira, região “desconhecida”, ao longo do século XX passou a ser “integrada”²⁵⁶ ao restante do país, a partir da SPVEA, com a implantação de planos de desenvolvimento. O Regime Militar vai se valer de argumentos nacionalistas que apontavam para a necessidade de integração do país, para superar os ricos à soberania territorial e desenvolver regiões pouco assistidas.

Os planos de desenvolvimento causaram forte impactos à natureza e às sociedades da região amazônica, principalmente a partir do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando “a integração econômica da Amazônia tornou-se uma das metas prioritárias”²⁵⁷. Contudo, intervir na maior região florestal do mundo impôs desafios diversos ao Estado.

²⁵⁴ Ibid., p. 30.

²⁵⁵ Ibid., p. 14.

²⁵⁶ O debate acerca da integração da região amazônica ao restante do país precisa melhor ser compreendido e analisado, mesmo que, do ponto de vista econômico, a região já apresentava um papel, que, apesar de pontual, tinha uma certa contribuição à economia nacional, como no auge da exploração da borracha no final do século XIX e início do XX, o que justifica a implantação de projetos como da Ford nas décadas de 1930-1940, e outros anteriores ao golpe de 1964.

²⁵⁷ STELLA, Thomas Henrique de Toledo. *A Integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, UNICAMP, SP., p. 127.

Os investimentos em pesquisa na Amazônia aumentaram; no INPA, por exemplo, permitiu o crescimento do número de alunos bolsistas que iam para outras regiões participar de cursos. Esses alunos, após formados, deveriam trabalhar na instituição pelo mesmo período que estiveram fora; passaram de 12, em 1963, para 34, em 1966 (PANZU, 2015).

Os militares, por meio da Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, criam o Banco da Amazônia S/A. (BASA), substituindo o então Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e propondo uma nova estrutura burocrática, na perspectiva de incremento de recursos para o financiamento dos projetos. Dessa forma,

O BASA passou a executar com exclusividade os serviços bancários da SPVEA e a aplicar como seu agente financeiro, os recursos em favor da iniciativa privada. Diversamente do BCA, o BASA passou a funcionar como banco de desenvolvimento regional, semelhante ao BNB.²⁵⁸

Nesse contexto, a SPVEA (considerada pelos militares de 1964 “fracassada e incapaz”²⁵⁹) passa por reforma em sua estrutura burocrática e emerge daí a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada a partir da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Desde então, coube à SUDAM elaborar “novos” projetos e programas de intervenções, mantendo sua base de parceria com a iniciativa privada (nacional e estrangeira) e investimentos públicos.

A partir da criação da SUDAM no ano 1966, as políticas de desenvolvimento passaram por um novo momento, em que os programas e projetos começaram a receber financiamentos e serem executados; medidas de incentivos aos investidores advieram a vigorar e se materializar em ações, os militares direcionavam sua atuação principalmente nos seguintes eixos:

a) política de incentivos fiscais destinados a favorecer a instalação de novas indústrias e, sobretudo, a ocupar grandes extensões de terra para projetos pecuários; b) criação da Zona Franca de Manaus; c) aberturas de novos eixos rodoviários federais e estaduais; d) os projetos de colonização das áreas próximas à Transamazônica; e) os investimentos direcionados a extrair, beneficiar e transportar as riquezas minerais descobertas no Pará na década de 60 e nos anos posteriores. Essas ações modificaram substancialmente a forma de

²⁵⁸ Stella, Thomas Henrique de Toledo. *A integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2009, p. 87. Disponível em <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285657>> acesso em 04 abr 2020.

²⁵⁹ *Idem*, p. 88.

ocupação e utilização econômica da região e aceleraria o processo de expansão das relações capitalistas na Amazônia e sua articulação ao mercado nacional e, sob novas formas e produtos, ao mercado internacional.²⁶⁰

Os custos humanos e ambientais dessas intervenções no bioma Amazônia podem ser considerados o princípio de aceleração das alterações nas paisagens por meio dos usos predatórios da natureza. Com usos de técnicas que se mesclavam entre novas e outras há muito utilizadas, a floresta foi sendo derrubada, grandes rios foram cortados por barragens para a geração de energia, a exploração mineral se intensificou e os produtos do extrativismo adentraram outros mercados consumidores.

O Projeto Jari, implantado no ano de 1967, foi um dos exemplos de empreendimento que foram executados por meio da parceria entre Estado e o empresariado; os incentivos fiscais contribuíram para a implantação do projeto no Vale do Jari, região de fronteira entre o estado do Pará e o Território Federal do Amapá, cortado pelo rio Jari. Com auxílio dos incentivos fiscais, o bilionário Daniel K. Ludwig compra o que viria a se constituir um dos maiores latifúndios do Brasil à época e passa a implementar na região o projeto. Este, por sua vez, “visava à implantação de um complexo agroindustrial que tinha como carro-chefe a produção de celulose em larga escala, principalmente para exportação”²⁶¹. O projeto contava ainda com a diversificação da produção: agricultura, pecuária e mineração. Desse modo, “a intenção de Ludwig era fundar um projeto pioneiro, moderno e que serviria de modelo para o aproveitamento econômico da Amazônia, o que o fez cair nas graças do governo militar”²⁶².

Os discursos das elites apontam a Amazônia como região submissa à selva, esta, por sua vez, precisa ser domada, modificada de modo a movimentar a economia, gerar riquezas para as elites e empregos para os trabalhadores. Enquanto que as sociedades locais são tratadas como passivas, à espera das ações governamentais e esperançosas de que o Regime Militar vinha para mudar essa

²⁶⁰ PENARROCHA, Pere Petit. A política dos governos militares no Pará: 1964 -1985. In: FONTES, Edilza (org). *Contando a história do Pará: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia Contemporânea* (séc. XX), v.II. Belém, E. Motion, 2002.

²⁶¹ CAMARGO, Maria Luíza Gutierrez de. *O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira*. São Paulo:SP, Dissertação (Mestrado); Programa de Pós Graduação em Geografia Humana; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015, p. 71. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122015-145826/publico/2015_MariaLuizaGutierrezDeCamargo_VCorr.pdf> Acesso em 04 abri 2020.

²⁶² Ibid., p. 72.

realidade. A implantação dos “grandes” projetos na Amazônia é apontada por Pere Petit²⁶³ como o quarto momento da história econômica da região, que se caracteriza pela “época das grandes transformações socioeconômicas da Amazônia desde 1966 até os dias de hoje”²⁶⁴. As alterações, a certo ponto, foram profundas nas áreas de implantação dos projetos, os impactos sociais e ambientais expressivos e até então inéditos pela grandiosidade das áreas afetadas.

2.2. – Operação Amazônia: natureza e sociedade frente ao modelo autoritário de desenvolvimento.

A preocupação acerca da soberania nacional foi difundida e contribuiu enquanto justificativa para a implantação dos planos de desenvolvimento da Amazônia. A natureza e as sociedades foram alvo desses planos de desenvolvimento, ambas precisavam passar por transformações, a fim de que abandonem os aspectos considerados “primitivos”. Para transformar a região amazônica em espaço “moderno” e “civilizado”, inserido na economia nacional e estrangeira, o Regime Militar executou a Operação Amazônia cercada de aspectos simbólicos e propagandísticos, tendo por objetivo atrair investimentos dos empresários e angariar apoios diante da necessidade de investimentos do Estado. A Operação Amazônia foi bastante documentada, publicações foram elaboradas, impressas e divulgadas e demonstram bem a preocupação relacionada a obtenção de apoio para investir numa região considerada, pelas regiões centrais do país, atrasada e distante.

O esforço governamental, no intuito de obter apoio empresarial e popular para as suas políticas de integração da Amazônia, deu-se por meio do uso excessivo de propagandas de exaltação de políticas governamentais como a Operação Amazônia.

O Regime Militar financiou cinco publicações, consideradas relevantes para compreender esse momento, as seguintes: o “Relatório Ministerial” (1966) apresentado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao presidente Castello Branco; a “Operação Amazônia: Álbum” (1967); “O Novo Sistema de Ação do Governo Federal

²⁶³ PENARROCHA, Pere Petit. A política dos governos militares no Pará: 1964-1985. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Contanto a história do Pará*, v II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (século XX). Belém: E. Motion, 2002, p. 77.

²⁶⁴ Ibid., p. 77.

na Amazônia” (1967); a “Operação Amazônia: Legislação básica 2” (1968); e a “Operação Amazônia: discursos” (1968).

Essas publicações nos permitem uma compreensão importante de definições e conceitos desenvolvidos pelos militares, políticos, empresários e intelectuais que se detêm em analisar a Amazônia e propor direcionamentos para os usos do que eles vão denominar “recursos naturais” e, ainda, propor mudanças nas sociedades, principalmente as que se mantêm na economia extrativista.

A Operação Amazônia, iniciada no ano de 1966, teve a primeira publicação governamental que se constituiu em uma obra contendo as legislações que vão dar suporte aos investimentos do setor privado e público, intitulada “O Novo Sistema de Ação do Governo Federal na Amazônia: Legislação Básica/VOLUME 1”, publicada pela SUDAM e impressa na Editora Spencer S.A, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1967.

Nesse livro, estão contidas, seguindo a ordem do índice da publicação: a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que “Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências; a Lei nº 5. 174, de 27 de outubro de 1966, que “Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências”; a Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, que “Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A”; e o Decreto nº 60.079 de 16 de janeiro de 1967, que “Aprova o ‘Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia’”.

Realizados os estudos para a promulgação da legislação, as datas das produções revelam a rapidez e o empenho dos militares para iniciar a implantação dos projetos de desenvolvimento da Amazônia. Dessa forma, foram criados, ao mesmo tempo, o BASA S/A, em setembro de 1966, consolidando-se a base financeira de investimentos, e, no mês seguinte (outubro de 1966), a SUDAM, como ferramenta aos investidores para a formação das bases administrativas para a implantação dos projetos e a política de incentivos fiscais a fim de atrair os investidores.

A Operação Amazônia irá transformar-se na base de lançamento do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (PQDAM), vigente no período de 1967 a 1971, tendo como foco principal os estímulos às infraestruturas, aos

incentivos fiscais, à criação de novas instituições e à reformulação das que existiam. Portanto, a Operação Amazônia se tornou um “conjunto de medidas operacionais”²⁶⁵ que, por fim, deveriam ser executadas.

Desse modo, a ida do presidente Castelo Branco ao Território Federal do Amapá em 1º de setembro de 1966 se configurou em lançamento da Operação Amazônia, que lançou as diretrizes para a elaboração dos planos de desenvolvimento.

Contudo, apesar de propor uma ruptura com as políticas anteriores, o projeto apresentou muitas permanências. Ao compararmos, por exemplo, o 1º PQDAM ao 1º Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959), observaremos que a “ideia de aproveitar os componentes do ambiente amazônico para a promoção do desenvolvimento persistia, embora definida mais objetivamente.”²⁶⁶ A Operação Amazônia propôs uma política de incentivos fiscais para atrair a iniciativa privada, materializada na Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966 que dispôs “sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências”²⁶⁷.

Até a década de 1960, a economia da Amazônia era predominantemente voltada para o mercado interno. Desse modo, “a região mantinha-se pouco integrada ao resto do país”²⁶⁸. O Regime Militar, diante da preocupação em ocupar as terras na Amazônia de modo a superar o “vazio demográfico”, construiu medidas para facilitar a aquisição das terras devolutas; o processo de ocupação é acelerado, ainda sob a “égide do Regulamento de Terras de 1933”²⁶⁹.

2.2.1 – Relatório Ministerial da Operação Amazônia.

A intervenção na região deu-se a partir dos estudos desenvolvidos por técnicos em diversas áreas, com apoio dos gestores locais; a partir daí é publicado o Relatório Ministerial, que lança as bases do que vai ser analisado na 1º RIDA e que

²⁶⁵ BATISTA, Iane Maria da Silva. *A natureza nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. Belém: Tese, Programa de Pós-Graduação Doutorado em História Social da Amazônia, 2016, p. 108.

²⁶⁶ *Idem*.

²⁶⁷ BRASIL. Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências.

²⁶⁸ FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Op. Cit.*, p. 150.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 158.

será apresentado ao então presidente Castelo Branco, possuindo a seguinte finalidade:

Resume êste relatório ministerial informações úteis que vem sendo examinadas sistematicamente pelo MECOR, na preocupação de identificar para a Amazônia, bases para uma reformulação de política de desenvolvimento e de segurança²⁷⁰

O Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR)²⁷¹ se constituía em mais um aparato institucional para dar encaminhamentos aos planos de desenvolvimento regional, que estaria a avaliar as medidas adotadas, e a Operação Amazônia constituía-se em “uma das respostas a ser dada à motivação de reformular a política de desenvolvimento”²⁷², tendo como fundamento “atender questões de segurança nacional”²⁷³ e, no caso mais específico, à Amazônia “atender as dificuldades próximas com a queda desastrosa do extrativismo tradicional da região”²⁷⁴.

A queda em questão refere-se ao declínio da exportação da borracha, contudo, a economia extrativista continuou cumprindo um importante papel para as sociedades locais: por meio de trocas diversas, a economia se dava permitindo a subsistência, e, ainda, se constituíam em atividades de menor impacto à natureza, principalmente, se comparadas à produção em escala industrial.

O Relatório Ministerial aponta para a necessidade de melhor conhecer a região, assim o governo militar incentiva as pesquisas e investe na “reorganização ou a criação de novos organismos de valorização, pesquisa e desenvolvimento geral”²⁷⁵, este seria mais um dos elementos que viriam a colaborar para o

Desafio que se resume a ocupar e integrar efetivamente na comunidade nacional, o grande vazio demográfico da Amazônia, legado ao país graças ao persistente e arguto trabalho do administrador português que na época não se descurou de fixar na área as bases válidas da nacionalidade²⁷⁶

²⁷⁰ SUDAM. *Operação Amazônia*: relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais [S.l: s.n.], 1966, p. 05

²⁷¹ A possibilidade de compreender as ações do Regime Militar precisa ser feita a partir da compressão dos elementos aparelham um regime autoritário e conservador administrado pelas elites políticas e empresarias, por vezes, inseridos nas Forças Armadas.

²⁷² SUDAM. 1966. *Op. Cit.*, p. 04.

²⁷³ *Ibid.*, p. 04.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 04.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 04.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 07.

A história da colonização portuguesa é retomada a fim de mostrar que a busca pela ocupação da Amazônia segue como um trabalho “árduo” que vem ocorrendo ao longo da história. A Operação Amazônia seria então a continuação de uma “missão” iniciada pelos europeus em prol da “civilização”.

Existia um discurso bastante generalista e homogeneizador acerca da região amazônica, contudo, o Relatório Ministerial chama atenção de que a “Amazônia brasileira é tão grande que só se pode qualificar seus problemas dividindo-a para melhor análise”²⁷⁷.

Amazônia Litorânea, apontada no relatório, compreende a faixa que se estende do norte do Amapá até o norte do Maranhão e destaca que “o progresso só poderá ser logrado quando o atual isolamento fôr rompido pela implantação das rodovias planejadas para as respectivas áreas”²⁷⁸.

As rodovias seriam os meios de ligação entre as regiões, por essa razão a necessidade da abertura de estradas em meio à floresta para a ligação das cidades do interior às capitais ou aos portos para escoamento da produção.

A “Amazônia central”, que compreendia basicamente o estado do Amazonas e proximidades, era “o desafio mais importante a ser ponderado nas soluções alternativas do desenvolvimento amazônico”²⁷⁹; a pretensão em explorar a região central da Amazônia revela as intenções em transformar a região em espaço de produção agropecuária, esse processo contava ainda com a exploração madeireira, abertura de rodovias, junto disso, pesquisas no campo da geologia seriam iniciadas para se avaliar o potencial mineral e outros elementos encontrados no solo e subsolo. A criação da Zona Franca de Manaus foi a medida imediata possível para se implantar um modelo de produção industrial na região central do bioma. Sua reestruturação deu-se a partir do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, segundo o qual:

Art 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores

²⁷⁷ Ibid., p. 07.

²⁷⁸ Ibid., p. 10.

²⁷⁹ Ibid., p. 10.

locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.”²⁸⁰

A Zona Franca de Manaus possibilitou transformações significativas na cidade, um projeto de desenvolvimento com viés para a produção industrial, o comércio e a agropecuária. A cidade de Manaus passaria a contar com um projeto com vias à instalação de tecnologia em montagem em escala industrial, ampliando o número de trabalhos com carteira assinada, acelerando o processo de urbanização da capital. Assim sendo, os militares utilizavam a aprovação desses projetos para propagandear os “avanços” ao qual a região iria passar, este por sua vez, atribuído como um legado para as gerações futuras.

A “nova” proposta de desenvolvimento econômico e social dos militares vinha para superar os obstáculos impostos à sua implantação, o I Plano de Valorização da SPVEA (1953-1954) é citado no Relatório Ministerial da Operação Amazônia precisando de ajustes para não repetir erros passados, por isso, “sendo totalmente revisto pela entidade” ²⁸¹.

O relatório faz um estudo apontando aspectos gerais que caracterizam a região amazônica. No setor primário, os principais “produtos” citados são: a borracha, a juta, a pimenta do reino e a exploração madeireira. O setor de serviços foi destacado, também, tendo papel importante na geração de empregos, enquanto que extrativismo foi tratado como economia que se “auto sustenta”. Feitas as considerações iniciais acerca da economia, destaca-se que

não estará certamente na industrialização a grande saída para desenvolver e promover o povoamento, no prazo exigido pelas condições nacionais de segurança e de interesse de integração regional da Amazônia. O mérito da industrialização local estará na fixação de bases mais estáveis para o aproveitamento dos recursos naturais existentes e potenciais. Todavia o aproveitamento agrícola pecuário e até mesmo, por certo tempo o extrativismo orientado deverão oferecer perspectivas mais efetivas para a diversificação da infraestrutura econômica no ritmo acelerado exigido presentemente”²⁸²

A industrialização seria uma alternativa impraticável nesse primeiro momento de intervenção, à exceção de regiões que já viam indústrias implantadas, como no

²⁸⁰ Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

²⁸¹ SUDAM. 1966. *Op. Cit.*, p. 14.

²⁸² *Ibid.*, p. 15.

caso de Belém e Manaus; houve investimentos nas já existentes, porém, a instalação de indústrias era particularmente onerosa. A pecuária e a agricultura seriam então apontadas como meios para desenvolvimento econômico da região, frente ao extrativismo visto como vocação econômica passageira, mas que se orientada pela técnica, poderia permanecer por certo tempo enquanto ocupação de alguns trabalhadores.

O Regime Militar se apressou na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento, porém, como dito, a falta de informações sobre a região dificultou a execução de certos projetos e, por vezes, justificou previamente possíveis falhas, assim, “o êrro de medida avoluma-se ainda com a imprecisão das fontes de informação”²⁸³, contudo, os investimentos em instituições e projetos de pesquisa nos campos diversos vieram na perspectiva de assegurar ao governo militar êxitos em seus planos, com isso, atrair a confiança dos investidores e apoio social.

Porém, desde o início do processo de intervenção dos governos militares, as informações científicas provenientes de pesquisas recentes, por vezes, eram ignoradas: o Relatório Ministerial da Operação Amazônia destacava a “baixa produtividade do solo”²⁸⁴, o que não impediu os militares de investirem em propagandas afirmando que as terras eram baratas e férteis e que a Amazônia tenderia a ser o celeiro do mundo.

Os elementos da floresta, por vezes, alguns do extrativismo, como no caso da castanha e borracha, deveriam passar por processo industrial para ter valor agregado e ganhar mercado, para isso era preciso “promover a industrialização baseada no aproveitamento da matéria prima local em bases racionais”²⁸⁵, esta se colocava como outra demanda a ser executada.

o esforço de mobilização de recursos e fundos para financiar o Plano de Ação da SPVEA preconizado no trabalho em estudo na entidade, soma-se a igual esforço de mensurar e sistematizar as aplicações, partindo das efetivas disponibilidades locais de recursos naturais, sua economicidade e real possibilidade de exportação para o mercado nacional ou externo²⁸⁶

O tópico 1.3 do Relatório Ministerial da Operação Amazônica trata especificamente dos “recursos naturais”: ver a natureza como “recurso” é uma

²⁸³ Ibid., p. 21.

²⁸⁴ Ibid., p. 21.

²⁸⁵ Ibid., p. 22.

²⁸⁶ Ibid., p. 23.

perspectiva bastante utilizada e adequada à mercantilização de seu uso, assim sendo, esses recursos deveriam ser estudados, e as tecnologias, adequadas para seu processamento

Qualquer programa de desenvolvimento tem que se valer do êmprego de uma tecnologia adequada. Os recursos tecnológicos não podem simplesmente ser importados de regiões mais adiantadas. Eles necessitam ser adaptados e desenvolvidos em instituições da região voltados aos seus problemas²⁸⁷

Era preciso conhecer o que a floresta tinha a oferecer, e seu potencial comercial, assim que detectado, agregar valor a partir da utilização de equipamentos industriais para seu processamento. Contudo, a produção desses equipamentos dependia da “aplicação dos conhecimentos dos diversos campos da ciência aos problemas da região”²⁸⁸. O INPA é apontado como instituição colaborativa “que devidamente estruturado e provido de recursos adequados poderá desincumbir-se destas atividades”²⁸⁹.

Nas pesquisas relacionadas à agricultura e pecuária seria necessário um esforço no intuito de “estudar e desenvolver as espécies vegetais e animais mais adequadas à região” e o “IPEAN, se devidamente reestruturado e apoiado, poderá ser o responsável por êste setor”²⁹⁰. O Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (Ipean) foi criado no ano de 1962, em substituição ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em 1939.²⁹¹

No que diz respeito a implantação de indústrias, deve-se “prover o estudo e desenvolvimento de processos tecnológicos adaptados à região [...] É necessário o estabelecimento de uma instituição específica”²⁹². As universidades e outras instituições de pesquisas, como o INPA, passaram a receber investimentos em cursos voltados para o desenvolvimento de técnicas de exploração industrial dos

²⁸⁷ Ibid., p. 24.

²⁸⁸ Ibid., p. 25.

²⁸⁹ Ibid., p. 25.

²⁹⁰ Ibid., p. 25.

²⁹¹ Posteriormente, em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. O artigo 7º estabelecia um prazo de 60 dias para a expedição dos estatutos e determinava que o decreto fixasse a data de instalação da empresa. O Decreto nº 72.020, datado de 28 de março de 1973, aprovou os estatutos da Empresa e determinou sua instalação em 20 dias. Ver: História da Embrapa. *embrapa.br*. Disponível em < <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa> > acesso em 13 mar 2021.

²⁹² SUDAM. 1966. *Op. Cit.*, p. 25.

“recursos naturais” e, não apenas isso, estudos nos campos da biologia e ciências naturais também foram demandados

e) levantamento dos recursos naturais – o conhecimento qualitativo e quantitativo dos recursos naturais da região exige um trabalho sistemático de grandes proporções. O conhecimento atual provém de uma série de trabalhos esparsos e desarticulados, constituindo o seu conjunto uma perfeita colcha de retalhos. Neste setor é necessário a criação de uma instituição específica²⁹³

No “quadro sócio-político”, as populações que compõem as sociedades da região amazônica são vistas, novamente, como atrasadas; seriam elas outro “impedimento” do desenvolvimento regional, por essa razão era preciso levar a essas populações a “civilização”, já que, as

lideranças da comunidade, no entanto, não vêm acompanhado as exigências do progresso, o que se explica pelo baixo índice do capitalismo existente, geralmente associado a relações sociais insustentáveis fora do regime de trabalho previstos nos seringais e áreas extrativas.²⁹⁴

As políticas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia que já haviam sido implantadas foram objeto de análise incorporados no tópico: “DESCONTINUIDADE DOS PROGRAMAS FEDERAIS”, onde foram lembradas, por exemplo, a “Reunião de Belém”, promovida pelo MECOR e SPVEA, em fevereiro de 1966”, tendo por objetivo: “estabelecer relacionamento inicial de dificuldades encontradas, nos programas governamentais da região”²⁹⁵. Apontar erros e superá-los era a preocupação.

O relatório aponta para os investimentos em pesquisa científica dos “recursos naturais”, na pesquisa para a produção de estrutura para a de beneficiamento desses “recursos” e nos estudos das medidas adotadas por governos e instituições não exitosos, e, posteriormente, segue apontando frentes de atuação, como no campo dos “recursos florestais”:

realização de um intensivo programa de pesquisas florestais, tecnológicas e econômicas, que permita a evolução da indústria madeireira a um nível consentâneo com as suas possibilidades a fim

²⁹³ Ibid., p. 25.

²⁹⁴ Ibid., p. 27-28.

²⁹⁵ Ibid., p. 38.

de dar correta e racional utilização ao grande patrimônio doado pela natureza à região²⁹⁶

A floresta é vista como grande reserva concedida pela natureza para a geração de riquezas através de sua derrubada, que deveria ser acelerada pela implementação dos usos de máquinas mais modernas; faltava apenas que as medidas fossem adotadas para tal aproveitamento.

A agricultura era outro setor carente de novas técnicas, as mudanças no modo de produção agrícola encontravam dificuldades devido a “assimilação muito lenta pelos agricultores”²⁹⁷; por vezes, essa “lenta” assimilação era associada ao estilo de vida das populações do campo, principalmente as populações ribeirinhas que não “progrediam”, muitas das vezes, devido às imposições do ambiente natural.

A educação teria a missão de “erradicação do analfabetismo”²⁹⁸ e implantação de “sistema de escolas para o trabalho [...] como meio de fixar o homem escolarizado”²⁹⁹, logo a alternativa seria a “implantação de escolas agro-técnicas, fazendas-escolas e, assim por diante”³⁰⁰, a formação de mão de obra local especializada seria um dos objetivos dessas medidas.

O tópico “Antecedentes da Hiléia Amazônica” também está no Relatório Ministerial; nele foi pensado um esforço conjunto entre os países fronteiriços, em que esses seriam convidados a desenvolver pesquisas com

o fim de catalogar espécies de interesse econômico, reunir documentos e informações sobre as práticas etnobotânicas dos povos aborígenes e coletar amostras vegetais e dados científicos”³⁰¹.

Para a manutenção das populações indígenas, era preciso “investigar os meios de preservar as populações indígenas das contaminações infecciosas resultante de contato com civilizados”³⁰².

A crença do solo fértil foi difundida no mesmo relatório que anteriormente apontava para seu baixo potencial, assim sendo, “Amazônia serviria, inclusive, de ‘celeiro’ ao mundo contribuindo em plano internacional à solução dos problemas

²⁹⁶ Ibid., p. 85.

²⁹⁷ Ibid., p. 92.

²⁹⁸ Ibid., p. 96.

²⁹⁹ Ibid., p. 96.

³⁰⁰ Ibid., p. 96.

³⁰¹ Ibid., p. 126.

³⁰² Ibid., p. 128.

futuros de alimentação”³⁰³. Tais argumentos anunciados revelam as contradições que vão minar, posteriormente, os planos de desenvolvimento.

Por fim, o Relatório Ministerial trata especificamente da Operação Amazônia, considerada o primeiro momento de intervenção na região amazônica, mais uma vez reforçando a ideia de ineditismo do projeto, a fim de romper com as políticas anteriores que vieram se consolidando, principalmente a partir da década de 1940,

‘OPERAÇÃO AMAZÔNIA’ é o primeiro encaminhamento, e se realizada, deverá ter o sentido de uma prioridade absoluta nos programas governamentais, de modo a romper o atraso e as dificuldades que tem enfrentado, na região, a máquina administrativa federal e estadual³⁰⁴.

O relatório aponta para a prioridade na implantação das ações elencadas pela Operação Amazônia; a urgência para a implantação dessa política de desenvolvimento é algo que merece ser investigado, as Forças Armadas estavam receosas da difusão do socialismo, ciente das políticas imperialistas adotadas pelos países desenvolvidos, não à toa lembravam os perigos da internacionalização da Amazônia, mesmo nas propostas de parcerias com os outros países, para estudo e pesquisa dos potenciais econômicos da região, questões de soberania eram tratadas: “manifestou-se o EMFA em apoio a criação de um organismo internacional para estudo da área, mas discordava plenamente quanto à sua estruturação, pois que, prejudicava direitos de soberania nacional no território amazônico”³⁰⁵. O Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)³⁰⁶ era categórico em defender a soberania.

Ademais,

A OPERAÇÃO AMAZÔNIA pretende conscientizar a comunidade nacional e os investidores privados para a grande tarefa de ocupar e desenvolver o espaço amazônico [...]. As instituições atuantes, hoje reformuladas, têm bases para se ampliar e se associa a novar

³⁰³ Ibid., p. 129.

³⁰⁴ Ibid., p. 137.

³⁰⁵ Ibid., p. 130.

³⁰⁶ Com objetivo de prestar assessoramento ao presidente da República, foi ao criado em abril de 1946, durante o governo do presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra, sob a denominação de Estado-Maior Geral. Tendo seu nome alterado para Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) no ano de 1948. A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, era uma das instituições subordinadas ao EMFA. Ver: ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA). Verbetes. fgv.br, disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-maior-das-forcas-armadas-emfa>> Acesso em 10 jan 2021.

iniciativas, evitando que se transfira o problema da Amazônia para um futuro distante³⁰⁷

O relatório considera que as medidas para o desenvolvimento econômico e social, por meio do aprofundamento do modo de produção e comercialização capitalista na região, tinham que ser implantadas imediatamente, não cabendo deixá-las para outro momento; a sociedade brasileira precisava se “conscientizar” e apoiar as ações do governo militar.

A “OPERAÇÃO AMAZÔNIA” passaria dos relatórios a uma ação eficiente de ampla mudança dos métodos de trabalho e mobilização de recursos novos³⁰⁸. A ação vai se dar pelos usos de mecanismos diversos que vão se encontrar nos planos de desenvolvimento. O governo militar se preocupou em reunir experiências das outras regiões que se somariam aos estudos e pesquisas sobre as potencialidades comerciais dos “recursos naturais” da Amazônia.

Para o Relatório Ministerial da Operação Amazônia, as sociedades que compunham a região estavam mergulhadas no “atraso”, no “primitivismo”, logo, suas formas de resistência ao “progresso” deveriam ser combatidas, mesmo porque, segundo o argumento da época, muitos estavam à espera de intervenção estatal, ou seja, precisavam de uma resposta dos governos para superar os “atrasos” e “problemas” que os afetavam.

Na Amazônia, as elites políticas e empresariais e a classe média conservadora manifestaram apoios diversos às ações que vinham sendo promovidas pelo governo militar, porém os trabalhadores, principalmente do interior, como ribeirinhos, agricultores, etc., momento algum vão ter espaço de fala nesses relatórios, nos planos de desenvolvimento e outros; no geral, vão ser tratados como desqualificados pelas dificuldades que demonstravam em absorver as “oportunidades” que vinham.

A natureza exaltada na sua riqueza e possibilidades, depreciada na forma como vinha sendo usada, precisava ser estudada para que se pudesse catalogar os recursos dela obtidos: do subsolo à floresta, do minério à madeira, a riqueza estava à espera do “progresso”. O “solo fértil” das propagandas e a abundância de terras a preços baixos eram atrativos imperdíveis à agricultura e pecuária nessa região que tinha por missão futura se tornar celeiro do mundo.

³⁰⁷ SUDAM. 1966. *Op. Cit.*, p. 137-138.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 138.

Sociedades “primitivas” e natureza “não domada” eram uma ameaça à existência de seus povos e à soberania do país, segundo o Relatório Ministerial elaborado para servir de base e diretriz para uma intervenção efetiva.

A chegada em Belém, em dezembro de 1966, dos políticos, empresários, técnicos e outros, ao mesmo tempo em que finalizava os encontros da I RIDA, apontava que muito ainda deveria ser feito; contudo, os participantes do encontro estavam convencidos de que essa “missão” deveria ser executada o mais breve possível e seria exitosa.

2.2.2 – “Álbum: Operação Amazônia”.

Após a I RIDA, dois documentos com forte intensão propagandística foram elaborados e publicados, ambos contendo discursos dos grupos participantes do encontro; os documentos são os seguintes: “Álbum: Operação Amazônia”, publicado em outubro de 1967; e “Operação Amazônia (Discursos)”, publicado em 1968. As definições e conceitos sobre a natureza e as sociedades da Amazônia reforçam uma série de pensamentos que vão culminar em políticas de desenvolvimento.

É possível perceber nesses discursos o papel central acerca do que deve ser feito com os “valiosos” “recursos naturais” e como a forma como estavam sendo geridos impactava no desenvolvimento das sociedades na Amazônia. A natureza assume um papel central, pois as interpretações diversas aglutinadas para a construção dos planos de desenvolvimento estão envoltas para o que fazer com os “recursos naturais”, e, ainda, como fazer para que gerem riquezas; assim, a floresta, o solo, o subsolo, os rios, os animais, enfim, os componentes biofísicos do bioma Amazônia deveriam ser explorados, processados e comercializados de modo a abastecer o mercado interno e externo.

O “Álbum: Operação Amazônia” foi elaborado pela parceria entre SUDAM e o governo do estado do Pará. A publicação contém propaganda de empresas, como a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUMA), a Companhia Paraense de Embalagens, propagandas da SUDAM, do Banco do Estado do Pará S. A., discursos de professores da UFPA que elogiavam a Operação Amazônia, textos que tratam dos avanços relacionados à geração de energia elétrica, inclusive com diversas fotos do processo de construção da hidrelétrica de Curuaúna em Santarém, e outros.

Figura 06 – Álbum: Operação Amazônia, capa.



Fonte: SUDAM. *OPERAÇÃO AMAZÔNIA*. Álbum. 1967.

Legenda: “O vale do Amazonas em um futuro não muito remoto será um centro de civilização e o celeiro do mundo (A. Humboldt).”

A citação acima traz as previsões do explorador, naturalista e geógrafo alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) e está presente na capa do álbum da Operação Amazônia. O passado estaria “olhando” o futuro, que agora se configurava como “presente”, a partir dos planos de desenvolvimento elaborados na I RIDA. As incursões de Humboldt na Amazônia se deram nos finais do século XVIII, porém os conceitos de civilização e de Amazônia como “celeiro do mundo” eram uma das pretensões do Regime Militar, o que justifica a escolha desse trecho.

O “Álbum: Operação Amazônia” foi elaborado a partir da “compilação dos artigos [...] os quais traduzem o pensamento de personalidades paraenses sobre a OPERAÇÃO AMAZÔNIA”³⁰⁹. Os argumentos foram elaborados por “parte daquilo que melhor poderíamos obter na elite sociocultural desta grande parcela da unidade amazônica”³¹⁰. O Regime Militar contou com o apoio das elites conservadoras, portanto os caminhos percorridos para o desenvolvimento nacional perpassavam pela parceria entre Regime Militar e essas elites; juntos se consideravam aptos para levar o país ao progresso da economia capitalista.

³⁰⁹ SUDAM. *OPERAÇÃO AMAZÔNIA*. Álbum. 1967., p. 02.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 02.

A edição do álbum desenvolve um conceito acerca da natureza do Brasil, demasiadamente utilitarista e atrelado ao pensamento judaico-cristão, em que a natureza é tratada como presente de Deus e por isso deve ser utilizada para trazer o “progresso” à humanidade, como segue:

Para nós amazônios do Centro-Oeste do Pará, a natureza do Brasil é global; só a vemos em conjunto. Na Planície Verde, ou nas caatingas estorricadas do Nordeste, tal qual nas lombadas do Sul, as peças formam o mesmo cenário, composto pela Criação; tanto aqui, como alí e acolá lamentavelmente ainda vemos, individualizado, o homem. Eis que aceitamos o conceito de nação formulado por Frederico Ratzel, – “um pedaço de terra habitado por um povo”, – que há de ressaltar luminosamente da OPERAÇÃO AMAZÔNIA, desde que seja criada uma infra-estrutura e que esta comece com a fixação à terra dos nossos próprios rurícolas, em bases humanas e cristã. Assim, de certo modo, estaremos contribuindo para a não-internacionalização demográfica da Amazônia brasileira.

A integração territorial e do “homem brasileiro” seria capaz de afastar ameaças estrangeiras. Ratzel³¹¹ é citado como referência para um conceito de nação integrada. As publicações da Operação Amazônia, por vezes, se preocuparam em trazer análises de intelectuais diversos, sejam nacionais ou estrangeiros, como reforço ao que se vinha propondo.

No álbum, o discurso do governador do estado do Pará, o Ten. Cel. Alacid da Silva Nunes, afirma que a Operação Amazônia “sobretudo representa o incentivo de que tanto necessitamos, para que continuemos sempre e sempre a trabalhar para que a sonhada emancipação seja realizada”³¹². A espera pelos investimentos parecia ter chegado ao fim, posto que o governo militar havia lançado as bases para a emancipação “definitiva” da região do “atraso” que a caracterizava.

Aos “homens” de negócio, foi inserida no álbum uma convocação, pois os investimentos possuíam grandes possibilidades de lucros, devido aos muitos incentivos governamentais. Junto a isso, somam-se os conceitos de civismo e patriotismo, bastante recorrentes, por vezes associados aos bandeirantes paulistas e até mesmo ao colonizador português. Desse modo, além dos lucros possíveis, os empresários estariam cumprindo um dever “moral” com sua rica nação; ao “homem da empresa” se coloca o seguinte chamado:

³¹¹ Friedrich Ratzel (1844-1904) pensador alemão, influenciado por Charles Darwin, defendia o determinismo geográfico, foi influenciador das ideias nazistas.

³¹² Ibid., p. 03.

Do Editor

AO: Homem da emprêsa brasileira

1. Venha investir na Amazônia. Nossas terras são férteis e tudo nelas é abundante!
 2. Leis federais, estaduais e municipais oferecem ao homem de empresa brasileiro condições altamente favoráveis para participar do programa de aceleração do desenvolvimento da Região amazônica
 3. A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM) e o BANCO DA AMAZÔNIA S/A. (BASA) estão a sua disposição para ajuda-lo a investir num dos muitos projetos em implantação: são empreendimentos industriais, agrícolas e pecuários disseminados na imensa extensão territorial que é a Amazônia brasileira.
 4. Venha, pois, participar do desbravamento econômico da Planície Verde, através da OPERAÇÃO AMAZÔNIA.
- Seja mais BRASILEIRO conhecendo melhor a AMAZÔNIA e ajudando a integrá-la definitivamente no patrimônio ativo nacional.³¹³

A propaganda do solo fértil está nas primeiras linhas do texto e refletem as preocupações do governo militar em destacar as riquezas da região. A pouca fertilidade do solo diagnosticada pelas instituições de pesquisa fora caluniada. A legislação favorável ao investidor é outro atrativo destacado: SUDAM e BASA vinham para ofertar apoio técnico e financeiro.

Os discursos inseridos no álbum nos ajudam a compreender as perspectivas do governo militar e ainda de políticos, empresários e demais membros; assim, após “o advento da Revolução de Março de 1964, os responsáveis pelo destino da Amazônia e do Brasil começaram a coordenar realmente seus esforços”³¹⁴. Esse momento era tratado como único e inédito.

A Operação Amazônia seria, então, um esforço conjunto liderado pelo Regime Militar, em que técnicos, pesquisadores, intelectuais e outros estariam agrupados para pensar alternativas para o desenvolvimento definitivo da região amazônica, como segue:

[...] resultou o trabalho racional de uma equipe de homens de tôdas as esferas da administração pública. Desde as Casas militar e Civil da Presidência da República, do MECOR, ex-SPVEA, ex-BCA, agências de desenvolvimento estaduais e municipais até as entidades representativas das classes produtoras³¹⁵

³¹³ Ibid., p. 04.

³¹⁴ SUDAM. OPERAÇÃO AMAZÔNIA. Álbum. 1967., p. 05.

³¹⁵ Ibid., p. 05.

Dois pontos importantes de interpretação são os seguintes: informar que, a partir da Operação Amazônia, as medidas adotadas tinham por base o pensamento racional, bastante associado ao uso da técnica, e, ainda, a ideia de que a construção dos planos de desenvolvimento e seus programas e projetos foram elaborados com a participação de “todos”: do Estado aos municípios, técnicos foram listados para apontar o que precisava ser feito. As instituições citadas vinham para dar credibilidade à operação, assim sendo, o uso “não racional” dos elementos da natureza parecia próximo ao fim.

A Operação Amazônia foi lançada pelo presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco em um discurso pronunciado no território federal do Amapá³¹⁶, em 1 de setembro de 1966, no qual o presidente disse o seguinte:

... irá o Governo solicitar do Congresso Nacional numerosos incentivos fiscais em benefício da Amazônia. Será uma série de reduções e isenções que irão alcançar, principalmente, os impostos de renda, de exportação e importação, e graças a qual terá esta região possibilidades idênticas às do Nordeste quanto à atração de recursos do setor privado, certamente sensível a incentivos tão pragmáticos³¹⁷.

As condições para aumentar os investimentos privados foram sendo construídas, o governo militar dava garantias de que os investimentos na Amazônia seriam exitosos ao setor.

Após 1966 tem-se no Pará um novo momento, no qual fundamentos institucionais e infraestruturais novos refazem completamente as condições do crescimento econômico. Estabeleceram-se, a partir daí, os marcos de uma nova era, na qual o extrativismo de coleta, e as estruturas sociais a ele associadas, sofrerá muitas formas de contestação.³¹⁸

Nesse ínterim “foram mudadas as infra-estruturas legal e administrativa para a execução do importante plano de desenvolvimento da Amazônia”³¹⁹, por conseguinte,

³¹⁶ O “Discurso do Amapá” está inserido no documento “Operação Amazônia: álbum”, publicado em 1967, e também, no documento “Operação Amazônia: discursos”, publicado em 1968.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 05.

³¹⁸ COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativa na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012., p. 121.

³¹⁹ SUDAM. 1967. *Op. Cit.*, p. 05.

o trabalho daquela equipe resultou em três projetos de lei que constituem basicamente, a chamada Operação Amazônia, posteriormente transformados em leis e sancionadas pelo Presidente Castello Branco, confirmando sua promessa em Macapá e cristalizando o desejo de todos os amazônidas³²⁰

A Operação Amazônia vai se materializar, em âmbito institucional, a partir da promulgação dessas leis. Os meses de setembro e outubro de 1966 são momentos de consolidação da Operação Amazônia como política de Estado, pois, nesse período, foram publicadas as bases legais dessa política; as medidas foram sendo tomadas em curto período, portanto havia certa urgência para criação do plano para sua execução.

Tais leis são:

Lei nº 5.122. de 28 de setembro de 1966, que “Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em BANCO DA AMAZÔNIA S/A”;

Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, que “Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências”;

Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966, que “Dispõe sobre a concessão de INCENTIVOS FISCAIS EM FAVOR DA REGIÃO AMAZÔNICA e dá outras providências”.³²¹

O esforço do governo militares em executar, de imediato, suas pretensões culminou na Primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia (RIDA), a qual foi denominada pelo presidente Castello Branco de “Primeiro Encontro de Investidores”³²², ocorrido ainda no ano de 1966, nas duas maiores cidades da região, Manaus e Belém, no período de 3 a 11 de dezembro.

A I RIDA contou com a participação do presidente da Confederação Nacional das Indústrias e dos governadores das unidades federativas da Amazônia; as alianças entre empresários e o setor público foram seladas.

A I RIDA ocorreu a bordo do navio Rosa da Fonseca, percorrendo o rio Amazonas, saindo de Manaus, com escala em Parintins, Santarém e Macapá, aportando em Belém, onde foi finalizado o evento.

No decorrer do encontro, governantes, funcionários e técnicos oficiais e homens de negócio de todo o País examinaram a nova política da área e tomaram conhecimento das riquezas amazônicas e

³²⁰ Ibid., p. 05.

³²¹ Ibid., p. 05.

³²² Ibid., p. 06.

dos meios que as tornariam possíveis de transformarem-se em efetiva riqueza nacional³²³

Cientes dos benefícios dos incentivos fiscais e do potencial econômico dos componentes do bioma, os empresários foram convidados a investir de modo a contribuir com a região, transformando-a em área geradora de riquezas, a partir da transformação da natureza em produto comercializável. As reuniões a bordo do Rosa da Fonseca foram apontadas como bastante proveitosas: políticos e empresários revelaram o “entusiasmo, a boa vontade e a confiança que tais homens depositaram na Primeira R.I.D.A.”³²⁴, como segue:

Presidente Castello Branco:

dizia eu já ser tempo de adotarmos para esta região alguma estratégia destinada a integrá-la no caminho da prosperidade [...] devo confessá-lo, dificilmente poderíamos imaginar que fossem tão rápido e promissores³²⁵.

Presidente da Associação Comercial do Amazonas, Jacob Benotelli:

... revigoradas nossas esperanças no campo político administrativo, estamos profundamente agradecidos [...] valorização do Grande Vale o impulso decisivo para um futuro promissor.³²⁶

General Edmundo de Macedo Soares, Presidente da Confederação Nacional da Indústria:

É chegado o momento em que devemos demonstrar à opinião pública mundial nossa capacidade de tornar produtivas as maiores reservas naturais do planeta.³²⁷

Arthur César Ferreira Reis, Governador do Amazonas:

... estamos todos hoje em família para mostrar o que podemos realizar e as perspectivas que nos podem abrir homens de vossa estirpe, de vossa energia de vosso espírito empreendedor que, em lições admiráveis de tenacidade, de operosidade, de inteligência pragmática, promoveram a existência do Brasil cheio de vitalidade é o Sul, de onde estas chegando para êsse encontro e do qual como brasileiro, também nos orgulhamos, quero insistir.
[...] os capitais privados precisam participar dêsse trabalho de inventário e de avaliação, como devem participar da OPERAÇÃO, investidores em programas, em projetos de rentabilidade, em

³²³ Ibid., p. 05.

³²⁴ Ibid., p. 06.

³²⁵ Ibid., p. 06.

³²⁶ Ibid., p. 06.

³²⁷ Ibid., p. 06.

negócio que assegurem ao capital o rendimento a que êle tem direito e para que realmente existe.³²⁸

Prefeito de Manaus, Paulo Nery:

Senhores Industriais do Sul – A casa é vossa porque é Brasil e entre irmãos não há barreiras. A vós, se assim o quiserdes, caberão no futuro os merecidos louros por haverdes transformado a sua estrutura sócio-econômica, tonando-a mais próspera e, em consequência, definitivamente integrada à Pátria comum – BRASIL.³²⁹

Sobre o papel da União com relação à Operação Amazônia, disse o então Ministro do MECOR³³⁰, João Gonçalves de Souza:

O Governo entrou sério nesse assunto, e o fez com os pés na terra, procurando ser bastante objetivo; não tem êle ilusões sobre a magnitude da tarefa, porque sabe ser ela uma obra de gerações, mas que deve ser começada agora mesmo, neste instante, neste navio, de forma prática, realista; que assim queremos, desde o início, que ela se realize³³¹

Alacid da Silva Nunes, Tenente-Coronel, Governador do Pará, “deixou bem claro o pensamento dos homens da Amazônia”³³², afirmando: “[...] asseguro-vos, em nome do Pará inteiro, e creio falar em nome de todos os Estados e Territórios situados na área amazônica, que cumpriremos a nossa parte nessa grande tarefa”.³³³

Aspectos ressaltados revelam as preocupações na implantação das medidas o quanto antes; eram demasiados os anseios para transformar a região em espaço de prosperidade, por meio da inserção da produção industrial; com isso, a Amazônia estaria sendo valorizada, com perspectivas para se vislumbrar um futuro de progresso. O governo militar iria mostrar ao mundo as transformações da maior reserva natural em área produtiva, assim os investimentos que vinham do Sul desenvolvido para o Norte recebiam as promessas de que iriam gerar rentabilidade, a Amazônia estava, então, “aberta” para o desenvolvimento econômico.

O discurso do General Mário de Barros Cavalcante, Superintendente da SUDAM, foi transcrito na íntegra no documento “Operação Amazônia: Álbum”, e reforça os pressupostos básicos defendidos pelos militares. Nesse discurso, França,

³²⁸ Ibid., p. 06.

³²⁹ Ibid., p. 06.

³³⁰ Ibid., p. 06.

³³¹ Ibid., p. 06.

³³² Ibid., p. 08.

³³³ Ibid., p. 08.

Inglaterra e Estados Unidos são utilizados como países que passaram por “sacrifícios”, mas se tornaram “exemplos para tôda prosperidade”³³⁴.

Na Amazônia, ou a situação mudaria, ou a região iria “sucumbir”, uma vez que os “povos que nada sofreram não possuem história para contar [...] Apenas surgiram e desapareceram seguindo o seu determinado histórico”³³⁵. A Amazônia, assim, precisava passar por esses sacrifícios, pois, uma “grande Nação se forja e se perpetua pela consciência dos sacrifícios passados”³³⁶.

Para Cavalcante, cabia ao Brasil e à Amazônia mais esse “sacrifício”, já que,

os séculos de luta da gente lusitana para conquistar a terra inóspita; a dedicação missionária para civilizar o selvagem arredo e, o esforço brasileiro para conservá-la conosco, eis algumas passagens de bravura e sacrifício, que fizeram da Amazônia o nosso capítulo de sofrimento [...].³³⁷

A exaltação à colonização portuguesa aparece, mais uma vez, junto da imagem da região como “terra inóspita” que, para ser “domada”, necessitava de grande esforço e “bravura”; a cristianização dos povos indígenas é exaltada para tirá-los da “selvageria”; por fim, a compreensão de que o Brasil nação precisou empreender longas lutas para garantir a posse do território e que os militares estavam se empenhando na luta definitiva para a inserção da região ao “progresso”. Nesse contexto, a região amazônica era o Brasil do “atraso”, pois

de um lado, na parte Sul aquêle país desenvolvido cujos padrões de progresso nos colocam em pé de igualdade com os centros mais avançados do mundo. De outro lado, todavia, no extremo Norte, o que vemos é a chaga terrível do subdesenvolvimento³³⁸

Para o General Cavalcante, a região amazônica estaria adoecida pelo “atraso”, e suas populações ameaçadas em sua existência; aos militares cabia, a partir de agora, a responsabilidade em promover a inserção definitiva da região no “progresso”, contudo isso deveria ser feito com a ajuda do Sul “desenvolvido”. Outra “ameaça” era apontada: “[...] não podemos desprezar a circunstância grave de que conservamos a Amazônia como uma das maiores áreas despovoadas do globo”³³⁹.

³³⁴ Ibid., p. 08.

³³⁵ Ibid., p. 08.

³³⁶ Ibid., p. 08.

³³⁷ Ibid., p. 08.

³³⁸ Ibid., p. 08.

³³⁹ Ibid., p. 08.

A Operação Amazônia seria o planejamento construído para superar essas “mazelas” apontadas por Cavalcante, e a RIDA, “primeira realização prática da Operação Amazônia”³⁴⁰, uma declaração de guerra ao “atraso”, na qual “resolveu o ilustre Marechal Castelo Branco participar dessa nova guerra – a do desenvolvimento amazônico”³⁴¹. As expectativas estariam em superar

[...] um dos mais graves problemas do nosso tempo, que consiste exatamente na conquista e conseqüente aproveitamento dos grandes espaços vazios, utilizando-os em benefício do Homem³⁴².

A região e suas “riquezas” precisavam ser “úteis”; por conta disso, os militares estariam desenvolvendo “[...] um trabalho conjunto em favor dos povos mais necessitados”³⁴³ que não conseguiriam superar o “atraso”, em um espaço com potencial “para o progresso e a liberdade do Homem”.

O general reforça que “necessitamos da mais ampla união entre o Poder Público e a iniciativa privada”³⁴⁴. As medidas seriam tomadas a partir das novas legislações que vieram para “possibilitar e atrair a participação da iniciativa privada, oferecemos ao empresário a mais avançada legislação de incentivos fiscais”³⁴⁵.

Cabendo ao Estado “a ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implementação e expansão da infra-estrutura econômica e social”³⁴⁶ e à iniciativa privada “as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis”³⁴⁷, as transformações viriam ocorrer, uma vez que a novidade estaria no fato de que “essa nova legislação fosse reflexo de nossas necessidades e peculiaridades”³⁴⁸. Anteriormente, as experiências no Nordeste eram reaplicadas à Amazônia sem sucesso, nesse novo momento “as características distintas” da região Amazônica foram consideradas.

A interpretação do discurso do General Cavalcante resume aspectos importantes definidos pelo Regime Militar no intuito de iniciar o processo de intervenção na Amazônia por meio dos planos de desenvolvimento. A natureza seria

³⁴⁰ Ibid., p. 08.

³⁴¹ Ibid., p. 08.

³⁴² Ibid., p. 08.

³⁴³ Ibid., p. 08.

³⁴⁴ Ibid., p. 08.

³⁴⁵ Ibid., p. 09.

³⁴⁶ Ibid., p. 09.

³⁴⁷ Ibid., p. 09.

³⁴⁸ Ibid., p. 09.

transformada em riqueza e possibilitaria às populações locais a prosperidade; as expectativas de desenvolvimento regional eram as melhores possíveis.

A Operação Amazônia “reflete as aspirações e os anseios da Região Amazônica”³⁴⁹, e o esforço governamental foi “resultado de um trabalho penoso”³⁵⁰.

A SUDAM e o BASA S/A estavam a serviço desses empreendimentos, pois “seria impossível libertar a Amazônia do atraso e do subdesenvolvimento, sem a ação articulada das duas principais agências federais sediadas na área”³⁵¹. Desse modo, finaliza o General, afirmando que esse novo momento vem “em substituição ao empirismo que frustrou os esforços do passado, apresentamos planejamentos tecnicamente elaborados”³⁵², de modo a superar o “parasitismo que caracterizou a Amazônia como região mendicante, concebemos seu desenvolvimento auto-sustentado”³⁵³.

2.2.3 – “Operação Amazônia: discursos”.

A publicação “Operação Amazônia (Discursos)”, impressa pelo Serviço de Documentação e Divulgação da SUDAM, no ano de 1968, também é valiosa para a compreensão desse momento; contém 17 discursos de políticos, empresários e demais membros das elites envolvidas na materialização da Operação Amazônia, incluindo aí o discurso do Rio Amazonas, proferido pelo ex-Presidente Getúlio Vargas e lembrado com saudosismo.

Esses discursos expõem os argumentos do governo militar e seus apoiadores, expressam uma compreensão de Amazônia permeada de generalizações e simplificações, reproduzindo por vezes pensamentos eurocêntricos depreciativos atrelados a termos como civilização, progresso, e ainda, primitivismo, atraso, por exemplo.

Tais discursos em sua maioria foram proferidos pelo presidente Castelo Branco, no “Discurso do Amapá”; por exemplo, ressalta que é preciso “vencer a chaga terrível da miséria do subdesenvolvimento”³⁵⁴. Cada um dos estados e

³⁴⁹ Ibid., p. 09.

³⁵⁰ Ibid., p. 09.

³⁵¹ Ibid., p. 09.

³⁵² Ibid., p. 09.

³⁵³ Ibid., p. 09.

³⁵⁴ BRANCO, Humberto Castelo. Discurso do Amapá. In: SUDAM. *Operação Amazônia: Discursos*. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968b., p. 17

territórios é descrito segundo suas peculiaridades econômicas, no caso do Amapá, o “progresso” é relacionado ao avanço da exploração industrial do minério na região de Serra do Navio; seria esse, portanto, um passo considerado importante para superar o que os militares denominam “subdesenvolvimento”.

Este momento se caracterizava pelo “[...] real interesse despertado em todo o país em torno da Amazônia”³⁵⁵, esta, por sua vez, “deixa de ser um mistério pra apresentar-se como uma realidade cheia de extraordinárias possibilidades”³⁵⁶. Essas possibilidades eram asseguradas pelo militar “após sobrevoar por longas horas a lendária selva amazônica”³⁵⁷.

Era preciso, a partir de então, compreender as peculiaridades da região, uma vez que, “[...] por certo tem a Amazônia aspectos bastante particulares que deveremos considerar por vezes com extremo cuidado”³⁵⁸, de modo a conduzir o processo de implantação de políticas de desenvolvimento exitosas.

Os objetivos do governo militar eram de “[...]realizarmos um esforço no sentido de mudar-lhe a fisionomia econômica e social”³⁵⁹, para isso, medidas imediatas precisavam ser implantadas, tais como: “expansão e interligação de suas ilhas econômicas internas, a vivificação das faixas de fronteiras e a definitiva ligação da região com o resto do país”³⁶⁰.

Se no passado “riqueza bem maior [...] foi a extraída das nossas seringueiras”³⁶¹; “[...], a partir desse momento, com os usos das novas tecnologias, seria possível extrair outras tantas riquezas. Porém, eram necessárias mudanças, devido aos “problemas variados gerados pela exploração por processos primitivos e ineficientes e pela comercialização dispersa e irregular”³⁶². Os usos de novas técnicas de exploração e beneficiamento por meio de processos industriais eram as soluções apontadas:

[...] os investimentos oriundos da “Operação Amazônia”, virtual, palpável e rápida expansão e modificação da economia regional,

³⁵⁵ Ibid., p. 17.

³⁵⁶ Ibid., p. 40.

³⁵⁷ Ibid., p. 21.

³⁵⁸ Ibid., p. 23.

³⁵⁹ Ibid., p. 23.

³⁶⁰ Ibid., p. 39.

³⁶¹ Ibid., p. 15.

³⁶² Ibid., p. 28.

muito deverão contribuir para a abertura de novas culturas e indústrias³⁶³.

O “homem” da Amazônia eram os “heróis anônimos cujo sacrifício tem assegurado os vestígios da nossa civilização [...] Com êles e para êles iremos mudar a região menos desenvolvida”³⁶⁴; adiante afirma:

Da sua parte está o Governo preparado para assegurar investimentos maciços, especialmente nos setores ligados à infraestrutura, energia, saneamento básico, aperfeiçoamento dos recursos humanos e levantamento sistemático dos recursos minerais³⁶⁵.

Enquanto que o papel do empresário seria o de “transformar os vastos recursos naturais revelados em riquezas efetivas a ser incorporada à economia nacional sob a égide da nossa legislação”³⁶⁶, para os militares esse seria o momento decisivo rumo ao efetivo “progresso” da região, por isso “criaram até a expressão ‘Operação Amazônia’”³⁶⁷, que não cometeria os erros do passado.

Os investimentos em pesquisa trariam como resultado mudanças e direcionamentos para as políticas governamentais: a partir da Operação Amazônia “substituímos, assim, uma política em que, mais ou menos cegos entregávamos ao acaso a descoberta de nossas minas”³⁶⁸; não somente no campo da mineração, outras riquezas poderiam ser descobertas, com as possíveis novas informações provenientes das pesquisas acerca dos componentes biofísicos da Amazônia.

No âmbito administrativo também foi chamada a atenção de que “as instituições até a pouco existentes, via de regra, se haviam deixado entorpecer por uma atmosfera de atuação tímida, politizada e paternalista”³⁶⁹, com isso, a mensagem passada era de que seria diferente, a partir de então, pois o presidente militar destacava o seguinte: “[...] faltou, porém, as administrações anteriores – mais do que um desejo vago, ainda que sincero, de domar o universo amazônico”³⁷⁰ para efetivar suas ações “[...] buscou o atual Governo criar os instrumentos e a condição essencial para assegurar a execução de uma política realista para o domínio efetivo

³⁶³ Ibid., p. 34.

³⁶⁴ Ibid., p. 23.

³⁶⁵ Ibid., p. 40.

³⁶⁶ Ibid., p. 28.

³⁶⁷ Ibid., p. 16.

³⁶⁸ Ibid., p. 27.

³⁶⁹ Ibid., p. 39.

³⁷⁰ Ibid., p. 39.

sobre as mais vastas parcelas do mundo tropical”³⁷¹, o domínio sobre a Amazônia seria executado pelo Regime Militar.

As novas instituições iriam cumprir suas funções: “A SUDAM, o BASA, o FIDAM³⁷² deixaram de ser meras siglas ou mananciais de empreguismos, como ocorria com os órgãos anteriormente existentes”³⁷³. Era preciso mostrar que as instituições públicas iriam funcionar para promover o desenvolvimento regional.

O BASA S.A, por exemplo, seria remodelado, assim o novo banco “deixará de ser uma instituição estrangulada”³⁷⁴. As alterações se dariam a fim de “utilizá-lo como verdadeiro banco de desenvolvimento, em condições de estimular e atrair a iniciativa privada, certamente desejosa de prazos longos e desejáveis períodos de carência”³⁷⁵,

A SUDAM fora criada “[...] assentada nas peculiaridades da Amazônia”³⁷⁶. A instituição vinha para dar o aparato técnico para a construção dos planos de desenvolvimento e se constituía em “instrumento de redenção da Amazônia”³⁷⁷.

O presidente Castelo Branco conclamava união ao país para a integração econômica e social, por isso foi solicitado “o apoio e até o entusiasmo dos brasileiros, que precisam adquirir vigorosa consciência dos deveres para com todas as populações do país”³⁷⁸; os que apoiavam essas medidas eram considerados os verdadeiros “nacionalistas”. Esse momento “exprimiu assim um compromisso, que já tardava, da Nação com a região Amazônica”³⁷⁹, superar o “vazio demográfico”, se constituía entre “a primeira preocupação do país em relação à Amazônia”³⁸⁰, para resolver esses diversos problemas “todo” o país, precisava se mobilizar e apoiar essas iniciativas.

³⁷¹ Ibid., p. 40.

³⁷² Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) criado pela Lei nº 5.374, de 7 de dezembro de 1967, a mesma que criou a SUDAM, se constituía em fundo de investimentos, oriundo da parceria público-privado, para fomentar o desenvolvimento da região Amazônica. VER: MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 256 p. 2018.

³⁷³ Ibid., p. 41.

³⁷⁴ Ibid., p. 17.

³⁷⁵ Ibid., p. 22.

³⁷⁶ Ibid., p. 23.

³⁷⁷ Ibid., p. 23.

³⁷⁸ Ibid., p. 21.

³⁷⁹ Ibid., p. 39.

³⁸⁰ Ibid., p. 39.

A Operação Amazônia seguia “leis aprovadas pelo Congresso”³⁸¹, na perspectiva de implantar projetos de “desenvolvimento sem compulsão totalitária ou arregimentação socialista”³⁸², o modelo capitalista seria capaz de levar a região ao progresso industrial, gerando riquezas e como consequências transformações diversas no campo social.

No discurso de Rondônia, recebem destaque as pesquisas no campo da mineração; nesse campo o “profundo e metucioso estudo por parte de técnicos especializados”³⁸³, voltavam-se para o “emprêgo de novos e aperfeiçoados processos de pesquisa”³⁸⁴, ademais, as pesquisas no campo da mineração revelavam “promissôras perspectivas de atividade econômica baseada em melhores conhecimentos da geologia regional”³⁸⁵.

O Marechal presidente Costa e Silva (1967-1969) daria prosseguimento às medidas anteriormente adotadas, assim:

a 15 de março de 1967, um nôvo Govêrno, chefiado pelo eminente Marechal Costa e Silva, na base dessa vitória, do vosso trabalho e do apoio dos brasileiros, dará ao Brasil melhores dias para suas finanças e economia, ou melhor, o desenvolvimento nacional³⁸⁶

A partir de então o governo militar pôde iniciar a implantação de seus programas e projetos. Para eles, as bases estavam consolidadas.

Em 1968, o segundo volume da “Operação Amazônia: Legislação Básica nº2” é publicado em Belém, pela SUDAM. Nele está contida toda a legislação básica da Operação Amazônia presente no primeiro volume, inserida a nova redação da lei de criação da SUDAM e, ainda, as seguintes: Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que “Dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução”; Decreto nº 61.244, de 28 de agosto de 1967, que cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); Decreto nº 61.330, de 11 de setembro de 1967, que “institui o Grupo de Trabalho para integração da Amazônia”; Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que “Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo”; Decreto-Lei nº 164, de 14 de fevereiro de 1967, que “modifica a legislação da Política Econômica da

³⁸¹ Ibid., p. 40.

³⁸² Ibid., p. 41.

³⁸³ Ibid., p. 27.

³⁸⁴ Ibid., p. 27.

³⁸⁵ Ibid., p. 27.

³⁸⁶ Ibid., p. 45.

Borracha”; Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que “regula Zona Franca de Manaus”; Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, que “Estabelece incentivos para o Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, áreas abrangidas pela Amazônia”; Decreto-Lei nº 62.006, de 29 de dezembro de 1967, que “dispõe sobre os incentivos previstos no Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966”; por fim, Decreto-Lei nº 62.235, de 7 de fevereiro de 1968, que “altera dispositivos do Decreto nº60.079, de 16 de janeiro de 1967, que aprova o ‘Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia’ e dá outras providências”.

CAPÍTULO 03 – EXPOSIÇÃO AMAZÔNIA BRASILEIRA, NOTAS PRELIMINARES E A APRESENTAÇÃO DO CATÁLOGO: NATUREZA E SOCIEDADE

O Regime Militar dedicou investimentos em propagandas a fim de obter apoio da sociedade brasileira as medidas que foram adotando durante os 21 anos que o autoritarismo governou o país. Os investimentos na região Amazônica foram significativos, contudo, para aplicar esses investimentos era preciso atrair capital privado, assim, a parceria foi iniciada por meio da Operação Amazônia.

Finalizada a Primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia (RIDA), em dezembro de 1966, foi acelerado o processo de implantação do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (PQDAM) elaborado pela SUDAM abrangendo o período de 1967 a 1971.

Em dezembro de 1969, vai ocorrer a Exposição Amazônia brasileira na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, esta é considerada mais um mecanismo de propaganda, tendo como outra finalidade dar mais segurança as ações que vinham sendo executadas, uma vez que a exposição foi, majoritariamente, bibliográfica, contendo uma série de publicações de autores regionais, nacionais e estrangeiros sobre a região Amazônica.

As exposições governamentais vão adquirir características próprias de modo a atender as demandas das lideranças políticas e das elites empresariais. Diante disso, a mobilização de grande número de publicações presentes na Exposição Amazônia brasileira revela a preocupação do Regime Militar em divulgar que seus planos de desenvolvimento contavam com apoio técnico e intelectual e por isso dariam certo.

Os investimentos nas instituições de pesquisa e o aumento do número de bolsas de estudos aos pesquisadores revelam as intenções do governo militar de passar aos empresários seriedade e segurança ao processo de intervenção na Amazônia, considerada “misteriosa” e “selvagem”, portanto, haviam dúvidas às possibilidades de lucro, posto que projetos como o da Fordlândia e Belterra não teriam dado certo e eram lembrados vez ou outra.

A Exposição Amazônia brasileira gerou um catálogo contendo uma lista ordenada das publicações e outros elementos presentes na exposição. Ademais, nos possibilitar compreender as bases conceituais que vão minar os planos de desenvolvimento. Havia a necessidade de aglutinar ideias, pensamentos, definições

e conceitos que tinham afinidades com o Regime autoritário tendo entre seus objetivos direcionar ações rumo ao aprofundamento da economia capitalista na região.

3.1. – Exposição: função social.

As exposições desempenham funções sociais diversas e nos permitem compreender acerca do que se quer expor ao público e mesmo qual o público pretende alcançar. A partir dos elementos que a constituem, as exposições no Brasil foram se desenvolvendo sob forte influência da Europa e Estados Unidos e são consideradas, por estudiosos da área, uma possibilidade para análise e compreensão da sociedade em diversos aspectos.

o potencial das exposições internacionais para a análise dos processos político-sociais, das transformações econômicas, das mentalidades e conexões culturais, das contradições e diferentes expectativas que os agentes históricos, a partir de posições distintas, fazem convergir na própria tessitura desses eventos³⁸⁷.

A Exposição Amazônia brasileira de 1969 se constituiu enquanto exposição temática, espaço que tende a congrega intelectuais, cientistas, políticos e empresários, a fim de promover debates e atrair atenção para o tema específico, abrangendo, portanto, o número de pessoas que passam a se ocupar desse tema, permitindo o desenvolvimento de estudos e pesquisa na área. No caso específico da exposição em análise, chamando atenção das regiões mais industrializadas do país à apoiar as medidas que vinham sendo tomada pelo Regime Militar, afinal o número expressivo de produções sobre a região levantadas para a exposição, tinha a intenção, dentre outras, de fazer com que os investidores viessem financiar projetos implantados em campo conhecido, por meio de estudos, pesquisas e análises.

Deste modo, esta exposição, seguindo o modelo de exposições anteriores, se deu como espaço de “propaganda ideológica e política”³⁸⁸, cumprindo o papel que o Estado, historicamente, atribuiu às exposições. Dentre outras finalidades, esta exposição assume a perspectiva de que a região amazônica estava à espera da “modernidade” já presente no Centro Sul naquele momento, ao mesmo tempo à

³⁸⁷ SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017., p. 786.

³⁸⁸ Ibid., p. 787.

coloca como um desafio à técnica e um espaço de grandes riquezas que não poderia mais ficar sem uso.

A Exposição Amazônia brasileira se constituiu em um esforço significativo para se ter o maior número possível de produções, principalmente, mas não exclusivamente, textuais, de modo a trazer informações acerca da Amazônia, contando com a participação de todos os estados e Territórios Federais. Para Sanjad (2017), o esforço de juntar “tudo” o que se produziu acerca do tema é algo bastante característicos das exposições³⁸⁹, reflete as influências que remontam a “tradição enciclopédica oriunda do século XVIII e também ao caráter didático que está no cerne das exposições”.³⁹⁰

os estudiosos do campo não devem perder de vista que: (a) o termo “exposição”, a partir do século XIX, sofreu um alargamento semântico à medida que novos museus foram surgindo e os megaeventos foram sendo organizados, sob diversos pretextos e roupagens; (b) é importante atentar para a maneira como cada evento é apresentado pelos seus próprios organizadores, sobretudo em estudos comparativos que buscam semelhanças e diferenças entre as mostras; (c) somente em 1928 foi assinada a primeira convenção internacional destinada a normatizar e definir regras, prazos e a periodicidade de exposições internacionais, pois se tornou inviável a participação dos países em todos os eventos³⁹¹.

A partir de então as exposições se consolidam, cada vez mais, como espaços de vanguarda e modernidade. O avanço da tecnologia emerge embebido da nostalgia do passado recente e as exposições possuem a possibilidade de fazer o público se deparar com o “passado/futuro”, colocando na transitoriedade do presente sua característica literal.

Com isso, atraíam os mais diversos olhares, do público especializado ou não, para as curiosidades aguçadas pelos resultados das pesquisas expostas – engenhocas que tinham a possibilidade de adentrar o mercado e chegar ao público – ao mesmo tempo, dos pensamentos políticos e sociais que atendiam aos interesses do Estado e das elites.

³⁸⁹ As exposições eram promovidas, nesse contexto, basicamente, com apoio administrativo e financeiro da parceria entre o público e o privado. Deste modo, atendiam as perspectivas ideológicas do Estado, os objetivos da produção em parcerias e financiamentos, e ainda, as demandas do mercado, considerando “a teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, a qual permite entender as exposições como ferramentas ideológicas das classes dominantes para impor seus valores e construir o consenso social por meio da persuasão, do consentimento dos dominados, representados pela massa de visitantes que afluía aos eventos”. Ibid., p. 791.

³⁹⁰ Ibid., p. 789.

³⁹¹ Ibid., p. 788.

Aglutinado num espaço previamente escolhido, de modo a facilitar o acesso do público alvo, as exposições foram se constituindo como símbolos do progresso vindouro. O serviço ideológico e mercantil das exposições europeias, por exemplo, pode ser visualizado, quando se traça

a relação entre imperialismo e exposições, o primeiro focando nas várias manifestações da ideia de império (*imperial idea*), incluindo as portentosas mostras britânicas, nas quais a exploração de colônias era representada como uma forma de aventura humana e de responsabilidade social, e o segundo analisando como o fenômeno expositivo se desenvolveu na Inglaterra, na França e nos EUA, como meio de autoexpressão nacional (*national self-expression*) e, ao mesmo tempo, instrumento do aparato cultural com o qual o imperialismo foi justificado para o consumo de massa.³⁹²

Para justificar suas políticas imperialistas, as populações brancas dos países industrializados se valeram de conceitos diversos, como “civilização” e “progresso”, atribuídos às suas sociedades consideradas as mais modernas devido o desenvolvimento de máquinas que possibilitaram o aumento e a diversificação da produção e geraram significativos lucros. Em relação aos povos não industrializado, o “fardo do homem branco”, no seu entendimento, era levar a estas sociedades “selvagens” a tecnologia. Estas incursões, que por vezes representavam perigos, se constituíam no trabalho social dos brancos perante o mundo “primitivo”. Teorias nos campos das ciências naturais inseridas nos campos das ciências sociais eram utilizadas para reforçar a superioridade das populações brancas³⁹³.

Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil veio participando de exposições internacionais e promovendo exposições nacionais. As experiências do Rio de Janeiro, quando capital federal, são significativas. As exposições em contexto de consolidação de poder político das oligarquias, nos ajudam na “compreensão do processo de mudanças profundas na vida cultural dos países”³⁹⁴.

Como dito, as exposições vão assumir um papel que vai atender aos anseios das elites políticas e empresariais e difundir noções que lhes servem para composição de uma sociedade tal qual se busca a partir de princípios da economia

³⁹² Ibid., p. 791.

³⁹³ Ver: HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

³⁹⁴ FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições universais e internacionais*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em História da Ciência e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz 2011. p. 42-43.

liberal, já consolidada na Europa desde a segunda metade do século XIX e que vinha se delineando no Brasil, principalmente, após a proclamação da República.

Relações antigo/moderno e atraso/progresso emergiam por meio das exposições, o público se limitava a grupos pequenos compostos das elites políticas e empresariais, classe média e intelectuais, ficando de fora a maioria da população afrodescendente, indígena, brancos pobres e em muitas situações mulheres. Por vezes, esses grupos invisibilizados, eram “objetos” das exposições, sempre em um papel secundário, de submissão, voltado para curiosidade dos seus hábitos e costumes, formas de viver, etc.³⁹⁵

As heranças da colonização se fizeram presentes após o processo de independência política do Brasil. No século XIX, as influências das culturas europeias, principalmente, inglesas e francesas foram sendo reproduzidas em diversos aspectos da sociedade brasileira, impregnadas à estruturação política da formação do Império, as composições sociais que buscavam imitar hábitos e costumes europeus e subjuga aspectos das culturas indígenas e africanas que se faziam presentes nas populações pobres.³⁹⁶

Esses espetáculos tiveram início pela prática francesa de impulsionar, a cada cinco anos, uma exposição nacional a partir de 1798. Outra tradição, iniciada em 1851 na Inglaterra, também irá desencadear mostras agrupando e disputando premiações, a partir da exposição de atividades humanas – as chamadas Exposições Universais.³⁹⁷

As exposições universais estavam fortemente atreladas a noção de progresso tecnológico. Iniciadas no país de origem da Revolução Industrial, nelas diversos cientistas, engenheiros e pesquisadores eram desafiados a trazer novidades e testar seus experimentos ao público, e ainda, tinham a possibilidade de conseguir investimentos para aperfeiçoar suas invenções. A participação dos países dos cinco continentes era comum, o “Brasil se fez representar oficialmente a partir da terceira exposição universal realizada em Londres em 1862”³⁹⁸.

³⁹⁵ Na Exposição Amazônia brasileira, por exemplo, objetos das populações indígenas e ribeirinhas vão estar dispostos pela biblioteca nacional, assim como fotografias e outras imagens.

³⁹⁶ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

³⁹⁷ DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia? A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de 1889 em Paris*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, p. 25.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 26.

Em “2 de dezembro de 1861, na corte do Rio de Janeiro, inaugurou-se a primeira Exposição Nacional do Brasil”³⁹⁹ que passou a promover, a partir da segunda metade do século XIX, exposições diversas. Nesse momento, o país entraria no grupo de nações que estavam a “assimilar” a modernidade, impregnado dos conceitos que vão compor o pensamento filosófico positivista, era o momento de se buscar o “progresso” e a “ordem”. A cidade do Rio de Janeiro, passou a ser espaço para as grandes exposições promovidas pelo Estado. No início do século XX

as ações de cunho progressista (e “modernizante”) promovidas pelo governo levaram à realização do primeiro grande evento republicano realizado na recém remodelada Rio de Janeiro: a Exposição Nacional de 1908⁴⁰⁰.

Nesse momento, a influência francesa predominava, era a chamada *belle époque*. A Exposição Internacional de 1922 se constituiu em outro momento que reforça a hegemonia da capital federal em promover eventos desse tipo. A exposição pode trazer à tona uma realidade imaginada, um espaço pensado com intuito de dar visibilidade a elementos de modernidade, configura-se então em um espaço de intelectualidade, no qual o Brasil do “atraso” caminha para o Brasil “moderno”, com isso, “sediando uma Exposição Internacional significava, principalmente para os representantes do governo Epitácio Pessoa, transformar o Rio de Janeiro em cidade capaz de exalar progresso”⁴⁰¹, a cidade da exposição era, portando, a cidade onde a modernidade se “dissemina”.

No Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas vai se apropriar de exposições como mecanismos que vinham a servir à implantação de seu projeto populista e desenvolvimentista, nesse contexto se dá a Exposição Nacional do Estado Novo

em 1939, na Exposição Nacional do Estado Novo organizada por Villa Lobos, houve apresentações de Francisco Alves, Patrício Teixeira, Almirante, Donga, de escolas de samba cariocas e Carmen Miranda (entre outros), e aos estrangeiros que aqui chegavam eram prontamente apresentados a feijoada e as escolas de samba (VIANNA, 2004, p.124 – 126). Assim, a nacionalização do samba

³⁹⁹ SANT’ANA, Thaís Rezende da Silva de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Campinas: SP, Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008, p. 27.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 31.

⁴⁰¹ DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *Op. cit.*, p. 38.

também estava ligada a um projeto de modernização do país e a um reposicionamento internacional.⁴⁰²

A Exposição Nacional do Estado Novo revela sua adesão às propostas populistas do desenvolvimentismo nacionalista do presidente Getúlio Vargas, nesse contexto, a valorização do trabalhador se dava também pela valorização de aspectos de sua cultura, por conta disso, depois de passar por um longo período de opressão, o samba emerge como símbolo de identidade nacional.

O carioca não tem medo de moamba
e podem mesmo falar mal, mas no Samba ele é bamba
Embora não querendo, todos têm que dar valor
e porque o povo carioca é francamente do amor⁴⁰³

A própria figura de Carmen Miranda, branca e europeia, apesar de ter vindo para o Rio de Janeiro ainda criança, foi absorvida pelo mercado nacional e mundial como expoente do samba brasileiro, viria depois a se tornar “a mulher mais bem paga dos Estados Unidos”⁴⁰⁴, no contexto em que o Estados Unidos tinha forte interesse em alianças com os países latinos diante da ascensão do nazifascismo. O samba foi utilizado na Exposição Nacional do Estado Novo como elemento de inclusão da cultura das periferias no espaço de modernidade, servindo aos propósitos de Getúlio Vargas em ganhar apoio popular.

A Exposição Nacional de Pernambuco (1939-1940) foi outro grande esforço do Governo de Vargas em difundir seus programas políticos. Este evento nos permite também “identificar as representações socioculturais do Estado Novo”⁴⁰⁵, bem como, “é possível identificar representações sobre economia, indústria e cultura durante esse regime político.”⁴⁰⁶ A Exposição Nacional de Pernambuco revela as

⁴⁰² MACEDO, Kárita Bernardo de. Carmen Miranda e nacionalismo na década de 1930. *DA PESQUISA*, v.07, pp. 380-392, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/download/13970/9053>> Acesso em 28 mai 2020, p. 388.

⁴⁰³ Carmem Miranda. *O samba é carioca*. Disponível em < <https://www.letras.mus.br/carmen-miranda/1716565/> > Acesso em 28 mai 2020.

⁴⁰⁴ TERCI, M. R. *O que é que a baiana tem*: Carmen Miranda um estereótipo de brasil. *aventurasnahistoria.uol.com.br*. 2019. Disponível em <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/coluna-o-que-e-que-baiana-tem-carmen-miranda-um-estereotipo-de-brasil.phtml>> Acesso em 28 mai 2020.

⁴⁰⁵ BELLO, Rita de Cássia Guaraná. *Revisitando o Estado Novo, através das imagens da grande Exposição Nacional de Pernambuco (1939-1940)*. Recife: PE, Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPE, 2006, p. 12.

⁴⁰⁶ *Ibid.*, p. 12.

perspectivas políticas do governo Vargas, o foco na industrialização é uma dessas marcas do desenvolvimentismo, no qual se observa

um projeto centrado na urbanização e modernização das cidades, focaram a industrialização através das fotos, maquetes de prédios e de bairros do Recife que até hoje são marcas desse período⁴⁰⁷

Como reforço da ideologia liberal do Estado capitalista autoritário, a exposição contou ainda com o “pavilhão anticomunista”, caracterizando o papel do estado em perseguir e combater o socialismo/comunismo e seus adeptos, mas não só esses, a exposição também combatia a umbanda, por exemplo, dentre outros. (BELLO, 2006). Desta forma, na Exposição Nacional de Pernambuco, “houve um sucesso na doutrinação política ideológica veiculada pela propaganda estadonovista, observada nas matérias dos jornais da época”⁴⁰⁸.

Até a Exposição Amazônia brasileira, o conhecimento sobre a região amazônica era pouco difundido. O desafio do Regime Militar estava em trazer, ao centro do Rio de Janeiro, informações para a compreensão do público de que a Amazônia, vista como misteriosa, distante e atrasada, precisava ser conhecida e protegida, a custo da perda da soberania, e, conseqüentemente, de suas potencialidades para o desenvolvimento da economia nacional.

As intenções do Regime Militar, em divulgar a região, foram postas na exposição. Ferreira (2011) aponta que as exposições atendem, entre outras, duas finalidades: a primeira se relaciona à necessidade de disseminar “uma nova maneira de conceber o conhecimento socialmente construído”⁴⁰⁹; a segunda de

fazer com que grupos sociais “dominantes”, cada vez mais alinhados com a ideia de que eram eles próprios portadores de valores civilizacionais e de progresso humano, fossem alçados à categoria de protagonistas principais do processo de transformação social⁴¹⁰

Por vezes, foram feitas publicações, anteriormente analisadas, que tratavam de revelar ao país o que pretendia o Regime Militar, os planos de desenvolvimento eram frutos desse protagonismo que emergiam nos discursos amiúde.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, espaço onde ocorreu a Exposição Amazônia brasileira, em dezembro de 1969, já possuía certa experiência em

⁴⁰⁷ Ibid., p. 112.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 114.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 42-43.

⁴¹⁰ Ibid., p. 43.

elaborar exposições temáticas, cujo material exposto era principalmente textos impressos em livros, revistas, jornais, etc.

Bibliotecas são espaços de sociabilidade voltados ao público que busca ali conhecimentos dos mais diversos, ao mesmo tempo se constituem em espaços de memórias, onde intelectuais, por vezes, lançam suas obras, e estas alimentam ainda a noção de espaço de intelectualidade. As bibliotecas congregam em seus acervos produções impressas em campos de ciência variados, e ainda obras de literatura e outras, estão em constante expansão.

as bibliotecas do Ocidente, além de cumprirem um importante papel na história do pensamento, evidenciaram a organização das escolas do pensamento e revelaram divisões internas e conflitos, e talvez por isso mesmo, ressalta a autora, tenham se convertido, muitas vezes, em instrumentos de poder (SCHWARCZ, 2002, p. 121 *apud* SLAIB, 2019) ⁴¹¹.

A Biblioteca Nacional passou a congregiar considerável produção intelectual, sendo por vezes espaço de passagem de quem pretende conhecer mais do país, desde sua fundação, com seu o seu grande, valioso e raro acervo, a partir do século XIX assumiu a tendência de permitir a entrada de novos leitores (SLAIB, 2019). Criada sob decreto de 27 de julho de 1810, no período denominada Real Biblioteca, seu acervo era acomodado, inicialmente, no Hospital da Ordem Terceira do Carmo, que em 1822, passa a ser denominada Biblioteca Imperial e Pública, no ano de 1876 recebe o nome definitivo Biblioteca Nacional, em 1910 é alocada no prédio definitivo. O seu acervo foi se expandindo significativamente, e no final do século XIX, esta começou a realizar exposições:

Desde 1880, quando organizou a “Exposição Camoneana” – em comemoração ao tricentenário da morte de Luís de Camões, a Biblioteca Nacional vem consolidando uma longa tradição na montagem de exposições documentais.⁴¹²

⁴¹¹ Ibid., p. 47.

⁴¹² BIBLIOTECA NACIONAL. <http://bndigital.bn.gov.br/exposicoes>.

Figura 07 – Fachada da Biblioteca Nacional (1910).



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon244976/icon244976.jpg

A Biblioteca Nacional, desde 1910 está localizada na avenida Rio Branco em frente à praça Marechal Floriano Peixoto⁴¹³, próxima ao Theatro Municipal, inaugurado em 1909, ao Museu Nacional de Belas Artes, inaugurado em 1937, e ao Palácio Pedro Ernesto, sede da câmara dos vereadores do município do Rio de Janeiro sendo erguido em 1923, no centro financeiro empresarial da cidade, conta ainda com a proximidade do aeroporto Santos Dumont, inaugurado em 1936, ou seja, este espaço congrega diversos símbolos de “modernidade”, ao mesmo tempo, transformado em espaço manifestações políticas importantes, como a passeata dos Cem Mil ocorrida em 1968.

Espaço celebrado por visitantes, cientistas e estudiosos a biblioteca passou a ser, pouco a pouco, referenciada como uma instituição estabelecida nos trópicos, ícone de poder e conhecimento pertencente à cidade e ao país que a acolheu⁴¹⁴.

⁴¹³ A partir de 1920 passou a ser também denominado Cinelândia.

⁴¹⁴ Ibid., p. 56.

Desde sua concepção, a Biblioteca Nacional veio atender às demandas do Estado brasileiro, sendo espaço de disputas intelectuais e políticas, de produção de conhecimento, de lançamento de novas tecnologias, de encontros para se debater caminhos rumo à “modernidade”. O espaço da Biblioteca Nacional, foi então, escolhido pelo governo militar para dá visibilidade a Amazônia, alvo dos projetos que vinham sendo elaborados desde a Operação Amazônia, em 1966. A Exposição Amazônia brasileira, congregou mais de quinhentas produções, entre livros, periódicos, textos governamentais, obras raras, literatura, e outros, e serve para compreender como o Regime Militar e os intelectuais que tiveram suas obras expostas entendiam a Amazônia e quais elementos das produções científicas e intelectuais foram incorporados aos planos de desenvolvimento da região.

A Biblioteca Nacional, no ano de 1969, estava sob a direção geral de Adonias Filho que era nordestino do interior da Bahia. Adonias filho, de origem humilde, viu sua família prosperar financeiramente com a produção de cacau na região de Ilhéus, buscava seguir os preceitos do cristianismo católico, destacando esta questão o tempo todo, em apoio a “moral religiosa e o combate ao ateísmo”⁴¹⁵. O discurso moralista judaico-cristão aglutinou-se a perspectiva ideológica que apoiou o golpe, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de 13 de março de 1964 é um dos exemplos disso, o apoio das alas conservadoras da Igreja Católica é outro exemplo, mesmo nos discursos a Bíblia é comumente citada.

Premiado por suas produções literárias nas décadas de 1960/1970, Adonias Filho ingressa na Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1965, posteriormente assume a presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1972, e ainda, é eleito presidente do Conselho Federal de Cultura em 1977. Portanto, possuiu uma longa trajetória de trabalho no período militar.

Jorge Amado, no discurso de recepção a Adonias Filho na Academia Brasileira de Letras, em 1965, referiu-se à amizade entre os dois, mas enfatizou que estavam em campos opostos na política e na literatura [...] Adonias Filho apoiava os militares e fazia em seus romances “um debate íntimo, uma questão metafísica, uma explicação subjetiva”. Diplomáticamente, Jorge Amado ressaltou que seu conterrâneo Adonias sempre se empenhara em livrar os colegas

⁴¹⁵ DANTAS, Robson Norberto. *Entre a arte, a história e a política: itinerários e representações da “ficção brasileira” e da nação brasileira em Adonias Filho (1937-1976)*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: SP, 2010, p. 60.

escritores da cadeia ou impedir que sofressem injustiças, como demissões do serviço público⁴¹⁶

Adonias Filho, portanto, apoiou o golpe militar. Nesse contexto, assumiu a direção da Biblioteca Nacional e seu histórico de empenho nas atividades ao qual se propunha desenvolver, é ressaltada, quando se trata da organização e esforço ao qual se debruçou para promover a Exposição Amazônia brasileira.

3.2. – O Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: notas preliminares

O aumento dos investimentos nas instituições de pesquisa vai ser inserido nos planos de desenvolvimento, porém desde os primeiros discursos é colocado como necessidade, assim como a criação de instituições específicas para avaliar o beneficiamento de produtos naturais da região. O catálogo da Exposição Amazônia brasileira traz produções de ao menos quarenta instituições, tanto das que atuavam em âmbito nacional, quanto das que tinham suas pesquisas para a Amazônica e estavam implantadas na região.

O fomento à pesquisa reflete os objetivos do Governo Federal em conhecer mais sobre a região e suas potencialidades econômicas. Entre as instituições com produções presentes na Exposição Amazônia brasileira, está a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), esta fundação é considerada como meio que permitiu, posteriormente, a formação de uma “consciência ampla sobre a perda da biodiversidade”⁴¹⁷.

A FBCN se constitui em uma organização não governamental que teve forte participação no processo de implementação da questão ambiental na ditadura militar. Com uma característica mais conservacionista, seguindo o modelo estadunidense⁴¹⁸, sua atuação foi importante, por exemplo, para a criação da Floresta Nacional de Caxiuanã em 1961, a mais antiga Floresta Nacional da Amazônia e a segunda mais antiga do Brasil, localizada entre os municípios de

⁴¹⁶ Ibid., p. 19.

⁴¹⁷ BENEVIDES, Fernanda Cornils Monteiro, FRANCO, José Luiz de Andrade e BRAZ, Vivian da Silva. História dos projetos de conservação de espécies da fauna no Brasil. *Hist. R.*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 83–106, mai./ago. 2017, p. 83. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/46858/24853>> Acesso em 08 mar 2019.

⁴¹⁸ Este modelo se relaciona ao isolamento de uma área determinada para sua conservação, como consequências, as comunidades que ali viviam por décadas acabam tendo que abandonar o lugar. Este modelo é particularmente prejudicial quando implantado em realidade amazônica, uma vez que as comunidades ribeirinhas, indígenas e demais grupos da floresta perdem suas moradias e seus espaços de caça, pesca e coleta, consequentemente.

Portel e Melgaço ao sul da ilha do Marajó, no estado do Pará, e mais outros onze parques nacionais em diferentes partes do país.

No Regime Militar a FBCN contribuiu ativamente para a aprovação da Lei de proteção à Fauna (Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967), o zoólogo José Cândido de Melo Carvalho, com obra citada no catálogo da Exposição Amazônia brasileira, é um dos principais atuantes nesse processo⁴¹⁹. Os membros do FBCN oriundos da classe média, ocupavam cargos em instituições estatais, com formação nas mais diversas áreas relacionadas as ciências da natureza e da terra e engenharias, deste modo

A situação de funcionários públicos dos membros da FBCN deu-lhe desde sempre a feição de um grupo de interesse, procurando influir diretamente sobre as decisões de Estado, por meio de lobby, em detrimento de mobilizações públicas. Antes e durante o regime autoritário, essa estratégia foi bem-sucedida: a FBCN influenciou a criação de leis, órgãos e políticas ambientais e seus membros ascenderam aos cargos de direção na área. Nesse sentido, a trajetória de seus membros se confunde com a montagem da própria burocracia ambiental brasileira, dando à FBCN um caráter paraestatal até a década de 1970.⁴²⁰

A forte influência do modelo estadunidense de conservação e preservação da natureza que vai impactar a atuação da FBCN. Isso nos ajuda a entender as perspectivas preservacionista do Regime militar acerca dos ecossistemas e biomas no Brasil. Se amplia a criação de Unidades de Conservação, por conseguinte, esta prática nos permite compreender que o Estado vinha tomando medidas para a proteção da natureza no Brasil. Contudo, o modelo preservacionista apresenta forte contradição, uma vez que as áreas não preservadas ficavam propícias para exploração até seu esgotamento e as populações que historicamente residiam nas áreas demarcadas para preservação são expulsas.

As pressões exercidas por instituições e órgãos ambientalista nacionais e internacional foram vistas como entrave ao desenvolvimento do país. As medidas impositivas do Regime Militar, no que tange ao desenvolvimento da região amazônica, se articulam e convergem com a perspectiva do preservacionismo clássico da FBCN.

⁴¹⁹ BENEVIDES, Fernanda Cornils Monteiro, FRANCO, José Luiz de Andrade e BRAZ, Vivian da Silva. *Op. Cit.*, p. 90

⁴²⁰ ALONSO, Angela, COSTA, Valeriano e MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *NOVOS ESTUDOS* 79, novembro 2007, p. 155

Essa perspectiva preservacionista e excludente das populações que habitavam as áreas que então se tornaram de preservação, mesmo antes do surgimento da FBNC, permeia a Lei 16. 677 de 1944 que estabelece os objetivos dos parques nacionais, mas também, o Código Florestal de 1965. Até o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 1979, revela a permanência dessa perspectiva⁴²¹, contudo, as críticas advindas, principalmente, dos grupos tradicionais que habitavam o interior da floresta amazônica e de ambientalistas foram, por vezes, ignoradas.

Os ministérios, também, apresentam publicações de pesquisas encomendadas sobre a região amazônica que foram inseridas na exposição, dentre estes: Ministério da Educação e Saúde, Ministério da Agricultura, Ministério do Interior, Ministério da aviação e obras públicas, Ministério extraordinário para a coordenação dos organismos regionais e Ministério das Relações Exteriores.

Outras instituições e órgãos representativos presentes no Catálogo da Exposição Amazônia são: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Biblioteca Nacional; Museu Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Conselho Nacional de Geografia; Conselho Nacional de Estatística; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social; Conselho Nacional de Pesquisa; Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura; Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

As instituições já existentes estavam sendo modificadas para atender as demandas do Regime Militar, enquanto novas instituições estavam surgindo, muitas delas adotando o trabalho multidisciplinar, envolvendo profissionais de diversas áreas. As universidades ganham cada vez mais espaço nas pesquisas e parcerias com outras instituições aumentam.

Apesar dos investimentos em pesquisa, por vezes, os militares as ignoravam. Os discursos da Operação Amazônia, demonstram a propaganda do solo fértil e abundante, porém os relatórios da SPVEA contrariavam essas afirmativas. Em relatório de 1966, publicado pela Organização das Nações Unidas para a

⁴²¹ Silva, Ana Tereza Reis da. A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência. Ver. *Estudos Avançados*, n. 29 (83), 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n83/0103-4014-ea-29-83-00233.pdf>> acesso em 08 mar 2019.

Alimentação e Agricultura, que contou, por exemplo, com a pesquisa desenvolvida pelos “engenheiros florestais René Gachot, Kelvin McGrath e Maurice Gallant”⁴²².

mostravam-se pessimistas em relação ao solo da Amazônia. Segundo eles, a região estava sofrendo grandemente com as divulgações de jornalistas mal informados que criaram a alcunha de “Inferno Verde” e de que lá seria o “celeiro do mundo”. Na verdade, de acordo com os técnicos, tratava-se de uma região de solo pobre e de florestas de qualidade pobre. Fora áreas limitadas de várzea, os 99% restantes ofereceriam poucas perspectivas para a colonização de tipo tradicional, baseada na produção agrícola (Gachot, 1960)⁴²³.

Outra instituição com obra presente na Exposição Amazônia brasileira foi o Serviço Nacional de Proteção aos Índios, criado em 1910, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967. Em 1958, dada a notícia da morte de Cândido Mariano da Silva Rondon, são destacadas as ameaças as terras indígenas em texto publicado por Darcy Ribeiro:

tanto quanto filhos podem chorar aos pais, os índios o chorariam, conscientes do grande vazio que se abre com a sua morte, dos perigos que, doravante, pesam sobre suas vidas e suas terras, tantas vezes ameaçadas em termos de se não fosse esse Rondon [...]⁴²⁴

Essas instituições possibilitam compreender que havia um número de significativo de pesquisadores produzindo estudos sobre a região amazônica, tanto que estiveram presentes na Exposição Amazônia brasileira, algumas destas pesquisas tinham sido publicadas próximo ao período de início da exposição.

3.3. – Apresentação do Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: Ferreira Reis intelectual/político

Arthur César Ferreira Reis fora responsável por escrever, em duas laudas, a *Apresentação* do catálogo da Exposição Amazônia brasileira, à época, Ferreira Reis era presidente do Conselho Federal de Cultura. Ao tratar de Ferreira Reis, Ugarte (2019) aponta a linha tênue que relaciona a dimensão intelectual ligada a dimensão política de sua atuação.

⁴²² ANDRADE, Rômulo de Paula. O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 285-304, julho-dezembro 2015, p.296. disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n56/0103-2186-eh-28-56-0285.pdf>> Acesso em 03 mar 2019.

⁴²³ Ibid., p. 297.

⁴²⁴ Fonte: RIBEIRO, Darcy. Cândido Mariano da Silva Rondon. *Revista de Antropologia*. Rio de Janeiro. Vol. 6, nº 2, dez 1958, p. 98.

Ferreira Reis é herdeiro do convívio com seu pai bacharel em Direito, teatrólogo e jornalista, que exerceu diversos cargos públicos e foi dono do periódico manauara *Jornal do Comércio*. Já por parte de sua mãe, filha de comerciante abastado, teve a oportunidade de se graduar em Direito, tendo sua formação superior desenvolvida em Manaus, Belém e Rio de Janeiro, por conseguinte, foi redator do jornal de seu pai, e ainda, exerceu o magistério em estabelecimentos do Ensino Médio e na Faculdade de Direito do Amazonas (UGARTE, 2019).

Como dito, suas produções escritas revelam suas concepções sociais e políticas, seu reconhecimento enquanto intelectual da Amazônia de forte influência no país foi se configurando a partir da “[...] publicação do livro *História do Amazonas* que lhe deu entrada definitiva no panorama intelectual da Amazônia brasileira na década de 1930”⁴²⁵. Ugarte (2019) chama atenção a duas concepções importantes para compreender a trajetória de atuação intelectual e política de Ferreira Reis, são estas: Estado e governo, ambas podem ser melhor entendidas a partir das leituras de suas obras, por exemplo, a noção de Estado em Ferreira Reis na obra *A política de Portugal no vale amazônico*, se dá da seguinte forma:

[...] ao levarmos em conta que o texto dessa obra já estava concluído em 1939, sua feitura parece indicar, senão uma ‘cobrança’, mas uma lembrança de que o Estado Novo brasileiro deveria agir na Amazônia como o reino de Portugal fizera no passado colonial. Afinal de contas, o presidente Getúlio Vargas prometera, em 31 de dezembro de 1937, iniciar uma nova fase de integração nacional com a proposta da ‘Marcha para o Oeste’ que, embora não mencionasse explicitamente a Amazônia, certamente a incluía⁴²⁶

Ferreira Reis, enquanto influente intelectual à época, insistira em rememorar a ação dos portugueses na Amazônia, como momento importante a ser compreendido e retomado à certa medida. Essas concepções vão influenciar noções acerca das novas políticas de integração da Amazônia e foram sendo repetidas em demasia para justificar as ações governamentais, sob o discurso de que era necessário continuar com a obra iniciada pelos portugueses de implantar civilizações na Amazônia para superar seu “primitivismo”, sua “selvageria”, não à toa intelectuais contemporâneos a ele o atribuíam o cognome “Pombal das Selvas”⁴²⁷.

⁴²⁵ UGARTE, Auxiliomar Silva. Arthur César Ferreira Reis (1906-1993): um “déspota esclarecido” da Amazônia brasileira? In: UGARTE, Auxiliomar Silva e QUEIRÓS, César Augusto Bobolz (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia republicana*. Manaus, Editora Valer, 2019, p. 155.

⁴²⁶ Ibid., p. 156.

⁴²⁷ Ibid., p. 156.

Uma das questões que mais vai marcar a trajetória intelectual e política de Ferreira Reis, frente ao papel ao qual ele vai ocupando nessa narrativa, é a noção de “valorização da Amazônia”. Na obra *Estadistas portugueses na Amazônia*, concluída em 1945, temos o seguinte: “[...] No pensamento de Arthur Reis, a primeira ‘valorização da Amazônia’ ocorreu, *de facto*, sob administração férrea do ministro [...] Marquês de Pombal [...]”⁴²⁸, nessa obra permaneceu o “[...] tom, senão de cobrança, mas de lembrança de que a Amazônia continuava a merecer mais atenção e mais ação do Estado brasileiro”⁴²⁹. Portanto, a compreensão de valorização da Amazônia apregoada por Ferreira Reis foi se configurando a partir dos estudos por ele desenvolvidos, nos quais as influências da administração portuguesa estavam postas, principalmente, devendo servir de exemplo para atuações futuras.

Nessa perspectiva, “Arthur Reis passou a formar os primeiros elementos da noção de ‘valorização da Amazônia’”⁴³⁰. Em 1953, vai se tornar o primeiro presidente da SPVEA, esta, por sua vez, reflete os anseios de Reis enquanto instituição que se configura “não como uma ação de caráter efêmero do governo Vargas, mas um programa de longo alcance a ser empreendido pelo Estado federal brasileiro”⁴³¹. A SPVEA passa a direcionar parte dos seus recursos para pesquisas e estudos a fim de conhecer os potenciais da natureza comercializável, e ainda, das formas de crescimento populacional e manutenção dessas populações na região.

Em 1956, Ferreira Reis publicou *A Amazônia que os portugueses revelaram*, por mais que a obra tratasse de estudos do período colônia, resolve tratar no último capítulo da valorização da Amazônia, “Num dos passos do referido capítulo, declarou que a ‘valorização da Amazônia’ necessitava ser empreendida em longo prazo, como obra técnica, regional e política”⁴³², essa perspectiva vai influenciar as bases organizacionais da SPVEA e, posteriormente, da SUDAM. Com isso, se fortalece o discurso de que as técnicas já existentes precisam se adequar as especificações da região. Para isso se consolidar, chamou-se atenção para as demandas por maiores investimentos em pesquisas científicas e incentivos governamentais para a materialização de políticas de desenvolvimento regional.

⁴²⁸ Ibid., p. 159.

⁴²⁹ Ibid., p. 159.

⁴³⁰ Ibid., p. 161.

⁴³¹ Ibid., p. 161.

⁴³² Ibid., p. 162.

Para se compreender a trajetória política e intelectual de Ferreira Reis é importante conhecer o conceito de “bom governante”, que considera os seguintes critérios para tal: ser “[...] administrador forte, ousado, empreendedor, honesto, patriótico e consciente de seus deveres com o bem-estar da coletividade”⁴³³. Se outrora, no período colonial, a Amazonia teve um exemplo de “bom governante” na figura de Lobo d’Almada, fazia-se necessário e urgente um bom governante em sua contemporaneidade. Reis era, portanto, representante das elites conservadoras, imbuído das concepções de ordem, progresso e civilização fortemente presente nos discursos desse grupo à época. Para ele, o povo deve ocupar um papel de subordinado e, também, apoiava um Estado forte e centralizador que se somava a sua concepção de bom governante. Sua trajetória intelectual acompanhou sua atuação política e, de certa forma, se constituiu em vanguarda, por se tratar da figura do intelectual-político em um cenário no qual as oligarquias do país viam com desconfiança a presença destes intelectuais na ocupação de cargo político.

Após ocupar a direção do Inpa (1956-1958), foi indicado pelo marechal-presidente Castello Branco para ser governador do estado do Amazonas em 1964, suas reflexões intelectuais, imbuídas em suas produções desembocaram em sua atuação política. Assim que assumiu o poder agiu com autoritarismo comandando o cerco à Assembleia Legislativa e ao judiciário, aposentando opositores políticos, tomando uma série de medidas arbitrárias que passaram a ser comum. Desde então, sua atuação repressiva no estado do Amazonas, se constituiu na base para a manutenção da política autoritária dos militares golpistas. “[...] Ainda durante os primeiros meses da administração de Arthur Reis, houve abertura de inquérito policial-militar contra os que foram declarados inimigos da nova ordem política”⁴³⁴, a repressão se deu basicamente a opositores políticos descontentes com a nomeação de Ferreira Reis e a deposição do governador anterior.

Para frear a resistência dos opositores, ações enérgicas foram tomadas. Uma delas foi a Comissão de inquérito, que apesar das influências do poder central, era autônoma e sua afinidade com os militares era estreita, sendo que considerava a população incapaz de tomar decisões certas e, deste modo, deveriam deixar para os “homens da política” o papel de administrar os espaços de atuação do Estado, revelando sua face conservadora e elitista. “[...]Para Arthur Reis, a nova ordem

⁴³³ Ibid., p. 163.

⁴³⁴ Ibid., p. 169.

política veio para ‘arrumar a casa’, para restabelecer, de fato, a ‘democracia’ conforme as necessidades respectivas do Brasil, em geral, e do Amazonas, em particular”⁴³⁵, ao mesmo tempo demonstrou forte preocupação com a educação escolar da população, “[...] Daí os grandes investimentos na construção de escolas em Manaus e nas demais sedes municipais, com instrumental adequado às necessidades dos alunos e professores, com objetivo de diminuir o analfabetismo”⁴³⁶, e ainda, investiu nas universidades, ampliou os acervos das bibliotecas, criou premiação para escritores e cientistas, restaurou o Arquivo Público, dentre outros.

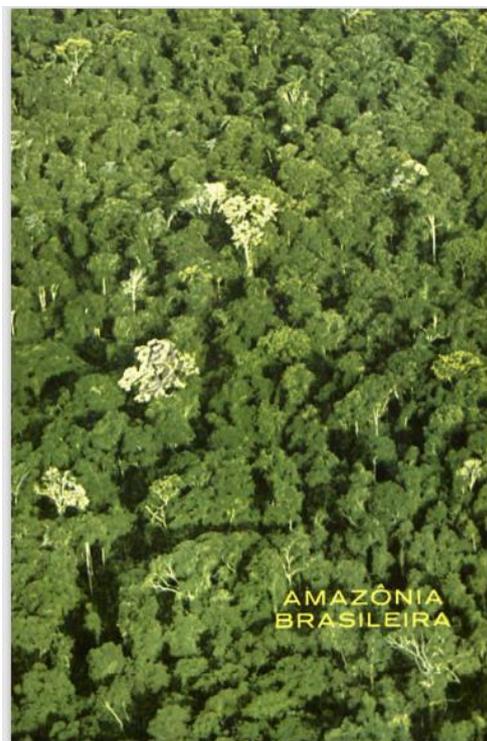
A indicação de um intelectual, advindo das oligarquias regionais, com forte mentalidade conservadora, moralista e impositiva, se constituiu na figura bem quista pelo Regime Militar. Sendo assim, em conjunto com o governo militar, Ferreira Reis afirmava que as intervenções passariam a ser feitas de dentro para fora, ou seja, era preciso conhecer a Amazônia, seus intelectuais, políticos, populações e natureza, e a partir daí, adotar medidas eficazes com o auxílio das novas técnicas de produção, para a inserção definitiva da região à economia nacional e internacional. Reis se empenhou nesse papel e agradou o governo autoritário.

⁴³⁵ Ibid., p. 170.

⁴³⁶ Ibid., p. 170.

3.3.1. – Apresentação do Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: natureza

Figura 08 - Amazônia brasileira.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Amazônia brasileira*: catálogo da exposição. Rio de Janeiro: BN, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969

AMAZÔNIA BRASILEIRA
EXPOSIÇÃO ORGANIZADA PELA SEÇÃO DE EXPOSIÇÕES E
INAUGURADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1969.⁴³⁷

O catálogo da Exposição Amazônia brasileira é um documento importante para compreensão de momento histórico ao qual foi elaborado, ou seja, o contexto de forte intervenção estatal na região amazônica promovida pelo Regime Militar, a partir de 1966 com o lançamento da Operação Amazônia.

A exposição busca revelar aspectos diversos sobre a Amazônia sua natureza, seu potencial exploratório e suas populações, etc., se constitui em mais uma das ações do Regime Militar para obter apoio tanto dos investidores, quanto da sociedade de maneira geral. A exposição, como dito, demonstra a preocupação em mostrar que as ações do Regime Militar estariam respaldadas em estudos, pesquisas e na utilização de técnicas e, por conta disso, os investimentos gerariam

⁴³⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. *Amazônia brasileira*: catálogo da exposição. Rio de Janeiro: BN, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969, p. 7.

lucros aos empresários, emprego aos trabalhadores, progresso para a região, integração e riquezas para o país.

A análise da Apresentação do catálogo da Exposição Amazônia brasileira expressa definições e conceitos sobre a região, sua natureza e as populações locais, tratando de relacionar passado, presente e futuro e apontando caminhos para o aprofundamento da economia capitalista na região, posto que o extrativismo era visto como ultrapassado. A apresentação, como dito, foi elaborada por Ferreira Reis, sua influência na região é demasiadamente apreciada pelo Regime Militar e, por vezes, foi destacado como intelectual que desenvolve seus argumentos de dentro para fora, de quem vive na região e conhece aspectos diversos que a caracterizam.

As indagações e afirmações sobre a região amazônica, sua natureza e suas populações eram diversas, por vezes, contraditória. Havia esforços dos Regime Militar em considerar a região como uma de suas preocupações centrais, para isso, houve a necessidade de superar os entendimentos sobre a região que a colocavam como espaço misteriosos, exótico e “selvagem”.

O que predominava era a visão de que a região era composta de uma natureza “impositiva”, que impactava inclusive no atraso das populações locais. A natureza considerada como atraso, por “aprisionar” as populações locais a um estilo de vida “selvagem”, se constituía em uma natureza “rigorosa”, portanto, viva, ativa, muitas vezes, “cruel”. Desta forma, segundo seu entendimento, a natureza precisava ser submetida à técnica para cumprir seu papel de servir ao “homem”.

Cabia à técnica o desafio de transformar a natureza selvagem em riqueza nacional. Para Ferreira Reis, a própria existência de uma população nativa, que seguia sua permanência frente às “adversidades”, era a garantia de que a técnica, bem aplicada, poderia mudar essa realidade. Para isso, estudos e pesquisas seriam os caminhos necessários, pois com estes viriam à tona as riquezas “escondidas” no interior da selva.

O Catálogo da Exposição Amazônia cita 549 (quinhentos e quarenta e nove) obras divididas em tópicos: Bibliografia e Catálogos; Enciclopédias e Dicionários; Revistas; Jornais; Sociologia, Economia e Política; Legislação; Arqueologia, Etnologia e Folclore; Fauna e Flora; Música; Literatura; Geografia, Viagens, História; Viajantes (Séc. XVI e XVII; Séc. XVIII; Séc. XIX; Séc. XX); Mapas (Manuscritos; Impressos); Biografias, Ilustrações; Objetos típicos da Região. Cada um desses elementos ajuda a compreender a região na perspectiva dos organizadores da

exposição. Foi feito um levantamento de ampla bibliografia, nas mais diversas mídias (impressos, jornais, revistas, músicas, etc.) abarcando o período desde o início da colonização.

Na *NOTA PRELIMINAR* do catálogo da Exposição Amazônia brasileira, escrita por Wilson Lousada, então chefe da *Divisão de Publicações e Divulgação*, é possível constatar a participação dos diversos estados e Territórios Federais da região amazônica, bem como de políticos e intelectuais.

Com a realização da Exposição Amazônia Brasileira, de quê este Catálogo é apenas reduzida amostra seletiva do abundante material bibliográfico existente na Biblioteca Nacional, cumpre à Divisão de Publicações e Divulgação, em nome do Diretor geral deste órgão, acadêmico Adonias Aguiar Filho, manifestar seus agradecimentos à pessoas e instituições que concorreram para que a referida Exposição melhor alcançasse os objetivos visados.⁴³⁸

A exposição legou à Biblioteca Nacional importante acervo sobre a região Amazônica, muitas dessas obras foram adquiridas por meio de doações, outras somente empréstimos. A participação dos estados e Territórios Federais permitiu a construção de um acervo diverso, abarcando diferentes regiões e produções. Nos agradecimentos, Lousada, destaca a participação de políticos e intelectuais:

Inicialmente, pelo estímulo e apoio logo manifestado, agradecemos ao Prof. Arthur César Ferreira Reis, Presidente do Conselho Federal de Cultura, que não nos faltou com a sua orientação, seu entusiasmo e seu profundo saber das coisas amazônicas. Em seguida, confessamos nossas dívidas para com os senhores Ministro Clóvis de Moraes Rêgo, Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Pará, eficiente e amável no atendimento às nossas solicitações; General Luiz Mendes da Silva, êx-Governador do Amapá, a cuja gentileza devemos o empréstimo de numerosas fotografias e objetos de artesanato da região; Prof. José Cândido de Melo Carvalho; Dr. Plínio Doyle; Senhores Carlos Rocque, Vicente Sales e Fernando Sales, pelo empréstimo de obras raras, não integrantes do nosso acervo; e Prof. Ney Strauch, Diretor do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica do I. B. G. E., que também nos ofereceu excelente material especializado.⁴³⁹

A maior parte das peças da exposição foram produções escritas selecionadas de modo a divulgar as experiências dos processos de produção industrializada na região, a exemplo do Território Federal do Amapá, que teve participação divulgando os “avanços” da exploração mineral de suas jazidas de manganês.

⁴³⁸ LOUSADA, Wilson. *NOTA PRELIMINAR*. In: BIBLIOTECA NACIONAL. *Op. Cit.*, p. 12.

⁴³⁹ *Ibid.*, p. 12.

Intelectuais contribuíram para a exposição como Carlos Rocque, jornalista e historiador, se destacou a partir da publicação da *A Grande Enciclopédia da Amazônia* no ano de 1967. Assim como Vicente Salles, importante pesquisador da cultura afrodescendente e indígena do Pará, naquele momento, divulgador do folclore, responsável em 1961 pelo programa da rádio MEC “O assunto é... folclore” ao trabalhar na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) contribuiu com a publicação do “Atlas Cultural do Brasil”⁴⁴⁰, dentre outros. Lousada segue os agradecimentos:

A todos, e mais aos escritórios de representação dos governos do Amazonas, Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, no estado da Guanabara, bem como à SUDAM e Banco da Amazônia, reiteramos os melhores agradecimentos pela atenção dispensada às nossas solicitações.⁴⁴¹

As participações dos governos locais, SUDAM e Banco da Amazônia reforçam a integração entre os governadores e as instituições, recém criadas na região, havia, portanto, esforço em contribuir para a exposição.

Finalmente, por elementar dever de justiça, cumpre-nos ainda elogiar o trabalho eficiente, dinâmico e entusiasta dos funcionários da Seção de Exposição [...] aos quais creditamos os méritos dessa realização, cuja mecânica de pesquisa, seleção e montagem raramente e bem aquilatada no seu devido valor pelos que só a vêem depois de concretizada, num catálogo como este.⁴⁴²

O catálogo da Exposição Amazônia brasileira se constitui em documento importante, sua seleção das obras, dos autores e das instituições revelam o conjunto de elementos que vão auxiliar o Regime Militar para a elaboração e execução de seus planos de desenvolvimento.

A *Apresentação* do catálogo feita por Ferreira Reis é importante objeto de análise, pois, nos permite traçar a forte relação entre a exposição e as propostas da Operação Amazônia e como essas vão culminar na elaboração dos planos de desenvolvimento e nas ações decorrentes. A apresentação nos traz uma série de conceitos bastante utilizados pelo Regime Militar e que serviram, por vezes, de bases para fundamentar suas intenções.

⁴⁴⁰ Ver: SOUZA, Roseane Silveira de. Vicente Juarimbu Salles (1931-2013): o tempo vence o homem, não a obra. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 8, n. 1, p. 185-194, jan.-abr. 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n1/v8n1a11.pdf>> acesso em 13 out 2020.

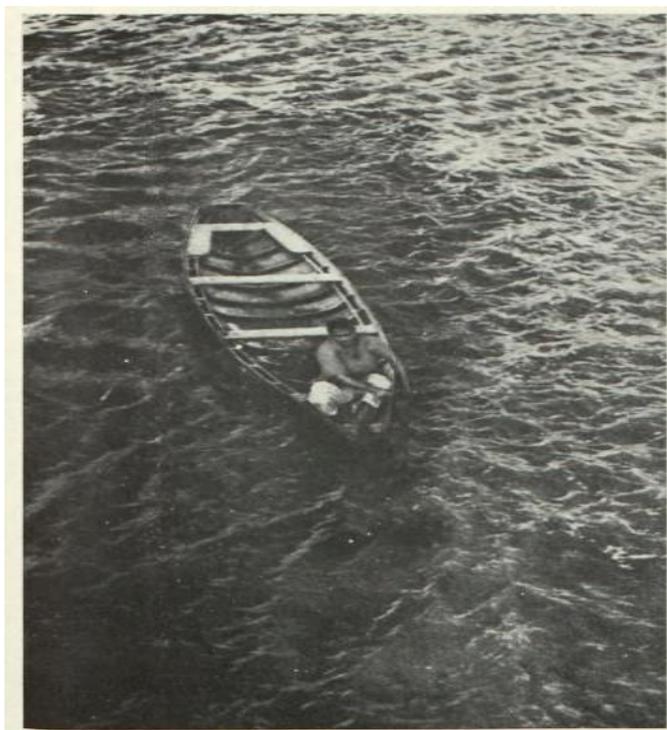
⁴⁴¹ LOUSADA, Wilson. Op. Cit., 1969, p. 12.

⁴⁴² Ibid., p. 12.

Após o golpe de 1º de abril de 1964, o Regime Militar se viu imbuído da possibilidade de materializar seus projetos e intervir no que é atribuído aos poderes executivos, contudo o caráter autoritário possibilitou o alargamento dos poderes englobando o legislativo e o judiciário, assim sendo, havia certo conforto para atuar, este, que por sua vez, se adensou a partir do AI-5.

Uma palavra que bem definia a percepção dos políticos, empresários, intelectuais e estudiosos que buscavam visitar a região é a palavra “mistério”. Essa compreensão de Amazônia serve para nós observamos que esta região, ainda pouco conhecida em seus aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos pelo restante do país, era uma região que possuía uma imagem de lugar místico, misterioso e de difícil compreensão, ao mesmo tempo, e em contrapartida, havia uma visão homogeneizadora, que permeou os planos, os programas, os projetos dos militares.

Figura 09 – Encontro das águas rio Negro e Solimões.



Fonte: Catálogo da Exposição Amazônia brasileira.

Por exemplo, o encontro das águas entre o rio Negro e o rio Solimões, conforme imagem 10 que releva os diferentes rios e suas cores, por vezes, fora tratado como questão misteriosa, o que acabava por reforçar todo o misticismo acerca da região.

Segundo Ferreira Reis (1969), “A Amazônia é hoje um dos grandes temas da vida brasileira”⁴⁴³, as vésperas da criação da SPVEA os debates sobre a região cresceram, se intensificaram com o Regime Militar e com a Operação Amazônia, a chamada de atenção para a região veio associada aos perigos à soberania nacional, junto disso, do discurso de que era uma região rica, porém abandonada.

Os desafios se davam em inserir o modo de produção capitalista na região. A natureza abundante era colocada como atrativo ao desenvolvimento industrial, desse modo havia certo apelo para que houvesse ação governamental do Estado, posto que a cobiça à região era histórica, como segue afirmando Ferreira Reis: “ontem, como hoje, não tem limites o interesse que desperta como área em potencial e natureza ainda por possuir em suas particularidades mais íntimas”⁴⁴⁴.

Era preciso chamar atenção para a região, “explicá-la”, “decifrá-la”, as instituições de pesquisa são chamadas para isso e parte dos investimentos se voltam para essa questão. A “missão” de desenvolver a região atrasada e isolada se dava como uma nova forma de colonização por meio do aprofundamento do capitalismo na região a partir do uso da técnica. Contudo, era preciso melhor conhecer as potencialidades de geração de lucros, então as instituições de pesquisa assumem esse papel, “[...] parece à Universidade conveniente dá-lo a lume para que se aprofundem o exame, o conhecimento e o encaminhamento das soluções que o enigma amazônico reclama. [...]”⁴⁴⁵. Nesse contexto, “[...] A Amazônia apresenta historicamente certo grau de distanciamento do eixo capitalista desenvolvido brasileiro”⁴⁴⁶, sua integração à economia nacional e estrangeira, seria também, sua integração à “civilização” e ao mesmo tempo a manutenção da soberania nacional.

Na *Apresentação* do catálogo da Exposição Amazônia brasileira, Ferreira Reis retoma a compreensão de Amazônia como região misteriosa quando afirma que a região é “cercada de certo mistério que a rêde hidrográfica e a floresta fechada explicam no sensacionalismo que provoca”⁴⁴⁷. Este termo é ainda herança

⁴⁴³ REIS, Artur César Ferreira. Apresentação. In: BIBLIOTECA NACIONAL. *Amazônia brasileira: catálogo da exposição*. Rio de Janeiro: BN, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969, p. 08.

⁴⁴⁴ *Ibid.*, p. 08.

⁴⁴⁵ MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. 3. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006., p. 87.

⁴⁴⁶ TRINDADE, José Raimundo Barreto e OLIVEIRA, Wesley Pereira. Conversão geopolítica da fronteira e estratégia desenvolvimento regional: a intervenção estatal na Amazônia brasileira a partir dos anos 1940. In: TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento*. Belém: Paka-Tatu, 2014., p. 41.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, p. 08.

da colonização e remete o século XVII, impregnado ao imaginário do colonizador, as formas de viver, os hábitos e costumes, a relação com a fauna, flora e os rios, eram também fontes de mistérios, conforme a região foi ganhando mais visibilidade, a partir das intervenções, esse “mistério”, que caracterizava a região como um todo, passou a fazer parte de reflexões de mais pessoas, pois o Regime Militar passou a divulgar as ações que vinham desenvolvendo nas mídias, os debates sobre a região, ganharam os espaços acadêmicos e políticos.

A falta de pesquisas e estudos científicos se constituíam em um dos principais motivos por essa visão de Amazônia enquanto região misteriosa. A Operação Amazônia, chama atenção para essas questões e aponta que estudos mais detalhados sobre a região, contribuem para superar essa característica e, por fim, melhor intervir.

O próprio desconhecimento das dinâmicas sociais das populações ribeirinhas, tributou para a criação das ideias do “vazio demográfico”, assim o misticismo do folclore é outro elemento que colaborou para a região ser vista como lugar misterioso. A “cobra grande”, por exemplo, se mescla às realidades dos grandes animais que habitam os rios turvos. Desta forma, o governo militar, buscou desmistificar muitas questões, sobretudo as envolvidas com o potencial de desenvolvimento econômico⁴⁴⁸, por ventura, investir em espaço cercado de misticismo geraria forte insegurança, assim sendo, os investimentos em pesquisas e a propaganda do que já vinha sendo feito, tinham a função também, de mostrar que era possível gerar riquezas a partir da exploração dos “recursos naturais” da região.

Ferreira Reis, segue afirmando:

O enigma amazônico é a resultante final da perplexidade da Nação perante a região imensa e da indefinição dos rumos a tomar para extrair a enorme riqueza que promete. Assenta suas raízes no próprio choque sentido pelo descobridor, conquistador e colonizador, cujas reações tem oscilado entre o deslumbramento e a descrença mais agudas, levando-o a caracterizá-la, ora como o ‘celeiro do mundo’, ora como o ‘Inferno Verde’⁴⁴⁹

À natureza em dois aspectos é tributada o misticismo da região, primeiramente, pelo tamanho territorial do bioma, segundo, pelas dúvidas acerca do

⁴⁴⁸ BARBOSA, Mário Médice. *Entre a filha enjeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense*. Programa de Pós Graduação em História Social, PUC-SP, 2010.p. 50.

⁴⁴⁹ MENDES, Armando Dias. *Op. cit.*, p. 98.

que a transformação de seus componentes em produtos poderia gerar de riquezas. Portanto, para Reis a Amazônia é associada a um enigma pelo seu tamanho, abarcando a maior parte do território nacional, e pelas dúvidas acerca das possíveis riquezas que podem ser extraídas da natureza. Considera, também, que o “enigma” se configura em uma herança colonial, uma vez que o colonizado tratou de atribuir a região perspectivas dicotômicas que variavam entre paraíso e inferno.

Contudo, essa visão de paraíso/inferno persiste. Sendo assim, o Regime Militar busca afirmar que a região, a partir da Operação Amazônia, não pode mais ser caracterizada como “Inferno verde” e que isso é uma conquista dos governos militares. A imagem de “Inferno verde” precisava mesmo ser coisa do passado, caso contrário, os investidores não aplicariam seus recursos financeiros na região, e ainda, as críticas poderiam pesar sobre os investimentos do Estado, uma vez que as ações vinham dessa parceria entre público e privado. As afirmações de Humboldt, estampadas na capa do “Álbum: Operação Amazônia”, afirmando que num futuro a Amazônia será o “celeiro do mundo” (ver Imagem 06) vem para reafirmar essa perspectiva.

As ações dos colonizadores europeus vão ser constantemente lembrada, porém as ações do Regime Militar na Amazônia podem ser entendidas como uma “nova” colonização “atrasada” da região. A partida do transatlântico Rosa da Fonseca pelo rio Amazonas durante a I RIDA é bem simbólica, já que as ações seriam pensadas de dentro para fora, do interior (Manaus) para a foz do rio Amazonas (Belém), esse seria o diferencial desse “novo” momento.

Por conseguinte, conforme os estudos sobre a região iam avançando novos debates surgiram. Pesquisas realizadas entre 1967 e 1968 revelam uma Amazônia pouco conhecida, conforme Mendes (2006), estas pesquisas “contém uma primeira chamada de atenção para a dimensão continental da Região [...] E abriga uma avaliação crítica de uma outra ‘invenção’, precisamente em escala continental [...] à época provocou muita celeuma”⁴⁵⁰, estes foram se avolumando, conforme o Regime Militar passou a executar seus planos de desenvolvimento cada vez mais a noção de Amazônia como mistério e enigma a ser resolvido era tratado como demanda enfrentada pelo regime.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 78.

Ferreira Reis compreende a Amazônia, levantando hipóteses e indagações, visando a valorização do progresso e da civilização. Assim, o caminho que a Amazônia e as populações locais estavam traçando até então, reforça a ideia de que estavam no aguardo do avanço tecnológico e civilizatório, que somente, poderia ser acrescido diante das intervenções do Estado junto da iniciativa privada, avanço esse que está relacionado a implantação de tecnologia e industrialização local, como segue,

Cientistas nacionais e estrangeiros, viajantes, artistas, homens de Estado, toda uma esplêndida gama do espírito, do período colonial do processo de formação brasileira aos tempos atuais, nos vários campos em que se definiram, tentaram o conhecimento real do que a Amazônia pode representar.⁴⁵¹

Então, “a verdadeira Amazônia” era o desafio a ser revelado. A compreensão de “real” nesse momento se relacionava a descoberta das potencialidades econômicas e de desenvolvimento da região a partir do aprofundamento das relações capitalistas de comercialização, produção e consumo. A Amazônia do extrativismo era vista como ilusória e fadada ao fracasso, acusada de legar as populações locais o atraso. A culpabilidade pesava sobre tudo à natureza não domesticada, portanto, “selvagem”.

Sendo assim, os usos eficazes da natureza para a geração de riqueza somente viriam através do esforço institucional, de modo a promover mudanças estruturais profundas e permanentes na economia e nas sociedades. Forças estas, que somadas aos investimentos privados, submeteriam à natureza ao domínio da técnica para fomento da exploração racional. Como resultado desses investimentos públicos e privados, a industrialização, a urbanização e o trabalho regulamentado e assalariado seriam os caminhos possíveis para a implantação de uma “civilização”, que iria solucionar de vez os problemas da região.

As “variáveis ambientais” são elementos fundamentais para compreender as dinâmicas sociais na Amazônia. As relações com os rios, as cores das águas, os tipos de peixes, o extrativismo, as proximidades com comunidades e cidades, a circulação de passageiros pelos navios que cruzam os rios, a disponibilidade de caça, esses elementos, considerados enquanto características da vida “primitiva”,

⁴⁵¹ REIS, Artur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1969, p. 08.

eram vistos como aspetos a serem ultrapassados pela agricultura, pecuária, industrialização (BATISTA, 2000).

A natureza, frequentemente apontada como fonte de riquezas diversas a serem explorada, é vista em seu estado bruto como um problema, principalmente, a partir da década de 1950, “[...] A Amazônia, e a floresta em particular, foi tomada como problema, como uma região decadente que deveria ser reerguida num esforço de toda a nação. [...] enfrentar o inimigo do desenvolvimento, o espaço tomado como ‘vazio’⁴⁵², esta natureza imponente seria, então, agressiva. A mesma natureza onde o ser humano retira seu alimento e sua moradia era a inimiga, porém é sabido que a relação íntima entre o ser humano e a natureza se dava no campo das sociedades locais, o olhar de fora desconsiderava essas formas de viver, de morar, postas como atrasadas a serem superados pelo progresso industrial.

O homem de hoje, no atrevimento continuado de sua presença e de sua permanência, enfrentando, a certos aspectos desarmado, a natureza agressiva, quase hostil na brutalidade de suas formas violentas, exteriores, constituirá com a sua decisão, um exemplar autêntico do homem brasileiro na teimosia de criar a civilização brasileira?⁴⁵³

O “homem” seria, então, passivo frente à natureza agressiva. Para Ferreira Reis, este “homem” da Amazônia não dispunha de meios eficazes para “reagir” e se “libertar”, então cabia a utilização da técnica, esta seria a “arma” das sociedades modernas para subjugar a selva e tirar dela produtos úteis ao “progresso”. Então, a inserção da região à “civilização” seria mais um dos diversos esforços para que o Brasil viesse a galgar o status de nação civilizada.

A própria existência nesse lugar foi vista como resistência à natureza e sua “violência”. Essa oposição ocorre amiúde, a natureza capaz de gerar riquezas, se submetida à técnica, é a mesma que agride o “homem”, assim a relação homem/natureza é caracterizada enquanto conflituosa, como se não houvesse harmonia entre as partes e sim subjugação e conflitos. Até aquele momento, a natureza estaria vencendo, mas com os usos das técnicas, de acordo com o Regime

⁴⁵² MARQUES, Gilberto S. SPVEA: o estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966) In: TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento*. Belém: Paka-Tatu, 2014., p. 65.

⁴⁵³ REIS, Artur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1969, p. 08.

Militar, esta natureza finalmente seria domada e cumpriria seu papel de servir ao “homem”.

Ferreira Reis é um dos expoentes principais que veem a Amazônia como região que tem que ser compreendida, estudada, analisada para superar as diversas contradições dos discursos a ela direcionada. O solo se constitui em um exemplo ilustrativo desta celeuma, pois era visto como solo fértil, devido a densidade da floresta, apesar de instituições de pesquisa, e mesmo o Relatório Ministerial da Operação Amazônia de 1966, já apontarem a pouca fertilidade do solo. Superar esses debates para a construções de respostas seguras era requerido para saber como e onde intervir.

O meio físico nos seus quadros multiformes, de terras pobres e terras ricas, terras novas e terras velhas, autorizará a maturidade nacional na conquista que promover para um êxito que não seja passageiro, episódico, nas emprêsas resultantes de um domínio exercido consciente e em profundidade?⁴⁵⁴

Portanto, a natureza diversa, complexa e grandiosa se apresenta de várias formas, a esta é solicitada permissão para se intervir, porém não é certo de que esta concederá. Estas questões transformam as políticas de intervenção em desafios, posto que está em jogo o desenvolvimento do Brasil enquanto “nação” integrada. Ferreira Reis, acredita que um plano efetivo de intervenção na região depende de sua execução a longo prazo, um plano que ultrapasse gestões governamentais e esteja constantemente em processo de alteração, devido as adversidades “impostas” pela selva.

A Amazônia então é um desafio. Historicamente colocada como região de enfrentamento para o “homem civilizado”, sua natureza e o modo de tirar riquezas seria um desses desafios, outro seria a implantação permanente de um projeto “civilizador” de sucesso, que não mais permitiria fracassos, como no passado, transformando a região em produtora de mercadoria para abastecer o país e o estrangeiro, inserida de vez ao capitalismo.

A região amazônica, homogeneizada, estaria então à espera do “progresso” e da “civilização” para superar seus atrasos e preencher o seu “vazio” populacional. Destaca-se a noção e as dúvidas que surgem a despeito de uma “autêntica civilização” dos povos que habitam a região, e ainda se suas relações com a

⁴⁵⁴ Ibid., p. 8.

natureza nos usos de técnicas de produção artesanal podem ou não ser indicadores de uma civilização. Observa-se que não existe essa clareza e sim dúvidas à essa questão, o que nos leva a compreender *a priori* que o trato e a relação ser humano e natureza na Amazônia estava posta como irracional. Ao mesmo tempo que se enfatiza a natureza como agressiva e violenta, “hostil”, natureza essa que se apresenta em seu estado bruto como inimiga, por isso essa natureza tem de ser dominada cabendo aos usos das novas tecnologias esse papel.

Podemos destacar, também, que a Amazônia deveria servir como espaço de absorção de pessoas de regiões consideradas “inchadas” e que passavam por conflitos no campo, como o Nordeste e o Centro sul do país. Portanto, estava posto o desafio de “dominar” um território, visto como repleto de mistérios e potencialidades a serem desvelados.

Ferreira Reis (1969) destaca o papel ativo da floresta frente ao “homem” ao qual é delegada uma condição de submissão. Essa relação dominador/dominado fomenta a oposição entre as partes, como se o “homem” subjugado pela floresta, se visse incapaz de configurar formas de viver alheias a ela, portanto, caberia a este “homem” pedir “permissão”.

A Amazônia permitirá a habitabilidade que não se restrinja a fugidio trânsito do ser humano, incapaz, pelos rigores locais, daquela permanência, necessária para o sucesso que se deseja? Enfim, logro, mera expressão exótica de geografia ou ainda mesmo vazio onde promover-se a demonstração de nosso potencial de cultura e fundamento da grandeza nacional?⁴⁵⁵

A Amazônia é tratada como protagonista de sua história, teria legado aos primeiros povos que a habitaram um estilo de vida “primitivo”, também teria empenhado grandes dificuldades ao colonizador europeu e imposto o atraso as comunidades caboclas e outros grupos sociais. Mesmo o migrante, que veio atrás de oportunidades de melhoria de vida por meio do trabalho na extração do látex, estaria estacionado. A economia extrativista é determinada enquanto imperativo da “selva”, um dos fatores responsáveis pela não fixação das populações na região, sinônimo de atraso.

A preocupação como o “vazio demográfico” era tamanha que muitas das vezes era possível pensar que o desenvolvimento somente seria viável com a ocupação humana da região. Para isso, o Regime Militar financiou programas de

⁴⁵⁵ Ibid., p. 8-9.

migração e colonização, as propagandas deram conta de mobilizar, rumo a região, um número significativo de pessoas de forma voluntária. Porém, como sabemos não bastava ocupar, era preciso gerar lucros aos empresários, por conta disso grande parte dos investimentos se voltaram para infraestrutura, aberturas de estradas, criação de portos, etc. Como consequência, o desmatamento aumentou e cursos de rios foram comprometidos.

O modelo paulista, considerado o mais “exitoso” no desenvolvimento econômico, por exemplo, deveria repercutir nas demais regiões em algum grau, assim a “intenção dos militares, na expressão do ilustre estrategista do regime, General Golbery do Couto e Silva, era ‘inundar a floresta amazônica com civilização’”⁴⁵⁶. Para “civilizar” a aposta estava na derrubada da floresta, desta forma, a extração de madeira, agricultura em larga, média e pequena escala, pecuária bovina, abertura de estradas, mineração, criação de barragens para hidrelétrica, proliferação das indústrias e outros, dariam conta de submeter floresta, solo e subsolo, rios, e outros, com isso gerariam empregos e povoamento das regiões.

Para submeter a natureza, especialistas em diversos campos analisaram a região. Reis afirma a existência de um número expressivo de produções que vinham sendo elaborados de modo crescente, e afirma:

Geógrafos, naturalistas, pedólogos, geólogos, sanitaristas, pedagogos, historiadores, sociógrafos, demógrafos, economistas numa indagação que não significa apenas curiosidade, para mais uma página na vasta literatura que os trópicos tem permitido que se escreva, estudam, incessantemente, a Amazônia, a nossa, a maior, e a dos outros vizinhos, como a boliviana, a peruana, a equatoriana, a colombiana e a venezuelana. Estudam com e sem resultados imediatos, respondendo satisfatoriamente e insatisfatoriamente, às dúvidas existentes. O desafio, portanto, permanece. ⁴⁵⁷

Alguns dos resultados das produções bibliográficas de autores desses campos de conhecimento compuseram a Exposição Amazônia brasileira, portanto a região estava sendo analisada sob diversas perspectivas. A exposição veio possibilitar o contato com essa produção e mostrar que o Regime Militar iria intervir com base em conhecimentos técnicos diversos sobre a região e suas peculiaridades, assim sendo, a natureza e as sociedades teriam seus “problemas” analisados sob diversos ângulos.

⁴⁵⁶ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*, p. 102.

⁴⁵⁷ REIS, Artur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1969, p. 09.

Saindo dos discursos, a Operação Amazônia é tida aqui como aglutinadora de todos esses projetos a serem executados e a Exposição Amazônia brasileira mostra a face científica/intelectual que vai permear os discursos e as ações governamentais. O processo de intervenção na Amazônia, ao admitir a necessidade dos usos das técnicas, precisou implementar o desenvolvimento de pesquisas num esforço que se propôs irreversível, Mendes (2006) fala em reforma nas feições da Universidade do Pará, ainda em processo de implantação:

[...] O Plano de Reestruturação, datado de 1969, incorpora a ideia da criação do NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos [...] Universidade, que se queria situada no seu tempo e no seu espaço vivo, real [...] O Núcleo deveria ser o ‘órgão de integração’ da Academia assim concebida: **integração interna**, por quanto assumindo a condição, revolucionária para a época, de um ente interdisciplinar. E **integração externa**, eis que aberto à participação e influências da comunidade em que se insere⁴⁵⁸

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos se configura, portanto, como elemento colaborativo para a intervenção técnica baseada em pesquisas e outros estudos científicos. Seu caráter interdisciplinar seria capaz de reunir profissionais das mais diversas áreas, engenheiros, sociólogos, economistas, dentre outros, reunidos em um espaço para pesquisar a Amazônia. O esforço de implementar um espaço de pesquisa e estudos interdisciplinar, muito estranho à época, foi bastante questionado, posto que a visão cartesiana, predominante nas sociedades do século XX, é colocada como obstáculo para ver a integração entre as diversas partes, em especial no campo das ciências.

Outra iniciativa do Regime Militar, que vai demonstrar o aumento da relação entre conhecimento científico e as ações governamentais que vinham sendo desenvolvidas desde então, foi a criação do Grupo de Assessoramento para o Planejamento da Amazônia (1967-1968) – GASPLAM – coordenado por Armando Mendes e criado pela SUDAM, com a finalidade de elaborar o PAI – Programa de Ação Imediata. Pesquisadores, como Ferreira Reis e Armando Mendes, assumem liderança não só de pesquisa, mas também ocupam cargos importantes no campo administrativo.

O desenvolvimento econômico dependia, portanto, de pesquisa. Os investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais, não seriam suficientes, assim

⁴⁵⁸ MENDES, Armando Dias. *Op. Cit.*, p. 59.

“[...] A solução do enigma amazônico está relacionada, a seu turno, e em primeiro lugar, com a capacidade de promover em tempo hábil e de modo eficiente o conhecimento e a descoberta para assegurar aquela individualidade”⁴⁵⁹, a Exposição Amazônia brasileira quando prioriza produções e autores regionais busca atender a essa perspectiva:

A “Cartografia da Amazônia”, que Isa Adonias elaborou por solicitação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, como a “Bibliografia da Amazônia”, que a equipe do IBBD já editou com a cooperação do mesmo INPA, são instrumentos de maior importância para o conhecimento do que já foi possível apurar e do que ainda não se conseguiu ter como verdade incontestável.⁴⁶⁰

Ferreira Reis (1969), em poucas linhas, trata da obra de Isa Adonias, *Cartografia da Amazônia*, esta obra é bastante representativa do que queriam o governo militar, ou seja, conhecer a Amazônia como um “todo” para melhor intervir por meio dos planos de desenvolvimento. Recomendada por uma instituição de pesquisa (INPA), segundo Reis, esta se propõe como a obra mais atualizada, contendo informações novas e significativas sobre a região.

A “verdade incontestável” era o que se queria, como forma de dar segurança aos processos de intervenções, então as pesquisas precisavam trazer respostas seguras de como atuar e dos possíveis resultados disso. Considerando outros projetos fracassados no passado, o governo militar não queria dar margens para erros, havia credulidade de que o uso da técnica aplicada à região permitiria atingir patamares de desenvolvimento econômico por meio de processos industriais que não teriam como dar errado.

O encontro das obras de autores nacionais e estrangeiros, com destaque para autores regionais, contando com o apoio institucional de todos os estados e Territórios Federais, intelectuais, dentre outros, e ainda as demandas para aglutinar todo esse material em uma exposição no Rio de Janeiro, revelam o forte empenho dos militares em levar a sociedade brasileira informações sobre a Amazônia. Mesmo após o AI-5, os militares tinham a preocupação de difundir a ideia de que a “revolução de 64” veio para manutenção da democracia, os investimentos em propaganda foram crescendo exponencialmente e a Exposição Amazônia brasileira

⁴⁵⁹ Ibid., p. 48.

⁴⁶⁰ REIS, Artur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1969, p. 09

é aqui considerada parte do esforço propagandístico para captação de apoio político e social, em especial de empresários. Como segue afirmando Ferreira Reis:

A exposição que a Biblioteca Nacional, sob a esclarecida direção de Adonias Filho realiza, visando, à divulgação do mundo amazônico brasileiro, continua a política já muito antiga das exposições que sempre realizou, a exemplo do Catálogo da Exposição de História do Brasil, que cobriu toda a vida brasileira, publicado nos “Anais” da mesma Biblioteca sob a superior coordenação de Ramiz Galvão, está portanto dentro da linha de preocupação e de ação que o Poder Público e a inteligência brasileira revelam.⁴⁶¹

Como dito, as exposições, naquele momento, possuíam um papel social de relevância por estarem relacionadas a expressões de modernidade, atingindo as elites e a classe média, principalmente, serviam de propaganda política aos governos e empresários, seguindo o modelo europeu, de trazer novidades em diversos campos, mostrar um “futuro” promissor através dos usos das novas tecnologias ou para promover debates a partir de seus temas. As exposições temáticas bibliográficas tinham o intuito de promover informações, conhecimentos, etc., sobre o objeto central da exposição, sendo objeto da Exposição Amazônia brasileira, está em seu conjunto, seus aspectos naturais e suas populações.

No que se refere a Exposição Amazônia brasileira, a “divulgação do mundo amazônico brasileiro” era o proposto. As informações sobre a região se davam de maneira bem pontual e embebidas de misticismo, deste modo, a exposição não se limitou apenas a expor o “novo”, também foram utilizadas obras dos naturalistas do século XIX, ao que se entende por dois motivos: um relacionado ao novo processo de “colonização” ao qual o Estado estava proposto e outro, à comparação aos portugueses, que naquele tempo, mesmo com todas as “dificuldades” adentraram a floresta e foram capazes de assegurar a posse de maior parte do território para o Brasil⁴⁶².

Conforme Ferreira Reis, a exposição veio para tratar de um ponto de preocupação do poder público: a Amazônia. Preocupação estratégica diante do

⁴⁶¹ REIS, Artur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1969, p. 09.

⁴⁶² É sabido que os portugueses seguiam o colonialismo em prol da aquisição de riquezas em proveito próprio, com apoio da Coroa portuguesa que captava parte do que era explorado em impostos ou mesmo em acúmulo de bens materiais de auto valor como metais e pedras preciosas, a compreensão de Brasil como nação, somente vai se dar a finais do século XVIII e início do século XIX atendendo os anseios que vão culminar na independência política do Brasil em 1822, portanto, a associação entre a colonização, expansão das fronteiras para o desenvolvimento do Brasil como nação é desconexas, anacrônica e descabida. Ver: PRADO, Maria Lígia e VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *À margem dos 500 anos: reflexões irrelevantes*. São Paulo: Edusp, 2002.

cenário político mundial de golpes e revoluções, de modo a assegurar a soberania nacional, delimitar fronteiras, por meio da integração econômica e social. O catálogo da exposição se constitui em importante documento, revelador de aspectos que permearam os processos de intervenções dos militares de 1964,

O “Catálogo” não é apenas o registro fiel do que se reunia para a exposição e vai do livro, do jornal, das revistas, dos manuscritos, das cartas geográficas, fotografias, peças de artesanato indígenas com que a Biblioteca objetivou divulgar, em grande estilo, a geografia, a história, o processo cultural, a economia, as características mais expressivas dos usos e costumes da grande Amazônia, integrada pelos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Não é apenas um registro fiel da exposição, mas um instrumento utilíssimo, para que estudantes, professores, jornalistas, pesquisadores de toda natureza, homens de governo, tenham, em suas mãos e sob suas vistas, o mundo amazônico sem a mistificação da reportagem sensacionalista, mas no realismo severo do que ela representa.⁴⁶³

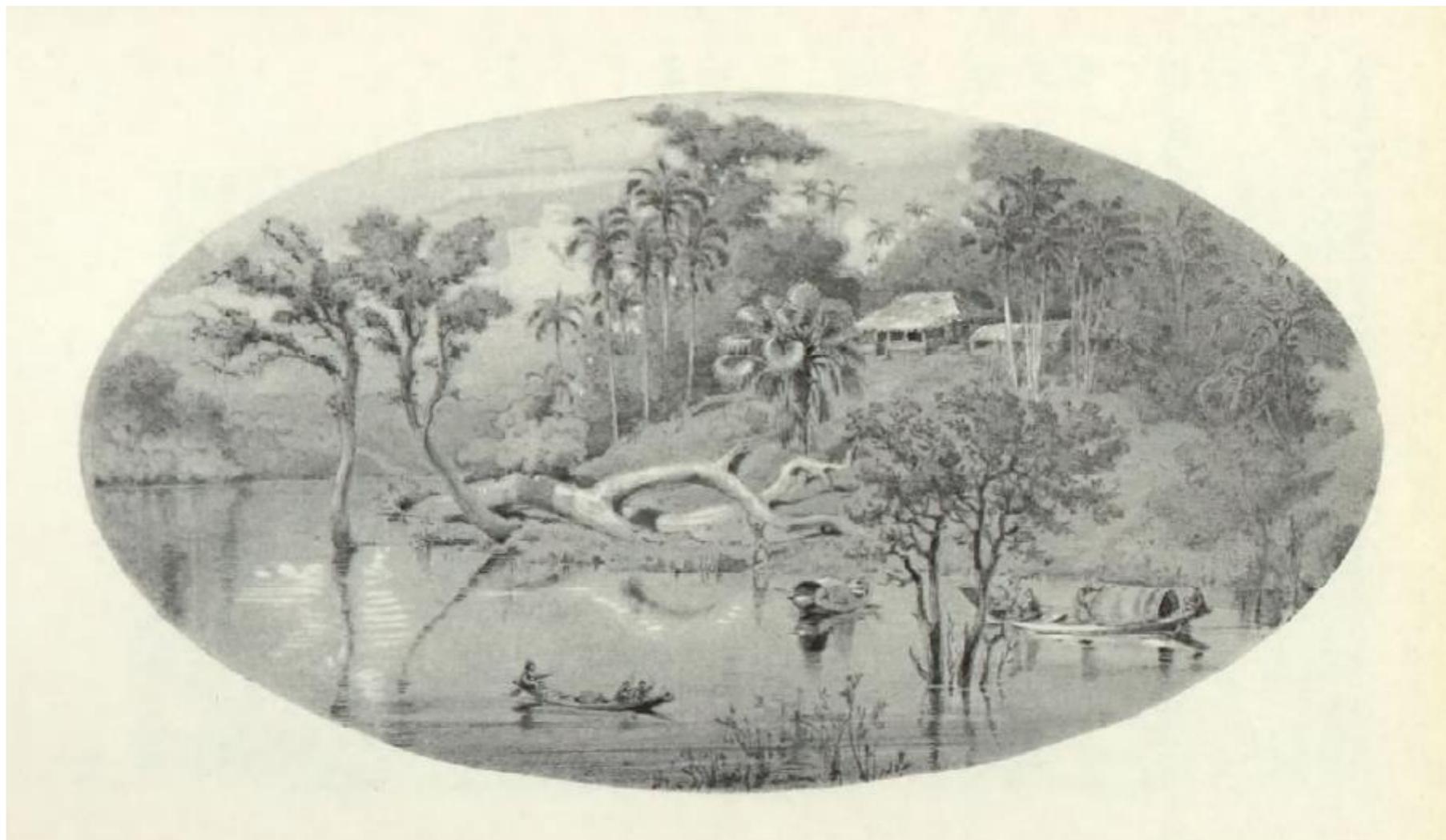
O catálogo contempla um levantamento da bibliografia utilizada, bem como outras mídias e documentos que fizeram parte da Exposição Amazônia brasileira. Segundo Reis, este catálogo é feito como um instrumento de utilidade pública para os mais diversos campos de conhecimento e agentes sociais, em busca de revelar “realidades” da região amazônica, torna-se bastante interessante o conhecimento do seu conteúdo para podermos compreender o que se produzia acerca da Amazônia neste momento, quais autores eram considerados de referência e o que conteúdos estavam inseridos nessas obras. Ao mesmo tempo, nos permite analisar as “visões” que os pesquisadores do Centro Sul possuíam sobre a Amazônia. Havia, portanto, a busca por conhecer a “verdadeira” Amazônia, como podemos observar. Conhecer a Amazônia, enquanto espaço constituído de história, de cultura, seu cotidiano, “usos e costumes”, foi o desafio enfrentado pela exposição. Envolvida de todos esses elementos, a Amazônia precisaria, então, superar a visão mística da grande selva, para ser caracterizada como região onde é possível desenvolver o “progresso”.

Havia por parte do Regime Militar um esforço no intuito de mostrar a região amazônica como espaço promissor para investimentos, deste modo, atrair grandes empresários e convencer os investidores se transformou em uma das metas. A própria Exposição Amazônia brasileira é vista aqui como uma das ações do Estado que vem com objetivo de mostrar a Amazônia como região próspera aos

⁴⁶³ REIS, Artur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1969, p. 09.

investimentos, natureza próspera para exploração e população passível de mudança para a aquisição de hábitos considerados “civilizados”.

Figura 10 – Keller-Leuzinger, Franz – Sítio em Lago de Puraque – Coará zur Erinnerung an unsere Fahrt auf dem Amazonas.



Fonte: Catálogo da Exposição Amazônia brasileira.

A moradia ribeirinha, o cotidiano dos rios cortados pelas canoas e barcos, a densa floresta com árvores nativas como o açaí, os mistérios dos rios e toda curiosidade e estranheza capazes serem despertadas com informações da existência, por exemplo, de um “peixe-elétrico” como o poraquê, são elementos que compõem paisagens peculiares da Amazônia. Esses elementos somados contribuíram para compor um imaginário sobre a região que permaneceu enquanto elemento característico da Amazônia. Desvelar esse imaginário se constituiu em uma das missões que o Regime Militar tomou para si, para isso, mitos e lendas deveriam ficar para trás, enquanto que o potencial econômico da região que iria integrá-la ao país era objeto de divulgação e propaganda.

A obra do alemão Franz Keller-Leuzing (1835-1890), “Sítio em Lago de Puraque”, reforça os discursos do Regime Militar, pois na obra é possível perceber a perspectiva teórica do autor, como segue:

Conforme sugere o sociólogo Demétrio Magnoli (1958), nesse tipo de representação de orientação naturalista, olhar científico e artístico se encontram na confluência entre o deslumbramento frente a uma natureza indomada e a vontade de alcançar o conhecimento necessário para dominá-la. O ideal de precisão descritiva na representação das cenas será sempre valorizado⁴⁶⁴

Leuzing em viagem pelo Amazonas revela.

[...] um grande interesse por elementos típicos relativos à topografia, à vegetação, às frutas, às embarcações - como as jangadas e canoas - e principalmente às populações indígenas. O desenhista registra suas habitações e costumes, além de peças arqueológicas, como as inscrições gravadas que encontra no rio Madeira, sempre buscando o máximo de detalhamento⁴⁶⁵.

O interesse do Regime Militar na seleção das imagens e das obras, que compuseram o catálogo e fizeram parte do que foi exposto, revelam interesses diversos em tratar a região como espaço de grande interesse que precisava passar por alterações, principalmente, no campo da economia, pois as mudanças seguintes levariam à ocupação e desenvolvimento.

⁴⁶⁴ FRANZ Keller-Leuzinger. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21627/franz-keller-leuzinger>>. Acesso em: 04 de Abr. 2021. Verbete da Enciclopédia.

⁴⁶⁵ Ibid.

3.3.2. – Apresentação do Catálogo da Exposição Amazônia brasileira: sociedade

Para o governo militar, interessado na implantação dos planos de desenvolvimento, as sociedades locais eram vítimas das condições determinadas⁴⁶⁶ pela natureza, assim, por vezes, eram interpretadas a partir das suas relações com o ambiente natural. As cidades eram avaliadas a partir do grau de características que retratavam aspectos de modernidade, acesso a serviços e bens de consumo típicos dos grandes centros, porém isso se limitava a espaços pontuais, como, capitais (Belém e Manaus), alguns centros urbanos do interior, vilas e cidades planejadas, etc. O campo, de maneira geral, era descrito como espaço de domínio da natureza sob o “homem”, sejam os caboclos (ribeirinhos), sejam os povos nações indígenas, os grupos remanescentes de quilombos, os migrantes que se fixaram advindos para a coleta da seringa, e outros.

Ferreira Reis segue a linha de reflexões que coloca a natureza como determinante para o baixo “grau” de desenvolvimento da região. Contudo, era preciso descrever essas populações como passíveis de mudança, capazes de alcançar graus considerados “evoluídos” de relações, por conta disso, as indagações sobre as populações tradicionais possuírem ou não certo grau de “civilização”.

Do mesmo modo, essas sociedades que se encontravam em condição de “atraso” poderiam, por meio das transformações advinda com os investimentos privado e público, se desenvolver. O “homem de negócio” era chamado a cumprir uma missão, para com a população “atrasada”, uma vez que o Regime Militar estaria fazendo sua parte. Assim, Reis considera que os investidores devem ser “homens” de “princípios”, empreendedores corajosos, não apenas preocupados com o aumento de suas riquezas, mas também com a soberania nacional, como consequência esses iriam promover melhorias às populações locais, e segue afirmando:

⁴⁶⁶ Conforme Raymond Williams em seu aspecto popular moderno, aqui considerado como característica que permeia os discursos sobre desenvolvimento da Amazônia, se dá na perspectiva de que a natureza se põe como condição determinante que levaria as populações à ruína. O determinismo nessa perspectiva “ficara associado às condições mais gerais da vida, seja biológica, seja econômica. Esses processos gerais podiam estar no interior do conhecimento humano, mas estavam além do controle do homem; suas trajetórias eram fixas.” Ver: WILLIAMS, Raymond. *Op. Cit.*, p. 139.

Hoje, como ontem também, permitindo que sobre o espaço, que representa e constitui, até os tempos que vivemos, uma área por ocupar na densidade demográfica e na ação construtiva social, que desafia capitais, técnicas e humanidades viçosas, ocorram apetites, que uma política objetiva do Estado pode evitar que se transforme em região perigosa no que pode resultar para a segurança nacional.⁴⁶⁷

Concepções como “Integrar, para não entregar” ganhavam espaços. A cobiça dos países estrangeiros sobre a Amazônia era considerada fator de ameaça, portanto, a integração nacional era posta como questão importante que só poderia ser resolvida a partir de esforços das elites conservadoras. Integrar e ocupar a Amazônia tornaram-se quase que sinônimos. Ferreira Reis remete a ideia recorrente de a região se constituir enquanto “vazio demográfico”, esse discurso serviu de mote para justificar os investimentos em políticas de migração.

É sabido que “[...] a população amazônica do século XX foi extremamente influenciada pelo movimento migratório induzido pelos ciclos gomíferos”⁴⁶⁸, as ondas migratórias possibilitaram choque e trocas culturais significativos, que ajudam a compreender o mosaico das relações culturais somadas por influências advindas, principalmente, da região nordeste, que se mesclaram as vivências e manifestações das populações caboclas.

Por vezes, haviam argumentos dos que defendiam as políticas migratórias, por considerar o caboclo, os indígenas e os demais grupos sociais como incapazes de dar conta das demandas do trabalho “especializado”. Deste modo, a mão de obra qualificada vinha, principalmente, do Centro Sul e os trabalhadores “braçais” do Nordeste, cabendo as populações locais políticas assistencialistas que pouco consideravam suas capacidades de profissionalização e absorção no mercado de trabalho fora da economia extrativista. Apesar de em seus discursos, Ferreira Reis chamava atenção para a necessidade de qualificação profissional dessas pessoas.

Às populações indígenas é retomada o antigo discurso de que elas seriam manifestações “puras”, na perspectiva de que estavam beirando a condição de animais. Porém, Ferreira Reis não os classifica desta forma de imediato, buscando, dentro de um discurso de bases eurocêntricas, a possibilidade destes indígenas de galgar formas diferenciadas de viver, mais próximas as ideias de civilização e modernidade, como afirma:

⁴⁶⁷ REIS, Artur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1969, p. 8.

⁴⁶⁸ TRINDADE, José Raimundo Barreto e OLIVEIRA, Wesley Pereira. *Op. Cit.*, p. 36.

Suas populações indígenas, encontradas pelo europeu, seriam grupos em decadência, tendo constituído, em passado distante, frentes pioneiras das civilizações andinas, ou na verdade não teriam ultrapassado a fase tribal do aglomerado, em suas formas mais primárias institucionais?⁴⁶⁹

As reflexões intelectuais acerca das sociedades amazônicas foram alimentando os discursos de modo a trazer diversas reflexões, como por exemplo: o que é a Amazônia? E o que ela pode vir a ser a partir de então? Indagações feitas com o olhar de quem vê de fora e considera os hábitos e costumes indígenas como “primitivos”, conseqüentemente, do caboclo e ribeirinhos, vistos como herdeiros desses hábitos.

Os grupos humanos que viviam em sociedades na região são caracterizados em oposição aos que vinham vivendo em outras partes do país. Os indígenas, por vezes, reconhecidos “símbolos” da nação em suas “origens”, eram também percebidos como permanência do primitivo e que precisavam ter o contato definitivo com a “civilização”, pois estavam estáticos, por viverem em consonância com o período em que houve o “descobrimento”, conforme imagem 11.

Figura 11 – “Índio”.



Fonte: Catálogo da Exposição Amazônia brasileira.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 08.

Em analogias as sociedades andinas, Ferreira Reis desenvolve análises sobre as populações indígenas da Amazônia, ponderando que se no passado os andinos foram capazes de criar complexa organização social, como cidades, divisões políticas, espaços de educação, etc., não seria possível o mesmo ocorrer com os indígenas da Amazônia? e segue:

Os elementos materiais e espirituais da cultura que realizaram possuem, efetivamente, aqueles requisitos de perfeição, de beleza, que possam indicá-los como expressões positivas de um estado de civilização ponderável?⁴⁷⁰

As contradições presentes nos discursos ecoavam de diversas formas. As culturas das populações nativas foram questionadas, desde a sua possível existência, posto que a forma de viver dessas populações, contribuía para a região ser vista como “um lugar que carregava o estigma de selvagem”⁴⁷¹.

Haviam, portanto, posições conflitantes sobre as populações, já que ao mesmo tempo que vistas como heterogêneas, estas não poderiam ser descartadas como mão de obra, assim, já desde o primeiro Plano Quinquenal da SPVEA,

[...] A heterogeneidade amazônica é ressaltada, o conceito da valorização é estendido aos aspectos ambientais, sociais, culturais além dos econômicos [...] reivindica-se instrumentos de ação específicos para as regiões⁴⁷²

Porém, a exaltação dessas populações se fazia necessária como forma de atrair os investidores, posto que esses seriam a mão de obra utilizada e disponível, constituída, da junção entre as populações nativas mais as populações de migrantes, que culminava em trocas culturais. Por conta disso, era necessário direcionar os investidores para a perspectiva de que essas populações poderiam assimilar “civilização”, pois apesar de sua “cultura”, haviam até aquele momento coexistindo. Contudo, era preciso seguir atrás dos “benefícios do progresso e da modernidade”⁴⁷³, por meio do desenvolvimento econômico planejado.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 08.

⁴⁷¹ BARBOSA, Mário Médice. *Op. Cit.*, p. 49.

⁴⁷² MENDES, Armando Dias. *Op. Cit.*, p. 79.

⁴⁷³ Ibid., p. 46.

CAPÍTULO 04 – EXPOSIÇÃO AMAZÔNIA BRASILEIRA: NATUREZA E SOCIEDADE

Iniciada em dezembro de 1969, a Exposição Amazônia brasileira pode ser caracterizada como uma das últimas iniciativas governamentais de pré-execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs).

Na exposição, obras traziam reflexões sobre o “problema” Amazônia e o que fazer para solucioná-lo. Os autores assumiam a perspectiva da modernização conservadora; muitos deles eram membros das Forças Armadas com altas patentes, e, ainda, políticos e intelectuais que compunham quadro funcional de universidades e outras instituições de pesquisa, por vezes, assumiram cargos administrativos, como Ferreira Reis, por exemplo.

Uso da técnica para exploração e produção, mão de obra migrante para povoar a região com políticas de colonização voltadas, principalmente, para a agropecuária, foram considerados iniciativas importantes para resolver em suas bases alguns dos “problemas” da Amazônia a partir da Operação Amazônia.

A análise dos autores e obras nos possibilita compreender melhor determinadas medidas adotadas pelo Regime Militar, bem como as justificativas utilizadas a fim de atrair os investidores e colocar em prática os planos de desenvolvimento.

A seleção das obras, autores e seus conteúdos que compuseram a Exposição Amazônia brasileira indica as bases conceituais que vão culminar na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento. A proposta do Regime Militar em investir em intelectuais que tratavam sobre a Amazônia reforça o empenho para conseguir apoio empresarial e social para agir e “modificar” a situação da região.

4.1. - Natureza na Exposição Amazônia brasileira

No primeiro tópico do catálogo “Bibliografias e Catálogos”, está inserida a obra “A Cartografia da região amazônica. Catálogo Descritivo (1500-1961)”. O tópico, que abrange cinco séculos, foi publicado no ano de 1963 pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e contém um total de 1428 (mil quatrocentos e vinte oito) páginas de um estudo abrangente da região amazônica, incluindo os estados do Mato Grosso e Goiás.

Nesse catálogo, Isa Adonias, por exemplo, expõe mapas contendo descrições detalhadas de diversas localidades ribeirinhas⁴⁷⁴, os quais nos ajudam a compreender os usos dos rios em diversas temporalidades: conhecer a cartografia da Amazônia se constituía em elemento importante para saber onde e como atuar, por quais caminhos seguir para escoar a produção, etc.

Os “manuscritos e bibliografias” de Alexandre Rodrigues Ferreira, publicados em 1952, pela Biblioteca Nacional, também fizeram parte da exposição. Ferreira era um naturalista luso-brasileiro fortemente influenciado pelas ideias iluministas, que, nos finais do século XVIII, percorreu o Pantanal brasileiro e a Amazônia por quase dez anos. Por meio de expedições (conhecidas como Viagens Filosóficas) que tinham por objetivo explorar as riquezas no interior da colônia portuguesa, teve muitos contatos com as comunidades indígenas. Em seus catálogos estão contidas memórias acerca da natureza biofísica (fauna, flora, minérios, clima, etc.) da região amazônica, bem como de sua geografia⁴⁷⁵. Acerca das obras de Alexandre Ferreira, afirma-se que

A obra de Alexandre Rodrigues Ferreira permaneceu 2 séculos sem ser publicada! Daí não se pode falar de influências de sua obra sobre os outros naturalistas. Os manuscritos foram inventariados, em 1876-9 e 1951, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁴⁷⁶

Apesar de as obras de Ferreira não terem tido uma forte influência entre os naturalistas nos dois séculos em que ela não foi publicada, na década de 1950, houve um interesse acerca de sua publicação

1951 – Em 4 de junho o Congresso Nacional aprova o Projeto nº 560, liberando verbas parceladas em cinco anos para impressão das obras completas de Alexandre Rodrigues Ferreira, a cargo do Ministério da Educação e Saúde. A Biblioteca Nacional fornece então um novo ‘catálogo dos documentos de Alexandre Rodrigues Ferreira

⁴⁷⁴ PORRO, Antônio. Introdução. In: NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará as últimas colônias do sertão da província (1768)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 17.

⁴⁷⁵ COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *Hist. cienc. saude*, Rio de Janeiro, v. 8, supl. p. 993-1014, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 mai 2017.

⁴⁷⁶ PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A invenção da Natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000., p. 91.

existentes nesta instituição e uma achega bibliográfica dos trabalhos já publicados e das obras sobre êle escritas⁴⁷⁷

A publicação e divulgação das obras de Alexandre Ferreira pela Biblioteca Nacional coincide com o primeiro ano de Governo de Getúlio Vargas, agora eleito democraticamente. Vargas, como dito, demonstrou crescente interesse pela região amazônica no “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado em Manaus-AM, no ano de 1940. A criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) em 1953⁴⁷⁸ revela os interesses de Vargas, que influenciou, por vezes, as políticas de desenvolvimento e possibilitou a inserção das obras de Alexandre Ferreira na exposição de 1969.

No tópico do Catálogo da Exposição Amazônia “Enciclopédias e Dicionários”, encontramos a “Enciclopédia dos municípios brasileiros”, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 1957. A maior parte da obra é dedicada ao Nordeste e Centro Sul. A seção referente à região Norte traz menos informações, se comparada às demais regiões; a escassez de pesquisas e a dificuldade de acesso a elas podem ter contribuído para isso. Ainda nas notas introdutórias dessa enciclopédia, encontramos informações sobre o “Panorama sócio-econômico” descrito por Jurandy Pires. Algumas informações ajudam-nos a ter uma melhor compreensão do pensamento com relação à natureza amazônica naquele momento, como a seguinte:

Em verdade, longe daquele conceito ufanista que embalou o romantismo de nossos avós, no Brasil a natureza não foi dadivosa, mas, pelo contrário, as grimpas da Serra do Mar barraram-lhe a penetração do hinterland; o clima, por outro lado, estigmatizara o seu destino que pôde ter surtos de progresso mas na desumana civilização à base da escravatura. Entretanto logo que os abalos resultantes da abolição sacudiram os alicerces econômicos do país, houve, por assim dizer, um colapso na velha estrutura. Contudo, encaminhou-se o esforço do homem daí em diante para uma nova civilização de que nos orgulhamos pelas esplêndidas conquistas realizadas no terreno econômico, social e político. Poderíamos, pois, inverter o problema: não nos ufanamos de nossa terra castigada por um solo ingrato, dramatizada nos aguaceiros do Norte, despojada no Nordeste de seus cursos d'água, assolada por inundações, resultantes do desnudamento impiedoso do solo, e infestada pela série trágica das endemias rurais, mas ufanamo-nos, evidentemente, de um povo que tem vencido a Natureza agreste com um heroísmo

⁴⁷⁷ Ibid., p. 92.

⁴⁷⁸ Ver: SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*, p. 2012.

épico, cravando no solo brasileiro os alicerces impressionantes de sua civilização⁴⁷⁹

Destarte, podemos observar que a natureza brasileira é mais um “atraso”, “empecilho” à “civilização”, que vem em oposição ao “homem” que resiste como um herói, cuja missão é “civilizar”. Por essa razão, a noção de civilização, em oposição à natureza, retorna no sentido de convencer as populações de que, para a superação e progresso da nação, seria necessário que cada povo de cada região buscasse maneiras de superar os “entraves” postos pela natureza, portanto, a sujeição da natureza está diretamente relacionada ao progresso da sociedade brasileira.

O extrativismo criticado por ser considerado modelo de economia ultrapassado ainda era o principal mecanismo de circulação de trocas comerciais na região; essa permanência, por vezes, fora associada ao solo, como segue:

Apesar disso a riqueza da Amazônia, ainda, se baseia no látex e na juta, esta última pelo vale do Rio Prêto e nas manchas acentuadas próximas à fronteira Norte do Brasil. É que o solo exuberantemente carregado de humos não oferece, entretanto, defesas ao carreamento pelas enxurradas quando despido da mata que o protege. Quando se realiza uma derrubada para formar uma clareira para uma exploração agrícola, a matéria orgânica que cobre o solo se curte ao sol, desprendendo o cheiro característico. Mas em pouco tempo é carregada pelas chuvas descobrindo o suporte arenoso onde se assenta.⁴⁸⁰

Por meio da técnica o solo poderia ficar propício à pecuária, por exemplo, como no Pará.

[...] Neste mesmo relatório, as invernadas de Paragominas constituem um exemplo da superioridade dessa pastagem... Os bovinos aí entrados em condições lamentáveis... magros e crivados de bernes, engordam e perdem êsses parasitos, ao fim de 4 a 5 semanas.⁴⁸¹

Não por acaso, o Brasil tinha “mais de 84 milhões de cabeças de gado bovino, o que nos coloca em 3º lugar no mundo [...]”⁴⁸², assim, havia expectativas para o crescimento do comércio bovino.

⁴⁷⁹ BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Região Norte. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_1.pdf> acesso em 09 mai 2017.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 44.

⁴⁸¹ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 14.

⁴⁸² CASTRO, Felipe. *Op. Cit.*, p. 26.

O General Peri Beviláqua, no artigo “Os planos do Instituto Hudson e o nacionalismo brasileiro”, demonstrava preocupações, como no campo da mineração. Para Beviláqua, era necessário assegurar a exploração por empresas nacionais, para isso as leis precisavam passar por reformulação:

Por imperativo de segurança nacional, urge criar na Constituição e na Lei, no Código de Minas, as defesas adequadas das nossas riquezas minerais; *é urgente reformar a ambos para que o Brasil continue a pertencer aos brasileiros.*⁴⁸³

O clima é outra questão problema que precisava ser entendida de modo a dar direcionamento para os planos de desenvolvimento, contudo as informações eram poucas e imprecisas:

Do estudo do clima da Amazônia pode-se concluir, numa observação geral, que está longe de ser bem conhecido. Contribuem para êste desconhecimento as deficiências do reduzido número de estações meteorológicas; vastas áreas, perfazendo centenas de milhares de quilômetros quadrados não possuem sequer simples postos pluviométricos ou termométricos. No Território do Acre, das três estações existentes, apenas a de Sena Madureira pode ser considerada eficiente, com um funcionamento regular e coleta de observações meteorológicas completas.⁴⁸⁴

Estudos dos solos e do clima foram cada vez mais demandados, posto que era preciso apontar “soluções” que permitissem viabilizar os investimentos, colocados como entraves ao progresso; as análises sobre esses componentes da natureza a colocavam como repleta de entraves ao desenvolvimento, seja pelos solos pouco férteis, que impediam o desenvolvimento da agropecuária, seja pelo clima, pouco conhecido, que dificultava a execução de obras, e mesmo o calor visto como “insuportável”, e outros.

Até agora o clima amazônico tem sido vítima de falsos e exagerados conceitos. A. R. W ALLACE, por exemplo, afirmou ser o clima da Amazônia dos mais saudáveis e amenos. Ao lado dêste autor, estudos diversos condenaram definitivamente a Região Amazônica em função do seu clima hostil, de seu calor insuportável, e de uma umidade elevada. Sem cair em tais excessos e após a análise dos dados meteorológicos obtidos, pode-se repetir como LE COINTE modificando uma frase de COUDREAU que "o clima da Amazônia é quente sem ser tórrido, muito úmido, debilitante e enervante sem ser essencialmente insalubre" capaz por conseguinte, de permitir o

⁴⁸³ BEVILÁQUA, Gen. Peri. Os planos do Instituto Hudson e o nacionalismo brasileiro. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968, p. 18.

⁴⁸⁴ Ibid., p. 55.

desenvolvimento de uma civilização estável e eficiente desde que se consiga estabelecer na região, depois do conhecimento da realidade climática da Amazônia, uma economia de base cujos principais produtos sejam favoráveis aos dois fatores locais preponderantes: calor e umidade.⁴⁸⁵

É importante notar, na citação acima, que a noção de “adequação” do progresso ao clima mostra-se como uma necessidade; o clima “caluniado” poderia permitir progresso e desenvolvimento, desde que a economia levasse em conta dois aspectos do clima: o calor e a humidade. Por mais que os discursos se direcionassem para a “dominação” dos aspectos naturais da região, o Regime Militar vai procurar adequar seus planos considerando esses aspectos; assim, o clima deixava de ser “hostil”, possibilitando o desenvolvimento econômico, desde que levada em conta suas condicionantes.

A “Enciclopédia dos municípios brasileiros” apontou possíveis soluções para que o calor seja suportável e possibilite o desenvolvimento, como segue:

Ao se tratar do clima da Amazônia, deve-se por em evidência que na aclimação do homem à região o nível de vida é muito importante, pois desde que este consiga meios técnicos, como roupas de tecidos leves, ar refrigerado nas habitações, e geladeiras, imediatamente deixa de sentir os rigores climáticos.⁴⁸⁶

A técnica resolveria o “problema” do clima, a vestimenta precisava ser adequada por meio da utilização de tecidos que permitissem a dissipação do calor; nas moradias e espaços de trabalho fechados o uso de refrigeradores seriam as soluções, bem como a utilização de geladeiras, que disponibilizariam água fria para o consumo, por conseguinte, amenização das temperaturas quentes.

Aspectos da natureza, como a diversidade de espécies da flora, foram tratados como outra questão problema: “É justamente a diversidade botânica que torna difícil e antieconômica a exploração da floresta”⁴⁸⁷. A diversidade e densidade da floresta dificultavam a entrada para regiões não exploradas, ao mesmo tempo em que dificultavam a derrubada para o setor madeireiro e a abertura de campo para a agropecuária.

Informações acerca do solo das regiões de terra firme, onde os projetos de colonização se desenvolveram, principalmente nas décadas de 1970, afirmam o

⁴⁸⁵ Ibid., p. 55-56.

⁴⁸⁶ Ibid., p. 56.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 56.

seguinte: “De modo geral, os solos das "terras-firmes" são bastante arenosos, ácidos e profundamente vulneráveis à lixiviação quando a floresta é destruída. Esta é a característica genérica dos chamados solos de terra-firme”⁴⁸⁸, outra análise dos solos que indica para dificuldades de implantação de projetos agropecuários. Contudo, isso não impediu que o Regime Militar divulgasse em propagandas que o solo era barato, abundante e fértil.

No setor de “Enciclopédias e dicionários” da Exposição Amazônia brasileira foi exposta a obra do escritor Raymundo Morais intitulada “O meu dicionário de cousas da Amazônia”, publicada no Rio de Janeiro em 1931. Essa obra contém os verbetes mais comuns da região (falares populares, fauna, flora, figuras históricas, etc), e fora considerada da seguinte forma:

Grande e maravilhoso esse Dicionario das cousas Amazônicas. A um só tempo linguístico, histórico, geográfico, biológico e social [...] um livro que todos devemos ler [...] para avaliar o imenso mar mediterrâneo de infinitos recursos e que bastaria para formar a pátria mais rica e famosa do mundo”⁴⁸⁹

Para a construção de uma nação rica e famosa, era preciso conhecer os “recursos naturais” “inesgotáveis”. Raymundo Morais tornou-se comandante de navios e vivia em viagens pela região. Por conhecer e pertencer a ela, sua compreensão vem no sentido de exaltação da natureza de uma maneira muito particular e poética: “num estilo declamado e sonoro divulgou a paisagem humana dessa região, flora, fauna, cultura indígena e mestiça, em quinze volumes apaixonantes”⁴⁹⁰. Raymundo Morais, em seu dicionário, define Theodor K. Grunberg como um dos “poucos homens civilizados que atravessaram o divisor de águas entre o Brasil e a Venezuela”⁴⁹¹; o pouco contato com pessoas “civilizadas” fora considerado fator de atraso.

As “revistas” que estiveram na Exposição Amazônia brasileira são da ABA (Associação Brasileira de Arquitetura), volume 1, do estado do Amazonas, publicada em 1969, e, ainda, três revistas voltadas ao setor do comércio: Revista Amazônica,

⁴⁸⁸ Ibid., p. 57.

⁴⁸⁹ RIBEIRO, João apud MORAIS, Raymundo. O meu dicionário de cousas da Amazônia. In: LARÊDO, Salomão. *Raymundo Morais na planície do esquecimento*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Belém, 2007, p. 45.

⁴⁹⁰ CASCUDO, L. da C. *Antologia do folclore brasileiro*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Global Editora, 2002, p. 111.

⁴⁹¹ MORAIS, Raymundo. *O meu dicionario de cousas da Amazônia*. 2 v. Rio de Janeiro: Alba, 1931, p. 147.

Revista da Associação Comercial do Amazonas e a Revista do Amazonas, todas editadas em Manaus. O tópico também traz o Boletim do Museu Emílio Goeldi de História Natural, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Amazonas e a Revista da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia).⁴⁹²

Na seção dos “jornais”, apenas um jornal é do século XX, o Jornal “Acreano”, os demais são publicações do século XIX: os jornais “O Argos”, “O Farol Maranhense” e “A Bandurra” (Maranhão, São Luís); o jornal “Estrella do Amazonas” (Amazonas, Manaus); o jornal “O Matto-Grosso” (Mato Grosso, Cuiabá); o jornal “A Matutina” (Goiás); o Jornal “O Sagitário” (Belém); jornal “Baixo Amazonas” e “A voz do Amazonas”, de Santarém (Pará).

A seção “Sociologia, economia e política” apresentou 114 (cento e quatorze) referências. O primeiro texto que destacamos é a obra de Charles Edmond Akers: o “Relatório sobre o Valle do Amazonas, sua indústria da borracha e outros recursos”, de 1913. Akers combatia, particularmente, o chamado “primitivismo” da forma como era empreendida a exploração do látex da borracha, incentivando a chamada *rubber plantations* em escala maciça, alheio à devastação ambiental que esta técnica vinha provocando nas colônias britânicas. A valorização das técnicas consideradas modernas e que há muito vinham sendo implantadas em países desenvolvidos opunha-se aos modelos de exploração que há muito haviam se consolidado na Amazônia; assim é considerada:

estranha a aparência de floresta intocada dos seringais parecia a pessoas acostumadas à natureza cientificamente dominada: propriedades rurais que pareciam blocos de solos expostos, periodicamente cobertos com monocultura⁴⁹³.

Akers, considerado um “expert”⁴⁹⁴ na promoção e materialização da técnica monocultora *rubber plantations*, a partir de 1912, promoveu processos de incentivos e usos de técnicas para a plantação “ordenada” das seringueiras na Amazônia, contanto com o apoio de 50 (cinquenta) proprietários de terras (a maioria estrangeiros). Mais tarde, “o estímulo oficial à monocultura beneficiou, na década

⁴⁹² Em pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; alguns dos materiais citados no Catálogo da Exposição Amazônia brasileira não se encontravam no acervo; existe a possibilidade de esses terem sido materiais emprestados.

⁴⁹³ BENTES, Rosineide. *A apropriação ecológica dos seringais da Amazônia e a advocacia das rubber plantations*. Revista de História 151, 2º - 2004, p. 133. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18988/21051>> Acesso 16 mai 2017.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 133.

seguinte, o Projeto Ford que implementou a monocultura maciça, devastando o meio ambiente”⁴⁹⁵. A monocultura considerada símbolo de exploração e produção moderna tinha que ser implantada.

Samuel Benchimol foi o autor da obra “O cearense na Amazônia”, publicada em 1944 e premiada pelo X Congresso de Geografia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1946. Esta obra também fez parte da exposição. Benchimol produziu diversas obras voltadas à questão do desenvolvimento econômico e social da Amazônia relacionadas às peculiaridades locais. Sua perspectiva acerca dos usos da natureza parte de uma visão de dentro, apontando para a necessidade de uma compreensão maior da região e de suas populações, pois somente a partir disso poderiam ser implantadas políticas de desenvolvimento eficientes⁴⁹⁶.

O pronunciamento, feito em 1951, pelo ex-presidente e então deputado federal Arthur da Silva Bernardes, o qual recebeu o título de “Internacionalização da Amazônia com o disfarce do Instituto Nacional da Hiléia”, é outra referência apontada no catálogo da Exposição Amazônia. Em seu discurso nacionalista, Bernardes destaca a hileia amazônica como sendo “o conjunto das florestas tropicais que cobrem as Bacias do Rio Amazonas e de seus 14 afluentes, desde os Andes até o Oceano”⁴⁹⁷. Em seguida, denuncia que

com o pretexto da criação de um instituto, entrega-se-lhe toda a vasta Região Amazônica, precisamente quando as nações imperialistas perdem suas colônias e, ávidas de matérias primas, voltam-se para os espaços vazios do planeta⁴⁹⁸.

Havia uma preocupação diante da possibilidade de outros países terem acesso livre às “riquezas” da região. Por essa razão é que estavam utilizando-se de estratégias como a criação, em 1946, do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), proposta na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (Unesco), ocorrida em Paris.

⁴⁹⁵ Ibid., p. 133.

⁴⁹⁶ ALVES, Anna Walléria Guerra. *O desafio da sustentabilidade amazônica sob o olhar do amazonense Samuel Benchimol*. Disponível em < http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_anna_w_guerra_alves.pdf > Acesso em 16 mai 2017.

⁴⁹⁷ BERNARDES, Arthur da Silva. *Internacionalização da Amazônia com o disfarce do Instituto Internacional da Hiléia*. Conferência no Clube Militar, em 27 de junho de 1951. In: SOUZA, Izabela Medeiros de (Org.). *Discursos Selecionados do Presidente Artur Bernardes*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2010. Disponível em < http://funag.gov.br/loja/download/736-Discursos_Selecionados_do_Presidente_Artur_Bernardes.pdf > Acesso em 16 mai 2017, p. 13.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 13.

Os objetivos do IIHA era congregar os países da América Latina, Europa e Estados Unidos: “a discussão se deu no momento em que a Unesco se tornou um fórum privilegiado da discussão acerca da destinação social da ciência em regiões periféricas, após a Segunda Guerra Mundial”⁴⁹⁹. Os temas centrais, definidos sob influência das consequências do conflito mundial, foram “fome, refugiados, desequilíbrios ambientais e desigualdades socioeconômicas”⁵⁰⁰.

O IIHA tornou-se um dos principais projetos da Unesco, com reuniões em Belém, em Iquitos (Peru) e em Manaus, porém sofreu resistência quando chegou ao Congresso Nacional, em 1952. Em contrapartida o Governo Federal criou o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), em 1951, ou seja, antes da chegada da proposta ao Congresso.

Arthur Bernardes foi o maior crítico à materialização do IIHA por considerá-lo promovedor de uma situação em que “nunca perigo tão grave ameaçou a nossa integridade territorial e a nossa soberania como o desse Convênio”⁵⁰¹, logo, sendo um “convênio que não passa de um instrumento farisaico, destinado a facilitar a apropriação do que é de outros”⁵⁰².

A cobiça internacional mirava as “riquezas” existentes na Amazônia, era preciso defender o território, integrar e utilizar os “recursos naturais” em proveito do Brasil; para isso, Bernardes não poupou críticas ao IIHA como segue:

Só uma estranheza e uma dúvida permanecem no exame desta matéria: ou as nações européias já menosprezam a Doutrina de Monroe, ou, o que custa crer, contam com a solidariedade dos Estados Unidos na prática desse ato, que outros chamariam de pirataria disfarçada⁵⁰³

Críticas à Doutrina Monroe⁵⁰⁴ revelam preocupações diante das políticas imperialistas adotadas pelos países desenvolvidos, que, por ventura, estariam se

⁴⁹⁹ MAIO, Marcos Chor e MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. O debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica no Congresso Nacional (1948-1951). In: ALVEZ, José Gerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, p. 288.

⁵⁰⁰ *Ibid.*, p. 288.

⁵⁰¹ BERNARDES, Arthur da Silva, *Op. Cit.*, p. 17.

⁵⁰² *Ibid.*, p. 17.

⁵⁰³ *Ibid.*, p. 17.

⁵⁰⁴ Esta doutrina, expressa pela primeira vez em 1823 e subsequentemente repetida e elaborada pelos governos dos EUA, manifestava hostilidade a qualquer outra colonização ou intervenção política de potências europeias no hemisfério ocidental. “Mais tarde, isto passou a significar que os EUA eram a única potência com o direito de interferir em qualquer ponto do hemisfério, A medida que os EUA foram se tornando mais poderosos, a Doutrina Monroe foi sendo encarada com mais

reunindo para internacionalizar a região, assim era considerada perigosa a implantação do IIHA, ademais:

Todos eles são interessados em inocentar-se do desastre a que levaram o Brasil, encarando o Convênio apenas por seu lado cultural e científico. Nenhum deles o considerou por seus aspectos mais importantes, que são o jurídico e o político, precisamente os dois que, no caso, mais interessam à Nação.⁵⁰⁵

As possibilidades de perdas da autonomia jurídica e política sobre a Amazônia eram as maiores ameaças à soberania. A Amazônia, considerada espaço ainda não integrado, necessitava de intervenção por parte dos setores competentes para a modernização da região e, por conseguinte, para o acesso da população à “civilização”; conhecer a natureza e modificá-la eram apontando como algo fundamental, assim, Bernardes prossegue:

Examinado pelo aspecto cultural e científico, não há divergências entre nós: somos, todos, acordes em reconhecer que é necessário cuidar da Amazônia, saneando-a, povoando-a, e desenvolvendo-a economicamente para melhorar as condições de vida de suas populações e integrá-las num grau de civilização compatível com o estado social do nosso tempo e com a própria dignidade da pessoa humana.⁵⁰⁶

As definições de “cuidado” relacionado à região foram associadas à inserção de aspectos considerados de “modernidade”: o domínio sobre o ambiente natural, o povoamento, e o desenvolvimento econômico, desde 1951, com Arthur Bernardes, são elencados enquanto necessidades para a integração. Portanto, as propostas do IIHA “pelo prisma jurídico, o Brasil seguramente, terá perdido ali o seu território e a sua soberania”⁵⁰⁷. Esses mecanismos de dominação territorial foram apontados como prática recorrente entre os países desenvolvidos, pois “assim quem se jogam o destino dos povos adormecidos”⁵⁰⁸.

Diante da ameaça de perda da soberania da região, a Amazônia passa a ser exaltada no discurso de Arthur Bernardes como uma região de sagrada relevância à nação, portanto, não pode ser alienada dos brasileiros para uso de países

seriedade pelo” Estados europeus. HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 42.

⁵⁰⁵ BERNARDES, Arthur da Silva, *Op. Cit.*, p. 17.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 17.

⁵⁰⁷ *Ibid.*, p. 18.

⁵⁰⁸ *Ibid.*, p. 21.

estrangeiros, que em nada contribuíram, até então, no desenvolvimento do país e da região em particular, como segue:

De qualquer forma, porém, a Amazônia estará perdida para nós, se o Convênio sobre a Hiléia for ratificado. Esse Convênio é um documento em que a Unesco simula dar alguma coisa aos Estados amazônicos, mas em que tira deles para dar aos não amazônicos. E a nossa situação jurídica é a de quem, sendo único senhor e possuidor de 3 milhões e quase 500 mil quilômetros quadrados de um território que é sagrado, renuncia a exclusividade do seu domínio e posse para partilhá-lo com 60 nações que nunca nos deram nada.⁵⁰⁹

Os discursos de Arthur Bernardes foram fundamentais para o fracasso do IIHA, citando inclusive a não necessidade da implantação deste instituto, visto que já existia o

Instituto Agrônomo do Norte, órgão centralizador de toda ordem de pesquisas econômicas sobre a Hiléia, que dispõe de magníficas instalações e um corpo regular de agrônomos e químicos dedicados ao estudo dos problemas neotrópicos⁵¹⁰.

O desconhecimento da região era uma ameaça, muitas das vezes, associada enquanto situação capaz de levar a perda da soberania, diante da cobiça dos países estrangeiros.

A publicação “Perspectivas do Primeiro Plano Quinquenal e concepções preliminares da Valorização Econômica da Amazônia”, de 1954, produzida pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), chama atenção para a “imediate civilização das áreas interiores ou de fronteiras”⁵¹¹, novamente, sob justificativa de que se tratava da possibilidade de perda de soberania.

Neste, foram elencados “os obstáculos que detém os passos da civilização no vale”⁵¹², quais sejam os seguintes: problema alimentar; o problema da produção de matérias primas e sua industrialização; o problema do transporte; o problema da

⁵⁰⁹ Ibid., p. 21.

⁵¹⁰ Ibid., p. 22.

⁵¹¹ SPVEA. *Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização econômica da Amazônia*. Belém, 1954. Disponível em <<http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/biblioteca/arquivos/PlanoQuinquenal-doc-02928320140903115431.pdf>> Acesso em 18 mai 2017, p. 3.

⁵¹² Ibid., p. 5.

distribuição do capital; o problema da saúde; o problema do nível cultural; o problema da recuperação das produções extrativas.

O problema da produção de alimentos está relacionado, no plano quinquenal, ao uso de técnicas agrícolas para o trato do solo, pois se deve atentar, também, para “a escolha de plantas próprias às condições naturais do seu meio físico”. As condições do solo exigiram adaptações que levaram à constatação de que não poderiam ser utilizadas qualquer espécie. A pecuária era outra questão considerada relevante; o incentivo ao consumo de carne bovina se deu no intuito de “alteração desses hábitos”⁵¹³, havia, portanto, a associação entre os hábitos alimentares das populações da Amazônia como determinante para o “atraso” social ao qual viviam.

O 1ª Plano destaca que “a produção de matérias primas pode alcançar um mais rápido desenvolvimento e sucesso na exploração dos recursos naturais da Amazônia”⁵¹⁴, cabendo ao INPA a função de desenvolver estudos para a devida exploração desses recursos. No tópico referente aos “Recursos Naturais”, destaca-se a necessidade de que os recursos tecnológicos para intervenção e uso da natureza da Amazônia “necessitam ser adaptados e desenvolvidos em instituições da região voltados aos seus problemas peculiares”⁵¹⁵, pois a tipicidade dos elementos advindos da natureza da Amazônia demandava tal conhecimento. Ao partir de dentro da região, as possibilidades de “avanços” ficariam facilitadas. Por isso, seria relevante a

aplicação dos conhecimentos dos diversos campos da ciência aos problemas da região [...] estudar e desenvolver as espécies vegetais e animais mais adequadas à região [...] atividades necessárias a apoiar indústrias para a transformação de seus recursos naturais⁵¹⁶

O fomento à pesquisa é demandado, pois “isso tem sido feito de maneira incipiente e desorientada pelo INPA [...] é necessário o estabelecimento de uma instituição específica”⁵¹⁷, e, com isso, conhecer a natureza para melhor explorar; deste modo, se deram os investimentos em pesquisas, na reestruturação das instituições existentes e criação de novas, a fim de criar equipes especializadas em resolver os problemas da exploração dos “recursos naturais”

⁵¹³ Ibid., p. 6.

⁵¹⁴ Ibid., p. 7.

⁵¹⁵ Ibid., p. 24.

⁵¹⁶ Ibid., p. 25.

⁵¹⁷ Ibid., p. 25.

levantamento dos recursos naturais – o conhecimento qualitativo e quantitativo dos recursos naturais da região exige um trabalho sistemático de grandes proporções. O conhecimento atual provém de uma série de trabalhos esparsos e desarticulados, constituindo o seu conjunto uma perfeita colcha de retalhos. Neste setor é necessário a criação de uma instituição específica⁵¹⁸

Programas voltados para o fomento à pesquisa foram criados e atrelados a instituições como as universidades; assim criam-se programas como o do “Trópico úmido”, por exemplo.

O padre português José de Souza Betencourt teve seu texto “Aspecto demográfico-social da Amazônia brasileira”, publicado em 1960, inserido na Exposição Amazônia brasileira. Seus argumentos defendem que na Amazônia a “ocupação não poderá ser improvisada [...] Os tempos são outros[...]”⁵¹⁹. A difusão das tecnologias de exploração dos componentes da natureza e a produção em indústrias permitiram o aumento significativo de bens de consumo; esse modelo deveria ser aplicado a Amazônia.

Para Betencourt, o erro estava no seguinte: “[...] Tôdas as soluções que se procuraram para aquêle problema brasileiro sempre fracassaram pela base: adaptar o homem a uma natureza inóspita”; seria então necessário adaptar a natureza por meio da técnica para o “homem”; esse processo de adaptação só teria sucesso caso se constituísse em um empreendimento nacional, com apoio da população brasileira; assim sendo, “[...] Muito embora as várias correntes, há no entanto uma que por sua origem deve interessar: a que parte do princípio de se encontrar uma solução brasileira para um problema nacional.”⁵²⁰

João Walter Andrade escreveu o artigo “SUDAM, atividades de 1968”, neste afirmou que haviam “ilhas” de modernidade, “civilização” e “progresso”, em cidades como Belém e Manaus,

nascida e desenvolvida em pleno coração da selva Manaus é a capital que representa, com maior grau de autenticidade as grandezas e as vitórias conquistadas e consolidadas sôbre as asperezas fisiográficas da região⁵²¹.

⁵¹⁸ Ibid., p. 25.

⁵¹⁹ REIS, Artur César Ferreira. Prefácio. In: BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 7.

⁵²⁰ CÂMARA, Geraldo. Amazônia quer solução brasileira para problema nacional. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967, p. 34.

⁵²¹ ANDRADE, João Walter. *Op. Cit.*, p. 2.

A cidade de Manaus era considerada modelo a ser replicado a outras regiões. Havia a perspectiva de que, em determinado momento, a população teria que “despertar” para o “desenvolvimento”, como ocorrido em Manaus “[...] Poucas comunidades na Amazônia poderão oferecer, mais do que esta, o espetáculo impressionante de um povo afinal despertado para o desenvolvimento. É confortador presenciar o desabrocha de uma esperança.”⁵²². Era como se as populações estivessem vivendo uma “não-realidade”, por isso, encontravam-se em “sono”, “letargia”; porém, a partir das novas mudanças, haviam sido “despertados” para a civilização, assim sendo, novos “avanços” seriam possíveis.

Ferreira Reis via a região como espaço que poderia ser bem aproveitando pela sua dimensão territorial e pela sua composição biofísica. Afirmava: “[...] não é possível, nem certo, que um mundo tão grande e tão rico permaneça sem aproveitamento econômico e demográfico”⁵²³. O Regime Militar, por diversos meios (principalmente midiáticos), levou o “problema” Amazônia a se tornar foco de debates. As sociedades e a natureza foram analisadas, obstáculos foram apontados, soluções foram elaboradas.

Chopin Tavares Lima, no artigo “A integração da Amazônia: tarefa urgente da nacionalidade brasileira”, reforça as reflexões antagônicas com relação à Amazônia, considera seus elementos biofísicos fundamentais para descrever a região:

Em termos fitogeográficos, a Amazônia é a vasta região de mais de 4 milhões de quilômetros quadrados em que predomina a impressionante, umbrosa e quase impenetrável Hiléia de Humboldt [...] ⁵²⁴

É interessante notar que, por vezes, os argumentos se desenvolvem com bases na junção de reflexões científicas junto de reflexões embebidas de misticismo. A Amazônia analisada por meio da técnica era descrita como “impressionante”, “umbrosa” e “quase impenetrável”. Ocorriam junções de análises “científicas” com romantizadas e/ou depreciativas.

As interpretações acerca da natureza da Amazônia eram formadas por diversos discursos, com predominância de duas perspectivas: de apologia, que exalta o solo “fértil”, a hidrografia, a diversidade de flora, o clima, etc; outra,

⁵²² Ibid., p. 35.

⁵²³ REIS, Artur César Ferreira. Prefácio. In: BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 8.

⁵²⁴ LIMA, Chopin Tavares. *A integração da Amazônia: tarefa urgente da nacionalidade brasileira*. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968, p. 55.

depreciativa, que direciona a necessidade dos usos da técnica para “transformar” a região “selvagem”, “obscura”, “difícil de adentrar”. Contudo, todas as interpretações precisavam convergir na perspectiva de que os usos da técnica, as mudanças, seriam seguras e traçariam os caminhos do desenvolvimento econômico e integração nacional.

A floresta, vista predominante das paisagens amazônicas, ia se constituindo como um dos principais objetos de análises, muitas delas demasiadamente dicotômicas. A floresta é a “selva”, influencia o homem a ser “selvagem”, em oposição ao que era considerado “civilizado”, pois permanece numa vida “rudimentar”, coletando os produtos da floresta, da caça, da pesca, do comércio local, caracterizando sociedades “atrasadas”.

Porém, a floresta também é “rica”, é “recurso natural”, pode ser “produto” do processo industrial, ter valor agregado; mas, para isso, ela teria que ser derrubada, mesmo após derrubada, a terra descoberta teria ainda a “vocaçãõ” para a monocultura, a pecuária bovina e outros. Por fim, a floresta se constituía em um presente divino a ser explorado para o progresso do “homem”; a Amazônia era o “presente” repleto de “recursos naturais” que o Brasil havia deixado de utilizar.

[...] o único país que tem o nome de uma árvore [...] Justifica-se realmente esta designação pois ainda hoje mais da metade da superfície do Brasil encontra-se coberta por um imenso manto verde [...] talvez a maior e mais variada reserva florística do Mundo [...] enorme variedade de espécie que a constituem, cêrca de 4.000, formando o seu conjunto um dos mais extraordinários panoramas vegetais da terra⁵²⁵

O Brasil, “Estado-floresta”, possui uma grande “reserva” florestal a ser explorada, a variedade (diversidade) de espécies da flora e da fauna, nesse momento é exaltada junto de outras características que a quantificam. Assim, esta passa a ser a Amazônia dos grandes rios, das grandes e fechadas florestas, das muitas espécies de animais e plantas, da maior dimensão territorial, etc.

A floresta amazônica foi para o índio e é ainda hoje para o habitante das zonas rústicas, fator primordial da vida, elemento não só essencial da sua atividade, como da sua alimentação, pois os frutos constituem um alimento básico. A floresta fornece variadas bebidas como o mate e o guaraná, óleos essenciais, plantas medicinais, fibras, resinas madeiras para queimar e madeiras ricas para

⁵²⁵ BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 49

construção como a peroba, a imbuia, o jacarandá, a araucária, o mogno, etc. Mas, além de tudo, a floresta constituiu na Amazônia o maior valor econômico pela produção da borracha, cuja indústria constitui a atividade fundamental desta região. A floresta é a base do 'habitat' do homem nessa região.⁵²⁶

Contudo, a floresta precisava ser derrubada, “dominada”, as árvores deixariam de alimentar essas populações diretamente, uma vez que passariam a ser matéria fornecida às indústrias madeireiras. Essas indústrias, por sua vez, iriam contratar o caboclo ou o migrante, e uma infraestrutura de logística seria implantada para que a “boa” e “resistente” madeira da Amazônia chegasse aos mercados nacionais e internacionais.

A terra “saneada”, após a derrubada da floresta, foi definida, em propagandas do governo, como férteis, fartas e baratas, propícias para a agropecuária, apesar de muitos estudos, presentes mesmo, nos relatórios governamentais, apontassem o contrário, Betencourt, segue:

A economia da Amazônia é, numa palavra, o reflexo da sua flora, e impôs a seus habitantes um condicionalismo da vida social. Na opinião de Osório Nunes, a grande adversária da civilização da Amazônia é a floresta. Talvez haja nesta conclusão algum exagero, mas sem dúvida será necessária a criação de novas culturas para que seja possível realizar uma colonização agro-pecuária desta região. Isso implica, evidentemente, o sacrifício duma parte da floresta, porque a sua grandeza e a densidade afeta de maneira decisiva o modo de vida e as relações da população.⁵²⁷

A Floresta “impositiva” condicionou as populações da Amazônia à vida “rudimentar”, por isso, se constitua na maior adversária do progresso. O Regime Militar lançou a Operação Amazônia, considerando a floresta e a baixa densidade demográfica como “empecilhos”; era necessário pensar soluções para resolver esses problemas.

A abertura de rodovias foi umas das principais ações que vinham para resolver o “problema” que era a floresta: a “força” atribuída as rodovias, capazes de abrir as florestas, vencer rios e igarapés, para permitir a circulação de pessoas e mercadorias e alcançar lugares antes considerados distantes. A partir disso, quilômetros de terras ficavam disponíveis para a comercialização, as “vantagens” da ampliação do número de rodovias na região eram as mais diversas, como segue:

⁵²⁶ Ibid., p. 49-50.

⁵²⁷ Ibid., p. 50.

[...] rodovias ligando a região Norte ao resto do Brasil e alguns países do Continente, rompendo as florestas, vencendo os rios e igarapés, mudam a fisionomia de toda a planície, transportando a civilização e dilatando os marcos da economia nacional, são os chamados caminhos do progresso, há bem pouco tempo desconhecidos da maioria de nossas populações.⁵²⁸

A integração da Amazônia repleta de “recursos naturais” aos centros industrializados era fundamental para superar os “problemas” da Amazônia.

Por vezes, romper a floresta era importante, não pelas “riquezas” que a exploração madeireira e a disponibilidade de novas terras podiam gerar, mas sob a justificativa de que a “vegetação luxuriante seria outra ilusão[...]”⁵²⁹, posto que, a “riqueza florística da selva tropical equivaleria a uma pobreza econômica, já que as espécies de valor estariam dispersas entre muitas outras sem valor algum.”⁵³⁰.

Andrade (1968) afirma que o “setor de recursos naturais é um dos mais opulentos da região”⁵³¹; por mais que houvesse incertezas sobre as potencialidades econômicas da região, quando necessária para adquirir investimentos, a natureza era exaltada.

Embora ainda não se conheça com exatidão a sua potencialidade, acredita-se que poderá oferecer matérias primas, quer no solo como no sub-solo, para garantir a economia auto-sustentada da Amazônia.⁵³²

Muitas das impressões provinham de um olhar exterior e superficial sobre a floresta e, a partir dessa visão, eram construídos argumentos diversos. A expressiva dimensão florestal gerou a falsa informação de solo fértil. Alguns produtos – já extraídos e bem-aceitos pelo mercado, como a borracha, a madeira e os minérios – davam pistas de possíveis outras riquezas, apesar de, em sua maioria, as impressões sobre o interior da floresta tenderem à depreciação, devendo a floresta ser substituída por floresta comercializável, fornecendo matéria-prima para as indústrias de papel, por exemplo.

[...] programa de reflorestamento, com as espécies locais ou exóticas capazes de permitir, no futuro, a indústria suprir de matéria prima homogênea que lhe permita operar com maior rentabilidade e

⁵²⁸ ANDRADE, João Walter. *Op. Cit.*, p. 4.

⁵²⁹ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 12.

⁵³⁰ *Ibid.*, p. 12.

⁵³¹ ANDRADE, João Walter. *Op. Cit.*, p. 4.

⁵³² *Ibid.*, p. 13.

produzir celulose de fibra longa, papel kraft para embalagem e papel de impressão, notadamente papel de jornal.⁵³³

As possibilidades de lucro eram elencadas, contudo, havia argumentos que defendiam a derrubada da floresta e as alterações no bioma como necessárias, para, por fim, transformá-las em espaços de “civilização”.

A “maldição dos trópicos” se relacionava à ideia de que, por mais que tivesse espaços de natureza de ampla dimensão territorial e diversidade biofísica, essas regiões tropicais eram na “verdade” espaços de pobreza pelas dificuldades impostas para a exploração devida dos “recursos naturais”. Essa perspectiva fora difundida por pesquisadores internacionais reconhecidos nos espaços intelectuais e meios acadêmicos, como segue:

[...] até 1960, elaboravam os cientistas novas teorias sobre a ecologia dos trópicos úmidos, ainda eivados de preconceitos, agora porém brutalmente pessimistas. Compunham aquele conjunto de idéias apelidado de ‘maldição dos trópicos’.⁵³⁴

Para Chopin, as “riquezas naturais” estavam à espera da exploração civilizada:

Aguardando êsse desenvolvimento, estão as abundantes riquezas naturais, oriundas da densa e prodigiosa vegetação, como a exploração madeireira para tôdas as finalidades, inclusive para a fabricação de papeis; as possibilidades da indústria de pesca e derivados; e as imensas reservas de ordem mineral [...].⁵³⁵

Ferreira Reis tece críticas à Betencourt, no que se refere à floresta, como segue:

Ao repetir uma afirmativa de outro... de que a floresta amazônica é a grande adversária da civilização na Amazônia, evidentemente, apesar da reserva que opõe, mas que inclui como de certo modo exata, não está fazendo uma afirmação serena, perfeita. Como mostrou em trechos anteriores de sua monografia, se a floresta é quem tem dado tudo ao homem amazônico, por que negá-la? O que carece ser dito, sem estar em erro grosseiro, é que o homem que fizer a Amazônia precisa ser um homem afeiçoado a essa mesma floresta. E a civilização que elaborar não pode deixar de ser uma civilização condicionada pela existência dessa floresta, que êle deve respeitar, que deve amar e deve utilizar dentro de técnicas racionais,

⁵³³ Ibid., p. 18.

⁵³⁴ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 11-12.

⁵³⁵ LIMA, Chopin Tavares. *Op. Cit.*, p. 55.

num esforço de humanização que será o seu demonstrativo de êxito e de maturidade cultural⁵³⁶

Para Ferreira Reis (1960), o investidor precisa buscar uma “aliança” com a floresta, cabendo ao “homem”, que dela venha tirar riquezas, estar embebido de afeições por essa floresta. Com isso, a metodologia da exploração da floresta perpassava pela aplicação da técnica racional, para que, por fim, a floresta passe a gerar mais riquezas e continuar servindo à economia.

Akers (1913) se surpreende pela resistência das seringueiras frente à devastação que crescia, como segue:

Com o systema de sangria em voga no Brazil, não se pode esperar que as arvoras se encontrem em bom estado. No entanto surprehende ver que bem teem resistido ás devastações dos seringueiros que usam sem contemplação, do machado por toda a região produtora de borracha dos districtos do Valle do Amazonas.⁵³⁷

A possibilidade da extinção de espécies de seringueiras não surpreendia. Porém, a resistência causava admiração. A extinção das espécies frente ao progresso era entendida como resultado inevitável.

Os debates sobre os solos e o clima da Amazônia geram debates, por vezes divergentes. As temperaturas quentes e constantes seriam um dos motivos para afastar o “homem branco”, “civilização” e “racional”.

O governo militar incentivou as publicações de autores que retratavam aspectos da natureza agregando aspectos de valorização da região; o clima, por exemplo, passou a ser descrito como agradável.

A temperatura apresenta consideraveis variações entre o dia e a noite, sendo o período de maior calor, do meio dia até as 5 horas da tarde. As noites, manhã e tardes são frescas e agradáveis⁵³⁸.

Porém, para Betencourt, o clima seria o responsável pela não vinda de emigrantes europeus para a região e isto se constitui em fator histórico do “atraso”, como segue

Entre os fatôres influentes na evolução demográfica-social da Amazônia, o seu clima reveste particular interessê. Foi sem dúvida a

⁵³⁶ REIS, Artur César Ferreira. Prefácio. In: BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 12.

⁵³⁷ AKERS, C. E. *Op. Cit.*, p. 7.

⁵³⁸ *Ibid.*, p. 14.

existência dum clima hostil ao povoamento uma das razões mais fortes para que a emigração evitasse a Amazônia⁵³⁹

Valverde (1967) afirma: o “clima dos trópicos seria debilitante, por causa da uniformidade das temperaturas elevadas. Além disso, as ‘doenças tropicais’ anulariam quase totalmente o esforço humano para as atividades econômicas.”⁵⁴⁰ Muitas relações eram traçadas entre o clima e as doenças: por vezes, o clima era considerado impróprio para que uma civilização se desenvolva, porém Betencourt (1960) via soluções por meio da ciência e da técnica.

Este regime climático amolecendo a energia, provocando doenças de pele, intestinais e de fígado, constitui na verdade um sério obstáculo para o branco. A sua adaptação para o colono português foi uma dura batalha. E’ evidente que êle não favorece a fixação do emigrante, mas hoje está longe de ser dificuldade intransponível. O enorme progresso da Medicina e da Técnica, consegue eliminar os seus efeitos, criando meios convenientes de defesa em relação à forma de trabalho, à habitação, ao vestuário e profiláticos contra as doenças tropicais. [...] Atualmente a opinião de cientistas que têm visitado a Amazônia é de que o seu clima é suportável mesmo para indivíduos que a êle não esteja habituado.⁵⁴¹

Com os avanços tecnológicos mais recentes, foi descoberta a possibilidade de fixação de indivíduos não habituados ao clima, por meio da realização de adaptações que iam da moradia ao vestuário. Em relação aos estudos científicos para o combate e prevenção às doenças, novos conceitos foram cunhados, conforme Valverde (1967),

[...] apropriada denominação ‘doenças tropicais’ não é apropriada... tal denominação já foi abandonada nas faculdades de medicina do Brasil. Elas são, isto sim, moléstias de subdesenvolvimento, e não ‘moléstias tropicais’... são muito mais conseqüências, em vez de causas do subdesenvolvimento.⁵⁴²

Portanto, as doenças não causavam o subdesenvolvimento: no momento em que o Brasil entrasse para os grupos das nações desenvolvidas, essas doenças não seriam mais problema. As novas tecnologias, que adentraram ambientes de trabalho e domésticos na década 1960, eram soluções para resolver quaisquer transtornos com relação ao clima; sendo assim,

⁵³⁹ BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 47.

⁵⁴⁰ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 12.

⁵⁴¹ BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 48.

⁵⁴² VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 13.

O clima nada tem de especialmente insuportável e letal, desde que sejam adotados trajes adequados ao meio, o uso de álcool seja abolido ou restringido ao mínimo e, sobretudo, se forem instalados nas habitações ventiladores ou – melhor ainda – aparelhos de ar condicionado.⁵⁴³

Outra relação muito recorrente era entre clima e solo. As dimensões e exuberância da floresta amazônica, aliadas ao tamanho de algumas de suas árvores, foram, por vezes, considerados elementos comprobatórios da fertilidade do solo. Como dito, estudos diversos, principalmente a partir das décadas de 1940, levaram a argumentos que iam no sentido de considerar o solo como “frágil”, não fértil e sem valor para a agricultura, como segue

Os solos, ao contrário do que se supunha anteriormente seriam mero suporte físico das árvores; mas de pouco valeriam para sustentar a floresta, porque suas árvores se nutririam basicamente de húmus, num processo de verdadeira autofagia.

A despeito da pesquisa pioneira de Marbut [...] rasos, pobres e frágeis; uma vez que se remove o manto vegetal, a erosão e a lixiviação os deixariam, em curto prazo, reduzidos a uma carapaça laterítica, sem nenhum valor agrícola.⁵⁴⁴

A vastidão de terra “disponível” foi divulgada em propagandas governamentais a fim de incentivar sua compra. A abertura de rodovias tinha, também, a função de abrir grandes espaços a serem “loteados” por fazendeiros, a oferta contribuía para os baixos preços. Foram então pensadas soluções para o solo e exemplos dados, como segue: “estudos já citados sobre a colônia japonesa de Tomé-Açú, ficou demonstrado que a agricultura comercial na mata equatorial, em terras não irrigadas, é economicamente viável”⁵⁴⁵. A utilização da técnica viabilizaria a exploração do solo “infértil” e “sem valor”.

As soluções eram pensadas nos diversos setores da economia, experiências consideradas bem-sucedidas na região eram lembradas. A natureza compreendida como “recurso natural” capaz de gerar riquezas, estava à espera do investidor, o “homem de negócio”.

Novas pesquisas ganhavam espaços, a fim de contrariar análises recorrentes sobre solo, clima, floresta, etc. A diversidade de espécies era considerada um impedimento ao desenvolvimento, no entanto, com relação à diversidade da flora, pesquisas recentes apontavam para resultados positivos.

⁵⁴³ Ibid., p. 13.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 12.

⁵⁴⁵ Ibid., p. 14.

Numa escala incomparavelmente superior à atual, poderá organizar-se a indústria de compensados e de madeiras de lei. Para a indústria de celulose e papel, não somente as madeiras brancas, mas tôdas as espécies podem ser aproveitadas, inclusive a folhagem, segundo afirmaram os técnicos holandeses da FAO, em relatório apresentado à SPVEA. Cai por terra, assim, o preconceito contra a heterogeneidade da hiléia.⁵⁴⁶

Desse modo, os “problemas” da Amazônia poderiam ser superados, mesmo que para isso fosse necessário pensar em uma operação técnica militar: “O governo atual do Brasil pretende também elaborar às pressas, antes do seu término, novas metas de planejamento regional, denominadas em conjunto de ‘Operação Amazônica’⁵⁴⁷. Por mais que bastante influenciada por experiências anteriores, a Operação Amazônia tinha pretensão de ser “vanguarda”, os investimentos na técnica, contratação de pessoas, visita *in loco*, reuniões, pesquisas, um governo central empenhado, e etc., compunham um conjunto de elementos colaboradores para a execução dos planos de desenvolvimento.

A Amazônia precisava de “cuidados”, o Regime Militar se propunha em superar todas as críticas dos considerados não “patriotas” e resolver os diversos problemas.

Contra o pessimismo de muitos brasileiros desavisados, defensores da tese de que o Brasil só poderá ocupar efetivamente e integrar a Amazônia em futuro remoto, o Governo Federal, através da SUDAM, responde que essa ocupação e integração tem de começar agora. Não pensem os eternos insatisfeitos, sempre prontos a criticar, mas nunca a apresentar soluções práticas, que sairemos – o Governo e os verdadeiros amazônidas e brasileiros – do caminho e do programa que a revolução traçou para ser cumprido nesta região. Ao contrário, nossa decisão de homens do Governo e de brasileiros, é cada vez mais firme no sentido de implantar nesta terra ainda virgem as sementes de uma nova era de paz e de progresso, de desenvolvimento econômico e harmonia social.⁵⁴⁸

O empenho do Regime Militar em trazer a questão do desenvolvimento da Amazônia e coloca-la como foco de debates foi tamanho que foi proposta a criação do Dia da Amazônia por um deputado estadual de São Paulo, Chopin Lima, que não deixou de destacar que a Amazônia representava um dos maiores “problemas” contemporâneos.

⁵⁴⁶ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 17.

⁵⁴⁷ *Ibid.*, p. 18.

⁵⁴⁸ ANDRADE, João Walter. *Op. Cit.*, p. 35.

Peço... a aprovação do Projeto de Lei n.717, do ano de 1967, de minha autoria, que dispõe sobre a instituição do 'Dia da Amazônia', e que constitui uma forma de proceder-se à difusão entre o povo paulista de um dos graves problemas da nacionalidade.⁵⁴⁹

Valverde (1967) chama atenção de que a “A história e a geografia econômica da Amazônia dos últimos cem anos conheceram transformações radicais, cujas causas e efeitos, aqui analisados sumariamente, servirão para fundamentar os planos futuros.”⁵⁵⁰

A energia para transformação industrial da natureza em produto comercializável aceito nos mercados nacionais e internacionais deveria vir dos grandes rios que existiam na região:

Para o desenvolvimento, em futuro próximo, da Amazônia, deve aproveitar-se a mais poderosa fonte de energia disponível na região – a hidrelétrica – a fim de estimular a exploração, a curto prazo, das jazidas minerais, existentes principalmente no escudo cristalino e nos sedimentos antigos, ao norte e ao sul da calha do rio Amazonas.⁵⁵¹

As obras que estiveram na Exposição Amazônia brasileira analisavam a natureza dentro de uma perspectiva utilitarista, “recurso natural”, “reserva natural”, e outras denominações. As análises partiam da compreensão inicial de que a região, objeto de reflexão, se constituía em atrasada, pela sua composição biofísica e pelas características que apresentam os grupos humanos que a habitavam.

As reflexões, por mais que dicotômicas, tenderam a afirmar que os usos das técnicas possibilitariam a transformação da Amazônia em região desenvolvida; para isso, à cada um dos problemas, eram apresentadas soluções, caso contrário, dificilmente o Regime Militar teria apoio para direcionar as verbas para financiar os planos, e, assim, cumprir seus objetivos de atrair os investimentos das elites empresariais e políticas.

4.2. – Civilização e sociedade na Exposição Amazônia brasileira

A leitura das obras selecionadas para compor a Exposição Amazônia brasileira nos permite concluir que predominou a ideia de civilização enquanto

⁵⁴⁹ LIMA, Chopin Tavares. *Op. Cit.*, p. 52.

⁵⁵⁰ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 7.

⁵⁵¹ *Ibid.*, p. 16.

escala de “desenvolvimento”, oposta às realidades que predominavam no cotidiano das populações, não podemos deixar de recordar que a ideia predominante de que havia uma cultura homogênea na Amazônia, as análises desenvolvidas, pouco de demoravam acerca da diversidade de modos de vidas e culturas existentes, tanto que é predominante a ideia de que era preciso elevar a região Amazônica a um status de região “modernizada”, a oposição à cultura econômica do extrativismo, fora a criticada exaustivamente, precisava ser superada.

As sociedades da Amazônia foram se formando com base em complexas redes de “cruzamentos” culturais que desembocam em grupos os mais diversos, possuindo relações particulares com os componentes biofísicos. Com o avanço tecnológico no setor de transportes e as políticas migratórias, por exemplo, os encontros entre populações de diferentes partes da região e de outros lugares do país se intensificaram. Essas sociedades, principalmente, as do campo, sobreviveram por meio dos usos das experiências diversas adquiridas, por vezes, via tradição oral e de eventos cotidianos, diante da necessidade de manutenção da vida por meio do trabalho, seja o extrativismo, pesca, caça, e outros. As sociedades urbanas, que cresceram ao longo do século XX e que desenvolviam relações de trabalho consideradas “modernas”, em setores como de serviços e industrial, também, demandavam pelo consumo de produtos da região, assim, as trocas iam se intensificando.

Não podemos afirmar, que diferente das outras sociedades, as da Amazônia não tenham “transbordado da natureza”⁵⁵², pois em muitos aspectos os séculos de colonização europeia pesaram sobre a formação dessas sociedades, a exceção, a certa medida, de algumas mais isoladas, pela necessidade de se isolar frente a possibilidade de extermínio de seu grupo, como as populações remanescentes de quilombo e os povos nações indígenas.

No Catálogo da Exposição Amazônia algumas publicações expostas, tratam, principalmente, de analisar os aspectos sociais da região, as populações ribeirinhas, o caboclo, os povos nações indígenas, agricultores e outros, foram analisados considerando basicamente dois aspectos: o primeiro retrata essas populações como “mansas”, “primitivas”, “puras”; o segundo aspecto que prevalece e de que essas populações são símbolos do “atraso”, da “selvageria”, “dominados” pela natureza e a

⁵⁵² ARNS, Ricardo Azambuja e SCHWARTZMAN, Stephan. *Op. Cit.*, p. 29.

ela subservientes. O migrante, por sua vez, ora é exaltado como o “homem” de trabalho, e, por vezes, como “brabo”, “arredio”, possuindo poucas habilidades intelectuais.

Na exposição o “Catálogo geral das publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios” publicado em 1946 pela Imprensa Nacional⁵⁵³, se constitui em um dos instrumentos que buscam tratar os povos nações indígenas como “primitivos”, dignos de “cuidados”, por carregarem as heranças da formação do país, apesar de que essas heranças eram, ocasionalmente, mal vistas, pois, compunham parte do que era considerado “selvagem”, essas populações deveriam ser “isoladas”, sob a justificativa de que precisavam ser “protegidas”.

Em dezembro de 1967, por meio da Lei nº 5.371 é extinto o Serviço de Proteção ao Índio, substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).⁵⁵⁴ A ideia de criação de um sistema de proteção aos índios da Amazônia estava atrelada ao juízo de “civilização” atribuído a essas populações, tendo por base a justificativa de que os povos nações indígenas possuíam hábitos considerados “rústicos” e “incivilizados”.

A Comissão Rondon (1900-1930), constituída ainda no Império, enquanto “Comissão Construtora de Linhas telegráficas do Mato Grosso’ [...] esteve sob o comando do engenheiro-militar mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon”⁵⁵⁵, incumbido de liderar o avanço “civilizatório” nos sertões da Amazônia.

Compreendendo o interior do país como um vasto espaço vazio, em branco, habitado por populações ainda “arredias à civilização”, que representavam barreiras ou limites ao avanço da República, os engenheiros militares ligados à Comissão Rondon defendiam a necessidade de ocupar esses espaços e dilatar as “fronteiras da

⁵⁵³ Rondon (formado pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro) assumiu a função da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas, nas regiões do Mato Grosso até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia a partir de 1891, realizando o reconhecimento e o mapeamento de mais de 50 mil quilômetros nessa região da Amazônia. Imbuído de uma forte influência positivista, Rondon, no intuito de “civilizar” os grupos indígenas, criou em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhos Nacionais (SPILTAN), o qual, posteriormente, recebeu a denominação de Serviço de Proteção ao Índio (SPI) sendo ligado ao Ministério da Agricultura. No ano de 1939, Vargas fundou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e designou Rondon para ser seu presidente. Ver: TACCA, Fernando de. *O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.191-223.

⁵⁵⁴ *Ibid.*, p. 205.

⁵⁵⁵ MACIEL, Laura Antunes. A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telegrafo e civilização. Proj. História, São Paulo, 18 maio 1999. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994/8114>> Acesso em 26 jun 2017.168.

Pátria” como um dever do Estado a ser conduzido pelo exército “as forçar armadas da nação”.⁵⁵⁶

A comissão contava também com cientistas das áreas da botânica e da zoologia, os quais desenvolviam estudos considerados “inovadores” acerca da flora e da fauna da região, tendo muitos dos seus trabalhos publicados nas décadas de 1940 e 1950. Elaboraram um volumoso acervo fotográfico que fora publicado, além de artigos em jornais e filmes produzidos pela Seção de Cinematografia e Fotografia criada em 1912. Em 1939, Rondon recebeu o título de “O civilizador do sertão” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵⁵⁷. Rondon fora reconhecido pelo seu trabalho com os povos nações indígenas, este se deu, a partir do momento em que

A Comissão começava a reclamar para si uma competência no trato das questões indígenas, no reconhecimento geográfico e no inventário do potencial da região, que a qualificava a exercer, sob o patrocínio do Ministério da Guerra, a administração desse território “descoberto” e a definição de estratégia para seu ordenamento.⁵⁵⁸

No contexto da Exposição Amazônia brasileira as publicações da Comissão Rondon tinham como objetivo levar informações aos centros urbanos do Brasil, “visavam principalmente a elite urbana, sedenta de imagens e informações sobre o sertão brasileiro, e principal grupo formador de opinião”⁵⁵⁹. Os povos nações indígenas, ocasionalmente, despertavam a curiosidade das elites conservadoras. O indígena, amiúde, era apresentado como “dócil e sujeito a mudanças pelo avanço civilizatório”⁵⁶⁰, foi elaborada “assim uma imagem de sujeição e não de impedimento à ocupação territorial da nação”⁵⁶¹.

O povoamento e cristianização do Brasil pelo elemento europeu não encontrou uma sociedade estruturada, mas sim tribos nativas índias, de cultura primitiva, praticando vários abusos utilitários com fim não empíricos, isto é, manipulando diversas formas de magia. Os missionários não encontraram, por parte do índio, resistências à cristianização [...]”⁵⁶²

⁵⁵⁶ Ibid., p.168.

⁵⁵⁷ NOMURA, Hitoshi. *Centenário da fundação da Comissão Rondon (1907-2007) - Personagens, descobertas e produção bibliográfica*. *Cad. hist. ciênc.* [online]. 2010, vol.6, n.1, pp. 79-106., p.82. Disponível em <<http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v6n1/v6n1a04.pdf>> acesso em 01 mai 2017

⁵⁵⁸ MACIEL, Laura Antunes. *Op. Cit.*, p. 171.

⁵⁵⁹ TACCA, Fernando de. *Op. Cit.*, p. 206.

⁵⁶⁰ Ibid., p. 206.

⁵⁶¹ Ibid., p. 206.

⁵⁶² BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 60

Para Betencourt a “contribuição” dos europeus foi importante para os povos que habitavam a Amazônia, pois possibilitou ao indígena o contato com a civilização, ao mesmo tempo que o inseriu no cristianismo, que, por sua vez, foi recebido “sem’ resistência.

Os indígenas, ocasionalmente, eram lembrados, como segue: “É interessante conhecer o ponto de vista indígena de qualquer situação seja qual fôr a idoneidade dos especialistas encarregados de tratar do assunto.”⁵⁶³, pois esses possuíam saberes que poderiam contribuir para o desenvolvimento da economia da região, como ocorrera, anteriormente, pois, “A indústria da borracha Brasileira, deve sua origem á população índia do Amazonas, que de muitos séculos estáva habituado a fazer uso desta gomma para vários fins domésticos.”⁵⁶⁴

O processo de miscigenação foi considerado um dos responsáveis pelo “atraso” das populações da Amazônia. O caboclo, herdeiro do cruzamento entre europeu e indígena, não se encontrava em estágio de “civilização” adequado. O cafuzo, oriundo das relações entre indígenas e afrodescendentes, sequer foi citado, já que a presença negra na região era pouco estudada.

[...] a empresa do primeiro contacto de Portugal com a região se processou, justamente, com elementos mamelucos, vindos do Nordeste [...] Os grupos portugueses, que foram chegando posteriormente... logo se atiraram à mestiçagem. Vinham solteiros. Era naturalíssima, portanto, a miscigenação. O contrário é que seria absurdo e impossível de ter sido realizado.⁵⁶⁵

O processo de miscigenação é considerado fator que contribuiu para o atraso da região, a mistura de “raças” era entendida como elemento de depreciação, como segue:

Muito tempo o branco viveu sem se misturar com outras raças, mas as circunstâncias da vida social, num país em formação e de reduzida economia, levou-o pela escassez de mulheres brancas e com o decorrer do tempo a cruzar-se com o prêto e com o índio”.⁵⁶⁶

As teorias racistas apontavam as populações não brancas como “primitivas”.

⁵⁶³ AKERS, C. E. *O rio Amazonas: a indústria de borracha e outros recursos*. London: Waterlow & Sons Limited, London Wall, 1912., p. 29.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 5.

⁵⁶⁵ BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 11.

⁵⁶⁶ Ibid., p. 30.

As críticas feitas ao amálgama do povo brasileiro podemos opor o sucesso social que ela representa e também que o Brasil foi talvez o único país em que a integração de raças diferentes se fez sem lutas, e não criou mesmo quanto ao futuro qualquer problema de ordem racial.

Além disso a sociedade brasileira vem denotando um sucessivo branqueamento mercê da livre entrada de estrangeiros. O Brasil é hoje o único país intertropical do Mundo com a predominância de raça branca.⁵⁶⁷

O racismo justificou uma série de ações do Regime Militar que culminou, algumas vezes, na expulsão dessas populações das regiões afetadas pelos planos de desenvolvimento. Os grupos de intelectuais conservadoras eram eminentemente compostos por pessoas brancas, considerando, as profundas desigualdades sociais que caracterizava o Brasil naquele momento, os modos de viver das populações da Amazônia, era compreendido de modo geral como “atrasados”, essa situação social era atribuído a “raça”.⁵⁶⁸

[...] Com a mulher índia cruzou-se o português, por natural atração sexual e também por falta de mulheres brancas. Se o português transmitiu ao índio a religião, a linguagem, os princípios éticos, em contrapartida d'ele assimilou costumes, o uso de utensílios, hábito de vestuário e de alimentação, certas manifestações artísticas, formas de artesanato, d'ele muito herdou o caráter introvertido. Em resumo, podemos afirmar que a personalidade do índio, muito ficou devendo a atual cultura amazônica. A cultura indígena era uma cultura incipiente e primitiva, a do europeu (português) muito mais avançada, mas contemporizadora e mais fraca no aspecto numérico, houve pois uma adaptação interativa, da qual resultou em grande parte o atraso que se nota na atual vida social da Amazônia⁵⁶⁹

Assim como, o colonizador “contribuiu” para que as populações indígenas assimilassem características dos povos brancos “civilizados”, o Regime Militar se valeu desses argumentos a fim de implantar os planos de desenvolvimento. A sociedade brasileira foi convidada a contribuir com o progresso da nação de modo geral, para isso era demandado apoio ao governo militar, pois estes estavam integrando os “povos atrasados” à “modernidade”. Sem isso, as populações “primitivas” caminhariam para a extinção.

⁵⁶⁷ Ibid., p. 33.

⁵⁶⁸ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁵⁶⁹ BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 59.

Para o Regime Militar a situação das sociedades da Amazônia não havia passado por significativas mudanças, se o colonizado europeu, havia se deparado com:

Os aborígenes que estavam abandonados a si mesmo nas profundezas duma imensa solidão, cercados pelos mistérios da floresta selvagem e da imensidão de água, entregavam-se a prática de fetichismo, superstição e tabus, como meio de segurança e ajustamento emocional contra as incertezas da vida⁵⁷⁰

O governo militar tratou de promover ondas migratórias considerando o processo de miscigenação importante para o desenvolvimento nacional, portando, as sociedades “não brancas” estavam tendo uma nova oportunidade de ingresso à civilização.

A Exposição Amazônia brasileira contou com a publicação “Perspectivas do Primeiro Plano Quinquenal e concepções preliminares da Valorização Econômica” de 1954, já citado anteriormente, este tratou de apontar caminhos para o desenvolvimento das sociedades da região. A SPVEA se articulou no intuito de incentivar a pesquisa interdisciplinar, sua fundação, “marca a contemporânea fase de intervenção estatal na Amazônia, imbuído o Estado brasileiro da ‘reconquista’ e subordinação desse amplo espaço da lógica de acumulação capitalista nacional⁵⁷¹.”

A SPVEA foi criada para atender às demandas advindas das elites locais, como segue:

nascendo da iniciativa do governo central a partir de relutantes pressões da sociedade amazônica, mais especificamente de sua classe dominante que buscava defender interesses próprios e impedir que o espírito industrializante do cenário nacional alterasse eu status quo no cenário regional⁵⁷²

Para os grupos de trabalhadores e populações tradicionais eram direcionadas medidas assistencialistas, como consequência, houve aumento das desigualdades. Ademais, “com o passar do tempo percebeu-se que o baixo grau de conhecimento sobre a região pesou muito negativamente para os resultados que se esperava

⁵⁷⁰ Ibid., p. 62.

⁵⁷¹ TRINDADE, José Raimundo B. e OLIVEIRA, Wesley Pereira. Antecedentes históricos da “reconquista” da Amazônia. In: TRINDADE, José Raimundo B. (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro*. Belém, Paka-Tatu, 2014., p. 40.

⁵⁷² Ibid., p. 40.

alcançar o com o I Plano Quinquenal da Amazônia⁵⁷³. Ciente disso, o Regime Militar buscou incentivar a produção científica e as instituições de pesquisa, aumentando investimentos, reestruturando as instituições existentes, criando novas e investiu na ampliação das universidades.

A SPVEA apontara que “O primeiro grande problema da Valorização da Amazônia é, assim, a redistribuição mais regular de suas populações que redundará, finalmente na auto-suficiência da região⁵⁷⁴, do mesmo modo, a Operação Amazônia considerou a ocupação “racional” do “vazio demográfico” como problema, o Regime Militar investiu em políticas migratória e na abertura de rodovias como soluções consideradas viáveis para o povoamento.

Para a SPVEA as populações da Amazônia estavam em estado de inércia, “alguns parece não terem objetivos econômicos⁵⁷⁵, era preciso superar essas características dessas sociedades que se encontravam “atraso”, por meio de investimentos, posto que, “foi considerado não ter sentido [...] a recuperação econômica de um grupo social que não reúna o mínimo de educação e saúde para a realização da tarefa econômica que dele se espera⁵⁷⁶.”

Era preciso promover mudanças profundas e perenes para garantir melhorias, considerando que as “sociedade se desenvolve em função da elevação de sua capacidade de aquisição⁵⁷⁷, a possibilidade do consumo de produtos industrializados era indicador de sociedade moderna, as vantagens pesariam sobre as populações urbanas, pois, “recursos financeiros da Amazônia estão concentrados nas cidades e em condições de difícil acesso ao homem do interior⁵⁷⁸. As soluções seriam “superar o atraso econômico através de uma política de industrialização planejada pelo Estado⁵⁷⁹. A solução por meio dos incentivos à industrialização vão influenciar os primeiros planos de desenvolvimento da Amazônia, elaborados a partir da SPVEA, a disponibilidade de “recursos naturais” daria conta de suprir as demandas por matéria prima requisitadas pela indústria.

⁵⁷³ TRINDADE, José Raimundo B. e OLIVEIRA, Wesley Pereira. Conversão geopolítica da fronteira e estratégia de desenvolvimento regional: a intervenção estatal na Amazônia a partir dos anos 1940. *Op. Cit.*, p. 53.

⁵⁷⁴ SPVEA. (1954). *Op. Cit.*, p. 4.

⁵⁷⁵ *Ibid.*, p. 8.

⁵⁷⁶ *Ibid.*, p. 8.

⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 8.

⁵⁷⁸ *Ibid.*, p. 8.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 59.

Na publicação “*O ciclo do homem*” do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos organismos regionais (MECOR), de 1967, as populações que vivem na região amazônicas são consideradas “reféns” da natureza. Era preciso então separar o ser humano da natureza, submetendo-a à técnica, ao trabalho racional a fim transformá-la em riqueza monetária. O extrativismo, concebido como resultado da imposição da floresta sobre a economia, precisava ser substituído pela produção industrial.

Na Amazônia, o determinismo geográfico sempre impôs a sua ação inexorável contra o elemento humano, que não tinha condições de competir com a Natureza. Os ciclos do extrativismo sucediam-se, assim, desordenadamente. Primeiro veio o ciclo da borracha. Depois, em menor escala, os ciclos da castanha, do ouro e do diamante. Mas, estava faltando o mais importante de todos: o ciclo do homem, simbolizado na presença da técnica, aliada aos investimentos e ao trabalho inteligente de uma ocupação racional⁵⁸⁰

Para o Regime Militar o “homem” deveria está no centro, protagonizando as transformações para a construção de sociedades modernas com auxílio da técnica. A natureza, por sua vez, deveria ser submetida a fim de que os homens pudessem, a partir da transformação dos “recursos naturais” em produto industrializados a economia se desenvolva de modo que essas populações passem a adquirir hábitos de consumo, como já ocorriam em regiões “civilizadas”.

As formas de morar tinham que ser alteradas, pois a culpa dos problemas, relacionados à falta de assistência social, seria o povoamento disperso pelo rio: “É essa dispersão o maior obstáculo a ser vencido, para que gozem dos benefícios da higiene pública, da assistência médica, da educação e da cultura.”⁵⁸¹. Logo, a ausência das políticas do Estado era culpa dessas populações, que não se aglomeravam, que insistiam em morar distantes uma das outras às margens dos rios.

Os “problemas” das sociedades da Amazônia eram muitos, havia: o “problema” clima, o “problema” densidade florestal, o “problema” da comunicação, o “problema” da extensão hidrográfica, o “problema” da cultura plural, o “problema” da

⁵⁸⁰ BRASIL. *O ciclo do homem*. Ministério Extraordinário para a Coordenação dos organismos regionais (MECOR). Brasília, 1967, p. 02.

⁵⁸¹ LIMA, Chopin Tavares. (Deputado ALEPA SP). *A integração da Amazônia: tarefa urgente da nacionalidade brasileira*. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968, p. 54.

religiosidade, esses e outras questões foram analisadas, para justificar a atuação do Regime Militar.

Quanto aos fatores que consideramos mais influentes na vida desta população, verificamos: a ação do clima de características tropicais, a extensão e revestimento florestal, a escassez dos meios de comunicação rodoviária e ferroviária, a grandiosidade da rede hidrográfica, o pluralismo da cultura, o atraso da atividade econômica e a uniformidade de expressão da vida religiosa⁵⁸²

Todos esses “problemas” vinham para superar um “problema” maior: o “vazio demográfico”. Tal superação esteve associada a adoção de medidas para a fixação dos indivíduos à região, para isso, vão ser pensadas políticas social para as populações, permitindo acesso à educação, saúde, saneamento básico, dentre outros.

o problema do povoamento da Amazônia, pela ocupação de seus imensos espaços físicos e a utilização de suas reservas de matérias primas, operação de alto sentido político está exigindo, dos poderes públicos uma atenção especial. Porque a existência da região como área aberta ao apetite dos mais ousados [...] constitui realmente um ponto grave na existência do Brasil de nossos dias⁵⁸³

Amiúde, questões eram levantadas acerca das sociedades, em seu relatório “SUDAM, atividades de 1968”, João Walter Andrade considera as sociedades capazes de se empenhar para que ocorram mudanças, assim,

Acreditamos com firmeza ser o homem a força fundamental do desenvolvimento e, sem que ele esteja devidamente preparado para assumir funções e responsabilidade na comunidade, todo esforço governamental será inútil, a SUDAM vem proporcionando excepcionais oportunidades ao elemento humano da Amazônia, tanto para a educação, como para a formação da mão de obra especializada.⁵⁸⁴

Somados às populações locais, os migrantes (na maioria nordestinos) foram eleitos para exercer a função de mão de obra na Amazônia, ponderando que “a mão d’obra é um dos problemas mais difíceis que os produtores de borracha tem hoje a resolver, no Valle do Amazonas”⁵⁸⁵. O sistema de aviamento possibilitou a retenção desses migrantes nos latifúndios dos barões da borracha. Trazer o nordestino, que

⁵⁸² BETENCOURT, José de Souza. *Aspecto demográfico-social da Amazônia brasileira*. Coleção Araújo Lima. Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1960, p. 68

⁵⁸³ REIS, Artur César Ferreira. Prefácio. In: *Ibid.*, p. 7.

⁵⁸⁴ ANDRADE, João Walter. *SUDAM, atividades de 1968*. – Discurso. SUDAM, 1968, p. 11.

⁵⁸⁵ AKERS, C. E. *Op. Cit.*, p. 14.

pouco conhecia a região, era atributo importante sob a justificativa de empregar com promessas de melhoria das condições de vida e de retorno à terra de origem quando assim o quisesse.

Estes homens são naturaes do Amazonas ou Pará ou veem dos Estados mais meridionais do Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba ou Maranhão. Todos os annos os agentes recrutam um grande numero nos citados estados... É raro que no primeiro anno consiga com a borracha que colher, obter o bastante para se desobrigar desta divida inicial bem como para attender á outra verba proveniente de suas compras do armazem para seu sustento... É este estado de coisas tão pouco satisfactorio para o trabalhador, que dificulta o recrutamento de outros braços; esta dificuldade seria consideravelmente attenuada, se os homens fossem tratados com equidade no que diz respeito aos preços que tem que pagar pelos mantimentos e roupas.⁵⁸⁶

O trabalho degradante e os baixos salários são fatores que dificultam a aceitação dos trabalhadores da região na busca por esses tipos de ocupação consideradas “modernas”. A economia extrativista e a de subsistência eram mal vistas pelo Regime Militar e pelos intelectuais conservadores, que apontavam o trabalho formal como alternativa, inclusive para “disciplinar” as populações. Conforme Orlando Valverde no artigo: “A Amazônia brasileira – alguns aspectos sócio-econômicos”:

A prosperidade trazida pela cultura e indústria a juta é, em grande parte, illusória, pois na realidade beneficia a muito poucos. O corte, a maceração e o desfibramento da juta obrigam o agricultor a permanecer mergulhado nágua, de sol a sol, durante cêrca de dois meses. Após 4 a 5 annos de actividade, o juticultor é geralmente vítima de polinevrite, que o atormenta ou o deixa parálitico.⁵⁸⁷

A industrialização frequentemente resultou degradação física dos trabalhadores, principalmente, em países com frágeis legislações trabalhistas sob administração de regime autoritário como o Brasil. As duras jornadas de trabalho, em ambientes mortificantes e os baixos salários afastavam os trabalhadores. O extrativismo era a principal alternativa, possibilitando ao trabalhador certa autonomia.

As influências da natureza nas sociedades da Amazônia foram uma das justificativas para a miséria e pobreza, porém, as desigualdades de distribuição de

⁵⁸⁶ Ibid., p. 14.

⁵⁸⁷ VALVERDE, Orlando. A Amazônia brasileira – alguns aspectos sócio-econômicos. In: CODIPLAM. A Amazônia brasileira em foco. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967, p. 9.

renda entre as regiões do país e a concentração dos investimentos no Centro Sul criaram significativa desigualdade regional. Do mesmo modo, a natureza (mais especificamente o clima) foi considerada fator de pobreza no Nordeste brasileiro. No caso da Amazônia, a floresta que alimenta é a que “atrasa” e limita. A falta de acesso a elementos básicos como educação, saúde e saneamento era tida como condição natural e não como advindas de um histórico de exclusão e invisibilização dessas populações. Como dito, mesmo no período de maior exportação da borracha, os lucros desse comércio foram muitas vezes utilizados para equipar o setor industrial do Centro Sul.

Os intelectuais e a técnica passaram a ter maior visibilidade com o desenvolvimento das mídias e o aumento do número de pessoas alfabetizadas, as universidades, a partir da segunda metade do século XX, foram ganhando espaços no país. Os debates acerca do Brasil e do brasileiro se avolumavam, o “homem cordial”, de Sergio Buarque de Holanda, por exemplo, vinha sendo debatido desde a publicação de *Raízes do Brasil* em 1936. No entanto, desde a Semana de 1922, essas questões vinham sendo tratadas de modo recorrente.

A fim de favorecer apoios para implantação de seus planos de intervenção na Amazônia, os militares se lançaram em busca de meios para dar evidência ao “problema Amazônia”. Assim, encontros e debates foram promovidos e teses foram levantadas.

Reuniões e debates foram realizados, promoveram-se palestras e divulgaram-se teses. Travaram-se oportunas discussões em torno da necessidade de constituir-se uma entidade – possivelmente com a denominação de ‘Movimento de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia Brasileira’ – a partir de uma Comissão de Divulgação do Plano Global para a Amazônia [...]⁵⁸⁸

O trecho acima escrito por Tácito Lívio Reis Freitas esta na introdução da coletânea “A Amazônia brasileira em foco”, publicada em 1967, incluída na exposição, esta coletânea foi financiada pela Comissão de Desenvolvimento Industrial e de Planejamento (Codiplan), cujos objetivos podem ser explicitados a seguir:

⁵⁸⁸ FREITAS, Tácito Lívio Reis. *Introdução*. In: CODIPLAN. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967, p. 5.

[...] buscaram, desde a fundação do Cesit, uma aproximação entre o conhecimento científico produzido na universidade, os governos e o mundo empresarial, lançando mão de diferentes estratégias. Uma delas foi a articulação de uma parceria, em 1962, com Nuno Fidelino de Figueiredo, que havia pertencido aos quadros da Cepal e planejava criar uma instituição privada com o propósito de articular colaborações entre a Fiesp e a ONU-Cepal. No entanto, Fernandes o convenceu a vincular essa nova instituição à universidade. “Primeiro, para compeli-la ainda mais a sair da casca e a levar ao ambiente contribuições de caráter prático. Segundo, para formar em São Paulo, um bom grupo de economistas e técnicos”, argumentou o sociólogo. Concretamente, propôs que esse novo organismo estivesse ligado ao Cesit, o que fez com que surgisse a Comissão de Desenvolvimento Industrial e de Planejamento (Codiplan).⁵⁸⁹

A necessidade de organização de grupos (entidades, instituições governamentais, etc.) para resolver o “problema Amazônia” foi se estruturando com o avançar dos encontros promovidos e das publicações em livros, revistas e jornais, a fim de dar visibilidade à questão.

A biografia dos membros que tiveram suas publicações na coletânea, nos ajuda a compreender as origens diversas destes que se dispuseram a lançar reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia frente a questão ambiental e social.

Como dito, General Tácito Lívio Reis Freitas escreveu a introdução da coletânea “Amazônia brasileira em foco”, nasceu no Maranhão, em 1954 foi promovido a coronel, em 1956 recebeu a Ordem do Mérito Militar, no ano de 1962 foi reformado como General de Divisão.

Orlando Valverde autor de “A Amazônia brasileira – alguns aspectos sócio-econômicos”, Carioca, fora professor de disciplina Geografia Agrária do curso de Informação Geográfica do C. N. G. , formado em Geografia em 1938 pela Universidade Municipal do Rio de Janeiro, torna-se membro do Conselho Nacional de Geografia (CNG) onde foi secretário assistente. Durante três anos ficou na Marinha, onde desenvolveu cursos. Ministrou curso de Geografia Agrária Tropical na Califórnia, Estados Unidos. Em 1967 ministrou aula na Universidade de

⁵⁸⁹ KLUGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfiguração dos espaços dos economistas no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 851. 2017., p. 270. Disponível em <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/333261/1/Festi_RicardoColturato_D.pdf> Acesso em 15 jan 2021.

Heidelberg e em 1969 em Bordeaux. Lecionou também na PUC do Rio de Janeiro.
590

O Deputado Estadual Chopin Tavares Lima publicou “A integração da Amazônia: tarefa urgente da nacionalidade brasileira. Natural de Itapetininga, São Paulo. Foi membro do Partido Democrata Cristão, fundado em 1945, participou do grupo Vanguarda Democrática, composto por militantes católicos. Foi secretário de educação durante o mandato do governador de São Paulo Carvalho Pinto (1959-1963). Quando “Deputado, foi afastado da política pelo Ato Institucional nº 5 (AI 5) durante o regime militar, por causa de um discurso”⁵⁹¹

O Deputado Haroldo Veloso discorreu “. C.P.I: A venda de terras”, também, carioca, entrou para Forças Armadas em abril de 1939, ingressando na Escola Militar do Realengo na cidade do Rio de Janeiro, onde cursou engenharia aérea. Em abril de 1951 foi promovido para a major-aviador. Era “sensível às pregações udenistas”⁵⁹², em 1959 liderou a Revolta de Jacareacanga, no Pará, cujo objetivo era destituir Juscelino Kubistchek, recém-empossado, Veloso foi preso. Com o golpe civil-militar de 1964 requereu sua entrada para a reserva remunerada como brigadeiro. Instalado o bipartidarismo a partir do Ato Institucional nº 2, em 1965, filiou-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em novembro de 1966 elegeu-se deputado federal pelo Pará.⁵⁹³

Geraldo Câmara escreveu: “. Amazônia quer solução brasileira para problema nacional”, carioca, jornalista, editor e Secretário Executivo da revista MAR, do Clube Naval.⁵⁹⁴

Ademais, Chopin (1967) entende como imperativa e urgente a integração da Amazônia, a seguir:

⁵⁹⁰ REVISTA COM O PROFESSOR ORLANDO VALVERDE. Revista GEOSUL - nº 12/13 - Ano VI - 29 sem. 1991 e 19 sem. 1992. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12796/11981/39538>> Acesso em 19 jan 2021.

⁵⁹¹ ALESP. 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL. 2007. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/ementario/anexos/012aSOPA070223.htm>> acesso em 19 jan 2021.

⁵⁹² Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/haroldo_veloso> acesso em 19 jan 2021.

⁵⁹³ Ibid.

⁵⁹⁴ Ver: CÂMARA, Geraldo. Amazônia quer solução brasileira para problema nacional. In: CODIPLAM. A Amazônia brasileira em foco. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967

[...] estamos hoje perante uma descomunal trama que visa à indevida apropriação da maior parcela do território nacional. Nunca como no momento presente se fez tão imperiosa a integração da Amazônia, no contexto sócio-econômico do país, sob pena de relegarmos à influência até mesmo política de outros povos o solo, as riquezas inexploradas, o potencial extrativo, e a população de mais de 50% do espaço brasileiro⁵⁹⁵.

Ciente das medidas imperialistas⁵⁹⁶ (adotadas pelos países industrializados), da perda de suas colônias na África e Ásia e, ainda, do processo de recuperação pós-Segunda Guerra Mundial, as ameaças à soberania nacional sobre a Amazônia foram expostas como ação em andamento. Como dito, estas ações podiam ser compreendidas a partir da tentativa de implantação do IIHA, “foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que manteve parte substantiva das questões que motivaram a proposta da criação do IIHA”⁵⁹⁷. Então, a manutenção da soberania nacional, tornou-se um dos “problemas” da Amazônia.

[...] as fundamentais questões da soberania nacional, integridade territorial, preservação e aproveitamento de nossas imensas riquezas naturais, povoamento, transporte, comunicação, industrialização, incremento agropecuário, energia, e, ainda, os ligados a diversas outras, não menos importantes, como as da saúde e as da educação.⁵⁹⁸

O Regime Militar desempenhou esforço em demonstrar medidas adotadas pelos países imperialistas voltadas para a Amazônia, mesmo tendo contado com o apoio estadunidense, sob articulação de seu embaixador Lincoln Gordon⁵⁹⁹, por exemplo, na articulação do golpe civil militar de 1964. O golpe, por sua vez, pode ser compreendido como uma ação apoiada pelos países capitalistas e fez parte de suas políticas imperialistas para conter o avanço do socialismo. Contudo, as críticas do Regime Militar as possibilidades de perda de soberania foram se construindo. A reforma constitucional foi tratada como necessária para evitar que o Brasil se deparasse com situações como as ocorridas no Panamá, por exemplo,

⁵⁹⁵ LIMA, Chopin Tavares. *Op. Cit.*, p. 52.

⁵⁹⁶ MAIO, Marcos Chor e MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. *Op. Cit.*, p. 306.

⁵⁹⁷ *Ibid.*, p. 306.

⁵⁹⁸ FREITAS, Tácito Lívio Reis. *Op. Cit.*, p. 5.

⁵⁹⁹ GREEN, James N. e JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 67-89 – 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a03v2957.pdf>> acesso em 20 nov 2020.

[...] Sem isso estarão indefesas as riquezas minerais do Brasil, com danosos reflexos sobre a soberania nacional, sobre a Segurança e o Desenvolvimento do Brasil e outros ‘panamás’ surgirão, semelhantes ao plano do Hudson Instituto [...] ⁶⁰⁰

A aquisição de terras por estrangeiros foi o novo fator de pauta, o qual serviu para ampliar o debate para outras questões. A partir disso, os debates ganham maior visibilidade, adentrando setores importantes no campo político

[...] apresentaremos denúncias concretas sobre os objetivos do Instituto Hudson (leia-se: Pentágono), os quais constituem ameaça muito mais grave que a do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, derrotado pelo patriotismo do povo brasileiro, sob a liderança do inesquecível Presidente Artur Bernardes. ⁶⁰¹

A nova “ameaça” advinda da compra de terras por estrangeiros foi se comprovando conforme levantamento realizado pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada para investigar a questão, no ano de 1968. O relator da CPI foi o Deputado Federal Brigadeiro Haroldo Veloso, da Arena-Pará, segundo o qual:

É da história brasileira o interesse de grupos e mesmo de nações estrangeiras em partes do território nacional. Este interesse, manifestado sob diversas modalidades, permaneceu nas diferentes épocas, e dêle temos exemplo, no período pré-segunda guerra mundial, nas instalações da Cia. Ford, no Vale Tapajós. ⁶⁰²

A ampliação das rodovias, possibilitaram a oferta de grande quantidade de terras vendidas a preço baixo, muitas foram compradas por estadunidenses. Conforme Valverde (1967) a aquisição dessas terras “não tem o caráter de mero negócio ou de simples investimento” ⁶⁰³, o proprietário Seling,

confessou à CPI da Câmara Federal que o Departamento de Defesa dos EUA – conhecido como Pentágono – está envolvido em um plano para garantir terras brasileiras no caso de os EUA entrarem em guerra de proporções catastróficas para seu território. ⁶⁰⁴

E ainda,

⁶⁰⁰ BEVILÁQUA, Gen. Peri. Os planos do Instituto Hudson e o nacionalismo brasileiro. In: CODIPLAM. A Amazônia brasileira em foco. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968, p. 28.

⁶⁰¹ FREITAS, Tácito Lívio Reis. *Op. Cit.*, p. 6.

⁶⁰² VELOSO, Haroldo. C.P.I: A venda de terras. Relatório. In: CODIPLAM. A Amazônia brasileira em foco. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968, p. 29.

⁶⁰³ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 18.

⁶⁰⁴ *Ibid.*, p. 18.

[...] muitos agricultores e pecuaristas americanos voltam para cá seus olhos. Ao lado disto, muitos, preocupados com a tensão provocada pela guerra do Vietnã e possibilidades de conflitos internacionais em que seu país se envolva [...]⁶⁰⁵

As possibilidades de conflito direto entre EUA e URSS em contexto de Guerra Fria, transformou-se em motivo para atribuir atenção às características do comércio de terras brasileiras aos estrangeiros, principalmente, as adquiridas por estadunidenses, configurando a Amazônia como um dos espaços mais visados

Pelo menos quatro órgãos do govêrno norte-americano realizam estudos na Amazônia, prosseguindo nas pesquisas iniciadas há mais de 20 anos, quando os Estados Unidos lançaram a ideia do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.⁶⁰⁶

As indicações dos planos conspiratórios foram criando corpo a partir de outras denúncias dentro da mesma CPI, como segue:

*Os fatos que estão em evidência o comprovam. A compra de terras em grande escala por estrangeiros e atividades outras correlatas com a cobiça dos nossos minérios e o petulante projeto de construção do grande Lago ou do Mar Amazônico, como alguns o denominam – (mar é internacionalizado por natureza e franqueado às esquadras de tôdas as bandeiras) e o petróleo aparece explicitamente, além da exploração econômica do ferro, manganês, bauxita etc. da Amazônia, nas declarações escancaradas do Sr. Felisberto Camargo, autorizado representante do Hudson Institute. Isso está a indicar a necessidade urgente de reformar a Constituição atual e dela eliminar os dispositivos de caráter antibrasilistas, que lhe foram introduzidos, ao arrepio da opinião pública, sim, contra a consciência nacionalista do Povo Brasileiro [...]*⁶⁰⁷

Haviam previsões internacionais de que as populações, principalmente, dos países pobres passariam por momentos de explosão demográfica o que culminaria em fome, apesar de a “revolução verde” assegurar alimento suficiente para a população mundial. Países como o Brasil eram criticados por não adotarem métodos de controle efetivo de natalidade, resultando disso críticas como a que segue: “Repudiamos, pois, o embuste de ‘explosão demográfica’ que muitos nos querem impingir como ameaçando o Brasil. É urgente desmascara essa chantagem internacional.”⁶⁰⁸.

⁶⁰⁵ VELOSO, Haroldo. *Op. Cit.*, p. 48.

⁶⁰⁶ CASTRO, Felipe. Estrangeiros estão de olho na Amazônia. In: CODIPLAM. A Amazônia brasileira em foco. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967, p. 21.

⁶⁰⁷ BEVILÁQUA, Gen. Peri. *Op. Cit.*, p. 27.

⁶⁰⁸ CASTRO, Felipe. *Op. Cit.*, p. 26.

Felipe Castro produziu o seguinte artigo: “Estrangeiros estão de olho na Amazônia” que também fez parte da coletânea “A Amazônia brasileira em foco” promovida pela CODIPLAN. Em seu artigo, Castro (1967) promove um debate acerca de métodos anticoncepcionais e aponta “soluções” para os ricos do crescimento demográfico, no qual afirma:

Aos que pretendem se valer da religião, deturpando conceitos claríssimos da Igreja e até mesmo preceitos bíblicos como o contido no capítulo I, versículo 28, do Gênesis, da Bíblia – ‘crescei e multiplicai-vos e enchei a terra’ [...] Na mensagem de Natal de 1963, o Sumo Pontífice Paulo VI, falando a propósito do combate à fome no mundo, declarou: **‘O remédio não está na redução da natalidade e sim no aumento da produção de alimentos’**⁶⁰⁹ (grifo do autor)

O cristianismo representa importante influência, em um país de maioria católica, com fortes características baseadas na moral cristã. O Regime Militar se valeu desses discursos para obter apoios, os investimentos na Amazônia, eram elencados como medidas de benevolência ao qual deveria contar com o apoio das sociedades “patriota” e “cristã” que constituía o Brasil.

Assim, desenvolver a Amazônia se constituía em “missão” dos “nacionalistas” e “patriotas” que deveriam apoiar a “guerra” do Regime Militar contra a floresta e suas “imposições” de modo a “ajudar” as populações que se encontrava “refém” do atraso determinado pela selva.

Brasileiros que se dedicam, alguns longos anos, a estudos e iniciativas pertinentes à defesa e ao desenvolvimento da grande Região Amazônica – 60% do território pátrio! – congregaram-se para, de maneira organizada e sistemática, realizarem esforço conjuntos visando à consecução desses magnos objetivos⁶¹⁰

O “esforço conjunto” requeria a participação de empresários, intelectuais, políticos, populares, “todos” os segmentos sociais eram convidados a cooperar e se unir para cumprir os “magnos objetivos” de “agregar” a Amazônia ao país, uma “missão” “verdadeiros” dos nacionalistas.

[...] campanha nacional e nacionalista que, através da mobilização dos patriotas em geral – à semelhança da luta pelo petróleo, especialmente de 1948 a 1953 – procurará concretizar os objetivos de defesa da Amazônia, contra a cobiça internacional, e de seu

⁶⁰⁹ Ibid., p. 29.

⁶¹⁰ FREITAS, Tácito Lívio Reis. *Op. Cit.*, p. 5.

pleno, urgente e vigoroso desenvolvimento, numa Pátria soberana e emancipada de instituições anacrônicas.⁶¹¹

Cabia aos brasileiros adentrarem nessa nova luta para integrar Amazônia e suas populações “aflitas”.

Esperamos vir a contar, cada vez mais, com a presença estimulante e a indispensável colaboração de cientistas, técnicos, engenheiros, professores, jornalistas, estudantes, parlamentares, militares, servidores públicos, trabalhadores em geral, donas de casa – de todos, enfim, sensíveis aos problemas e às aspirações de nosso Povo e de nossa Pátria, e que compreendam em especial, o que há de dramático na situação dos 60% do território nacional que constituem a ainda infeliz Amazônia brasileira.⁶¹²

A demanda por apoio fez parte do esforço do Regime Militar em afirmar que o golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas em parceria com as elites conservadoras se deu para o retorno da “normalidade” democrática, por mais que o golpe tenha se radicalizado a partir de 1968 com o AI-5. O apoio popular foi uma necessidade criada para desviar as atenções das medidas autoritárias e repressivas que vinham sendo tomadas, assim, por exemplo, junto do aumento da repressão, por meio de prisões, torturas e assassinatos, a imagem do Brasil enquanto país do futebol ia se consolidando a partir da estreia da seleção brasileira exibida pelos meios de comunicação durante a copa do mundo de futebol de 1970. A integração da Amazônia foi tratada como medida absolutamente importante para o desenvolvimento do país de modo geral, com a integração da região, outrora, esquecida e que se encontrava “mergulhada” no “atraso”.

[...] podemos afirmar, sem falso otimismo, que caminhamos com segurança, no sentido da *conscientização nacionalista* do problema da Amazônia [...] levaram os temas da mesma a Brasília, Manaus, Belém, Pôrto Velho, S. Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia e S. Paulo, entre muitas outras das mais importantes cidades do país.⁶¹³

O Regime Militar ia se empenhando nessa “missão” promovendo debates nos centros urbanos e chamando atenção para a necessidade de integração definitiva da Amazônia. Os projetos anteriores antes e após a SPVEA, foram caracterizados como ineficazes. No relatório de atividade da SUDAM, João Andrade (1968) nos leva a entender que era um momento de aquisição definitiva de uma região

⁶¹¹ Ibid., p. 5.

⁶¹² Ibid., p. 6.

⁶¹³ Ibid., p. 7.

próspera, assim, destaca “[...] o reconhecimento ad perpetuum dos que estão engajados no ideal de conquista pacífica para o Brasil desta área de potencialidade.⁶¹⁴ O “domínio” da Amazônia seria, então, uma conquista dos militares que se faria com apoio popular para resolver o “problema” Amazônia, a conquista seria efetiva, de modo a superar “formulações pessimistas de que não conseguiremos, através de um esforço nacional, dominar a Amazônia”⁶¹⁵. Por diversas questões era preciso integrar a Amazônia.

[...] Que se proceda à integração da Amazônia. Incrementando sua colonização, abrindo-se estradas que até lá nos conduzam, desenvolvendo sua indústria, explorando-se suas jazidas, fazendo renascer a navegação de suas águas, dotando-se sua população das condições mínimas de higiene e educação. Para que isso ocorra, sob orientação oficial, e com recursos nacionais, única forma de mantermos a soberania brasileira sobre a totalidade intocável de seu território, há também a necessidade imperiosa de difundir-se entre todo o povo de nossa terra o conhecimento da problemática amazônica.⁶¹⁶

A “subordinação” definitiva da natureza era o passo mais importante que deveria ser iniciado de modo imediato, para isso, instituições e centros de pesquisa, bem como, cientistas e intelectuais foram “convocados” a pensar soluções para os “problemas” da Amazônia. Nessa perspectiva, pesquisar, estudar, analisar, compreender e solucionar eram palavras repetidas amiúde, principalmente, desde a Operação Amazônia. As instituições de pesquisa, portanto, precisavam cumprir seu papel, o Regime Militar, passou a financiar mais pesquisas e promover reformulação e criação de novas instituições.

[...] acha-se instalado o Instituto Agrônomo do Norte, órgão centralizador de toda ordem de pesquisa econômica sobre a Hiléia, que dispõe de *magníficas instalações* e um corpo regular de agrônomo e químicos dedicados ao estudo dos problemas neotrópicos⁶¹⁷

Pesquisadores e seus currículos foram expostos, a fim de revelar as possíveis contribuições dos intelectuais, a exemplo de Ferreira Reis (1960) e do sociólogo e demógrafo José Betencourt que “apresentou uma contribuição viva, útil, preciosa”⁶¹⁸,

⁶¹⁴ ANDRADE, João Walter. *Op. Cit.*, p. 34.

⁶¹⁵ CÂMARA, Geraldo. *Op. Cit.*, p. 34.

⁶¹⁶ LIMA, Chopin Tavares. *Op. Cit.*, p. 59.

⁶¹⁷ BERNARDES, Arthur. *Op. Cit.*, p. 6.

⁶¹⁸ REIS, Artur César Ferreira. Prefácio. In: BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 12.

cabendo às autoridades e quem houver compreender que “[...] As sugestões que apresenta devem ser examinadas com serenidade e objetividade”⁶¹⁹, pois são alusões articuladas por um “sacerdote católico, português, formado por Universidade norte-americana, em ciências sociais”⁶²⁰. Contudo, por mais que as “contribuições” de um estrangeiro possam ser consideradas a resolução dos “problemas” da Amazônia, deveriam ser encaradas como uma questão nacional, pcomo segue: “Uma condição, porém, é essencial para que qualquer projeto de vulto se torne de fato uma chave de acesso ao desenvolvimento: **deve êle ser um empreendimento estatal e dos brasileiros.**”⁶²¹

Para Betencourt (1960) a Amazônia se constituía enquanto região atrasada devido a questão social se sobrepor à econômica:”

A Amazônia e duma maneira geral o Brasil, ilustra-nos um caso em que o fenômeno social tem, e continua a ter, primazia sôbre o econômico. Na história da sua evolução econômica podemos distinguir essa predominância⁶²²

A superação do modelo extrativista era considerada fundamental, mesmo a economia da borracha que no passado movimentou a economia e trouxe mudanças, não deu conta de garantir transformações profundas, assim, Betencourt (1960) segue afirmando:

Uma crise que se arrasta de há muito tempo, fêz ruir a economia da região Amazônica, baseada quase exclusivamente nesta indústria. Como diz Osório Nunes, a Amazônia, depois de um longo período de cultura agrária, retornou no século XX, ao estágio econômico da época do descobrimento.⁶²³

Seria necessário desenvolver mais estudos em campos diversos:

[...] à escassez de estudos demográficos, sociológicos e econômicos sôbre a Amazônia. Isto nos permite lembrar a necessidade de um plano geral de estudos das ciências sociais como indispensável para o seu desenvolvimento⁶²⁴

Faltavam informações importantes, como por exemplo, sobre o rio Amazonas:

⁶¹⁹ Ibid., p. 12.

⁶²⁰ Ibid., p. 8.

⁶²¹ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 17.

⁶²² BETENCOURT, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 53.

⁶²³ Ibid., p. 55.

⁶²⁴ Ibid., p. 67.

O Amazonas é um dos poucos grandes rios do mundo cuja bacia ainda não foi amplamente estudada e analisada em termos de controle de enchentes, de irrigação e de potencial hidrelétrico, embora seja ele totalmente navegável e haja em toda sua extensão comunidades humanas, algumas consideráveis.⁶²⁵

Exposição Amazônia brasileira tratou de congregar uma série de pesquisas, estudos, análises as mais diversas que tinham por objetivo apontar novas possibilidades para os “velhos problemas” da Amazônia. Estas produções precisavam romper com as teorias anteriores que consideravam as regiões de floresta tropical sem potenciais para o desenvolvimento econômico, posto que, “recentes pesquisas efetuadas pelo Conselho Nacional de Geografia não nos levam, entretanto, a concluir por este dilema sinistro”⁶²⁶. Novas pesquisas trouxeram “descobertas” importantes sobre clima, vegetação, solo, pecuária, e outros., por conta disso, investimentos em pesquisa científica foram elencados nos PDAs:

Entre as novas iniciativas da SUDAM nesse setor destaca-se o convênio recentemente assinado com o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, que estabelece a cooperação técnica entre os dois órgãos para a realização de pesquisa. O programa deverá tomar impulso significativo com a instalação, em Belém, de laboratório de Mineralogia e Geologia, para análises químicas, petrográfica, cartográfica, aerofotogramétrica e para tratamento mecânico. E em Manaus, de Botânica e Hidrologia, para pesquisas florestais, fitoquímicas, biomédicas, sócio-econômicas, limnológica e geológica.⁶²⁷

A natureza da Amazônia entraria em análise com os incentivos que vinham, promovendo parcerias e pesquisas:

Na pesquisa e revelação dos recursos naturais da Amazônia, a SUDAM tem recebido a colaboração sempre entusiasta do Ministério das Minas e Energia, na pessoa de seu digno titular, o Coronel Costa Cavalcanti; do Departamento Nacional de Produção Mineral, através do seu ilustre diretor, o Engenheiro Geraldo Barbosa Mamede, e do Conselho Nacional de Pesquisa, por intermédio do professor Heitor Grilo, seu ilustre representante neste conselho.⁶²⁸

Outros segmentos econômicos também contariam com investimento. O extrativismo da castanha do Pará, por exemplo, foi analisado o que resultou na necessidade de “modernizar” sua comercialização, como segue.

⁶²⁵ CASTRO, Felipe. *Op. Cit.*, p. 22.

⁶²⁶ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, p. 13.

⁶²⁷ ANDRADE, João Walter. *Op. Cit.*, p. 13.

⁶²⁸ *Ibid.*, p. 15.

Por força de convênio firmado com o Centro Tropical de Pesquisa e Tecnologia da Alimentação, de Campinas, realizam-se ali estudos de laboratório para determinação do potencial proteico e a capacidade de armazenamento da castanha do Pará. A SUDAM mandou um dos seus técnicos a São Paulo, o qual aplicará posteriormente, os conhecimentos tecnológicos adquiridos, na orientação de novas indústrias que se implantarão na área para aproveitamento integral da castanha na alimentação humana ou na utilização industrial do seu óleo. A exploração nacional da castanha do Pará será outra fonte de riqueza para a Amazônia e divisas para o Brasil em virtude da excelente cotação do produto no mercado internacional.⁶²⁹

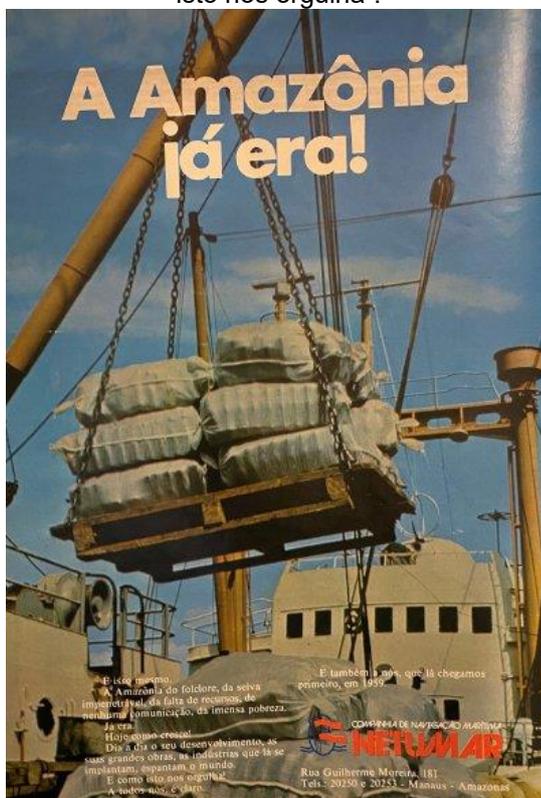
Portanto, os benefícios da intervenção estatal seriam para todo o país e não somente para a Amazônia, assim, O Regime Militar se valeu de argumentos que qualificavam suas medidas na região enquanto benefício nacional.

O desenvolvimento econômico proposto pelos militares via a economia extrativista como transitória. Sob análise de técnicos, o extrativismo era um desafio, adentrar a “selva”, para colher o que a floresta oferecia e utilizar esses “produtos” como base do comércio não atendia os requisitos do modelo capitalista que incentivava a obtenção de lucros por meio da produção industrial. Mesmo que alguns produtos (por serem da região) tivessem aceitação no mercado interno e externo (como a borracha, juta e castanha, por exemplo), o extrativismo precisava ser superado, posto que os segmentos econômicos incentivados pelo Regime Militar contribuíam para a derrubava-se a floresta, assim, abertura de rodovias, extração madeireira, a agricultura, a pecuária, a mineração, dentre outros, foram apontados como o caminho “certo” do “progresso” regional, com vias a possibilitar o desenvolvimento econômico e, como consequência, o social.

⁶²⁹ Ibid., p. 19.

CAPÍTULO 05 – “A Amazônia já era...”: civilização, natureza e sociedade nas propagandas e nos PDAs

Figura 12 - Anúncio da Netumar⁶³⁰ avisando que a Amazônia da “selva impenetrável” já era: “E como isto nos orgulha”.



Fonte: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim/1970

Se pudéssemos dizer que a Amazônia pertencia à “selva”, como diziam as propagandas militares, o Regime Militar queria a Amazônia “pertencendo” ao Brasil. A floresta, as árvores, os “recursos naturais” abundantes e em estado bruto, a “selva”, caracterizada como impositiva a ponto de “subjugar” os povos a seus “anseios”, precisava ser submetida ao progresso técnico, desse modo, teríamos como resultado “desenvolvimento” econômico e a “integração” definitiva das regiões do país.

É isso mesmo,
A Amazônia do folclore, da selva
impenetrável, da falta de recursos, de
nenhuma comunicação, da imensa pobreza.
Já era.
Hoje como cresce!

⁶³⁰ A Companhia de Navegação Marítima Netumar funcionou como empresa de navegação de cabotagem por meio do Decreto nº 56.427, de 7 de junho de 1965, possuía sede na Cidade do Rio de Janeiro. Ver: Decreto nº 56427 de 07/06/1965 / PE - Poder Executivo Federal.

Dia a dia o seu desenvolvimento, as
suas grandes obras, as indústrias que lá se
implantaram, espantam o mundo.
E como isso nos orgulha!
A todos nós, é claro!
E também a nós, que lá chegamos primeiro, em 1959.
Companhia de Navegação Marítima NETUMAR. (Cartaz NETUMAR).

A cobiça internacional sob a Amazônia frente a possibilidade de extração de riquezas “inimagináveis”, era entendida como ameaça e foi encarada como um dos principais fatores utilizados pelo Regime Militar para a elaboração de políticas de desenvolvimento da região. Para os tomadores de decisões nas Forças Armadas questões relacionadas à soberania nacional, de forte cunho nacionalista, encontrava adesão social, na figura do patriota.

O Regime Militar tratou de despertar a “cobiça nacional” sobre os “recursos naturais”, a imagem do navio da Netumar sendo embarcado com “produtos” embalados para chegar ao consumidor, se constitui em fonte que revela o papel da propaganda do regime autoritário, o beneficiamento e modernização no processo de embalagem e logística, indicavam que a implantação dos planos vinha se consolidando.

Para executar suas medidas de intervenção na região amazônica, o Regime Militar precisou, além do apoio popular, do empresarial e do político, na intenção de adquirir financiamentos de fundos nacionais e estrangeiros. Por conseguinte, os usos de propagandas nas mais diversas mídias cumpriram um papel importante, pois passaram a mostrar ao país a Amazônia como espaço propício para investimentos. Não somente as propagandas, aspectos da cultura urbana intelectual moderna eram divulgadas.

No ano de 1968, estava em vigor o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, as medidas foram se materializando em ações, propagandeadas por revistas como *O Cruzeiro*. A junção dessas informações nos possibilita uma compreensão ampla acerca das bases conceituais que se materializaram nos planos de desenvolvimento que impactaram o cotidiano das populações que habitavam a região.

Ainda no contexto de implantação dos planos de desenvolvimento as propagandas governamentais multiplicaram-se nos meios de comunicação, a fim de conquistar apoio social, político e, principalmente, empresarial. É nessa perspectiva

que a revista “O Cruzeiro” (setembro de 1968) vai trazer na edição nº31 o “ESPECIAL – Caderno Pará”.

5.1. – A Amazônia “desejada”: “O Cruzeiro” e outras mídias

Não foi por acaso que o estado do Pará foi escolhido para representar as possibilidades diversas ao avanço do capitalista na Amazônia, o estado fora o principal “herdeiro” dos lucros da economia gomífera e dos investimentos, principalmente, desde a SPVEA.

O estado do Pará fora divulgado como exemplo de modernidade e industrialização que deveria reverberar em outras partes da região e, ainda, para revelar ao Brasil a Amazônia “desenvolvida”, “integrada”, “moderna” de um “novo” Pará que cresce cada vez mais, assim como suas edificações, com máquinas pesadas trabalhando na infra-estrutura das cidades. Enquanto que, no campo, florestas dão lugar a agricultura e pecuária e são “rasgadas” por rodovias criando possibilidades de preencher o “vazio”, somado a essas questões, a Universidade Federal do Pará assume o objetivo de lidar com os desafios e busca contribuir com o desenvolvimento aos moldes dos princípios do Regime Militar..

O “ESPECIAL – Caderno Pará” trouxe uma série de informações, de modo a mostrar ao país a Amazônia transformada por meio de obras diversas, da construção civil, de saneamento, abertura de rodovias, e ainda, industrialização, avanços nas telecomunicações, a gestão governamental ativa por meio de apoio técnico administrativo advindo da SUDAM e financeiro do BASA, e muitos outros elementos. Além de hábitos, costumes e formas de viver que se assemelhavam aos hábitos praticados no cotidiano dos grandes centros urbanos.

De início é importante destacar a reportagem no “ESPECIAL – Caderno Pará”, que tem como tema a Universidade Federal do Pará, posta enquanto instituição basilar para o desenvolvimento econômico e social, por meio, do acesso à educação superior, esta, por sua vez, a serviço dos planos que vinham sendo elaborados, a partir, de técnicos qualificados em diversas áreas.

A revista O “Cruzeiro, revista contemporânea dos arranha-céus”, projetada por Assis Chateaubriand e publicada desde 1928, tendo seu primeiro número

esgotado⁶³¹ em pouco tempo, trouxe na edição de nº 38, de 21 de setembro de 1968, no tópico reportagens: “ESPECIAL – Caderno Pará” 64 páginas, nas quais receberam destaques elementos considerados característico de modernidade. As reportagens abordavam questões relacionadas à inserção de tecnologias de produção no estado, bem como temas diversos relacionados aos “avanços” do Pará, sob reflexo dos incentivos oriundos das políticas de desenvolvimento econômico dos governos militares.

Essa edição vai abordar questões que divulgam os resultados das intervenções militares. As bases vão estar alicerçadas em discursos de especialistas, que vão abordar assuntos diversos, os quais compõem um conjunto de informações que nos permitem compreender reflexões desenvolvidas sobre as sociedades Amazônia, ideias de aspectos considerados civilizados e os usos e manejos das matérias-primas.

Figura 13 - Reportagem: ESPECIAL – Caderno do Pará.



Fonte: O Cruzeiro, ANO XL, Nº 38 – 21 de setembro de 1968

Este caderno mostra a estrutura econômico-financeira do Pará. E também seu conteúdo social e humano: os clubes, recreação

⁶³¹MAGALHÃES, Aline Montenegro e BOJUNGA, Claudia Barroso Roquette-Pinto. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista O Cruzeiro (1948-1960). *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 345-364, julho-dezembro de 2014, p. 346. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/eh/v27n54/0103-2186-eh-27-54-0345.pdf>> Acesso em 10 nov 2020.

silvestre, tôdas as faixas de uma comunidade alegre e progressista. É uma lição de Amazônia moderna, de Belém metropolizada. Um pequeno dicionário do Pará Nôvo, que aponta os andares para o céu⁶³².

O *Cruzeiro* coloca em uma página inteira a foto do recém-inaugurado Edifício Manoel Pinto da Silva, até então o mais alto da região Norte, símbolo de modernidade construído em uma região margeada pela várzea. Edificações desse porte, eram consideradas símbolos de modernidade, aspectos ambientais, como os ecossistemas de várzea, não mais eram considerados fatores limitantes para a engenharia.

Por se tratar de uma revista de circulação nacional reconhecida, O *Cruzeiro* foi capaz de atingir um público de interesse do Regime Militar para somar apoio aos seus projetos, uma vez que, Belém, entendida enquanto cidade em processo de modernização, vinha a se constituir em representação simbólica de Amazônia “desejada” pelo regime.

Nesse contexto, entre 06 e 18 de agosto de 1968, o presidente marechal Costa e Silva veio a Belém instalar o “Govêrno Federal na Amazônia”⁶³³, a fim de “sentir ao vivo os reclamos do desenvolvimento e integração econômica da região”⁶³⁴. Para atender a esses “pedidos” das sociedades da Amazônia, o então presidente assinou 200 (duzentos) atos importantes para alavancar o “desenvolvimento”, por meio de implantação de infraestrutura que objetivavam atender as demandas. A visita foi agigantada em exaltações, a fim de demonstrar sua relevância à região.

O ministro Jarbas Passarinho – o maior líder da Amazônia e autor da nova face do Pará com o advento da Revolução – sintetizou a passagem do Gôverno Federal pela região como ‘o fato mais importante da história do grande vale setentrional’⁶³⁵

Tal evento, posto como “histórico” pela sua singularidade tinha por objetivo dar prosseguimento as medidas elencadas pela “Operação Amazônia” com finalidade de integração da região à economia nacional.

⁶³² LEMOS, Ubiratam de. Pará: o desafio do NORTE. O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ANO XL, Nº 38, Setembro, 1968, pp. 67-??, p. 67.

⁶³³ Ibid., p. 68.

⁶³⁴ Ibid., p. 68.

⁶³⁵ Ibid., p. 68.

O governador do estado Alacid Nunes (1966-1971), na reportagem “AS PROVAS DO GOVÊRNO DO ESTADO”, expõe suas ações nos campos da produção e distribuição de energia, saneamento básico, ampliação das rodovias, investimentos em educação com a implantação do “sistema de ensino orientado para o trabalho”⁶³⁶.

Na reportagem “BANCO DO ESTADO DO PARÁ FINANCIA PRODUÇÃO E COMÉRCIO”, o mesmo é apresentado como banco financiador com capital consolidado e interiorizado à 8 municípios do estado, suas aplicações, empréstimos, reservas e fundos, depósitos e lucros refletem o seu crescimento.

O processo de urbanização de Belém também é mencionado na matéria, segundo a qual os problemas da cidade se dão devido a sua “posição geográfica, na foz do Amazonas” o que “criou, evidentemente, problemas graves de saneamento, que o Gôverno do Estado do Pará procura resolver em curto prazo”⁶³⁷. A cidade de Belém é margeada por várzea. Os ecossistemas onde a cidade foi se expandindo são reputados como responsáveis pela realidade de seu saneamento básico, assim, mesmo no espaço urbano aspectos da natureza da Amazônia são lembrados como entraves ao desenvolvimento, poucas são as reflexões acerca dos investimentos em políticas de saneamento básico que se aplicados devidamente poderiam resolver muitas das situações problemas que afligiam as populações. A responsabilidade pela precária rede de saneamento básico da cidade fora tributada à natureza.

O “novo” momento de urbanização se deu por meio de investimentos em saneamento básico, foi executado com o uso das “mais moderna e versátil maquinaria, com o concurso de mão-de-obra excepcionalmente bem dotada”⁶³⁸. Financiado por meio de parcerias do governo do estado, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), a SUDAM e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), o projeto teve como consequência o surgimento de uma “nova” Belém, “portal da Amazônia”, que “cresce vertiginosamente com o progresso geral, que modifica a fisionomia da região”⁶³⁹, “fenômeno” atribuído não somente ao crescimento demográfico, mas, principalmente, ao desenvolvimento industrial da cidade. Acerca do clima de Belém, temos o seguinte: Belém “cresce célere, mas tranquilamente, sob o sol ardente da Amazônia, sem correr o perigo de ficar com

⁶³⁶ Ibid., p. 70.

⁶³⁷ Ibid., p. 72.

⁶³⁸ Ibid., p. 72.

⁶³⁹ Ibid., p. 80.

sede [...]”⁶⁴⁰, com o regime a expansão da rede de abastecimento de água da cidade se expandiu “resolvendo” problemas de falta de água.

A ampliação de rede rodoviária é outro ponto em destaque, pois trata-se de um requisito considerado importante para o processo de integração e fluxo de mão de obra. A ligação do Nordeste à Amazônia, por meio do projeto Transamazônica vinha atender as políticas de migração. A integração rodoviária do Pará tinha por fim “completar a trama estabelecida pelo Plano Rodoviário Nacional”⁶⁴¹. As malhas rodoviárias foram se expandindo considerando regiões estratégicas, como as que possibilitam acesso à “primeira usina hidrelétrica do Pará em Curuá-Una”⁶⁴², as que fazem ligações com o Nordeste por meio da rodovia que parte de Belém a Viseu (Pa-25) e, ainda, as que permitem o acesso a regiões “ricas em recursos naturais, especialmente, minerais”⁶⁴³, entre os problemas a serem solucionados por meio da integração rodoviária estavam aí: o de energia, de mão-de-obra e de exploração mineral.

O transporte aéreo também cresceu. A empresa aérea A Paraense, a partir da inserção de novas aeronaves em sua frota, encontrou-se apita e “aparelhada para a integração aérea pan-americana”⁶⁴⁴. A integração aérea foi um desafio inserido como parte de um “projeto para implantação de uma rede aérea de integração da pan-amazônia”⁶⁴⁵. A trajetória narrada a seguir acerca da escolha da empresa aérea A Paraense, enquanto empresa selecionada como parceira do governo federal, alvo dos investimentos para a implantação dos projetos de desenvolvimento, permite-nos compreender melhor essa relação entre Estado e iniciativa privada.

A Paraense é a mais indicada, inclusive dentro do panorama da ação federal na Amazônia, exatamente por ser uma empresa que tem raízes na economia da região. Ela mesma é amazônica. Consequentemente, operando em território amazônico, ela canaliza recursos que se reproduzem na própria região. E êsse é um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, pôsto em prática, pelo Gôverno da República. Além disso, ela propiciará a fixação e o aumento da renda, gerada por outras atividades, o que se pode definir como um autêntico servidor público em favor das comunidades regionais.

⁶⁴⁰ Ibid., p. 80.

⁶⁴¹ Ibid., p. 76.

⁶⁴² Ibid., p. 76.

⁶⁴³ Ibid., p. 76.

⁶⁴⁴ Ibid., p. 84.

⁶⁴⁵ Ibid., p. 85.

Sabe-se, no entanto, que a própria estrutura de serviços da região não absorvia a demanda intensificada a partir dos processos de intervenção e, conseqüentemente, que as empresas que mais obtiveram lucros não eram regionais.

O setor de saúde pública é, também, destacado na reportagem “Saúde pública no Pará: cara a cara com a questão”, segundo a qual o referido setor “ao lado da Educação – representa problema dos mais sérios na área amazônica”⁶⁴⁶, esta se expandido, apesar da “verba limitada”, no contexto em que “[...] É evidente o progresso de Saúde Pública no Pará entre as marcas de 1964-1968, etapa de maior evolução de soluções exatas”⁶⁴⁷, o governo militar seria, então, o responsável pela melhoria das condições de acesso à saúde no estado, por ter tomado medidas efetivas e/ou “exatas” para isso, ou seja, não haviam mais espaços para “erros”.

Ademais, “Soluções exatas”, também estavam sendo tomadas no campo da agricultura segundo a reportagem “Olpassa: cheiro de amendoim”, que destaca os avanços da empresa a partir das ações de uma “boa” gestão, somadas a configuração de “lavoura firmada na pesquisa e experimentação, suporte infra estrutural da explosão industrial em áreas prioritárias da economia regional.”⁶⁴⁸. Os incentivos à pesquisa estavam, portanto, trazendo resultados e permitindo a formação de fazenda “tecnológica”, onde o “[...] processamento, do plantio à colheita, é todo êle mecanizado.”⁶⁴⁹.

O sucesso da Olpassa é posto como consequência dos investimentos em pesquisa científica, ou seja, “a melhor ciência no melhor chão, e aplicada pela melhor equipe, sem possibilidades de exagero”⁶⁵⁰, o que possibilitou com que a empresa seja vista como “Olpassa senhores, é universidade rural, desenvolvimento moderno. É exemplo Marcadamente do Nôvo Pará industrial e agrícola”⁶⁵¹, tendo a empresa acesso ainda a “asfalto civilizado” o que lhe permitia escoamento da produção. Esses fatores onde a ciência aplicada à produção ganha espaço, a partir daquele momento, sobrepunham-se às práticas agrícolas empiristas, com a mecanização das colheitas, por exemplo, a “enxada e o facão de roça foram

⁶⁴⁶ Ibid., p. 82.

⁶⁴⁷ Ibid., p. 82.

⁶⁴⁸ Ibid., p. 87.

⁶⁴⁹ Ibid., p. 87.

⁶⁵⁰ Ibid., p. 87.

⁶⁵¹ Ibid., p. 87.

rifados”⁶⁵². Essa situação foi colocada como caminho sem retorno em uma Amazônia que vivenciava a “[...] presença moderna do Século nos antigamentos da região.”⁶⁵³. O exemplo da Olpasa ilustra as pretensões do Regime Militar e se soma as análises dos intelectuais conservadores na perspectiva de que a técnica se aplicada de maneira “racional” e “responsável” tende a possibilitar o desenvolvimento econômico.

As reportagens do Especial – Caderno do Pará, ultrapassam as fronteiras do estado, para tratar de outras regiões pertencentes à Amazônia. As experiências bem-sucedidas da Cervamar – Cervejaria Maranhense S. A. se constitui em um retrato do desenvolvimento econômico do Maranhão de 1968, sob a gestão do governador José Sarney, engajado “Na luta do desenvolvimento Amazônico”⁶⁵⁴. A Cervamar teve seu projeto aprovado pela SUDAM e BASA, contando também com o apoio de empresários paulistas e sulistas, considerados enquanto sinônimo de sucesso, já que a “presença de grandes investidores do sul na Cervamar é a prova de que Sarney está com as cartas certas do desenvolvimento”⁶⁵⁵. Como a maior parte dos empresários estão no Centro sul “industrializado” o convite era direcionado a estes para investir na Amazônia, pois está é a partir de então a região onde empresas “crescem” e “prosperam”.

Outra empresa maranhense, com instalações no Pará, Cinorte (Companhia Nordeste de Automóveis), acabou por ter em sua filial paraense força igual à da matriz. O motivo para o sucesso da empresa na região foi associado a dois fatores: “o processo de desenvolvimento do Pará e as técnicas de gerência do comandante Vinícius”⁶⁵⁶. Essas seriam as “fórmulas” do crescimento dos lucros da empresa e, conseqüente, expansão, isto é, a junção advinda da iniciativa governamental no fomento e financiamento dos projetos somados ao uso da técnica.

No Pará, a Cinorte, denominada Cimaq (Companhia Paraense de Máquinas), prosperou com o aumento dos lucros embalada por outros investimentos da União e ainda, como a implantação da Belém-Brasília, que trouxe “em seguida correspondente expansão industrial – óbvia e imoderada.”⁶⁵⁷ A Belém-Brasília, considerada símbolo de integração nacional, por “ligar” a maior capital da região

⁶⁵² Ibid., p. 87.

⁶⁵³ Ibid., p. 87.

⁶⁵⁴ Ibid., p. 88.

⁶⁵⁵ Ibid., p. 88.

⁶⁵⁶ Ibid., p. 89.

⁶⁵⁷ Ibid., p. 89.

norte ao centro consumidor e financeiro do país, transformou-se em um marco que deveria ser reaplicado. A partir da Belém-Brasília, as mudanças se acentuaram na direção do “desenvolvimento” pretendido pelos militares.

O Pará continuava navegando no passado. Isolado, à mingua de *Know-how*. [...] O desenvolvimento não conseguia romper as páginas da literatura econômica e sociológica. Não saía do papel. Foi a Belém-Brasília, sob o comando do vibrante e inesquecível Bernardo Sayão, que deu o primeiro grande empurrão no Pará, quebrando-lhe o isolamento. Depois apareceu o alargamento da lei de incentivos fiscais⁶⁵⁸

A interligação da região precisava ser, também, aérea. Aeroportos foram criados e possibilitaram crescimento de determinadas empresas, na reportagem “CÉU DO PARÁ É DA KOVACS”, a empresa de táxi-aéreo é demandada como essencial, permitindo ao “homem de empresa”⁶⁵⁹ chegar onde seus investimentos estavam

Sua diretoria é funcional e alegre. Eis o Adalberto, que lembra um pouco personagem romântica de Exupéry, pois vive entre os violinos e os roncões dos Cessnas; o irmão Francisco, idem boa-praça-até-o-final-da-linha, e os veteranos Virgílio Melo e João Pitta Xavier, êstes pilotos de macetes mágicos, velhos guerreiros do céu amazônico. Aqui vai um palpite à SUDAM: Coronel, dê a Kovacs o que a Kovacs merece. Sua missão, que também é militar, porque é estratégica em muitos sentidos, pede o apoio continuado e estimulante da SUDAM. Porque se cresce o desenvolvimento amazônico, a Kovacs – ação viva dêsse desenvolvimento – deve também ampliar suas asas.⁶⁶⁰

O táxi-aéreo dava a segurança ao investidor de está sempre que necessário no lugar onde seus investimentos estavam sendo aplicados, desse modo, a justificativa do isolamento não poderia mais ser utilizada. O Regime Militar tratou de apontar em variados segmentos as soluções já aplicadas e como estas vinham sendo bem sucedidas, os dados de crescimento financeiro de cada empresa era prova de que o investidor iria lucrar.

A reportagem se atém a estrutura organizacional da empresa e faz um apelo à SUDAM, sob argumentos de que as ações da empresa são relevantes inclusive pelo seu serviço “militar”. O espaço a reportagem “aproveita” para solicitar financiamento de instituições como a SUDAM.

⁶⁵⁸ Ibid., p. 93.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 94.

⁶⁶⁰ Ibid., p. 95.

A comunicação era em uma das maiores dificuldades do período e, de certo modo, contribuía para compreensão da região como “isolada”. A revista focou em questões diversas que poderiam se constituir em dúvidas, críticas e de algum modo afastar investidores. A reportagem “TELEFONES DE BELÉM: PROBLEMA RESOLVIDO” veio no intuito de mostrar o que o Regime Militar estava fazendo para a manutenção, ampliação e melhoria das redes de telecomunicação. O “isolamento” da Amazônia, precisava ser superado e, para o regime, o “problema” da comunicação havia sido resolvido em Belém, pois a capital do estado de maior economia da Amazônia não poderia ficar “isolada”. Deste modo, a relação problema/solução já vinha ocorrendo e estava dando “certo”.

O interior, também, foi colocado como espaço de modernidade. A partir desse “novo” momento, a própria Zona Bragantina do estado do Pará, que já possuía certas experiências e melhor infraestrutura do que outras regiões, passou a receber “o sôpro de estímulos capazes de dimensionar, com novas técnicas a produção diversificada da região”.

A região de Salinópolis, eleita como espaço de turismo, teve seu clima exaltado como terapêutico, considerado propício para a cura de “[...] Reumatismo, como todo complexo de doenças ósseas”⁶⁶¹ e “o melhor remédio na mesologia de Salinas, no seu clima, na sua geologia, na terapêutica de seu mar”⁶⁶². De uma maneira geral, a Amazônia litorânea, especificamente as regiões que possuíam áreas costeiras, consideradas propícias para o lazer, como no caso de Salinópolis, tiveram seu clima elogiado como um atrativo turístico, discurso bem diferente dos dizeres depreciativos associados ao interior da floresta que, diversas vezes, foi vista como espaço de selva “braba” e perigosa, porém, como podemos constatar, os discursos mudam conforme as conveniências.

Quando localizadas às margens do “desenvolvimento”, essas regiões são exaltadas, como as florestas de Castanhal, por exemplo, localizadas na Zona Bragantina, que são florestas “ricas de tudo”⁶⁶³ e imersas num município onde a educação se faz em mais de 50 escolas “bem instaladas”⁶⁶⁴ e a região de Santarém, outro exemplo, da “modernidade” atribuída reconhecida pelo Regime Militar.

⁶⁶¹ Ibid., p. 116.

⁶⁶² Ibid., p. 116.

⁶⁶³ Ibid., p. 116.

⁶⁶⁴ Ibid., p. 116.

Na esquina do Tapajós (azul) com o Amazonas (amarelo), Santarém é um susto de beleza [...] Sua gente pescadora e alegre é outra atração... Santarém é o município número 2 do Pará [...] Não é apenas um álbum refletindo no azul do Tapajós, porque virou, depois de 64, comunidade industrial, alcançando o século. Agora está inaugurando sua hidrelétrica a do Curuá-Una [...] A antropologia cultural andou se servindo dela... O certo é que a cerâmica tapajó, mais rica que a marajoara, é regalo de turismo pesquisador. [...] E Santarém também é passarela. Moldura de mulher bonita. Cada cabocla, um talo moreno. Às vezes com olhos verdes.⁶⁶⁵

Do rio “azul” ao pescador “alegre”, da cerâmica “superior” às caboclas ou “talo moreno” (que, ocasionalmente, possuíam olhos verdes), foram eleitos “atributos” dessa “nova” Santarém que “despontou” a partir da Operação Amazônia. As populações eram acolhedoras, e possuíam, traços de “civilidade”, mesmo as do interior.

Figura 14 – “Brotos do Pará (em cima) **decoram** a piscina do Pará Clube”⁶⁶⁶ (grifo meu).



Fonte: O Cruzeiro, ANO XL, Nº 38 – 21 de setembro de 1968.

Do mesmo modo, o passo a passo das obras que estão sendo feitas na capital paraense foram descritas a fim de revelar que a “precisão” técnica, ajustes, usos de novas tecnologias e mudanças estruturais da cidade de Belém eram possíveis. Sob gestão do prefeito Stélio Maroja, a “cidade-manga”⁶⁶⁷, tão lírica “quanto as caboclas suculentas que sentam nos bancos públicos à sombra dos

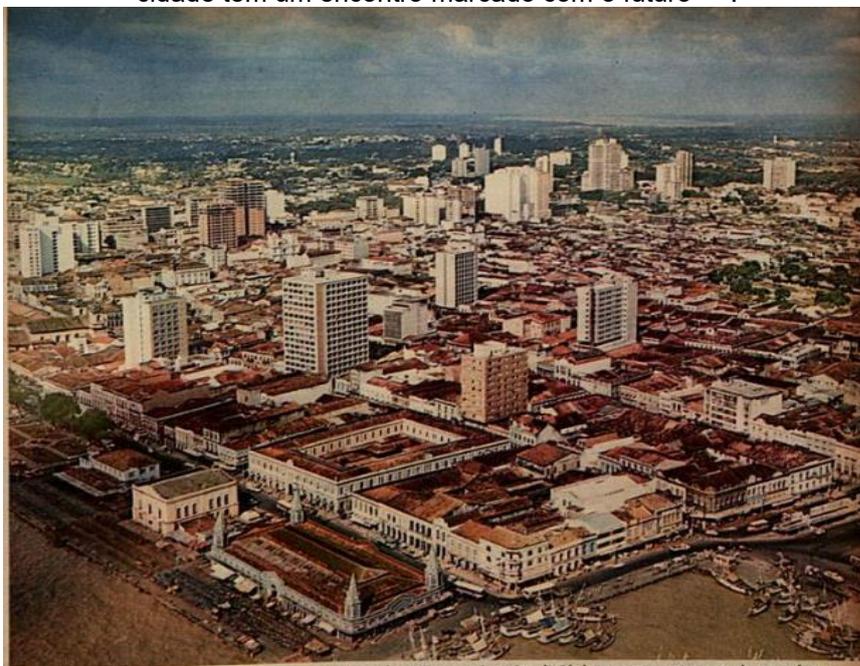
⁶⁶⁵ Ibid., p. 116.

⁶⁶⁶ Ibid., p.117.

⁶⁶⁷ Ibid., p. 120.

galhos verdes”⁶⁶⁸, foi posta como retrato da “modernidade” que vinha a se consolidar na Amazônia.

Figura 15 – “O centro urbano de Belém é assim: flocos de cimento armado entre o casario antigo. A cidade tem um encontro marcado com o futuro”⁶⁶⁹.



Fonte: O Cruzeiro, ANO XL, Nº 38 – 21 de setembro de 1968.

A revista trouxe, ainda, partes da entrevista realizada com o prefeito de Belém, o qual se propôs a fazer uma análise mais ampla, “deu lição de ocupação amazônica da região”⁶⁷⁰. Em sua análise, destacou a importância da Belém-Brasília “como estrada que destampou o Pará”⁶⁷¹, considerando a selva como “rôlha contra o desenvolvimento”. Novamente, a floresta (rolha) é vista como um empecilho que deveria dar lugar ao gado. A chegada dos pecuaristas de São Paulo a partir da abertura da estrada fora comemorada. Maroja vê o crescimento da pecuária como “[...] as novas bandeiras dêstes emboabas de hoje que arrastam o gado para a Amazônia”⁶⁷², a “relevância” da pecuária também era considerada como uma forma de fixar o “homem à terra”⁶⁷³, assim, o papel da abertura das rodovias, novamente, ganha destaque:

⁶⁶⁸ Ibid., p. 120.

⁶⁶⁹ Ibid., p. 120.

⁶⁷⁰ Ibid., p. 120.

⁶⁷¹ Ibid., p. 121.

⁶⁷² Ibid., p. 121.

⁶⁷³ Ibid., p. 121.

A estrada colonizando, ocupando, transformando espaços sem nada em economias de roça e de boi, plantando indústrias, aplicando soluções multiplicadoras de pólo-de-desenvolvimento. O surto de industrialização caminha ao lado da estrada [...] A Belém-Brasília já está comprovando esta tese [...] ⁶⁷⁴

Comprovar a “eficácia” das ações, que vinham sendo desenvolvidas a partir das iniciativas do Regime Militar era de suma importância. Esses resultados foram usados para justificar a intervenção do Regime Autoritário, colocando-o como necessário e eficaz, já que os resultados “positivos” eram muitos como cuidou de revelar a revista.

Os projetos não paravam por aí, pois sua finalidade estava associada à integração “plena” da região ao restante do país e, para que isso fosse possível, uma das medidas necessárias seria a ligação da Amazônia por meio de estradas que chegassem até às margens dos rios, como segue:

[...] No dia em que existir o diálogo de economia entre os rios amazônicos e as estradas que estão surgindo, então o grande vale setentrional estará com a missão cumprida. Assim, pensam os mais responsáveis técnicos da região. Assim pensa o prefeito Stélio Maroja. ⁶⁷⁵

O escoamento da produção e as possibilidades de ligações para a migração eram, amiúde, colocados como dois dos vários “problemas” que precisavam ser superados, aspirações e desejos da superação desses problemas vinham à tona frequentemente.

O caderno do Pará contou, ainda, com a reportagem “CORRIDA DE INVESTIMENTOS E A EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL”, na qual foi explicado o passo a passo das empresas para ter acesso às políticas de incentivos fiscais e financiamentos, “[...] As emprêsas locais, fazem seus planos e encaminham à SUDAM, para estudo e homologação ⁶⁷⁶”. Lamartine Nogueira, presidente do Banco da Amazônia S. A., em entrevista à revista O Cruzeiro afirmou:

A SUDAM aprova e o Basa financia, atendendo naturalmente à escolha do investidor em relação à emprêsa de sua particular preferência. Assim, a corrida de dinheiro tem sido enorme para a Amazônia, uma vez que a região oferece as condições essenciais aos investidores: lucratividade, mercados, matéria-prima e,

⁶⁷⁴ Ibid., p. 121.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 121.

⁶⁷⁶ Ibid., p. 123.

sobretudo, infra-estrutura, que vai por conta da conjugação de recursos dos Governos Federal e Estadual.

A disponibilidade de financiamento às empresas regionais se constituiu em medida fundamental para atrair empresários nos setores de maiores interesses. Medidas, como essa, possibilitaram o crescimento e ampliação de outras ações que, por vezes, foram citadas de modo a dar respaldo ao que se vinha fazendo. Setores empresariais (em especial os industriais) são, muitas vezes, apontados como desbravadores capazes de adentrar a floresta e fazer “brotar” desenvolvimento. Para o Regime Militar os grandes grupos industriais foram capazes de ligar regiões distantes por meio de estradas. Os custos sociais e humanos dessas iniciativas foram ignorados, posto que, para o regime qualquer empecilho ao “progresso” era obstáculo a ser superado, sejam estes ambientais e/ou humanos.

O destaque dado às empresas foi expressivo e pode ser bem visualizado no Caderno do Pará, em sua matéria sobre a Empresa de Construções Cíveis e Rodoviárias (ECCIR), uma vez que sua “[...] marca abraça tôda a Amazônia em desenvolvimento”. De acordo com a reportagem, a referida empresa é

[...] pioneira, desbravadora, quando rompe a selva com sua estrada. É urbanizadora, quando metropoliza cidades [...] É uma empresa que vive aplicando bilhões em algum recanto da Amazônia. Uma empresa que dá passagem para o desenvolvimento⁶⁷⁷.

O Regime Militar em acordo com os intelectuais conservadores, ressaltavam o papel das máquinas enquanto símbolos do desenvolvimento, pois, os resultados das técnicas se constituíram em forças para abertura da floresta, produção e todas as transformações da natureza, os custos ambientais, como em forma de poluição não eram tratados.

⁶⁷⁷ Ibid., p. 124.

Figura 16 – “Em Santarém, segundo município do Pará, máquinas trabalham a serviço do desenvolvimento”⁶⁷⁸.



Fonte: O Cruzeiro, ANO XL, Nº 38 – 21 de setembro de 1968.

Como vimos, as reportagens tratam de ações com apoio do governo federal em outros estados, como Amazonas, Amapá e Maranhão. Dessa forma, os elogios não eram destinados apenas às empresas, líderes políticos afinados ao Regime Militares também recebiam destaque, como o governador do Maranhão, José Sarney, o qual, segundo uma das matérias, era considerado “[...] senhor das técnicas no século tecnológico, praticante de filosofia de govêrno voltada para o poder criador do privatismo econômico. [...] Um bandeirante. Político e administrador”⁶⁷⁹.

Podemos observar no trecho acima muitos dos conceitos utilizados pelos intelectuais que estiveram presentes na Exposição Amazônia brasileira como a supervalorização do uso da técnica e questões apontadas como de aptidão administrativa relacionadas à tomada de iniciativas.

A relevância desses discursos reside no fato de que eles nos permitem analisar o processo de naturalização de conceitos, atrelados à noção de desenvolvimento econômico, utilizados pelo Regime Militar, baseado nos argumentos expostos pelos intelectuais afinados ao regime, tais como: a tecnologia como transformadora; a crença de que a privatização é o caminho certo; a ideia de que, naquele momento, se estava “desbravando” as selvas (como outrora fizeram os

⁶⁷⁸ Ibid., p. 118.

⁶⁷⁹ Ibid., p. 126.

bandeirantes); em resumo, uma série de conceitos vindos de fora, que foram introduzidos na região a fim de torná-la mais um retrato da “modernidade”.

Na fronteira do Pará/Amapá, demarcada pelo rio Jari, haviam exemplos de desenvolvimento, neste local instalada a Jari Indústria e Comércio S/A, a qual foi elogiada por promover “a execução de grandes projetos que estão transformando aquela região num ativo núcleo de desenvolvimento e colonização”, por plantar “[...] a Gmelina arbórea – verdadeira árvore da esperança” e por iniciar “extensas experimentações agropecuárias [...] visando a produzir o gado ideal para a região.”⁶⁸⁰.

Conforme percebemos, os projetos da Jari eram bem diversificados, indo da extração madeireira à comercialização e industrialização de outros produtos do extrativismo, da celulose ao gado. Além disso, a empresa trouxe à região a árvore que geraria lucros. O Território Federal do Amapá contava também com o galope da exploração industrial do minério que vinha recebendo maiores incentivos governamentais.

A empresa Jari Indústria e Comércio S/A “reformulou sua estrutura, compatibilizando as tradicionais atividades extrativistas com a grandiosidade dos projetos industriais e agropecuários”⁶⁸¹, essa reformulação fora possível a partir das transformações advinda das políticas de desenvolvimento que o Regime Militar estava promovendo. O projeto Gmelina veio para substituir a “floresta nativa existente, complexa e de exploração menos econômica [...]”⁶⁸². A desvalorização da flora nativa era uma constante (exceto quando convinha aos interesses econômicos), apesar disso, estudos acerca da viabilidade da exploração de algumas espécies de árvores, eram promovidos: “A madeira disponível com o desmatamento está com amostras em todos os grandes centros importadores, num projeto de abertura de mercados de grande importância para a região”⁶⁸³. A floresta derrubada que alimentava as cerrarias eram bem quistas.

⁶⁸⁰ Ibid., p. 110.

⁶⁸¹ Ibid., p. 110.

⁶⁸² Ibid., p. 110.

⁶⁸³ Ibid., p. 110.

Figura 17 – Em decorrência dos grandes projetos de reflorestamento e de plantações de pastagem, leguminosas e cereais, a JARI abre mercados para novas madeiras nacionais. Amostras são separadas.



Fonte: O Cruzeiro, ANO XL, Nº 38 – 21 de setembro de 1968.

É interessante notar que a revista trouxe em sua reportagem preocupações voltadas à manutenção do equilíbrio ecológico. Em 1968, esse tipo de argumentação era pouco utilizado, principalmente, quando relacionada à produção industrial, como segue.

A JARI está realizando, em convênio com o IPEAN, um completo inventário florestal de sua área; eminentes consultores, brasileiros e estrangeiros, orientam trabalhos científicos para preservação do equilíbrio ecológico, da fauna e da flora, grande preocupação dos dirigentes e acionistas da empresa.⁶⁸⁴

Porém, o advento dos movimentos ambientalistas e as pressões internacionais, por meio das mídias vinham ganhando visibilidade. A preocupação com o desequilíbrio ecológico provocado pela ação antrópica já se constituía em questão de preocupação aos países desenvolvidos.

⁶⁸⁴ Ibid., p. 110.

Figura 18 – “Tratores, guindastes, Caterpillar 977, motoniveladores, scrapers e equipamentos menores operam em Jarilândia e Monte Dourado. **A maior frota de desmatamento do continente**”⁶⁸⁵ (grifo meu).



Fonte: O Cruzeiro, ANO XL, Nº 38 – 21 de setembro de 1968.

Por vezes, as contradições que se faziam a partir dos discursos do Regime Militar eram eminentes, pois, “manutenção” do equilíbrio ecológico, frente à “maior frota de desmatamento do continente” nos permite a fácil compreensão dessa questão. As máquinas iam aos poucos derrotando a “selva” e a Amazônia almejada pelo Regime Militar vinha se “consolidando”.

Destacamos a reportagem sobre a Universidade Federal do Pará, cujo título “UNIVERSIDADE DO PARÁ É SUPORTE DO DESENVOLVIMENTO” deixa explícito o papel da instituição. Por essa razão, em 13 de agosto de 1968, a inauguração do “Conjunto Pioneiro” da universidade, uma das iniciativas apontadas pela Operação Amazônia, era a ampliação dos espaços de pesquisa e estudo. Assim, o marechal presidente Costa e Silva caminhou pelo campus sob os olhares de uma “multidão paraense”⁶⁸⁶ que “[...] tinha ainda cedo, se deslocado para as áreas circulares do Conjunto, a fim de bater palmas para o Marechal e seus ministros” como forma de “agradecer o impulso que o Governo Federal vem imprimindo ao desenvolvimento amazônico”⁶⁸⁷. Ao tratar dos “aspectos gerais da problemática universitária”, o Marechal fez um discurso no intuito de “atingir etapas mais avançadas da integração universitária, solução básica para o desenvolvimento”⁶⁸⁸.

⁶⁸⁵ Ibid., p. 87.

⁶⁸⁶ Ibid., p. 106.

⁶⁸⁷ Ibid., p. 106.

⁶⁸⁸ Ibid., p. 106.

Figura 19 – Reitor José da Silveira Neto e o marechal presidente Costa e Silva “Chefe da Nação recebeu o diploma de doutor honoris causa pela Universidade Federal do Pará”⁶⁸⁹.



Fonte: O Cruzeiro, ANO XL, Nº 38 – 21 de setembro de 1968.

Mais tarde, no Teatro da Paz, de Belém. S. Exa. transmitia a seus ministros, em palavras informais, a excelente impressão que lhe deixou a marca moderna da Universidade. Uma atitude de educação que é o maior suporte, em profundidade, da ocupação econômica da Amazônia.⁶⁹⁰

Desse modo, as bases se consolidavam com instituições de pesquisa empenhadas em desvendar os “problemas amazônicos” e trazer soluções eficazes, uma vez que dispõem de técnicas para isso. Nesse contexto, a Universidade Federal do Pará se ampliou. Seus cursos, laboratórios e demais estruturas foram colocados como alicerces de sustentação desse “novo” momento, no qual o “empirismo” deu lugar à técnica “bem aplicada”, portanto, mais um mecanismo para a resolução dos problemas de falta de informações sobre a região.

⁶⁸⁹ Ibid., p. 108.

⁶⁹⁰ Ibid., p. 108.

Figura 20 – O conjunto Universitário Pioneiro, em 1968.



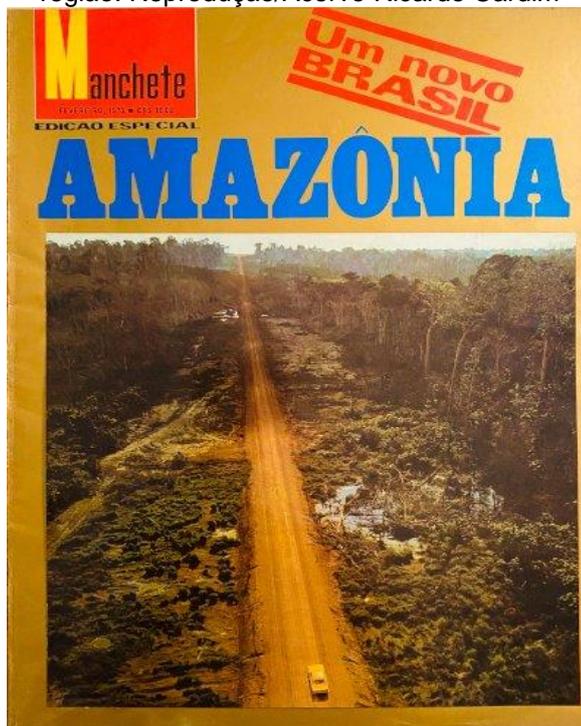
Fonte: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/8794-no-dia-13-de-agosto-de-1968-portanto-ha-exatos-50-anos-a-ufpa-inaugurava-o-conjunto-universitario-pioneiro-atual-campus-guama>

As margens do rio Guamá, em meio a ampla devastação (Figura 19), foi erguido o “Conjunto Pioneiro da Universidade Federal do Pará”. A demanda por pesquisas científicas que viessem a contribuir com o desenvolvimento da região amazônica, possibilitou a execução de obras que vinham para possibilitar a reunião de pesquisadores em espaços universitários e outros.

Os estudos sobre a região Amazônica oriundos das iniciativas do Regime Militar foram desenvolvidos, considerando a região como acometida de uma série de problemas que precisavam ser resolvidos. A propaganda da Companhia de Navegação Marítima Netumar e a edição nº31 da Revista O Cruzeiro que contou com o “ESPECIAL – Caderno Pará”, foram dois mecanismos publicitários afinados com as perspectivas apontadas pelo Regime Militar a partir da Operação Amazônia, a noção de que a natureza deveria dar lugar ao “produto industrializado” e gerar lucros foi exposta de muitas formas. Estes eram considerados resultados imediatos do 1º Plano Quinquenal de desenvolvimento da Amazônia (1967-1971) que estava em vigor.

A revista *Manchete* também foi utilizada como meio para propaganda governamental na Amazônia.

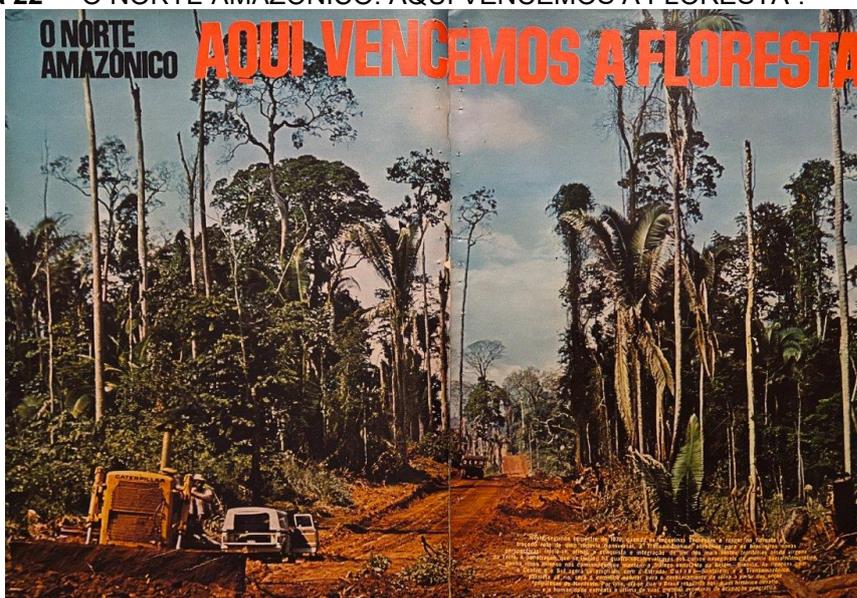
Figura 21 - Capa da edição especial da revista Manchete reproduzindo o discurso da Amazônia de que era preciso destruir a floresta para ocupar o “vazio demográfico” e aproveitar as riquezas da região. Reprodução/Acervo Ricardo Cardim



Fonte: <https://www.quatrocincoum.com.br>

A rodovia margeada por açudes em meio a floresta (Figura 19) é percorrida por um automóvel tendo ainda um longo horizonte para cursar até chegar a seu destino, agora, com a vantagem do reduzido tempo de chegada de uma região a outra. Este era um dos retratos do “novo” Brasil “renascido” pelas ações do Regime Militar.

Figura 22 – “O NORTE AMAZÔNICO: AQUI VENCEMOS A FLORESTA”.



Fonte: Revista Manchete, Edição Especial – Brasil 70/1970.

No início da década de 1970, os debates promovidos e planos de desenvolvimento regional em execução, o Regime Militar se preocupou em apontar suas conquistas frente à “selva”, estes eram momentos de divulgação dos resultados que justificariam os investimentos do Estado e da iniciativa privada, pois, em 1970, 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia estava em execução, desde 1967.

Enquanto que a revista “O Cruzeiro” no especial Caderno Pará, se esforçou para mostrar os “avanços”, principalmente, nas cidades. A revista “Manchete” destacou, no início da década de 1970, os símbolos de modernidades do campo.

A revista:

Criada por Adolpho Bloch, a Manchete foi uma revista semanal de grande sucesso publicada no [...]. Nas suas primeiras décadas, a Manchete foi a segunda maior revista brasileira, atrás apenas de O Cruzeiro. Fartamente ilustrada, a Manchete foi uma espécie de escola para muitos fotojornalistas [...]. Seus textos também tinham grande qualidade. Por sua redação passaram nomes como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, David Nasser e Nelson Rodrigues, entre outros.⁶⁹¹

A floresta, finalmente, estava sendo destruída, dando lugar à integração nacional, a tecnologia que levaria a Amazônia a integração “definitiva” ao país, encampava “vitórias”. Estando agora estampadas em revistas de circulação nacional. O empenho do Regime Militar em propagandear uma “nova” Amazônia, os fez retomar obras como a de Alberto Rangel que fora publicada em 1908, relembra na propaganda abaixo.

⁶⁹¹ LEAL, Bruno. Acervo digitalizado da revista Manchete disponível na internet. *cafehistoria.com.br*, ano. 2019. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/revista-manchete-na-web/>>. Acesso em: 10 jan 2021.

Figura 23 – “INFERNO VERDE’ já era...”.



Fonte: quatorcincoum.folha.uol.com.br

Com a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), implantado em julho de 1970, incentivou a abertura de novas rodovias, a publicidade mostrou a ocupação do “vazio demográfico” e destacou a extensão das rodovias em meio a floresta, a ligação da região ao país.

Figura 24 – “O Brasil progride”

PARA UNIR OS BRASILEIROS NOS RASCAMOS O INFERNO VERDE

O Brasil progride. O Brasil quer seu povo unido, trabalhando e confiante. O governo federal promove o fortalecimento dos homens e de seus ideais. A Construtora Andrade Gutierrez S. A. participa desta esforço de afirmação nacional: é a pioneira nas grandes obras rodoviárias de integração da Amazônia.

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S. A.

- Belo Horizonte
- Rio de Janeiro
- São Paulo ● Manaus
- Belém ● Curitiba
- Recife

Rodovia Manaus-Rio de Janeiro, 1970. De Manaus a Belém, em 80 quilômetros, foi a primeira a ser construída. O maior contrato rodoviário firmado por uma única empresa.

Fonte: Manchete, Edição Especial, 1970.

A empresa Andrade Gutierrez⁶⁹² presta homenagem ao Regime Autoritário:

PARA UNIR OS BRASILEIROS NÓS RASGAMOS O INFERNO
VERDE
O Brasil progride.
O Brasil quer seu povo unido,
trabalhando e confiante.
O governo federal
promove o
fortalecimento dos
homens e de
seus ideais.
A Construtora Andrade
Gutierrez S. A.
participa deste
esforço de afirmação
nacional: é a pioneira
nas grandes obras
rodoviárias de
integração da Amazônia.

Dessa forma o cenário para a materialização dos planos de desenvolvimento ia se constituindo, os exemplos de “modernidade” iam das capitais ao campo propagandeados nas mídias, o Regime Militar mostrava suas conquistas, as rodovias eram resultado dos esforços dos militares, mesmo que não asfaltada e de tráfegos interditados em determinados períodos do ano, devido a ausência de pavimentação asfáltica, era uma nova realidade, de um “novo” Brasil a se comemorar.

A Sudam também divulgou suas ações:

⁶⁹² Fundada em 1948 por Roberto e Gabriel Andrade, Flávio Gutierrez e família, em Minas Gerais. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreiro. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1965-1985)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. 2012.

Figura 25 - Em novembro de 1972 a Sudam publicou a revista “Isto É Amazônia”, que apresentava a região como um “pote de ouro” à espera dos felizardos: “Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil”. Reprodução/Acervo Ricardo Cardim



Fonte: quatrocinco.um.folha.uol.com.br

Indústrias, energia elétrica, pecuária bovina, por exemplo, já eram realidade da Amazônia “moderna”, por isso, as “superstições”, os “mistérios”, as “lendas” eram histórias davam conta de explicar a Amazônia, o momento era de “faturar”.

Os investimentos em propagandas, com o desenvolvimento, das mídias e a homogeneização das cidades, possibilitavam com que meios de comunicação como as revistas se difundissem pelo país. o Regime Militar, orgulhoso de seus feitos, até então inéditos, cuidou de criar símbolos e associá-los a si. Queriam mostrar que o processo de modernização e integração da isolada região Amazônica estava em execução e os resultados eram promissores.

5.2. – I PDA: influencias diversas

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) foi a denominação atribuída ao conjunto de ações que o governo militar passou a executar na região amazônica a partir de 1972.

Com o fim da vigência do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM (1967-1971) [...] as diretrizes, proposições e objetivos governamentais para a Amazônia foram redefinidos em novo plano, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) executado durante parte da gestão do presidente Garrastazu Médici (1969-1974). O governo brasileiro definiu como seu objetivo central a “conquista planejada e coordenada dos espaços vazios”, a qual deveriam resultar na expansão da fronteira econômica e na ampliação do mercado interno.⁶⁹³

Algumas metas eram integrar por meio de rodovias e ocupar por meio de políticas de migração e colonização. Foram desenvolvidas relações entre povoamento e desenvolvimento, como se um dependesse do outro. O flagelo que assolava o nordestino poderia ser resolvido com o deslocamento dessas populações para a região “abundante” de “recursos naturais”, como a Amazônia vinha sendo caracterizada, a migração resolveria, portanto, problemas de ambas as regiões.

[...] criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para os anos entre 1972 e 1974. A SUDAM respondeu com seu correlato, o I Plano de Desenvolvimento para a Amazônia (I PDA), ocupando o lugar do revisto Plano Quinquenal [...] busca-se um modelo em que se pretendia primordialmente a sua ‘integração física’, sua ‘ocupação’, no sentido de que pudesse contribuir com a economia nacional sob a forma de uma ‘fronteira de recurso’.⁶⁹⁴

A Operação Amazônia, em 1966, demandou urgência na elaboração do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971). Mesmo diante das preocupações relacionadas a poucas informações sobre a região, o 1º PQDAM direcionou atenção para investimentos em setores industriais, tanto que a 1ª RIDA, início da Operação Amazônia, contou com a participação do General Edmundo de Macedo Soares, presidente da Confederação Nacional das Indústrias e outros.

Argumentos foram desenvolvidos na perspectiva de que a transformação da matéria-prima por meio da indústria poderia trazer significativo desenvolvimento econômico para a região e levar as populações locais a vivenciarem estilos de vida mais “avançados”, não à toa, participantes da Operação Amazônia, por vezes, citavam os avanços em São Paulo, devido crescimento e expansão das indústrias que legara ao estado o *status* de região “desenvolvida”.

⁶⁹³ BATISTA, Iane Maria da Silva. *Op. Cit.*, p. 151.

⁶⁹⁴ SOARES, FILIPE MENEZES. *A Amazônia da ditadura: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente*. 2020. 397 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 208-209.

Os focos do I PDA ainda se direcionavam pelos incentivos à industrialização da produção, por conta disso, indústrias nos centros urbanos iam ganhando espaço. A noção de desenvolvimento nacional por meio do incentivo às indústrias, por muito, se constituiu em padrão de investimentos governamentais as alterações do 1º PQDAM no setor foram expostas na revista *O Cruzeiro*, acima analisada, e revelam as intenções do Regime Militar em atrair as elites industriais.

5.2.1 – Natureza no I PDA (1972-1974)

A escrita técnica utilizada no I PDA busca apontar com objetividade soluções para o desenvolvimento da região, era preciso conhecer melhor os “elementos favoráveis, contornando e procurando eliminar os obstáculos, de acordo com suas possibilidades”⁶⁹⁵. A natureza “impôs” obstáculos considerados problemas para o desenvolvimento e a resolução desses problemas se dariam por meio da cópia de modelos “bem-sucedidos” de desenvolvimento econômico e industrial. O Regime Militar havia “tomado” pra si a tarefa, posto que, o “homem” da Amazônia por estar mergulhado no “atraso” e subjugado pela “grandiosa” natureza, tinha “poucas” possibilidades, vivendo ainda do extrativismo que não contava com uso de tecnologias modernas.

O foco do I PDA, como dito, estava na superação do “vazio demográfico”, posto que, “[...] o homem, ao ocupar uma região, modifica e transforma muitos aspectos naturais de uma área”⁶⁹⁶. Partindo desse princípio, para que houvesse integração e transformação, deveria haver povoamento, como segue: “[...] regiões povoadas são, portanto, funcionais e seu dinamismo é o aspecto mais importante para um planejamento”⁶⁹⁷. Com a superação do “vazio demográfico”, supostamente, a região iria passar por transformações, pois estaria contando com um número maior de “homens” para o trabalho, contribuindo para a exploração dos “recursos naturais”, nas cidades e no campo.

A integração, justificativa muito utilizada, precisava ser feita, pois a “Região Norte esteve durante três séculos e meio praticamente isolada do Sudeste

⁶⁹⁵ SUDAM. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém: SUDAM, 1971., p. 07.

⁶⁹⁶ *Ibid.*, p. 07.

⁶⁹⁷ *Ibid.*, p. 07.

brasileiro⁶⁹⁸ ávido por matéria-prima. A integração veio por meio das rodovias que foram responsáveis pela “quebra dêste isolamento”⁶⁹⁹ na década de 1960. Segundo o I PDA, os impactos da ligação rodoviária foram imediatos e se deram, por exemplo, por meio de “povoamento e da introdução de novas relações de trabalho.”⁷⁰⁰

A metodologia na aplicação das medidas de desenvolvimento econômico e social da Amazônia desconsideravam suas peculiaridades regionais, sociais, ambientais que “dificultam uma análise homogênea”⁷⁰¹, a gestão da SPVEA

estava impregnado de uma metodologia alienígena e os técnicos em planejamento regional buscavam aplicar na Amazônia Legal modelos sofisticados, que haviam sido um sucesso em outras áreas brasileiras⁷⁰²

Os modelos “sofisticados” de desenvolvimento aplicados em outras regiões, por vezes, não serviam à Amazônia. O I PDA propôs implantar uma perspectiva metodológica que “se baseou em uma análise das peculiaridades regionais”⁷⁰³. O I PDA reforça o que os intelectuais conservadores propunham, que era a necessidade de conhecer mais a região para adoção de medidas efetivas para superação dos problemas que “atrasavam” seu desenvolvimento.

O primeiro PDA abrangia os anos de 1972 a 1974, seus objetivos se direcionavam basicamente para integração da região, portanto a demanda era “o progresso de novas áreas e a ocupação de espaços vazios”⁷⁰⁴. Como justificativa aos seus propósitos, foi utilizado o argumento de que esse era um empreendimento nacional, pois os planos “visam ao desenvolvimento do País, como um todo [...]”⁷⁰⁵, uma vez que, o “(eixo-Rio-São Paulo) tenderia... a estacionar e/ou estagnar, se não estivesse direta e facilmente ligado a uma região fornecedora de matéria prima”⁷⁰⁶. O papel que a Amazônia teria de cumprir – suprindo o setor industrial do Centro Sul, enviando “recursos naturais” semi industrializados, a baixo custo para o desenvolvimento da região sudeste – impossibilitaria o maior crescimento da região.

⁶⁹⁸ Ibid., p. 09.

⁶⁹⁹ Ibid., p. 09.

⁷⁰⁰ Ibid., p. 09.

⁷⁰¹ Ibid., p. 11.

⁷⁰² Ibid., p. 11-12.

⁷⁰³ Ibid., p. 12.

⁷⁰⁴ Ibid., p. 13.

⁷⁰⁵ Ibid., p. 13.

⁷⁰⁶ Ibid., p. 13.

Outros objetivos foram elencados, de modo que a Amazônia “represente o papel que lhe está destinado”⁷⁰⁷, sendo eles os seguintes: estudo dos “recursos naturais” e suas potencialidades; desenvolvimento econômico; formação de recursos humanos; implantação de infraestrutura “compatível com as necessidades da região e com as metas propostas pelo Governo.”⁷⁰⁸. O conhecimento para aplicação da técnica por meio de cálculos e a implantação de equipamentos foram as demandas que receberam destaque:

O pouco conhecimento das reais possibilidades, que encerra a grande área brasileira, tem sido um dos maiores obstáculos ao estabelecimento de uma programação para se utilizar racionalmente os Recursos Naturais.

A dotação de equipamentos técnicos que permitam definir as características do meio físico e pesquisas sistemáticas e coordenadas para mensurar as potencialidades em matérias-primas da Amazônia, são o alvo da grande programação estabelecida pelo PDAm, no período de 1972-1974.⁷⁰⁹

No tópico “Recursos Naturais” do I PDA, estes são quantificados e acabam por representar a grande quantidade de terras, águas e florestas disponíveis. O Regime Militar e intelectuais que contribuíram para a execução das políticas de desenvolvimento, os que tiveram suas obras selecionadas na Exposição Amazônia brasileira, haviam ressaltado esses dados e chamado atenção de que estava faltando apenas a execução das medidas que iriam trazer crescimento econômico, integração, ocupação, empregos, etc.

na paisagem física da Amazônia sobressaem, como importantes recursos naturais, a vasta disponibilidade de **Terras** (mais da metade do território brasileiro), o imenso volume de **Águas** (cêrca de 18% do volume total de água doce do mundo) e a enorme extensão de uma **Floresta** de extraordinária pujança (a maior área contínua de floresta tropical virgem do mundo, representando 78% das florestas brasileiras)⁷¹⁰

O solo motivou celeumas, por vezes sendo concebido como ineficaz à agropecuária. Sendo assim, o I PDA precisou apontar soluções para isso, indicando que por meio da utilização de técnicas o solo poderia atender as demandas e, além

⁷⁰⁷ Ibid., p. 14.

⁷⁰⁸ Ibid., p. 14.

⁷⁰⁹ Ibid., p. 14.

⁷¹⁰ Ibid., p. 43.

disso, que haviam atrativos importantes como a grande disponibilidade de terras, principalmente, com a abertura de rodovias, seu baixo valor e o acesso a água, por exemplo. Assim,

Os solos amazônicos são ainda muito mal conhecidos e a respeito deles conclusões apressadas, decorrentes de observações feitas em áreas restritas, generalizaram para toda a região um conceito de pobreza que começa agora a ser retificado; à medida que, melhor investigado, as manchas de terras férteis aparecem com mais frequência.⁷¹¹

Essas manchas seriam a demonstração de que o solo, por ser fértil em partes, poderia sê-lo no todo também com o apressamento por meio da técnica. No entanto, não era possível, ainda, a construção de afirmações conclusivas. Os investimentos em pesquisas se avolumavam e os projetos selecionados deveriam dar conta dessas questões, sendo eles os seguintes: levantamento aerofotogramétricos (Projeto Radam); levantamento cartográfico; levantamento pedológicos; pesquisas minerais; geologia; laboratório de tecnologia de madeiras; construção da sede do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, dentre outros. Os estudos dos solos foram um dos campos de pesquisa que recebeu importante volume de investimentos, dada a quantidade de programas e projetos voltados para sua exploração.

A infraestrutura, outro alvo do plano, obteve destaque no capítulo sobre “Serviços Básicos”, o qual abordou os seguintes pontos: nova usina Manaus; nova usina Belém; hidrelétrica Curuá-Una; hidrelétrica Coaracy Nunes; prospecção do petróleo; transporte (contendo Rodovias entre programas e projetos prioritários); e ainda, Portos e vias navegáveis; aeroportos; telecomunicação. Enfim, elementos considerados centrais para atrair investidores e facilitar a circulação de mercadorias e informações.

5.3. – II E III PDA: “novas” influencias internas e externas

Desde o princípio da implantação das políticas de desenvolvimento regional o Regime Militar vai se preocupar na criação de grupos para planejar o desenvolvimento econômico da Amazônia que passam a contar com o apoio das Universidades Federais (UFs), a exemplo do Conselho do Desenvolvimento da

⁷¹¹ Ibid., p. 43.

Amazônia advindo do Decreto nº 60.079 de 16 de janeiro de 1967, que “Aprova o ‘Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia’”, como segue:

Art, 15 – O Conselho do Desenvolvimento da Amazônia é integrado pela Superintendência da SUDAM, por um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, um de cada Ministério Civil da República, um de cada Estado e Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, um do Banco da Amazônia S/A, **um de cada Universidade Federal da Amazônia**, um representante dos empregadores e um dos empregados de cada um dos setores rural, comercial e industrial da Região (Lei nº 5. 173/66 – art. 16, caput)⁷¹² (grifo meu)

E ainda, a formação de grupos específicos como o “Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia”⁷¹³ pelo Decreto nº 61.330 de 11 de setembro de 1967, que teve por finalidade:

de proceder a estudos, sugerir medidas e adotar providências, tendo em vista a definição e a execução da política do Governo Federal, no tocante a efetiva ocupação e povoamento orientado da Região Amazônica, notadamente com relação aos espaços vazios e zonas de fronteira.⁷¹⁴

Os estudos seriam capazes de direcionar as medidas a serem tomadas, havia uma preocupação significativa em se evitar imprecisões na execução, pois era preciso “efetivamente” ocupar, de modo que essas populações se fixassem na região, para isso, era preciso pensar projetos de povoamento. Como dito, a partir de 1970, as políticas de incentivo à integração e povoamento terão mais espaço.

O início da década de 1970 vai demandar, também, mudanças nas economias capitalistas, a estagnação econômica passou a afetar os países do “Primeiro Mundo”, enquanto que “na América Latina e na Ásia, a realidade era diferente. Alguns países destes continentes mostravam-se na contracorrente dessa tendência.”⁷¹⁵

O contexto sociopolítico dos anos 70 do século passado no Brasil e no mundo exigia, dos governos e das sociedades, alternativas aos

⁷¹² SUDAM. Decreto nº 60.079 de 16 de janeiro de 1967., p. 62.

⁷¹³ SUDAM. Decreto nº 61.330 de 11 de setembro de 1967., p. 119.

⁷¹⁴ Ibid., p. 119.

⁷¹⁵ NAEA/UFPA. *Plano de Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*. PDU 2018-2020. Belém, UFPA., p. 09.

impasses inerentes ao modelo de desenvolvimento configurado a partir da exploração impiedosa dos recursos naturais⁷¹⁶

No entanto, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da ONU, criada em 1948, no início da década de 1970, “sugere a intervenção estatal para o desenvolvimento como possibilidade de romper com a dependência econômico-financeira tida como obstáculo ao desenvolvimento no continente”⁷¹⁷.

O Regime Autoritário brasileiro se ver à vontade para por em práticas seus planos de desenvolvimento, por conseguinte, a “CEPAL produz diagnósticos indicando a solução ao desenvolvimento via processo de industrialização pesada com enormes investimentos públicos”⁷¹⁸, até então a CEPAL já teria indicado outros modelos para o desenvolvimento, sendo pois as seguintes:

Origens e anos 50: industrialização pela substituição de importações; Anos 60: reformas para desobstruir a industrialização; Anos 70: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora;⁷¹⁹

No Brasil os investimentos vão se concentrar no Centro Sul, enquanto que na Amazônia as políticas de industrialização perdem força já no II PDA que passa a orientar seus projetos para a integração e colonização da região, os investimentos no setor industrial são direcionados mais à industrialização da exploração da matéria-prima que era comercializada, praticamente em estado “bruto”.

A fim de pensar novas formas de desenvolvimento regional, o NAEA vai passar a assumir importante papel, posto que, fora criado no intuito de congregare intelectuais de diferentes áreas de formação e campos de atuação para contribuir na condução das políticas de desenvolvimento da Amazônia, a partir do início da década de 1970. Mendes (2006) afirma o seguinte: “Ao iniciar-se a década dos 70 a UFPA, sob a batuta firme do Reitor Aloysio Chaves, passava por uma grande reforma em suas feições orgânica e didática”⁷²⁰. A partir de então, um Conselho Deliberativo multidisciplinar foi formado:

congregando representantes de todas as unidades didáticas da Universidade, Os Centros, velaria pela integração interna; um Conselho Consultivo, representando a sociedade, zelaria pela

⁷¹⁶ Ibid., p. 09.

⁷¹⁷ Ibid., p. 09.

⁷¹⁸ Ibid., p. 10.

⁷¹⁹ CEPAL. História da CEPAL. <https://www.cepal.org>.

⁷²⁰ MENDES, Armando Dias. *Op. cit.*, p. 59.

integração externa. O Estatuto e o Regimento Geral, aprovados no Conselho Federal de Educação em 1970, haviam consolidado a proposta.⁷²¹

O Regime Militar vai a partir de então dedicar financiamento para a consolidação de pesquisas que partam, principalmente, da região incentivando a formação profissional e intelectual a fim de executar seu projeto de modernização conservadora na Amazônia, nessa perspectiva o NAEA vai ser convidado a construir os planos de desenvolvimento.

A criação do NAEA remete a reforma universitária de 1968⁷²², os eventos seguintes foram sucessivos e revelam a celeridade do Regime Militar. No ano de 1969 foi aprovado o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará e em 1970 foi criado o grupo de trabalho para a elaboração do Programa de Atividade do NAEA, conforme Armando Mendes (2006):

Eu próprio, Pró-Reitor e responsável pelo CIRU – *Comissão de Implantação da Reforma Universitária*, tendo trazido à luz o NAEA, fui incumbido como seu primeiro Coordenador Geral de fazer da intenção idealizada uma invenção realizada [...] Contatos nacionais e internacionais tiveram lugar, assessores qualificados foram atraídos, recursos financeiros foram garantidos, alunos brasileiros e de outros países amazônicos foram selecionados inclusive com a ajuda do Itamaraty, professores foram contratados no Brasil e no exterior, pessoal de apoio, instalações e equipamentos no campus foram-lhes destinados. O Núcleo estava em condições de ser posto em marcha no começo de 1973, com a aula inaugural do I FIPAM – *Programa Internacional para a Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas*.⁷²³

A movimentação que se seguiu para a implantação do NAEA e a execução do seu primeiro curso de formação reflete os anseios do Regime Militar na busca por direcionamentos em suas políticas de intervenção. Apesar dos PDAs partirem das bases conceituais dos PNDs, seu direcionamento passaria a ser dado também, com maior participação de pesquisadores e intelectuais da região.

O NAEA foi fundado em 1973 como uma unidade acadêmica autônoma na estrutura da UFPA centrada no ensino de pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Movia os fundadores do NAEA dentre estes o professor Marcelino Monteiro, a ideia de que a Amazônia necessitava de um centro de excelência que congregasse

⁷²¹ Ibid., p. 60.

⁷²² Ibid.

⁷²³ MENDES, Armando Dias. *Op. cit.*, p. 60.

pesquisadores de vários departamentos (Sociologia, Geografia, Economia e outras áreas) e que estivesse acessível a estudantes e pesquisadores de universidades nacionais e do exterior, com o objetivo de produzir uma reflexão sobre as particularidades da realidade amazônica.⁷²⁴

Logo após sua instalação, com a primeira turma do FIPAM ainda não formada, o NAEA foi convidado a contribuir com a elaboração do II PND:

Dentre os alunos mais destacados desse Programa foram convidados três, próximo ao fim do ano, para me auxiliarem na invenção a invenção. O documento me fora solicitado pela FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará, e destinava-se a constituir uma contribuição da Amazônia Oriental à elaboração do II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento, mas pensando na região como um todo. O Plano cobriria o Governo Geisel, que seria inaugurado em março de 1974, tendo como Ministro do Planejamento a modéstia competente de João Paulo dos Reis Velloso.⁷²⁵

Os alunos eram, a socióloga, Edna Ramos de Castro, o teólogo belga Jean Hebette e o economista Roberto da Costa Ferreira que junto de Armando Dias Mendes, bacharel em Ciências Jurídicas e economista, tiveram o prazo de um mês para elaborar o documento. Por fim,

[...] o texto chegara às mãos de técnicos do IPEA, que compunham o corpo principal de assessoramento do Ministério do Planejamento para a elaboração do II PND. Aí teria sido considerado, por alguém até hoje inominado, um trabalho “muito teórico” e portanto impróprio para o Plano. Da sentença condenatória tomamos conhecimento somente por ouvir dizer.⁷²⁶

O Regime Militar, mesmo após os investimentos para a criação de instituições de pesquisa, formação e qualificação profissional, continuou ignorando, por vezes, as produções científicas voltadas para o direcionamento do trato dos “problemas” regiões. Estes, por sua vez, teriam mais força de atuação, a finais da década de 1970, com o enfraquecimento do regime.

Sob a perspectiva da história ambiental o II PDA (1975-1979) e o III PDA (1980-1985) foram elaborados sob pressão das exigências ambientais de instituições internacionais financiadores como o FMI e BIRD, bem como, por organismos internacionais como a ONU. A partir do início da década de 1970, “a era

⁷²⁴ NAEA/UFPA. (2020)., p. 11.

⁷²⁵ MENDES, Armando Dias. *Op. cit.*, p. 61.

⁷²⁶ *Ibid.*, p. 61.

da abundância das matérias-primas e das fontes de energia barata terminou agora para os países industrializados”⁷²⁷ essa questão é fundamental para compreender a “crise do petróleo” de 1972.

O Clube de Roma lança em 1972 o relatório “Os Limites Do crescimento”,

As repercussões do relatório citado, frente aos crescentes níveis de utilização dos recursos naturais, assinalaram para a necessidade dos governos se depararem com medidas que objetivam reflexões teórico-prática acerca da utilização indiscriminada desses recursos.⁷²⁸

A o avanço tecnológico possibilitou a construção de indústrias com maior capacidade de produção e extração dos “recursos naturais” nos países desenvolvidos a possibilidade de esgotamento de ecossistemas e biomas era eminente. Cada vez mais distantes ficavam as regiões que forneciam matéria-prima. O Brasil estava entre um dos países industrializados do chamado “Terceiro Mundo” e as obras de infraestrutura na Amazônia passaram a ser, veementemente, criticadas.

A partir de então políticas internacionais tinham como destino o “regulamento” da extração de “recursos naturais”, os interesses dos países desenvolvidos na aquisição destes, levou a elaboração de restrições afetando principalmente os países do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos exercia forte pressão, deste modo, encontros passaram a ser realizados no intuito da construção de pactos entre nações acerca dos limites aos usos da natureza. Países que se recusavam a assinar passaram a sofrer sanções e duras críticas.

[...] os Estados Unidos foi determinante. Influenciou o âmbito das ideias, o âmbito científico-universitário, o movimento ambientalista cidadão, o âmbito político-partidário, o espaço econômico e a ação de grandes indústrias e corporações transnacionais, a esfera das instituições governamentais de meio ambiente e o âmbito geopolítico e estratégico, entre outros.⁷²⁹

⁷²⁷ DUPUY, Jean Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 1980., p. 19.

⁷²⁸ NUNES, Alexandre Rodrigues da Silva. *Educação Ambiental crítica e sustentabilidade em portos na Amazônia: O Programa de Educação Ambiental da Companhia Docas do Pará* 43. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. São Paulo, p. 138p. 2015., p. 43.

⁷²⁹ SAAVEDRA, Fernando Estensoro. *História do debate ambiental na política mundial 1945-1992: a perspectiva latino-americana*. Ijuí: Editora Unijuí, 2014., p. 103.

Desse modo, a novidade do II PDA foi a imersão do “balanço de fatores e recursos naturais da Região, de modo que as políticas a serem traçadas levassem na devida conta as peculiaridades da área e as condicionantes ecológicas existentes”⁷³⁰, no tópico “objetivos desejáveis”.

Como dito, as pressões, advindas dos acordos assinados na I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente das Nações Unidas (Estocolmo, 1972), aumentaram. Os empréstimos adquiridos exigiam como pré-requisitos a criação de políticas de preservação/conservação ambiental e instituições voltadas para isso. A criação, em 1972, da Secretaria Especial de Meio Ambiente a nível federal foi o resultado direto dessas pressões, bem como os destaques ao meio ambiente permeando os planos de desenvolvimento a partir de então.⁷³¹

5.3.1. Natureza no II E III PDA

A floresta teria valor comercial quando transformada em madeira, desse modo, considerada “[...] matéria prima de grande versatilidade, a madeira é provavelmente o recurso natural mais conspícuo e mais abundante na Região”⁷³². O elogio à madeira não cabia à floresta, pelo seu grau de “abundância”, a exploração florestal pela indústria madeireira era apresentada quase que como um processo contínuo sem ameaças de careza, mesmo diante das informações de que outras regiões de floresta exploradas não mais possuíam árvores para a indústria, como segue:

Devido ao esgotamento das reservas de madeiras tropicais em outras partes do mundo, prevê-se para as madeiras da Amazônia, uma penetração crescente nos mercados internacionais”⁷³³, e ainda no Centro Sul “cujas as reservas naturais de madeira já estão praticamente esgotadas”⁷³⁴

A devastação ambiental em outras partes do país e do mundo é considerada vantajosa, uma vez que vai possibilitar o aumento da demanda pela madeira da Amazônia, como consequência, o aumento das exportações tende a movimentar o mercado da indústria madeireira na região. Não havia uma preocupação explícita

⁷³⁰ Ibid., p. 03

⁷³¹ Ver: LEIS, Héctor R. (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, Vozes, 1991.

⁷³² SUDAM. 1976. *Op. Cit.*, p. 05.

⁷³³ Ibid., p. 06.

⁷³⁴ Ibid., p. 06.

relacionada a possibilidade esgotamento da floresta Amazônica, pelo contrário, predominava os argumentos tecidos pelos militares, técnicos e intelectuais conservadores de que a abundância de “recursos florestais” era “inesgotável”.

Os rios deveriam ser represados para a formação das barragens que movimentariam as turbinas gerando energia elétrica, por isso, as hidrelétricas foram requisitadas cada vez mais, conforme novas jazidas minerais eram descobertas e as indústrias cresciam e se multiplicavam. Assim, “[...] a hidreletricidade, além de fonte de energia, poderá servir de matéria prima para uma ampla gama de indústrias [...] viabilizando a transformação industrial na Região”⁷³⁵. O contexto mundial estava propício para os investimentos em hidrelétricas, pois, “No setor energético, a crise mundial do petróleo abriu novas perspectivas à exploração de recursos hídricos”⁷³⁶.

No II PDA, os estudos de solo confirmavam sua pouca fertilidade: “[...]É verdade que a maior parte da região é constituída de solos fracos, entremeados de algumas manchas de solos férteis [...] as várzeas... perfazem alguns milhões de hectares de terras bastante férteis”⁷³⁷. As margens dos rios poderiam ser utilizadas para a agricultura, os impactos da erosão e lixiviação dos rios e igarapés se acentuariam a partir de então, junto das possibilidades de assoreamento.

O clima não era mais um problema, pelo contrário, se caracterizava, a partir de então, como propício ao desenvolvimento. Sobre o clima temos: “[...] as condições climáticas... proporcionam condições favoráveis à produção de diversas culturas tropicais”⁷³⁸. A agricultura em larga escala seria, portanto, propícia na região. A pecuária também se valeria do clima e outros fatores, pois, “[...] A grande disponibilidade de terras a baixo custo, a topografia e o clima favoráveis oferecem boas condições para o desenvolvimento da pecuária extensiva [...]”⁷³⁹.

O “vazio demográfico” ao menos por hora venceu as perspectivas de povoamento propostas pelo Regime Militar. No tópico do II PDA “Ocupação populacional”, ficou acertado que “A Amazônia é uma das regiões menos povoadas do mundo, e assim continuará sendo durante muitos anos”⁷⁴⁰. A política de migração não estava obtendo êxito. As falhas dos projetos de colonização foram atribuídas à natureza, visto que aos colonos migrantes “[...] a Região não tem a oferecer-lhes, na

⁷³⁵ Ibid., p. 07.

⁷³⁶ Ibid., p. 09.

⁷³⁷ Ibid., p. 07.

⁷³⁸ Ibid., p. 07-08

⁷³⁹ Ibid., p. 08.

⁷⁴⁰ Ibid., p. 08.

proporção que seria necessária, os solos férteis com que sonham⁷⁴¹, tal sonho, alimentado pelas propagandas governamentais, não se resumia a falsa informação dos solos férteis.

Mesmo cumprindo, em certa medida, o papel de povoamento da Amazônia, os nordestinos advindos da migração espontânea foram acusados de serem os responsáveis pela derrubada da floresta. Conforme o II PDA, a colonização espontânea vem contribuindo para derrubar a floresta, pois para plantar realizam “a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência, no conhecido regime de lavoura itinerante⁷⁴² caracterizando com isso “esse aspecto predatório de sua presença⁷⁴³. Era mais fácil culpabilizar a esses indivíduos pela devastação da floresta do que as medidas adotadas, como a aberturas de rodovias, a construção de represas e os investimentos na indústria madeireira, bem como, na agropecuária.

De diversas formas, os modelos tradicionais de economia tinham que ser modificados, até mesmo a pecuária rudimentar foi criticada e culpabilizada por impactos ambientais negativos relacionados aos solos. Com isso, ficou acordado que a pecuária rudimentar “[...] põe em xeque a preservação dos potenciais de fertilidade natural dos solos [...]”⁷⁴⁴. De maneira geral, os frutos, raízes, sementes, e outros elementos que alimentavam a economia local e, mesmo a produção de carne pela pecuária, foram consideradas em segundo plano, o mesmo sucedendo com a pesca. À exceção dos recursos naturais que já estavam inseridos no mercado nacional e estrangeiro, como a borracha, a castanha do Pará, algumas espécies de camarões, logo, cabia à Amazônia

ficar “produzindo insumos básicos para a região desenvolvida⁷⁴⁵, com isso, “definida as atividades produtivas em que a Região possa dar essa contribuição” é possível, ainda, “garantir a rentabilidade dessas atividades no longo prazo, pela preservação do eco-sistema tropical⁷⁴⁶.

Caberia à Amazônia o papel que o Brasil há muito vinha cumprindo: o de exportador de matéria-prima para regiões desenvolvidas. Essa fora a solução

⁷⁴¹ Ibid., p. 13.

⁷⁴² Ibid., p. 13.

⁷⁴³ Ibid., p. 13.

⁷⁴⁴ Ibid., p. 56.

⁷⁴⁵ Ibid., p. 22.

⁷⁴⁶ Ibid., p. 23.

encontrada para que a região deixasse de ser um problema e passasse à condição de pioneira

Os fatos acima registrados reforçam a conclusão postulada no início: a Amazônia, ao invés de área-problema, está mais próxima do conceito de área pioneira. Sua contribuição ao desenvolvimento do País, durante os próximos 20 anos, tende a ser da mais alta importância, e não convém desdenhá-la⁷⁴⁷

Os investimentos advindos das ações do I PDA não justificavam mais a condição de “Amazônia problema”, o status para região pioneira era mais agradável aos militares e seus apoiadores. Assim, algumas definições sobre Amazônia foram construídas para abandonar anteriores, a própria característica heterogênea da fauna e flora, a partir de então passou a ser bem vista

A Amazônia não constitui Região com características fisiográficas homogêneas. Variações climáticas, diversos tipos de solos com variável capacidade de uso e topografia bem menos uniforme do que se pretendia no passado, tornam evidente que a Região apresenta potencialidades diversificadas face às possibilidades de ocupação⁷⁴⁸

Feitos os investimentos, demandava-se uma “nova” posição da região em relação às demais do país. Acerca da análise dessas regiões, na considerada região “desenvolvida” a natureza coopera “A base física da **região desenvolvida** não só se apresenta relativamente favorável, em termos de fertilidade dos solos, de ocorrência de minérios e de ausência de intempéries climáticas⁷⁴⁹.

A região em desenvolvimento (Nordeste) apesar de não contar com uma natureza favorável “é, contudo, vinculado[a] fortemente à região desenvolvida⁷⁵⁰, a terceira região econômica (Amazônia) “distingue-se radicalmente tanto da região desenvolvida quanto do Nordeste, por apresentar como característica-síntese o que se poderia denominar de ‘fronteira tropical’⁷⁵¹, tendo ainda, sua base física (natureza) “relativamente desconhecida⁷⁵². A falta de informações predominava, todavia, o I PDA permitiu ao II PDA novas considerações sobre as formas de viver na região, a exemplo das habitações:

⁷⁴⁷ Ibid., p. 23.

⁷⁴⁸ Ibid., p. 43.

⁷⁴⁹ Ibid., p. 19.

⁷⁵⁰ Ibid., p. 20.

⁷⁵¹ Ibid., p. 20.

⁷⁵² Ibid., p. 21.

A disponibilidade de recursos florestais na Amazônia aliada à dificuldade de obtenção de materiais tradicionais de construção, em termos de custo e escassez real, sugere que se elaborem pesquisas com a finalidade de solucionar características de construção e materiais mais adequados ao meio ambiente⁷⁵³

Por considerar a existência de madeira em abundância e pela dificuldade de interligar materiais básicos utilizados na construção civil na região sudeste do país e centros urbanos, as habitações das populações da Amazônia não precisavam sofrer grandes alterações, pois “os padrões de construção espontâneo não são insatisfatórios”⁷⁵⁴.

A proteção ao meio ambiente (natureza) pode ser considerada um aspecto novo, tanto no 1º PQDAM (1967-1971), quanto no I PDA (1972-1974), não tem espaço. Como dito, o esgotamento dos “recursos naturais” nos países desenvolvidos diagnosticados em relatórios de instituições de referência, coincide com a ascensão dos movimentos ambientalistas, ambos traziam forte preocupação com a questão ecológica que vão ser tratadas, mais especificadamente, a partir do II PDA, contudo, o modelo ecológico-preservacionista estadunidense focado na criação de parques ecológicos e áreas de preservação, foram considerados soluções para essas questões.

O II PND, portanto, trouxe preocupações com a preservação da natureza. A preservação vinha para “garantir a perpetuidade da exploração”, de modo a atender as demandas do mercado consumidor, assim:

Compatibilização dos diversos interesses públicos ligados à ocupação da terra e ao uso dos recursos naturais, com vistas a revisão de conceitos, ao zoneamento territorial, à apropriação dos recursos de molde a garantir a perpetuidade da exploração florestal [...]⁷⁵⁵

E ainda: “Planejamento da exploração racional da floresta, em termos que assegurem à produção madeireira níveis qualitativos e quantitativos à altura do grande potencial da Região amazônica.”⁷⁵⁶. O termo “racional” associado à exploração ganha outro significado, passa a estar associado à exploração que

⁷⁵³ Ibid., p. 77.

⁷⁵⁴ Ibid., p. 77.

⁷⁵⁵ Ibid., p. 52.

⁷⁵⁶ Ibid., p. 52.

assegure a preservação da natureza, antes, porém, o termo vinha relacionado, mais especificamente, ao uso da técnica para a exploração.

A partir da Conferência de Estocolmo (1972), as formas de conservação/preservação utilizadas nos países desenvolvidos vão influenciar os países subdesenvolvidos, o II PDA destaca a necessidade de criação de áreas de preservação e conservação.

Conciliação da exploração florestal, e do uso da terra em geral, com medidas conservacionistas que assegurem a proteção contínua dos recursos naturais renováveis, através do estabelecimento de Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Reservas Indígenas, cujas características de localização, extensão e número deverão depender de estudos levados a efeito para esse fim.⁷⁵⁷

Esses estudos se direcionaram a áreas mais distantes e com dificuldades de acesso, como espaços de proteção ambiental e criação de áreas de conservação, os quais estavam distantes, inclusive, dos órgãos fiscalizadores que passaram a receber, cada vez mais, denúncias. As pesquisas foram demandadas ao Programa do Trópico Úmido do CNPq e contaram com a assessoria da SUDAM.

Ainda acerca da exploração florestal, as diretrizes institucionais estabeleceram a “[...] obrigatoriedade de uso de Autorização de Derrubada, ou Alvará de Exploração Florestal Seletiva, ou Licença de Desmate”⁷⁵⁸, essas medidas não agradavam os empresários da indústria madeireira.

O II PDA trouxe o tópico as “Diretrizes de Natureza Ecológica”, as quais têm como uma de suas medidas

Obrigar as indústrias madeireiras de transformação a adotarem medidas que evitem a poluição do ar e/ou das águas fluviais, bem como a erosão das terras e o assoreamento dos rios e ribeirões em suas áreas de influência.⁷⁵⁹

A relação entre a indústria, a poluição ambiental explicitada e os impactos decorrentes dessa poluição são elencados, assim ocorre o aprofundamento dos estudos ecológicos/ambientais, bem como a “preocupação” voltada para a preservação e conservação da natureza, estes se constituem enquanto demandas do II PDA.

⁷⁵⁷ Ibid., p. 55.

⁷⁵⁸ Ibid., p. 53.

⁷⁵⁹ Ibid., p. 55.

Os argumentos desenvolvidos nas produções presentes na Exposição Amazônia brasileira, por mais que ainda repetidos de maneira hegemônica, em certa medida, foram perdendo espaço. A conjuntura mundial voltada para a questão ambiental inseriu novas perspectivas reflexivas sobre a natureza, advindas da pressão exercida por movimentos ambientalistas e dos organismos internacionais de financiamento, e outros. Contudo, era predominante ainda a juízo de que a região Amazônia se constituía enquanto uma reserva “inesgotável”, como haviam apontados anteriormente as reflexões que se constituíam em bases da Operação Amazônia (1966).

Por mais que as medidas de preservação/conservação fossem adotadas, a legislação era bastante frágil o que não impedia o galope da depredação da natureza. Tanto que se aprofundou o papel da região enquanto fornecedora de “recursos naturais” para o Centro Sul “desenvolvidos”: “[...] a importância da Amazônia para a economia nacional [...] São os seus recursos naturais que ajudam a viabilizar alguns grandes projetos do Governo Federal”⁷⁶⁰. Os produtos vindos da Amazônia estariam, por fim, “ajudando” o país a se desenvolver por meio de “grandes projetos”, desse modo a região estaria cumprindo seu papel, colaborando com o “progresso” nacional.

O III PDA, o mais suscinto entre os planos de desenvolvimento, fora escrito entre os anos de 1979 a 1980, estipulando suas ações entre os anos de 1980 a 1985, em finais do regime militar e início da abertura política para a democracia liberal, sob forte influência do modelo neoliberal.

Assim, o III PDA, em suas primeiras páginas, destaca que não houve mudanças significativas no desenvolvimento econômico da região Amazônica, pois “[...] No período 1965-1978, a participação da Região Norte, na geração de renda do Brasil permaneceu, praticamente, ao redor de 2% [...] Tal situação retrata o pouco peso econômico que a região representava dentro da economia nacional.”⁷⁶¹. do lançamento da Operação Amazônia (1966) a elaboração do III PDA nos finais da década de 1970, haviam quatorze anos de investimentos do Regime Militar na região, impactando na alteração das paisagens com a perda de cobertura florestal, por exemplo, nas áreas de implantação dos projetos e programas oriundos dos planos de desenvolvimento.

⁷⁶⁰ Ibid., p. 09.

⁷⁶¹ SUDAM. III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985). Belém, 1982., p. 01.

Em finais dos anos 1970, projetos e programas oriundos dos PDAs anteriores haviam sido executados em termos de desenvolvimento econômico e, comparado as outras regiões, não houve significativa alteração. Contudo, as alterações sociais e ambientais foram expressivas, com aumento de conflitos por terras, aumento das desigualdades sociais, perda de fauna e flora, e outros.

Assim como no II PDA, as considerações sobre o clima e os solos eram positivas para a produção agrícola: “[...] as condições climáticas proporcionam fatores favoráveis à produção de diversas culturas tropicais, também a topografia em grandes proporções do território [...]”⁷⁶². A “boa” topografia viabilizava tanto construções, sistema viário, mineração, indústria e outros, porém os incentivos se davam, principalmente, no ramo da pecuária, esta atividade econômica que foi apontada como uma das principais vocações econômicas da região.

Os rios e seus grandes volumes de água, atenderiam o mercado nacional, por meio da venda de energia elétrica a partir das construções de hidrelétricas, posto que, “grandes usinas hidrelétricas, para transferência de energia para o Nordeste e Centro Sul e para a movimentação de grandes complexos industriais eletrotérmicos e eletrolíticos”⁷⁶³ deveriam ser construídas. Sendo assim, estudos seriam direcionados para o mapeamento dos rios com o potencial hidrelétrico.

Com relação a indústria madeireira, também não houve mudanças significativas com relação ao II PDA, a novidade estava na tentativa de criação das “Florestas Regionais de Rendimentos” atreladas à exploração madeireira “como atividade capaz de promover a colonização e ocupação de outras áreas territoriais em condições de preavalecia à agricultura e à pecuária”⁷⁶⁴. As Florestas Regionais de Rendimento, de acordo com o III PDA, deveriam possuir legislação própria para seu uso.

Entre os objetivos e diretrizes do III PDA, consta que para o “desenvolvimento dos recursos naturais”⁷⁶⁵ é preciso “Disciplinar o uso dos recursos naturais e assegurar sua conservação”. Conservação, por estar associada a uso dos elementos da natureza sem que se chegue ao patamar de esgotamento daquele “recurso”, por sua vez, diferente das ideias de preservação, que se caracterizava pelo não uso humano de determinadas áreas.

⁷⁶² Ibid., p. 14.

⁷⁶³ Ibid., p. 14.

⁷⁶⁴ Ibid., p. 22.

⁷⁶⁵ Ibid., p. 25.

Como dito, áreas de difícil acesso, com poucas possibilidades de exploração imediata, foram selecionadas para ser de preservação, porém outras permitiam seu uso, inclusive por populações que trabalhavam no extrativismo. Os investimentos em pesquisa para mapeamento e delimitação dessas áreas aumentaram, desse modo uma série de medidas que seriam tomadas se voltaram para: incentivos à estudos do meio ambiente; demarcação de áreas para preservação/conservação; incentivos à monocultura “indisciplinada”; combater danos ecológicos industriais; usos adequados dos solos; reposição florestal para áreas de mineração.

Foi feita “conciliação” entre desenvolvimento econômico e preservação/conservação da natureza. A partir de então, a “[...] estrutura produtiva desejada para a Amazônia deve ser sobretudo interdependente, competitiva e ecologicamente equilibrada”⁷⁶⁶. As novas diretrizes que o III PDA buscou a “combinação” entre exploração e preservação/conservação ambiental na Amazônia.

Para o III PDA os ecossistemas do bioma Amazônia deveriam ser defendidos, como segue:

O desenvolvimento da Amazônia, com suas características específicas e diferenciadas de qualquer outra zona mundial, suscita problemas únicos, não só pelas suas condições geoclimáticas próprias, mas pela existência de um eco-sistema a preservar e defender de qualquer consumo turístico não controlado.⁷⁶⁷

Os programas e projetos tiveram, em sua maioria, resultados considerados ruins, porém foram utilizadas justificativas, que na maioria das vezes, colocavam a região e suas características ambientais e sociais como responsáveis. Por conta disso, a definição de Amazônia como região problema não cessou. Contudo, os problemas eram outros, pois precisavam “harmonizar” exploração e preservação/conservação do “meio-ambiente”. A estratégia estava em colocar o Regime Militar como defensor da natureza e de seus recursos.

5.3.2. Civilização e sociedades no II e III PDA

A partir do I PDA aspectos considerados de difícil mudanças como o extrativismo, o “vazio demográfico” e outros., geraram uma série de afirmações que no final colocava a culpa do “atraso” que dificultavam a execução dos Planos de

⁷⁶⁶ Ibid., p. 29.

⁷⁶⁷ Ibid., p. 36.

Desenvolvimentos nas sociedades locais, algo como uma dificuldade ou recusa em aceitar o moderno (civilizado), algo que, a certo ponto, passou a justificar alguns insucessos nos execução dos PDAs. Mesmo quando as experiências cotidianas dos membros das comunidades locais, colaboraram para a execução dos planos, as análises revelam um esforço por não permitir evidenciar tais questões.

O modelo de troca mais utilizado na região era tido como ultrapassado e sua “decadência” apontava para a sua extinção, assim, “[...] A permanência de uma estrutura arcaica no extrativismo vegetal é refletida na redução constante de seu crescimento, que se vem observando nas últimas décadas”⁷⁶⁸. A própria “redução” do extrativismo era considerada conquista do Regime Militar, porém, o aumento dos investimentos governamentais e privados, o crescimento das cidades e outros, pressionaram a coleta extrativista, seja de vegetais, e ainda, por caça e pescado.

No **“PROJETO: COLONIZAÇÃO DAS RODOVIAS TRANSAMAZÔNICA E SANTARÉM-CUIABÁ”** foi previsto “o assentamento de 100.000 (cem mil) famílias ao longo das rodovias, sendo que, durante a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento, serão colocadas naquela área, aproximadamente, 64.000”⁷⁶⁹. Os projetos eram os mais diversos, para além dos de colonização, haviam: extensão rural; pesquisa e experimentação agropecuária; cooperativismo; de saneamento; dentre outros.

Apesar de muitos dos discursos se voltarem para o “desenvolvimento” social das populações da Amazônia, o I PDA vai limitar suas atuações às populações afetadas diretamente pelos projetos. Desse modo, educação, saúde e desenvolvimento local foram tratados das seguintes formas:

O processo de desenvolvimento da Amazônia não tem podido acompanhar o mesmo ritmo de outras regiões brasileiras.

As causas mais importantes desta característica regional residem nos aspectos que envolvem o sistema educacional em todos os seus níveis.”

As informações, referentes ao período 1960/1970, foram colhidas **no I e II COLÓQUIOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO** (realizados em 1970 e 1971, respectivamente)⁷⁷⁰

O problema do atraso não estava restrito aos aspectos ambientais, os baixos números da educação no período, apontavam para este como fator de retrocesso.

⁷⁶⁸ I PDA - Ibid., p. 16.

⁷⁶⁹ Ibid., p. 25.

⁷⁷⁰ Ibid., p. 83.

As desigualdades educacionais eram reflexos dos baixos investimentos na área, seja pelos municípios, estados e governo federal, estes, portanto são reflexos desses processos que vêm gerando, historicamente, as desigualdades regionais.

Na tentativa de melhorar esses índices, o I PDA apontou os seguinte, a partir de então, estudos e pesquisas no campo da educação se constituírem em diretrizes, assim como, reestruturação das secretarias de educação dos estados e territórios federais, dentre outros. A SUDAM também foi requisitada para o campo relacionado à educação, elaborando diretrizes:

Mobilizar os órgãos encarregados de pesquisas e os responsáveis pela formação de mão-de-obra nos diversos ramos de atividades econômicas da região, com vistas à concretização de um plano de atuação conjunta e de acôrdo com as diretrizes do MEC⁷⁷¹

A educação foi concebida, assim, para atender às demandas dos projetos do I PDA, sendo pensadas ações que culminaram nos seguintes projetos: Projeto “Operação-Escola”; projeto capacitação e treinamento; projeto formação de mão-de-obra, dentre outros.

O II PDA (1975-1979) se preocupa em apontar os avanços adquiridos pelos planos anteriores, as dificuldades para a execução dos planos são atribuídas à população e a natureza.

Em meados de 1973 foram iniciados os trabalhos relativos à elaboração do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979), precedido de uma série de estudos técnico-econômicos, denominados ‘Estudos Básicos de Planejamento Regional, Setorial e Espacial da Amazônia’⁷⁷²

Era preciso elaborar novas “estratégias, objetivos e programas voltados para o desenvolvimento da Região”⁷⁷³. No II PDA os migrantes espontâneos foram alvo de críticas, assim como, os trabalhadores do extrativismo, pois o que predominava era ainda a ausência do “dinheiro”: “[...] por ser mínima sua interferência nas operações entre os agentes econômicos, nas quais dominam o escambo e formas contratuais estranhas ao sistema capitalista de relações”⁷⁷⁴.

⁷⁷¹ Ibid., p. 85.

⁷⁷² SUDAM. (1976). *Op. Cit.*, p. 03.

⁷⁷³ Ibid., p. 03.

⁷⁷⁴ Ibid., p. 10.

As populações eram culpadas, pois, “[...] a insistência no extrativismo inibe o crescimento regional”.⁷⁷⁵ Mesmo sendo considerada decadente, a economia extrativista perdurou. O II PDA precisou se adequar ao extrativismo, no subtópico “Tolerância Regressiva com o Extrativismo”⁷⁷⁶, foi considerado que:

Dada as características assinaladas, devem-se evitar tratamentos de choque ao extrativismo. Ele será tolerado, na medida em que necessidades sociais o aconselhem. Mas essa tolerância tem que ser **regressiva**, isto é, deve diminuir cada vez mais, à proporção que a economia regional vá se diversificando⁷⁷⁷

Por mais que “tolerada” atividade extrativista, a mesma, deve ser gradualmente substituído pela “agricultura de produtos substitutivos [...] o que criará alternativas de emprego para a massa de homens ocupados na exploração primitiva da floresta”⁷⁷⁸. Caberia então a agricultura absorver a mão de obra, a partir da extinção do extrativismo enquanto modalidade econômica.

No III PDA (1980-1985) o declínio do extrativismo era fator de avanços “[...] na medida em que o extrativismo vegetal diminuiu sua importância como gerador de renda regional, paralelamente o comércio acompanha essa tendência, atrelado que era àquela atividade econômica tradicional”⁷⁷⁹. Assim sendo, o antigo comércio “primitivo” da Amazônia passava por mudanças “assumidas formalmente pelos intermediários financeiros”⁷⁸⁰. No caso do Território Federal do Amapá, conforme o III PDA (devido, principalmente, a mineração) se teve a “falência do extrativismo como atividade econômica e sua substituição por outras mais sólidas e dinâmicas.”⁷⁸¹

As dificuldades em ampliar o processo de industrialização foi apontado como responsabilidade do “vazio demográfico” e da economia sutil, pois “O mercado interno regional é pequeno e não comportará, desde logo, uma industrialização em larga escala voltada para dentro”⁷⁸².

⁷⁷⁵ Ibid., p. 12.

⁷⁷⁶ Ibid., p. 64.

⁷⁷⁷ Ibid., p. 64.

⁷⁷⁸ Ibid., p. 64.

⁷⁷⁹ SUDAM. (1982). *Op. Cit.*, p. 03.

⁷⁸⁰ Ibid., p. 03.

⁷⁸¹ Ibid., p. 05.

⁷⁸² Ibid., p. 16.

Aos povos nações indígenas o III PDA elencou a necessidade de “Promover a valorização da cultura das sociedades indígenas impedindo a desarticulação de suas economias e autonomias tribais”⁷⁸³; delimitar territórios de modo a

Assegurar mecanismos de preservação e delimitação dos territórios tribais, segundo os parâmetros de suas culturas, formas de sobrevivências e formas de relacionamento com o eco-sistema⁷⁸⁴

E ainda, destacou que era necessário “Apoiar e incrementar as formas de produção autônomas e coletivas das sociedades indígenas, sem interferências nas suas decisões de comercialização, distribuição ou consumo.”⁷⁸⁵

As diversas e complexas sociedades que existiam na Amazônia não deixarem de serem entendidas como “primitivas”, “atrasadas”. Para o Regime Militar, estas “insistiam” na manutenção do “atraso”, a permanência do extrativismo era fator que justificava esses argumentos. Os hábitos, costumes, formas de viver precisavam mudar, porém, essas mudanças, até a construção do III PDA em 1980, não ocorriam.

O III PDA é escrito de maneira direta e sucinta o declínio nos investimentos e as pressões por abertura política e eleições diretas permitiu ao Regime Militar articular a sua saída do poder, porém, sem esquecer de apontar seus “legados” à região. Capitais como Belém e Manaus passaram por transformações com o aumento da urbanização, que foi se dando de modo desordenado.

Os PDAs oriundo precisavam atender as demandas dos PNDs apontando as especificidades regionais de modo a garantir meios de intervenção efetiva. Conforme, o Regime Militar ia se deparando com questões que estavam longe de ser resolvidas, as justificativas que vinham em seguida acusavam a região e suas características biofísicas e ainda, os grupos humanos que a constituíam.

A abertura política em finais da década de 1970 foi promovida pelos militares que “endossaram um plano de passos deliberados para afrouxar o controle do regime”⁷⁸⁶, estes, por sua vez, adotaram medidas para não saírem “prejudicados”, os “porões do regime” escondiam denúncias diversas de sequestros, assassinatos, torturas, etc. assim, a anistia, segundo o Regime Militar, deveria ser para todos.

⁷⁸³ Ibid., p. 58

⁷⁸⁴ Ibid., p. 58.

⁷⁸⁵ Ibid., p. 58.

⁷⁸⁶ SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Op. Cit.*, p. 145.

Na Amazônia o descontrole da venda de terras, somados a outras ilegalidades fizeram o número de conflitos agrários disparar. A região agora passava a contar histórias de diversas lideranças de grupos de trabalhadores rurais que foram assassinados em conflitos.

A processo de inserção à economia capitalista promovida pelo Regime Militar teve como resultado o aumento da pobreza e das desigualdades, endividamento externo e a destruição de diversos ecossistemas e florestas. Os custos ambientais e humanos foram altos.

5.4 Regime militar na Amazônia e a “anistia ambiental”

A finais da década de 1970 os investimentos no ensino superior possibilitaram o surgimento de novos grupos de intelectuais na/da região desafiados em pensar a Amazônia. em 1977, o NAEA, por exemplo, vai ocorrer Criação do Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), Armando Mendes publicou em 1974, “A invenção da Amazônia” e “Instrumentos para a invenção da Amazônia”, no ano de 1976. A UFPA vai ser palco de debates de intelectuais que tratam de analisar as peculiaridades da região frente o avanço da economia capitalista.

Em 1980, Tácito Freitas e Orlando Valverde, que estiveram na coletânea “Amazônia em foco”, vão publicar o livro "O problema florestal da Amazônia brasileira". Debates que se concentram em analisar a região se avolumam, com isso, é possível identificar “uma parcela expressiva da intelectualidade brasileira e da Amazônia preocupada com os rumos tomados pelos processos de ocupação econômica da região e seus efeitos sobre o ambiente e as sociedades”⁷⁸⁷. A Amazônia, a partir do avanço dos debates ambientais a nível mundial vai cada vez mais tornar-se objeto de análise e o movimento ambientalista vai dedicar crescente atenção sob a região. Porém, o regime militar, segue adotando as medidas que pouco considera os impactos ambientais e sociais decorrentes.

Dupuy, veio ao Brasil em 1979⁷⁸⁸ sua palestra originou o livro *Introdução à crítica da Ecologia Política*, publicado no ano seguinte. Na ocasião Dupuy recordou:

⁷⁸⁷ BATISTA, Iane. *Op. Cit.*, p. 222.

⁷⁸⁸ A visita se deu a convite da Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pelo Centro Cultural Cândido Mendes.

[...] Falar de “novo crescimento” ou de “nova ordem econômica internacional”, a idéia é a mesma: enviemos as nossas indústrias pesadas para poluir os países do Terceiro Mundo, estragar-lhes as paisagens, embrutecer-lhes a mão-de-obra, estourar-lhes o espaço e o tempo – aliás, nesses países os salários e os impostos são mais baixos, e eles não querem outra coisa: lembro-me de um cartaz publicitário publicado no jornal *Le Monde* por conta do Governo brasileiro, que dizia: “Indústrias, venham poluir em nosso país, pois ainda é autorizado”⁷⁸⁹.

Existia, pois, sapiência do Regime Militar de que os países do Primeiro Mundo estavam criando normas para o combate a poluição, impondo multas. Estavam ciente também de que essas fatores estariam provocando a mudanças destas indústrias de seus países de origem, para os países do Terceiro Mundo. Assim, o governo militar, não hesitou em afirmar que estas empresas teriam facilidades para se instalar no país.

Não existia uma política nacional voltada para a questão ambiental⁷⁹⁰, existia porém, um forte negacionismo, posto que, oriundo em parte, por não haver uma preocupação com a possibilidade do esgotamento dos “recursos naturais” do país, apesar dos índices alarmantes de devastação da Mata Atlântica.

Em 1977, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller observaram que a Amazônia nunca conseguiu criar interesses sociais de magnitude, de classes e grupos radicados na região, que pudessem constituir-se em obstáculos à penetração predatória. Os interesses que surgiram estiveram subordinados ao capital localizado no Sul do país ou, quando locais, eram dispersos, sem representação ou força política, além de terem sido dependentes de ondas mercantis extrativistas de duração relativamente curta e de caráter predatório.⁷⁹¹

O esforço intelectual desempenhado ao longo da história da Amazônia em afirmar que os avanços deveriam partir de “fora para dentro” ajuda a compreender essas questões. Porém, essa perspectiva não é região, é nacional e se constitui em um dos elementos da cultura política brasileira que compreende que o vem de “fora”, dos países modernos, é melhor. Somado a isso, temos o histórico de desigualdades regionais que podem ser melhor compreendidos quando nos deparamos com os índices de educação, acesso à saúde, saneamento básico, e outros.

⁷⁸⁹ DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 1980, p. 20.

⁷⁹⁰ Somente em 1981 vai ser aprovada a Política Nacional do Meio Ambiente por meio da Lei nº 6.938/1981.

⁷⁹¹ ARNT, Ricardo Azambuja e SCHWARTZMAN, Stephan. *Op. Cit.*, p. 97.

As obras inseridas na Exposição Amazônia caracterizam as sociedades amazônicas como passivas, essa perspectiva vai permear os PDAs, que apesar de revelar resistências quanto tratam, por exemplo, da permanência do extrativismo e reconhecem que as formas como as populações locais constroem suas habitações são as mais adequadas, dentre outros elementos, assumem “derrotas” temporárias. Porém, não podemos esquecer que os PDAs continuaram a afirmar que as formas de viver precisavam ser superadas, tanto que apontam que o extrativismo será tolerado, porém deve desaparecer e que as habitações precisam ser modificadas, contudo, o acesso ao material para a sua construção até aquele momento era difícil. Portanto, estas eram alternativas temporárias. As demandas do regime eram pela transformação da natureza e das sociedades a fim da incorporação definitiva do desenvolvimento econômico e social ao que se compreendia como “moderno”.

A degradação do bioma Amazônia avançou durante a década de 1980, talvez, como forma de “pagar” os investimentos da década anterior, na extração madeireira o salto foi o seguinte: “[...] Em 1976 foram extraídos 4,5 milhões de m³; em 1986 17,4 milhões”⁷⁹², no mais,

[...] o garimpo tornou-se a atividade econômica que mais absorve mão-de-obra na Amazônia. Entre janeiro de 1978 e março de 1984, as áreas legalmente reservadas a garimpagem na região ocupavam 38.751 km², mas as áreas de ocupação garimpeira espontânea chegavam a 226.500 km².⁷⁹³

Conforme Patto (2013) “a saída da Ditadura, que geraram uma transição particularmente lenta e segura para os agentes autoritários”⁷⁹⁴ a partir de 1979, “a força da cultura política se fez valer”⁷⁹⁵, na Amazônia os militares conseguiram com êxito levar as populações a relembrar os “grandes projetos” desempenhado pelo Regime Militar com “orgulho”. Manaus, por exemplo, foi “transformada” a partir da Zona Franca o que legou admiração à atuação do Regime. No Pará, a década de 1980 vai possibilitar a proliferação de movimentos sociais que vão contestar as medidas adotadas, grupos de pessoas impactadas, como os “atingidos por barragens” vão se destacar.

⁷⁹² Ibid., 79.

⁷⁹³ Ibid., 73.

⁷⁹⁴ MOTTA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 31.

⁷⁹⁵ Ibid., p. 31.

Da Operação Amazônia ao III PDA as bases conceituais relacionadas a natureza e as populações vão sofrer poucas alterações, alguns termos como “civilização”, “primitivo”, “selvagem”, vão perder espaço, mais no meio intelectual, para novos termos como “desenvolvimento” e “modernidade”, porém, estes vão está, a certa medida, derivados dos anteriores. Esses elementos são componentes que nos permite compreender a cultura política brasileira e como esta perpetua as bases das desigualdades no país.

Por anistia ambiental podemos compreender o conjunto de elementos da cultura política brasileira que vai legitimar a execução dos planos de desenvolvimento da Amazônia como necessários, apesar dos “constrangimentos” ambientais. Esta pode ser analisada em âmbito regional e nacional. O “saudosismo” com que os grandes projetos e os feitos do Regime Militar são lembrados na região são elementos fundamentais para a compreensão da anistia ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período, didaticamente, denominado, ditadura civil militar no Brasil, se constituiu em um momento de transformações e mudanças, não somente pelo desmatamento, mas também, pela inserção da economia da região de modo mais ampliado, ofertando matéria-prima a baixo custo, para países, principalmente, os que mais podem pagar, assim, mineradoras, madeireiras e corporações de diversas, se instalaram, as que já existiam, se ampliaram.

Essas transformações se deram também nos centros urbanos, imagens de edifícios, em cidades cortadas por igarapés e ecossistemas de várzea, como Belém e Manaus, se constituíam em monumentos da modernidade, como símbolos de um caminho, que se intensificara a partir das intervenções militares. Esses elementos colaboram para compreender o discurso presente de que os custos desse “avanço” estavam postos, como se não houvessem outras possibilidades.

Assim, natureza, sociedade, Amazônia, civilização, floresta, desenvolvimento, modernidade forjaram nos seus usos na perspectiva de mostrar as mudanças ocorridas, os desafios, as permanências. Estas palavras carregadas de significados diversos podem ser compreendidos quando estudada sua história e quando localizado seu espaço de abrangência e influencia. Tratamos de analisar civilização, natureza e sociedade da Amazônia durante parte do Regime Militar brasileiro (1969-1980).

Algumas influências das filosofias modernas liberais, precisa ser compreendida atrelada a certos conceitos de senso comum predominantes na cultura brasileira, tratava-se basicamente, de pegar ideias chaves e de fácil compreensão e dar um direcionamento, por meio, das mídias disponíveis naquele momento, assim, porém, a Exposição Amazônia brasileira se viu composta por uma série de autores que se valiam de conceitos racistas para explicar o “atraso” econômico e os modos de viver das populações amazônicas, e apontavam soluções técnicas para superar esses “problemas”.

Soluções apontadas como “caminhos únicos” possíveis para a modernidade almejada pelos PDAs, foram exaustivamente defendidos pelas mídias e propagandas financiadas pelo Estado, a ampliação das universidades e a fama adquirida por alguns intelectuais e as demandas pela modernização da produção, permitiu o aumento exponencial das universidades e outras instituições de estudo e

pesquisa. Porém, a modernidade ficou muito mais a nível técnico e tecnológico nas áreas das engenharias e ciências naturais. No campo intelectual, a censura impôs a predominância de divulgação de pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas que buscavam colaborar para a inserção de um modelo padrões às economias capitalistas dos países avançados, a divulgação de um estilo de vida da classe média e das elites dos países avançados, era o ansiado e difundido.

Na região Amazônica, havia nesse momento, um forte discurso depreciativo sobre seus habitantes e sua econômica, que buscou-se reverter. O discurso que colocava o “caboclo” em oposição ao “moderno” foi predominante, mesmo nos momentos em que era orientado expor que os mesmos podiam aprender a técnica, por meio dos cursos ofertados.

As Forças Armadas, ao longo do século XX, tomaram para si a “missão” de intervir na região Amazônica, com objetivo de garantir a soberania nacional, principalmente, esse processo buscava remeter à colonização, porém, agora promovida pelo Estado militar.

A intervenção militar nos poderes legislativos, judiciário e executivo a partir de 1964 foi buscar nos autores e experiências econômicas e políticas passadas, principalmente, a partir de Vargas, mas sem deixar de recorrer, quando preciso a intelectuais, obras e pensamentos que exaltavam os feitos dos portugueses e bandeirantes. Junto disso, havia um hibridismo conceitual onde se somavam as perspectivas do capitalismo moderno, aspectos do racismo e culturalismo que na busca de explicar os insucessos dos planos, continuou se valendo da utilização de hierarquias que comparavam aspectos da modernidade em oposição aos “atrasos”. Imbuído de concepções moralizantes relacionadas à manutenção da “ordem” carregada de influências externas. As Forças Armadas defendiam noções de “progresso” e “civilização” herdadas dos meios intelectuais e políticos europeus e estadunidenses.

Para as Forças Armadas os eventos que se seguiram da renúncia de Jânio Quadros à posse de João Goulart e, ainda, as movimentações das organizações trabalhistas como as Ligas Camponesas, foram considerados momentos de distúrbios que deveriam ser resolvidos com a intervenção militar, desse modo, foi desencadeado o golpe civil militar de abril de 1964. Foi destacada certa dicotomia, onde os militares e suas políticas de desenvolvimento, estivessem numa posição de

enfrentamento de um “inimigo”, assim, os militares estavam travando uma guerra contra o “atraso” e o “entreguismo” da região.

No entanto, o governo militar sempre que possível afirmava que “os eventos” de 1964 foram desencadeados para manutenção da “democracia”. A fim de mostrar a população tal normalidade democrática, o Regime Militar se valeu de uma série de mecanismos que tinham por intuito se mostrar enquanto expressão do exercício da democracia como o bipartidarismo, por exemplo. Contudo, a reação dos movimentos sociais contra o regime se avolumou, trabalhadores, estudantes, camponeses, e outros, radicalizaram suas formas de atuação. A medida adotada pelo regime, para conter protestos, se materializou na promulgação do Ato Institucional nº 5 que culminou em forte repressão e censura contra os críticos do governo e contribuiu, em certa medida, para a perda da popularidade do governo autoritário. Na região Amazônicas a oposição à implantação dos planos de desenvolvimento, se deram, inicialmente, entre os habitantes tradicionais contra os “donos” de terras e grandes empresas, que expulsavam essas comunidades e invadiam territórios indígenas, não é à toa que o volume de conflitos e mortes no campo avançaram bastante, o que demonstra também, a união entre Estado e os empresários na implantação de suas propostas, nas cidades houve o aumento populacional, junto do aumento do êxodo rural, o crescimento desordenado das cidades e os processos de favelização se intensificaram, nem âmbito intelectual, a UFAM, UFPA e NAEA, por exemplo, buscavam dar conta de reforçar os discursos de modernização difundidos pelo Estado militar, primacialmente, a partir da Operação Amazônia de 1968.

O uso da técnica foi considerado fundamental para a resolução dos problemas que dificultavam o desenvolvimento e a modernização, a natureza transformada em produto seria capaz de gerar riquezas e transformar as realidades. Nessa perspectiva, modernização assume um papel que a certo ponto, equivalia à uma “nova colonização”. As sociedades da Amazônia, foram caracterizadas como passivas frente à natureza “impositiva”, por isso, em sua maioria, incapazes de romper com o estilo de vida “primitivo”. Assim, as intervenções governamentais promovidas pelo Regime Militar, porém, imbuídas de forte discurso nacionalista, afirmavam que caberia aos brasileiros “patriotas” o desenvolvimento do Brasil “atrasado”, no intuito de promover uma “colonização” brasileira dos espaços “isolados”. Se no passado, mais distante, europeus e bandeirantes desempenharam “conquistas” importantes, sob o Regime Militar as Forças Armadas iam avançar a fim

de consolidar o desenvolvimento industrial, na intenção de levar o Brasil à condição de país de “primeiro mundo”.

Nessa perspectiva, tanto conceitos europeus de civilização e progresso foram utilizados, quanto influências estadunidenses de técnica e tecnologias. As indústrias da segunda metade do século XX passaram por mudanças com a inserção de novas tecnologias o que possibilitou o aumento na produção, como consequência, as economias dos países desenvolvidos cresceram, no Pós Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos passaram a liderar o mercado financeiro mundial.

Interessados na execução efetiva de suas ações o Regime Militar vai demandas a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), estes, por sua vez, se constituíram em premissas para instituições regionais elaborarem seus planos, como ordenara o regime, assim surgiram os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), contendo, ainda, muitos elementos dos planos anteriores elaborados pela SPVEA.

Para a elaboração e execução de seus planos o Regime Militar considerou a utilização de especialistas, técnicos, como meio fundamental para resolver os problemas que poderiam prejudicar a materialização dos projetos e programas que faziam parte dos PDAs. Para isso, instituições de pesquisas foram reestruturadas e outras foram criadas. Instituições como o Instituto Agrônomo do Norte, Inpa, UFPA e UFAM, por exemplo, passaram a ter maior relevância, foram também criados grupos interdisciplinares como o NAEA e outros.

Contudo o que ocorreu foi que as pesquisas desenvolvidas, por vezes, eram ignoradas quando se chocavam com as intenções do Regime Militar. A integração e o povoamento da região eram considerados demasiadamente importantes, para isso, o regime financiou propagandas que afirmavam que o solo era fértil e propício para a agricultura e a pecuária, porém, desde o Relatório Ministerial da Operação Amazônia, e mesmo antes, nas pesquisas do Inpa apresentadas nos relatórios da SPVEA já se destacava a baixa fertilidade do solo.

A Operação Amazônia se valeu de propagandas para sua divulgação, em decorrência disso, foram elaborados dois documentos: “Álbum: Operação Amazônia” e “Operação Amazônia: discursos”, por sua vez, essas publicações de especialistas de diferentes áreas, e ainda, políticos, empresários e líderes do Regime Militar, embasavam as atuações governamentais. Nesses discursos a natureza e as sociedades da Amazônia foram alvo de análises que afirmavam a necessidade de

mudanças, sob a justificativa de ameaças a soberania, era preciso integrar a região ao país, transformar a natureza em produto comercializável com valor agregado e “civilizar” as sociedades.

Nessa perspectiva, foi promovida a Exposição Amazônia brasileira (1969) que contou com um significativo número de publicações de diversos autores selecionados por, principalmente, desenvolverem discursos que partiam da compreensão de que a natureza da Amazônia pelas suas dimensões se constituía em grande problema responsável por todos os outros problemas da região.

A exposição aglutinou uma série de produções escritas por especialistas, técnicos, políticos, e outros. Tendo duas funções principais: dar respaldo a atuação do governo militar; e atrair apoios das elites conservadoras, da classe média e grupos populares, que eram a maioria, porém, eram “minorizados” enquanto grupo humano. Pois, os planos de desenvolvimento demandavam pesados investimentos governamentais. O Regime Militar, não poderia dar espaço às críticas, pois essas, principalmente, oriunda das elites conservadoras que apoiaram o golpe, poderiam acarretar dificuldades as pretensões do regime para com a Amazônia.

O papel dos intelectuais enquanto especialistas capazes de contribuir na atuação política vai se consolidar, Artur César Ferreira Reis, conhecido pela sua atuação enquanto intelectual da região, natural do estado do Amazonas, vai ocupar cargos políticos importantes. Porém, setores mais conservadores das elites políticas, não vão poupar críticas a essa “nova” situação. Ferreira Reis escreveu a *apresentação* do catálogo da Exposição Amazônia brasileira. Nesta apresentação natureza e sociedade são analisadas e ponderações são feitas, posto que, a natureza da Amazônia não mais poderia ser vista somente como “arredia”, pois, era importante expor as possibilidades das riquezas que poderiam ser extraídas, como já vinha ocorrendo no Amapá, com a mineração, e em outras regiões. Da mesma forma, também, as populações não mais poderiam ser vistas como incapazes de desenvolver “civilização”, mesmo os povos nações indígenas foram compreendidos como passíveis de mudanças pela assimilação de aspectos de modernidade, uma vez que, os portugueses haviam conseguido trazer a língua e a religião, por exemplo, o Regime Militar seria capaz de “elevar” essas populações ao desenvolvimento social.

As publicações que foram reunidas na exposição, principalmente, as mais recentes, se empenharam em revelar uma Amazônia capaz de absorver aspectos de

modernidade. Submetida à técnica a extração da matéria-prima gerariam emprego e renda. Aos empresários a certeza do lucro era reforçada nas mídias. A mão de obra vinha, principalmente, da região nordestina.

Os investimentos do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, elaborado pela SUDAM, vigente entre os anos de 1967 até 1971, foram fontes materiais para que em 1968 o Regime Militar promovesse propaganda por meio da revista *O Cruzeiro*, na época, a mais vendida no país. As reportagens se comprometeram em mostrar os resultados industriais, urbanísticos da ação governamental no estado do Pará, a infra estrutura em Belém e outras regiões modernizadas, davam conta de possibilitar o acesso do investidor onde fosse necessário, investimentos em comunicação, permitiram o contato direto, a cidade ia aos poucos se transformando e apresentavam em suas edificações exemplos de modernidade alcançadas a partir da atuação dos militares. As propagandas governamentais se deram também na revista *Manchete* no ano de 1970, porém, as reportagens foram incisivas em relacionado à necessidade de integração da região por meio das rodovias e a implantação de polos agropecuários.

Nesse contexto, foi lançado o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) não apresentando alterações significativas com relação ao 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, priorizando, porém, a integração rodoviária e a ocupação pelos incentivos a políticas migratórias. O I PDA continuou reproduzindo os discursos promovidos pelas elites conservadoras, técnicos, políticos e Regime Militar com relação a natureza e as sociedades da Amazônia, assim, os projetos e programas não exitosos tinham suas falhas atribuídas aos aspectos da região. Por mais, que os discursos, desde a Operação Amazônia afirmassem que os planos de desenvolvimento teriam sua atuação elaborada a partir do conhecimento das realidades locais, os projetos aplicados, não se relacionavam as características da natureza da Amazônia e não atraíam a atenção das populações locais.

O II PDA (1975-1979) foi elaborado considerando um novo momento advindo das preocupações acerca do esgotamento dos ecossistemas e biomas. O desenvolvimento tecnológico do setor industrial possibilitou o uso indiscriminado dos “recursos naturais” e passou a ser considerado como ameaça a manutenção da vida no planeta. Com isso, vai ocorrer em 1972 na Suécia a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, esta, por sua vez, que vai pressionar países, principalmente, do “Terceiro Mundo” a adotarem medidas para a

preservação ambiental, bem como, a criação de órgão de fiscalização ambiental, assim, o governo militar cria em 1972 a Secretaria Especial de Meio Ambiente.

O I PDA, elaborado a finais da década de 1960, praticamente, não fez referência à necessidade de preservação do ambiente natural, porém, o II PDA e o III PDA passam a destacar as necessidades de preservação/conservação da natureza, adotando a perspectiva ecológico/preservacionista que trata de isolar regiões por meio da criação áreas de preservação.

O II PDA de maneira mais explícita vai permitir o entendimento de que em diversos aspectos, as condições da natureza e as experiências, hábitos e costumes das populações locais se sobressaem e oferecem resistência aos planos de desenvolvimento. A economia extrativista, por exemplo, bastante característica de populações que possuem contato direto com ambientes naturais, onde os alimentos são fornecidos pela coleta de frutos, raízes e sementes, e outros, pela caça e pesca foi alvo frequente de ataques. Os técnicos a colocavam como empecilho ao desenvolvimento da economia capitalista na região Amazônica. Contudo, a partir do II PDA, a economia extrativista, foi considerada necessária, mesmo que temporariamente, por se constituir em ocupação para um número considerável de pessoas, posto que, até então os programas e projetos executados não teriam dado conta de absorver nem a mão de obra da migração programada.

As mudanças a partir do III PDA (1980-1985) foram mais expressivas, pois foram considerados aspectos das culturas da Amazônia, que inicialmente eram vistos como reflexos do “primitivismo”. Estes, passaram a ser tratados como elementos que deveriam ser preservados, ao menos no discurso, posto que na prática, os planos não apontaram diretrizes e financiamento para tal.

As experiências de trabalho na Amazônia com produtos de forte aceitação nos mercados nacionais e estrangeiros, como a borracha, juta e castanha, se caracterizavam por levar o trabalhador a condições de trabalho de precárias, além da baixa remuneração os riscos à saúde eram os mais diversos. As experiências industriais, se limitavam aos centros urbanos, com algumas exceções, a mão de obra qualificada vinham, principalmente, de outras regiões.

O Regime Militar considerava a necessidade de transformações na economia local que levassem ao fim do extrativismo e, conseqüentemente, determinados hábitos e costumes das populações locais. Contudo, o extrativismo se manteve e as populações locais continuaram as suas práticas cotidianas.

Floresta, rios, solo, subsolo foram analisados de modo a gerar riquezas, o resultado foi o galope da devastação florestal, como consequência, assoreamento de rios, perda de biodiversidade, precarização da vida das populações extrativistas, povos nações indígenas e outros.

O clima passou de hostil a agradável, o solo de infértil a viável, para depois ser considerado infértil em maioria, conforme os projetos iam revelando fracassos e os investimentos não traziam resultados significativos.

As análises dos processos de intervenção estatal na Amazônia, a partir da Operação Amazônia, das produções divulgadas na Exposição Amazônia brasileiras e nas mídias, e ainda, das considerações feitas nos PDAs nos possibilitam compreender a atuação do Regime Militar na região frente à necessidade criada de se implantar um modelo de desenvolvimento que veio para aprofundar as relações capitalistas na Amazônia que de diversas formas desconsiderou os conhecimentos das populações locais, bem como, os aspectos ambientais da região, mesmo que nos projetos estivesse exposto que a intervenção seria feita por brasileiros para brasileiros, este se constituiu em uma forma de “colonização” imbuído de discursos que remetiam a colonização portuguesa e pretendiam implantar “civilização” na região.

É possível então afirmar que as instituições de pesquisa e os conhecimentos por eles produzidos, por apontar resultados que iam de contra às intenções dos planos de desenvolvimento foram, a certa medida, ignorados, prevalecendo os interesses dos Regime Militar e das elites conservadoras, grandes empresas alcançaram lucros expressivos, enquanto isso, o país teve aumento na dívida externa.

Por conseguinte, as populações locais, principalmente, as afetadas pelos projetos e programas inseridos nos planos de desenvolvimento se depararam com dificuldades as mais diversas a partir de então. Barragens das usinas hidrelétricas forçaram as populações a mudar, afetando comunidades inteiras, a proliferação de latifúndios dificultaram as comunidades extrativistas a exercerem sua economia, os conflitos agrários cresceram de maneira exponencial, a abertura de rodovias cortavam áreas de caça e coleta dos povos nações indígenas e o Regime Militar não se absteve de agir com truculência em todas essas situações, a exemplo dos ataques aos povo nação indígenas Waimiri-Atroari no Amazonas, e nos ataques

que resultaram na diminuição das populações indígenas do Amapá que tiveram seus territórios afetados pela exploração mineral e abertura de rodovias.

A finais da década de 1970, o Regime Militar, diante do cenário desfavorável no âmbito econômico, tratou de permitir a abertura política a sua maneira. Os investimentos em propagandas foram importantes para cunhar o entendimento de que o governo autoritário foi exitoso no que se refere a integração da Amazônia à nação. Os custos ambientais e humanos ficaram aquém dos “avanços” trazidos por projetos como a Zona Franca de Manaus, por exemplo.

A partir do III PDA ocorre declínio de investimentos na região, impulsionado pelas crises econômicas, pelo processo de endividamento do país e a queda dos índices de desenvolvimento econômico, porém, às elites, os militares e alguns setores, foram assegurados os direitos de usufruir de privilégios.

A mídia intensifica reportagens sobre a região Amazônica, ainda nesse período, para mostrar os resultados já alcançados pelos militares, essas medidas contribuem para que seja forjado um entendimento de que os custos humanos e ambientais eram apenas o resultado, indesejado, porém, necessário.

Muitas questões acerca do período que vai de 1964 a 1985, essa tese trouxe algumas questões que precisam ser melhor compreendidas, principalmente, quando relacionadas à regiões como a amazônica composta de uma diversidade sociocultural que necessita de maiores análises, considerar esses aspectos do campo da história cultural, nos permite ampliar estudos e entendimentos dos processos históricos ocorridos naquele momento, e nos ajudam a responder questões contemporâneas que nos permite compreender realidades diversas.

O avanço da economia liberal capitalista na década de 1960 e 1970 na região amazônica foi gradativo, deixando por resultado fortes impactos humanos e ambientais, o avanço dos movimentos de esquerda, precisaram enfrentar duas décadas de profunda repressão, travestida de “democracia” militar. Tanto no campo, quando nas cidades os prejuízos foram muitos. Feita essa leitura, é importante analisar o que existe de continuidades e o que precisa se romper, faz-se necessário encarar essas realidades que reproduzem, ainda, os colonialismos.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Revistas:

LEMOS, Ubiratam de. Pará: o desafio do NORTE. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ANO XL, Nº 38, Setembro, 1968.

Manchete. Brasil 70. Edição especial. Rio de Janeiro, Outubro, 1970.

Internet

Carmem Miranda. *O samba é carioca*. Disponível em <<https://www.lettras.mus.br/carmen-miranda/1716565/>> Acesso em 28 mai 2020.

MNCTotal. As 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar: Presidente da República afirmou nesta terça-feira (26) que não houve ditadura no país. Disponível em <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/as-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar>> Acesso em 09 dez 2019.

Fontes Oficiais

ANDRADE, João Walter. *SUDAM*, atividades de 1968. – Discurso. SUDAM, 1968.

BERNARDES, Arthur da Silva. *Internacionalização da Amazônia com o disfarce do Instituto Internacional da Hiléia*. Conferência no Clube Militar, em 27 de junho de 1951. In: SOUZA, Izabela Medeiros de (Org.). *Discursos Seleccionados do Presidente Artur Bernardes*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2010. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/736-Discursos_Seleccionados_do_Presidente_Artur_Bernardes.pdf> Acesso em 16 mai 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Amazônia brasileira*: catálogo da exposição. Rio de Janeiro, BN, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969.

BRANCO, Humberto Castelo. Discurso do Amapá. In: SUDAM. *Operação Amazônia*: Discursos. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968.

BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Região Norte. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_1.pdf> acesso em 09 mai 2017.

BRASIL. *Código Florestal de 1934*. Brasília, Senado. Disponível em <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/senado->

oferece-um-projeto-equilibrado-para-o-novo-codigo-florestal-brasileiro/codigo-florestal-de-1934.aspx> Acesso em 27 mai 2017.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 288*, de 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.858 de 13 de setembro de 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9858.htm> acesso em 11 mar 2020.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência de sua execução e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1953.

BRASIL. Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências.

BRASIL. *O ciclo do homem*. Ministério Extraordinário para a Coordenação dos organismos regionais. 1967.

SPVEA. *Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização econômica da Amazônia*. Belém, 1954. Disponível em <<http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/biblioteca/arquivos/PlanoQuinquenal-doc-02928320140903115431.pdf>> Acesso em 18 mai 2017.

SUDAM. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém: SUDAM, 1971.

SUDAM. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia. (1975-79)*. Belém, 1976.

SUDAM. *III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985)*. Belém, 1982.

SUDAM. *OPERAÇÃO AMAZÔNIA*. Álbum. 1967.

SUDAM. *Operação Amazônia*: relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais [S.l: s.n.], 1966.

VARGAS, Getúlio Dornelles. *A nova feição bandeirante do espírito paulista*. Rio de Janeiro, 1938. [Discurso pronunciado em resposta à saudação do interventor paulista, no banquete do Teatro Municipal, a 23 de julho de 1938].

VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso do Rio Amazonas. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1942. [Discurso pronunciado em Manaus, a 10 de outubro de 1940].

Fontes em geral

AKERS, C. E. *O rio Amazonas: a indústria de borracha e outros recursos*. London: Waterlow & Sons Limited, London Wall, 1912.

BETENCOURT, José de Souza. *Aspecto demográfico-social da Amazônia brasileira*. Coleção Araújo Lima. Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1960.

BEVILÁQUA, Gen. Peri. Os planos do Instituto Hudson e o nacionalismo brasileiro. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968.

CÂMARA, Geraldo. Amazônia quer solução brasileira para problema nacional. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967, p. 34.

CASTRO, Felipe. Estrangeiros estão de olho na Amazônia. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967, p. 21.

FOLHA DO NORTE. – Ossian Brito. JK no Amapá, jan 1957.

FREITAS, Tácito Lívio Reis. *Introdução*. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967.

LIMA, Chopin Tavares. (Deputado ALEPA SP). *A integração da Amazônia: tarefa urgente da nacionalidade brasileira*. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968.

MORAIS, Raymundo. *O meu dicionário de cousas da Amazônia*. 2 v. Rio de Janeiro: Alba, 1931.

RIBEIRO, Darcy. Cândido Mariano da Silva Rondon. *Revista de Antropologia*. Rio de Janeiro. Vol 6, nº 2, dez 1958, p. 98 – Biblioteca Nimuendajú.

VALVERDE, Orlando. *A Amazônia brasileira – alguns aspectos sócio-econômicos*. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº1. Rio de Janeiro, 1967.

VELOSO, Haroldo. C.P.I: A venda de terras. Relatório. In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco*. Publicação nº2. Rio de Janeiro, 1968.

Referências bibliografia

AB'SÁBER, Aziz. Warren Dean e a memória de uma grande luta. In: DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

ALONSO, Angela, COSTA, Valeriano e MACIEL, Débora. *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*. NOVOS ESTUDOS 79, Novembro 2007.

ALVES, Anna Walléria Guerra. *O desafio da sustentabilidade amazônica sob o olhar do amazonense Samuel Benchimol*. Disponível em <
http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_anna_w_guerra_alves.pdf > Acesso em 16 mai 2017.

ANDRADE, Rômulo de Paula. *O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 285-304, julho-dezembro 2015, p.296. disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n56/0103-2186-eh-28-56-0285.pdf>> acesso em 03 mar 2019.

ANDRADE, Rômulo de Paula. Vencidas a distância e floresta!: A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. Niterói: RJ, Tempo, Vol. 25 n. 2. Mai./Jul. 2019. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v25n2/1980-542X-tem-25-02-363.pdf>> Acesso em 13 mar 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 150-169, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a07.pdf>> acesso em 15 fev 2020.

BARBOSA, Mário Médice. *Entre a filha enjeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense*. Programa de Pós Graduação em História Social, PUC-SP, 2010.

BATISTA, Iane Maria da Silva. *A natureza nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. Belém: Tese, Programa de Pós-Graduação Doutorado em História Social da Amazônia, 2016.

BELLO, Rita de Cássia Guaraná. *Revisitando o Estado Novo, através das imagens da grande Exposição Nacional de Pernambuco (1939-1940)*. Recife: PE, Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPE, 2006.

BENEVIDES, Fernanda Cornils Monteiro, FRANCO, José Luiz de Andrade e BRAZ, Vivian da Silva. *História dos projetos de conservação de espécies da fauna no Brasil*. Hist. R., Goiânia, v. 22, n. 2, p. 83–106, mai./ago. 2017, p. 83. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/46858/24853>> Acesso em 08 mar 2019.

BENTES, Rosineide. *A apropriação ecológica dos seringais da Amazônia e a advocacia das rubber plantations*. Revista de História 151, 2º - 2004, p. 133. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18988/21051>> Acesso 16 mai 2017.

BERNARDES, Margarida Maria ROCHA, Gertrudes Lopes, Teixeira e SANTOS, Tânia Cristina Franco. *Base de sustentação militar de Vargas durante a 2ª Guerra e a soberania bélica alemã: percepções de enfermeiras e militares*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Out-Dez; 14(4):544-50, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a11v14n4.pdf>> acesso em 11 março 2020.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção – um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumaré e Anpocs, 1995.

CAMARGO, Maria Luíza Gutierrez de. *O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira*. São Paulo:SP, Dissertação (Mestrado); Programa de

Pós Graduação em Geografia Humana; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015, p. 71. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122015-145826/publico/2015_MariaLuizaGutierrezDeCamargo_VCorr.pdf> Acesso em 04 abril 2020.

CASCUDO, L. da C. *Antologia do folclore brasileiro*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Global Editora, 2002.

CASTRO, Celso. Comemorando a “Revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FONTES, EDILZA Joana de Oliveira e BEZERRA NETO, José Maia (org.). *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV e Bom Texto, 2004.

COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. 2. Ed. Belém, NAEA, 2013.

COSTA, Juarez Balduino da. *O Polo Industrial da Zona Franca de Manaus e a preservação da floresta amazônica: caminhos independentes*. Manaus: AM, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – ICHL/UFAM, 2016, p. 31. Disponível em <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5602/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Juarez%20B.%20Costa.pdf>> acesso em 04 abr 2020.

COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *Hist. cienc. saude*, Rio de Janeiro, v. 8, supl. p. 993-1014, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 mai 2017.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia? A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de 1889 em Paris*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

DANTAS, Robson Norberto. *Entre a arte, a história e a política: itinerários e representações da “ficção brasileira” e da nação brasileira em Adonias Filho (1937-1976)*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: SP, 2010.

DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DORST, Jean. *Antes que a natureza morra: por uma ecologia política*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FERREIRA JR, Amarilio e BITTAR, Marisa. *Jarbas Passarinho, ideologia, tecnocracia e ditadura militar*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4926/art01_23.pdf> acesso em 14 junho 2019.

FERREIRA, Cristina Araripe. *Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições universais e internacionais*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em História da Ciência e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz 2011. p .42-43.

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de P. *A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo da saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e a política sanitária no governo Vargas*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1429-1434, out.-dez. 2007, p. 1430.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (Org.). *UFPA 50 anos: História e memória*. Belém: EDUFPA, 2007.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Paisagens amazônicas: o espaço vazio e a floresta. In: COELHO, Anna Carolina de Abreu, ALVES, Davison Hugo Rocha e NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Perspectivas de pesquisa em História na Amazônia: natureza, diversidade, ensino e direitos humanos*. Belém: Açai, 2017, p. 158 Disponível em <<https://itemnpo.unifesspa.edu.br/images/Textos/Perspectivas-de-pesquisa-em-Histria-na-Amaznia---natureza-diversidade-ensino.pdf>> acesso em 11 mar 2020.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, SILVA, Sandro Dutra, DRUMMOND, José Augusto e TAVARES, Giovana Galvão (orgs.) *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A organização da força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e do Peru. In: BERG, Walter Bruno *Et Al. As Américas do Sul: o Brasil no contexto Latino-Americano*. Tubingen: Niemeyer, 2001.

FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane. “Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/O mal que a força sempre faz (...)”: o Brasil do AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de e FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). *“Tempo negro, temperatura sufocante”*: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

GARFIELD, Seth. A natureza de uma região: a Amazônia da Era Vargas à Era Verde. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GREEN, James N. e JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 67-89 – 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a03v2957.pdf>> acesso em 20 nov 2020.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do capital 1848-1875*. 10^o ed. São Paulo: SP, Paz e terra, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX*. 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LARÊDO, Salomão. *Raymundo Moraes na planície do esquecimento*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Belém, 2007.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEIS, Héctor R. (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, Vozes, 1991.

LEMO, Renato. Poder judiciário e poder militar (1964-9). In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MACEDO, Kárita Bernardo de. *Carmen Miranda e nacionalismo na década de 1930*. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/download/13970/9053>> Acesso em 28 mai 2020, p. 388.

MACIEL, Laura Antunes. *A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telegrafo e civilização*. Proj. História, São Paulo, 18 maio 1999. Disponível em <<file:///C:/Users/ALEXANDRE%20NUNES/Downloads/10994-26992-1-SM.PDF>> Acesso em 26 jun 2017.

MAGALHÃES, Aline Montenegro e BOJUNGA, Claudia Barroso Roquette-Pinto. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista O Cruzeiro (1948-1960). *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 345-364, julho-dezembro de 2014, p. 346. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/eh/v27n54/0103-2186-eh-27-54-0345.pdf> > Acesso em 10 nov 2020.

MAIO, Marcos Chor e MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. O debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica no Congresso Nacional (1948-1951). In: ALVEZ, José Gerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

MARQUES, Gilberto S. SPVEA: o estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966) In: TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart à Collor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. 3. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MENDES, Armando Dias. Amazônia: terra & civilização: variações entorno de uma trajetória de 60 anos – 1942-2002. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. – 2. ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MORAES, Reginaldo C., ÁRABE, Carlos Henrique Goulart e PAULA E SILVA, Maitá de. *As cidades cercam os campos: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada*. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>> Acesso em 24 jul 2020.

MUNTASER, Lara Denise. *O poder da comunicação durante o regime militar brasileiro: uma análise crítica* 25-26. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26534/3/PoderComunica%C3%A7%C3%A3oRegime.pdf>> acesso em 05 jun 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *Golpe de Estado: entre o nome e a coisa*. ESTUDOS AVANÇADOS 33 (96), 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-395.pdf>> acesso em 28 jul 2020.

NOMURA, Hitoshi. *Centenário da fundação da Comissão Rondon (1907-2007) - Personagens, descobertas e produção bibliográfica*. Cad. hist. ciênc. [online]. 2010, vol.6, n.1, pp. 79-106., p.82. Disponível em <<http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v6n1/v6n1a04.pdf>> acesso em 01 mai 2017

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1983.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. In: Estudos Avançados, vol.24, nº. 68. São Paulo: USP, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: RJ. 2ª ed.

PANZU, Ângela Nascimento dos Santos. *O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA: trajetória institucional por meio de suas práticas científicas, 1954-1975*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2015, p. 34. Disponível em <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4600>> acesso em 01 abr 2020.

PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 165.

PENARROCHA, Pere Petit. A política dos governos militares no Pará: 1964 -1985. In: FONTES, Edilza (org). *Contando a história do Pará: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia Contemporânea (séc. XX)*, v.II. Belém, E. Motion, 2002.

PENARROCHA, Pere Petit. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 65.

PENARROCHA, Pere Petit. Os governos brasileiros e a “ocupação” e o “desenvolvimento” da Amazônia: 1960-2005. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado e CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açaí/Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

PEREIRA, José Carlos Matos. *Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

PORRO, Antônio. Introdução. In: NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará as últimas colônias do sertão da província (1768)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaio de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PORTO, Jadson Luis Rabelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas: SP, 2002. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285491/1/Porto_JadsonLuisRebelo_D.pdf> acesso em 11 mar 2020.

PRESTES. Maria Elice Brzezinski. *A invenção da Natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo

Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 19-20.

RIBEIRO, Maisa de Souza. *Custeio das atividades de natureza ambiental*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: USP, 1998. Disponível em <file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/tese_Custeio_das_Atividades_de_Natureza_Ambiental.pdf> Acesso em 16 mai 2017.

RODRIGUES, William A., SILVA, Marlene Freitas da, SILVA, Algenir Ferraz Suano da e RIBEIRO, Maria de Nazaré Góes. *Criação e evolução histórica do INPA (1954-1981)*. SUPL. ACTA AMAZÔNICA 11(1) : 7.23. 1981.

SANJAD, Nelson. *Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017.

SANT'ANA, Thaís Rezende da Silva de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Campinas: SP, Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,. 2008.

SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. P. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém, Ed. UFPA, 2012.

SILVA, Ana Tereza Reis da. *A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência*. Ver. Estudos Avançados, n. 29 (83), 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n83/0103-4014-ea-29-83-00233.pdf>> acesso em 08 mar 2019.

SILVA, Francisco Eleud Gomes da. *“Batalha da Borracha”*: O contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SODRÉ, Lauro. Amazônia – 1900, 1899. In: SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado e CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açaí/Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

SOUSA, Michelle Louise e PACHECO, Rafael Araujo. *A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do Centro-norte de Goiás*. Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 3, n.2, p 246 - 262. agosto/dezembro. 2013.

SOUZA, Roseane Silveira de. *Vicente Juarimbu Salles (1931-2013): o tempo vence o homem, não a obra*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 1, p. 185-194, jan.-abr. 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n1/v8n1a11.pdf>> acesso em 13 out 2020.

SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. *A integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2009, p. 87. Disponível em <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285657>> acesso em 04 abr 2020.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. *A Integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, UNICAMP, SP., p. 127.

TACCA, Fernando de. *O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.191-223., p. 205.

TERCI, M. R. *O que é que a baiana tem: Carmen Miranda um estereótipo de brasil*. 2019. Disponível em <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/coluna-o-que-e-que-baiana-tem-carmen-miranda-um-estereotipo-de-brasil.phtml>> Acesso em 28 mai 2020.

THOMPSON, Edward P. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel. *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. EDUSC, São Paulo. 2004, p. 68.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. Apresentação. In: TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro*. Belém: Paka-tatu, 2014.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Arthur César Ferreira Reis (1906-1993): um “déspota esclarecido” da Amazônia brasileira?. In: UGARTE, Auxiliomar Silva e QUEIRÓS, César Augusto Bobolz (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia republicana*. Manaus, Editora Valer, 2019.

VERÍSSIMO, Adalberto, ROLLA, Alicia, RIBEIRO, Maria Beatriz e SALOMÃO, Rodney. Histórico de criação de Unidades de Conservação na Amazônia Legal. In: IMAZON. *Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira – avanços e desafios*. Disponível em

<https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/ares_protegidas_na_amazonia/4-unidades-de-conservaassapso-na-amazania-legal.pdf> acesso em 04 out 2020.

VIEIRA, Jaci Guilherme GOMES FILHO, Gregorio F. *Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do vale do rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX*. TEXTOS E DEBATES, Boa Vista, n.28, p. 117-136, jul./dez. 2015, p. 132. Disponível em <<https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/download/3390/1897>>acesso em 11 fev 2020.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra (1777 a 1980)*. 2ª ed. Boa Vista: RR; Editora da UFRR, 2014.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: SP; Boitempo, 2007.

WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, SILVA, Sandro Dutra, DRUMMOND, José Augusto e TAVARES, Giovana Galvão (orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

WORSTER, Donald. *Para fazer História Ambiental*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1999.

WORSTER, Donald. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história*. Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003, p. 23. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>> acesso em 02 dez 2016.